

Carta Educativa da Amadora

Relatório Final

janeiro 2026



CEDRU

Centro de Estudos e Desenvolvimento
Regional e Urbano

Ficha Técnica

Estudo: Carta Educativa da Amadora

Documento: Relatório Final

Data: 30 de janeiro de 2026

Número de páginas: 255

Equipa Técnica:

Coordenação Geral:

Luís Carvalho

Especialistas:

Carla Figueiredo

Gonçalo Caetano

Inês Andrade

Liliana Calado

Sónia Vieira

CEDRU

Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.

Rua Fernando Namora 46A

1600-454 Lisboa

(+351) 217 121 240

www.cedru.com

Fotografia (capa): CEDRU.



Carta Educativa da Amadora

Relatório Final

Resumo

O presente documento (Relatório Final) tem como principal objetivo sintetizar as diversas dimensões estruturadoras deste instrumento de planeamento setorial. Para além de enquadrar o sistema e as políticas educativas municipais face aos objetivos de política pública definidos a outras escalas, efetua uma análise da política urbana municipal e das opções de desenvolvimento territorial impactantes ao nível da oferta e procura educativa. Compreende uma análise exaustiva do sistema educativo municipal, nomeadamente ao nível da oferta e da procura educativa. A partir de um diagnóstico prospetivo, estabelece uma estratégia de atuação e define as intervenções estruturantes a executar no parque escolar, nos próximos anos. Finalmente, contempla um sistema de monitorização e avaliação, essencial para se garantir anualmente uma resposta adequada da rede à procura existente e prospetivada.

janeiro 2026

Índice

0. INTRODUÇÃO	19
1. ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO	21
1.1. Introdução	21
1.2. Enquadramento legislativo.....	21
1.3. Políticas e metas a alcançar	29
1.4. Política Setorial e Reformas em Curso	38
1.5. Participação e protagonismo dos Municípios	45
1.6. A Revisão da Carta Educativa ao serviço da definição e implementação da política setorial.....	47
1.7. Ação Social Escolar	50
1.8. Enquadramento na Política Urbana Municipal	51
1.9. Determinantes da procura de equipamentos educativos	58
1.10. Objetivos e Desafios.....	60
2. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DA AMADORA	61
2.1. Grau de Execução das Propostas da Carta Educativa	61
2.2. Intervenções na Rede Escolar no período 2020-2025	67
3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	75
3.1. Introdução	75
3.2. Inserção territorial.....	75
3.3. Sistema urbano municipal.....	80
3.4. Situação demográfica.....	84
3.5. Perfil socioeconómico	88
3.6. Situação educativa.....	93
3.7. Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP).....	99
3.8. Avaliação externa das escolas.....	100
3.9. Transporte escolar.....	105

4. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA OFERTA	107
4.1. Introdução	107
4.2. Educação Pré-Escolar – Rede Pública	113
4.2.1. Equipamentos.....	113
4.2.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos.....	116
4.3. 1º Ciclo do Ensino Básico - Rede Pública.....	117
4.3.1. Equipamentos.....	117
4.3.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos	120
4.4. 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário - Rede Pública	121
4.4.1. Equipamentos.....	121
4.4.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos	124
4.5. Oferta formativa	128
5. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA ATUAL	137
5.1. Procura Atual por Tipologia de equipamento / Nível de Ensino	137
5.1.1. Enquadramento.....	137
5.1.2. Pré-Escolar	139
5.1.3. 1.º Ciclo do Ensino Básico.....	142
5.1.4. 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	145
5.1.5. Ensino Secundário.....	151
5.2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS.....	155
5.3. ALUNOS COM NACIONALIDADE ESTRANGEIRA.....	156
6. REDE PRIVADA E SOLIDÁRIA.....	158
6.1. ANÁLISE SUPOSTADA NAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS	159
6.2. ANÁLISE SUPOSTADA NO PROCESSO DE INQUIRÇÃO	160
7. OUTROS ESTABELECIMENTOS	165
7.1. ENSINO SUPERIOR	165
8. PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO ESCOLAR (PROCURA POTENCIAL)	167
8.1. NOTA INTRODUTÓRIA	167
8.2. CENARIZAÇÃO DEMOGRÁFICA (2031 E 2035).....	168
9. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO SISTEMA EDUCATIVO MUNICIPAL.....	179
9.1. A REDE PÚBLICA: UMA VISÃO DOS ATORES EDUCATIVOS	179
9.2. UMA VISÃO INFORMADA DA SOCIEDADE	180
9.3. CENÁRIOS ESTRATÉGICOS PROSPETIVOS.....	184
9.3.1. Reforço do posicionamento da Amadora à escala regional: impactes na procura	184
9.3.2. Constrangimentos atuais da Rede Pública.....	186

9.3.3. Perspetivas de evolução demográfica e da população escolar	187
10. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO	191
10.1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES	191
10.1.1. Equipamentos escolares: instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos.....	191
10.1.2. Equipamentos escolares: instrumentos de integração social.....	192
10.1.3. A territorialidade da Rede Escolar	193
10.2. MATRIZ ESTRATÉGICA	194
10.2.1. Visão Estratégica	194
10.2.2. Princípios e Objetivos Estratégicos	195
11. PROGRAMA DE AÇÃO	203
11.1. ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO.....	203
11.2. EIXO I – REQUALIFICAR/AMPLIAR O PARQUE ESCOLAR INSTALADO.....	205
MEDIDA I.1. CRIAÇÃO DE NOVAS SALAS/ESPAÇOS LETIVOS E DE APOIO: PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO	205
MEDIDA I.2. CRIAÇÃO DE NOVAS SALAS/ESPAÇOS LETIVOS E DE APOIO: 2º, 3º CICLO E SECUNDÁRIO	220
MEDIDA I.3. PROGRAMA MUNICIPAL DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE ESCOLAR (PMPE+ AMADORA).....	226
MEDIDA I.4. PROGRAMA MUNICIPAL DE REFORÇO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO DESPORTIVO E LÚDICO – RECREIO (PMED+AMADORA).....	228
MEDIDA I.5. PROGRAMA DE MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO PARQUE ESCOLAR (PMEE+ AMADORA)	230
11.3. EIXO II - MELHORAR AS CONDIÇÕES E QUALIDADE DE ENSINO	231
MEDIDA II.1. REFORÇO DA ATRATIVIDADE E DIVERSIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES DE APRENDIZAGEM	231
MEDIDA II.2. REFORÇO DAS CONDIÇÕES E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, DIFERENCIADORA E MAIS BEM-ADAPTADA ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DOS CENTROS DE APOIO ÀS APRENDIZAGENS.....	233
MEDIDA II.3. APETRECHAMENTO COM MOBILIÁRIO E MATERIAL DIDÁTICO, DE QUALIDADE E DIFERENCIADOR	233
MEDIDA II.4. DIVERSIFICAR E DIFERENCIAR A OFERTA PROFISSIONAL E QUALIFICAR AS CONDIÇÕES DE ENSINO	234
11.4. EIXO III - MELHORAR AS CONDIÇÕES DE GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	234
MEDIDA III.1 CONSOLIDAÇÃO DA BOLSA MUNICIPAL DE RESERVA DE RECURSOS HUMANOS (CENTRALIZAÇÃO CIRÚRGICA DOS RECURSOS) PARA PARTILHA ENTRE ESTRUTURAS (EDUCAÇÃO INCLUSIVA, TÉCNICOS SECRETARIA,...)	234
MEDIDA III.2 CRIAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA DE DOCENTES	235
11.5. EIXO IV - REFORÇAR A LIGAÇÃO À COMUNIDADE, FOMENTANDO SOLUÇÕES DE ABERTURA DAS ESCOLAS AO EXTERIOR	236
MEDIDA IV.1 PROJETOS E INICIATIVAS QUE CONCORRAM PARA UMA MAIOR VALORIZAÇÃO DA ESCOLA NA COMUNIDADE	236
MEDIDA IV.2 PARCERIAS E PROJETOS COLABORATIVOS COM ENTIDADES DO CONCELHO QUE PERMITAM FOMENTAR A LIGAÇÃO ÀS PROFISSÕES E ÀS COMPETÊNCIAS DO FUTURO	237
11.6. QUADRO-SÍNTESE DE FINANCIAMENTO	238
12. MODELO DE MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E DISSEMINAÇÃO.....	242
12.1. UM CONTEXTO DE PARTIDA	242
12.2. ÂMBITO	243
12.3. MODELO DE MONITORIZAÇÃO	244
12.4. METODOLOGIA DE RECOLHA, TRATAMENTO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	246
12.4.1. Recolha/ Tratamento/Organização da Informação.....	247
12.4.2. Instrumentos de Ação	249
12.4.3. Avaliação dos Resultados e disseminação da informação	249

ANEXOS.....	252
A. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS	253
A.1. Documentação europeia e nacional	253
A.2. Legislação	254
A.3. Informação quantitativa	254
A.5. Websites	254

Índice de Figuras

Figura 1 – Enquadramento do art.º 31 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro	29
Figura 2 – Abandono escolar precoce da educação ou formação (18-24 anos) – 2023	34
Figura 3 – Proporção da população com menos de 15 anos com reduzida competência em ciências, leitura e matemática (2022)	35
Figura 4 – Enquadramento territorial do município da Amadora	75
Figura 5 – Modelo territorial do PROT AML, proposta de alteração de 2010.....	75
Figura 6 – Rede de acessibilidade no concelho da Amadora	78
Figura 7 – Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar, concelho de Amadora, 2014-2022 (n.º)	80
Figura 8 – Creches, por freguesia, concelho da Amadora, 2024.....	80
Figura 9 – ERPI, por freguesia, concelho da Amadora, 2024.....	80
Figura 10 – SAD, por freguesia, concelho da Amadora, 2024	81
Figura 11 – Evolução da população residente, Amadora, (n.º), 1991, 2001, 2011 e 2021	84
Figura 12 – População residente, por sexo e grupo etário, Amadora, 2021	84
Figura 13 – Índice de envelhecimento (n.º), por freguesia, 2011 e 2021	84
Figura 14 – Taxa de crescimento efetivo (%), Amadora e Portugal, 2011-2023	84
Figura 15 – Taxas de crescimento, natural, migratório e efetivo (%), Amadora, 2011-2023	84
Figura 16 – População residente, por sexo e grupo etário, Águas Livres, 2021	85
Figura 17 – População residente, por sexo e grupo etário, Alfragide, 2021	85
Figura 18 – População residente, por sexo e grupo etário, Encosta do Sol, 2021	85
Figura 19 – População residente, por sexo e grupo etário, Falagueira-Venda Nova, 2021	85
Figura 20 – População residente, por sexo e grupo etário, Mina de Água, 2021	85
Figura 21 – População residente, por sexo e grupo etário, Venteira, 2021.....	85
Figura 22 – Densidade populacional no concelho da Amadora, 2021	86
Figura 23 – População residente no concelho da Amadora, 2011, 2021	87
Figura 24 – Taxa de analfabetismo (%), 2011 e 2021	88
Figura 25 – Taxa de analfabetismo, por freguesia (%), 2011 e 2021	88

Figura 26 – Taxa de escolarização no ensino superior da população com idade entre os 18 e 22 anos (%), em 2012/2013, 2017/2018 e 2022/2023	88
Figura 27 – Taxa de desemprego (%), em 2011 e 2021	88
Figura 28 – Taxa de desemprego (%), por freguesia e sexo, em 2021	88
Figura 29 – Desempregados inscritos no mês de dezembro (N.º), na Amadora, 2013-2023	89
Figura 30 – Características dos desempregados (n.º), em dezembro de 2023	89
Figura 31 – Nível de escolaridade dos desempregados (%), em dezembro de 2023	89
Figura 32 – Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa (%), 2011-2022	89
Figura 33 – Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%), 2011 e 2021	89
Figura 34 – População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 habitantes (%), 2011-2022	89
Figura 35 – População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) por nacionalidade, 2022	90
Figura 36 – Agregados domésticos privados (N.º) por Dimensão (agregado doméstico privado), Amadora, 2011 e 2021	90
Figura 37 – Variação dos estabelecimentos 2012-2022 (N.º) por atividade económica (CAE Rev. 3)	90
Figura 38 – Pessoal ao serviço (N.º) dos estabelecimentos e Atividade económica (CAE Rev. 3), 2022	90
Figura 39 – Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior (N.º), 2021/2022.....	93
Figura 40 – Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior (N.º), por nível de ensino, 2011/2012 - 2021/2022	93
Figura 41 – Estabelecimentos de ensino não superior (N.º) por tipo de estabelecimento e natureza institucional, 2021/2022	93
Figura 42 – Alunos matriculados nos estabelecimentos (%), por natureza institucional, na Amadora, 2021-2022	93
Figura 43 – Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%).....	93
Figura 44 – Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%).....	93
Figura 45 – Taxa bruta de pré-escolarização (%).....	94
Figura 46 – Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário (%).....	94
Figura 47 – Taxa de transição/ conclusão no ensino básico (%).....	94
Figura 48 – Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%).....	94
Figura 49 – Áreas de influência dos estabelecimentos de educação e ensino do concelho da Amadora 2022/2023.....	97
Figura 50 – Localização dos equipamentos educativos da rede pública do concelho.....	111
Figura 51 – Localização dos equipamentos educativos da rede pública e privada do concelho.....	112
Figura 52 – Avaliação do estado de conservação dos edifícios e espaços exteriores dos equipamentos do pré-escolar	113
Figura 53 – Avaliação do estado de conservação dos acessos dos equipamentos do pré-escolar.....	114

Figura 54 – Avaliação do estado de conservação dos edifícios dos equipamentos do pré-escolar	114
Figura 55 – Avaliação do estado de conservação dos espaços de apoio dos equipamentos do pré-escolar	115
Figura 56 – Avaliação do estado de conservação das redes e instalações dos equipamentos do pré-escolar	115
Figura 57 – Avaliação do estado de conservação dos edifícios e espaços exteriores dos equipamentos do 1ºCEB	117
Figura 58 – Avaliação do estado de conservação dos edifícios dos equipamentos do 1ºCEB	118
Figura 59 – Avaliação do estado de conservação dos espaços de apoio dos equipamentos do 1ºCEB	118
Figura 60 – Avaliação do estado de conservação das redes e instalações dos equipamentos do 1ºCEB	119
Figura 61 – Avaliação do estado de conservação dos edifícios e espaços exteriores dos equipamentos do 2º/3ºCEB e ensino secundário	122
Figura 62 – Avaliação do estado de conservação dos acessos dos equipamentos do 2º/3ºCEB e ensino secundário	122
Figura 63 – Avaliação do estado de conservação dos edifícios dos equipamentos do 2º/3ºCEB e ensino secundário.	122
Figura 64 – Avaliação do estado de conservação dos espaços de apoio dos equipamentos do 2º/3ºCEB e ensino secundário	123
Figura 65 – Avaliação do estado de conservação das redes e instalações dos equipamentos do 2º/3ºCEB e ensino secundário	123
Figura 66 – Número de crianças/alunos para quem foram mobilizadas medidas de suporte à aprendizagem e/ou inclusão (Relatório técnico pedagógico), por ciclo de ensino	125
Figura 67 – Número de crianças/alunos para quem foram mobilizadas medidas de suporte à aprendizagem e/ou inclusão (medidas universais), por ciclo de ensino	125
Figura 68 – Número de cursos profissionais/turmas nas Escolas da Rede Pública da Amadora, 2023/24	129
Figura 69 – Número de alunos inscritos nos cursos profissionais nas Escolas da Rede Pública da Amadora, 2023/24	129
Figura 70 – Evolução do número de alunos matriculados nos estabelecimentos da Escola Profissional Gustave Eiffel, 2021/22 a 2023/24.....	131
Figura 71 – Número de alunos inscritos nos cursos profissionais nas Escolas da Rede Pública da Amadora, 2023/24	131
Figura 72 – Nº de Alunos, por agrupamento de escolas, em 2023/2024.....	138
Figura 73 – Evolução do nº de matrículas no ensino pré-escolar na Amadora	139
Figura 74 – Evolução do n.º de matrículas no ensino pré-escolar na Amadora, por tipologia de oferta.....	139
Figura 75 – Nº de alunos no ensino pré-escolar, por agrupamento de escolas, em 2023/2024	140
Figura 76 – Alunos matriculados de nacionalidade estrangeira, no ensino pré-escolar (%).....	141
Figura 77 – Evolução do nº de matrículas no 1ºCEB na Amadora	142
Figura 78 – Evolução do nº de matrículas no 1ºCEB na Amadora, por tipologia de oferta	142

Figura 79 – N.º de alunos no 1.º Ciclo do Ensino Básico, por agrupamento de escolas, em 2023/2024	143
Figura 80 – Taxa de alunos matriculados não residentes no concelho, no 1.ºCEB	144
Figura 81 – Taxa de retenções, no 1.ºCEB	144
Figura 82 – Taxa de Abandono, no 1.ºCEB	145
Figura 83 – Evolução do n.º de matrículas no 2.º e 3.ºCEB na Amadora.....	145
Figura 84 – Evolução do n.º de matrículas no 2.º e 3.ºCEB na Amadora, Por Tipologia de Oferta.....	146
Figura 85 – Evolução do n.º de matrículas no 2.º e 3.ºCEB na Amadora.....	146
Figura 86 – N.º de matrículas no 2.º e 3.ºCEB, por freguesia, em 2023/2024.....	146
Figura 87 – N.º de alunos no 2.ºe 3.º ciclos do ensino básico, por agrupamento de escolas, em 2023/2024.....	148
Figura 88 – N.º de retenções e abandonos no 2.º e 3.ºCEB.....	149
Figura 89 – Taxa de retenções, no 2.ºe 3.º CEB.....	149
Figura 90 – Taxa de alunos matriculados não residentes no concelho, no 2.ºe 3.º B	150
Figura 91 – Taxa de alunos matriculados no 2.ºe 3.º CEB, com nacionalidade estrangeira	150
Figura 92 – Evolução do n.º de matrículas no ensino secundário na Amadora.....	151
Figura 93 – Evolução do n.º de matrículas no ensino secundário na Amadora, por tipologia de oferta.....	151
Figura 94 – Evolução do n.º de matrículas no ensino secundário, por escola, na Amadora	152
Figura 95 – Alunos matriculados no ensino secundário (%), com nacionalidade estrangeira, por escola, na Amadora	152
Figura 96 – N.º de alunos no ensino secundário, por agrupamento de escolas, em 2022/2023.....	153
Figura 97 – Taxa de alunos matriculados não residentes no concelho, no ensino secundário.....	154
Figura 98 – Evolução do número de alunos retidos/que abandonaram, no ensino secundário.....	154
Figura 99 – Taxas de retenção e abandono, no ensino secundário.....	154
Figura 100 – Alunos com RTP por agrupamento de escolas em 2023/2024 (%)......	155
Figura 101 – Alunos com RTP por ciclo de ensino, em 2023/2024 (%)......	155
Figura 102 – N.º de alunos com nacionalidade estrangeira, 8 principais nacionalidades em 2024/2025	156
Figura 103 – N.º de nacionalidade estrangeiras, por agrupamento de escolas em 2024/2025.....	156
Figura 104 – Evolução do número de alunos com nacionalidade estrangeiras, e do n.º de nacionalidade, entre 2022/2023 e 2024/2025, nas escolas públicas da Amadora	157
Figura 105 – Estabelecimentos de ensino pré-escolar da rede privada e solidária segundo a tipologia de entidade gestora	160
Figura 106 – Dinâmica urbanística	177

Figura 107 – Evolução do número de alunos na Amadora (Rede Pública).....	186
Figura 108 – Matriz-Síntese da procura educativa	188
Figura 109 – Matriz-Síntese da Oferta educativa.....	189
Figura 110 – Relevância do instrumento	191
Figura 111 – Desafios da programação	193
Figura 112 – Padrão territorial da rede: Princípios	194
Figura 113 – Visão Estratégica	195
Figura 114 – Princípios estratégicos.....	197

Índice de Quadros

Quadro 1 – Grandes objetivos da EU para 2020 e metas nacionais	31
Quadro 2 – Iniciativas emblemáticas da Estratégia Europa 2020	32
Quadro 3 – Metas do Objetivo 4 “Educação da Qualidade” no âmbito dos Objetivos de desenvolvimento Sustentável para 2030.....	37
Quadro 4 – Objetivos estratégicos, operacionais e medidas principais do Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023 em matéria de educação	39
Quadro 5 – Objetivos, princípios e competências delegadas no Âmbito do PAE, 2015	44
Quadro 6 – Refeições escolares, por escalão de ação social escolar, entre outubro de 2023 e outubro de 2024.....	51
Quadro 7 – Refeições escolares, fora do período letivo, 2023/2024 e 2024/2025	51
Quadro 8 – PMOT aprovados no concelho de Amadora.....	53
Quadro 9 – Grau de Execução da Carta Educativa (2007).....	62
Quadro 10 – intervenções nos equipamentos escolares da Amadora, por nível de ensino.....	67
Quadro 11 – Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar, concelho de Amadora, por freguesia, 2011-2022 (n.º)	80
Quadro 12 – Parque habitacional municipal da CM Amadora	80
Quadro 13 – Estabelecimentos de ensino não superior, por nível de ensino, concelho de Amadora, 2018/2019-2022/2023	80
Quadro 14 – Evolução da população residente por freguesia e taxa de variação da população, entre 2011 e 2021	84
Quadro 15 – Nível de escolaridade mais elevado concluído pela população residente com idade igual ou superior a 15 anos (%), por freguesia, em 2021.....	88
Quadro 16 – Agrupamentos de Escolas do concelho que integram o Programa TEIP	99
Quadro 17 – Provas de aferição do 2º ano - Percentagem de alunos que obtiveram o nível "Conseguiu" ou o nível "Conseguiu, mas..." em pelo menos metade dos domínios da prova	100
Quadro 18 – Provas de aferição do 5º ano - Percentagem de alunos que obtiveram o nível "Conseguiu" ou o nível "Conseguiu, mas..." em pelo menos metade dos domínios da prova (%).....	102
Quadro 19 – Provas de aferição do 8º ano - Percentagem de alunos que obtiveram o nível "Conseguiu" ou o nível "Conseguiu, mas..." em pelo menos metade dos domínios da prova (%).....	103
Quadro 20 – Provas finais do 9º ano, percentil nacional da escola, medido pela classificação média dos seus alunos	103
Quadro 21 – Evolução do percentil nacional da escola, medido pela classificação média dos seus alunos, Cursos Científico-Humanísticos do ensino secundário	104
Quadro 22 – Descrição do(s) circuito(s) de transporte de alunos	105
Quadro 23 – Equipamentos escolares que disponibilizam ensino pré-Escolar.....	107

Quadro 24 – Equipamentos escolares que disponibilizam 1º CEB.....	108
Quadro 25 – Equipamentos Escolares que disponibilizam 2ºCEB, 3ºCEB e/ou ensino secundário	109
Quadro 26 – Equipamentos Escolares segundo o ciclo de ensino, por freguesia.....	109
Quadro 27 –Oferta de cursos profissionais nas Escolas da Rede Pública da Amadora, em 2023/2024.....	128
Quadro 28 –Oferta de cursos de educação e formação de jovens nas Escolas da Rede Pública da Amadora, em 2023/2024.....	131
Quadro 29 –Oferta de cursos de educação e formação de adultos- nível básico, nas Escolas da Rede Pública da Amadora, em 2023/2024.....	132
Quadro 30 –Oferta de cursos de educação e formação de adultos- nível secundário, nas Escolas da Rede Pública da Amadora, em 2023/2024	133
Quadro 31 –Oferta de cursos de educação e formação de adultos- nível secundário - tipo A, nas Escolas da Rede Pública da Amadora, 2021/2022 a 2023/2024.....	133
Quadro 32 –Oferta de cursos de educação e formação de adultos- Ações de formação de português para falantes de outras línguas, nas Escolas da Rede Pública da Amadora, 2021/2022 a 2023/2024	134
Quadro 33 –Oferta de ensino recorrente da Escola Secundária da Amadora, 2021/2022 a 2023/2024.....	134
Quadro 34 – Variação no nº de matrículas nos equipamentos da rede pública da Amadora	137
Quadro 35 – Equipamentos de ensino pré-escolar da rede privada e solidária	159
Quadro 36 – Evolução da procura nos Equipamentos do Pré-Escolar da rede privada e solidária	161
Quadro 37 – Estado de conservação nos Equipamentos do Pré-Escolar da rede privada e solidária.....	161
Quadro 38 – Evolução da procura nos Equipamentos do 1º ciclo da rede privada e solidária	162
Quadro 39 – Estado de conservação nos Equipamentos do 1º ciclo da rede privada e solidária	162
Quadro 40 – Evolução da procura nos Equipamentos do 2º e 3º ciclos da rede privada e solidária	162
Quadro 41 – Estado de conservação nos Equipamentos do 2ºe 3º ciclos da rede privada e solidária.....	163
Quadro 42 – Situação demográfica do concelho e Freguesias, em 2021 (estrato etário).....	169
Quadro 43 – Evolução demográfica do concelho, por estrato etário, cenário tendencial 2031	169
Quadro 44 – Evolução demográfica do concelho, por estrato etário, cenário tendencial 2035.....	170
Quadro 45 – Evolução demográfica do concelho, por estrato etário, cenário expansionista 2031	170
Quadro 46 – Evolução demográfica do concelho, por estrato etário, cenário expansionista 2035.....	170
Quadro 47 – Evolução demográfica do concelho (n.º e %), 2031 e 2035 (A - cenário tendencial e B – cenário expansionista moderado).....	170
Quadro 48 – Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2031-2035), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: jardins-de-infância	171
Quadro 49 – Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2031-2035), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 1º ciclo	172

Quadro 50 – Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2031-2035), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 2º ciclo	172
Quadro 51 – Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2031-2035), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 3º ciclo	173
Quadro 52 – Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2031-2035), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: Secundário	173
Quadro 53 – Indicadores relevantes para calibrar a população a escolarizar na rede pública	174
Quadro 54 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2031-2035): jardins-de-infância	175
Quadro 55 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2031-2035): 1º ciclo	175
Quadro 56 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2031-2035): 2º ciclo	175
Quadro 57 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2031-2035): 3º ciclo	176
Quadro 58 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2031-2035): Secundário	176
Quadro 59 – Rede Pública e Privada (n.º de alunos; diferencial face ao ano letivo 2023/2024)	177
Quadro 60 – Rede pública de pré-escolar (jardim-de-infância)	181
Quadro 61 – Rede de escolas públicas de 1º ciclo	181
Quadro 62 – Rede de escolas públicas do 2º e 3º ciclo	181
Quadro 63 – Rede de escolas públicas de Ensino Secundário	182
Quadro 64 – Aspectos mais críticos da rede escolar do município	182
Quadro 65 – Principais prioridades a prosseguir pelo município	183
Quadro 66 – Ficha de Ação: Conversão da EB Artur Bual (1º ciclo) para EB Artur Bual (JI+1º Ciclo)	208
Quadro 67 – Ficha de Ação: Conversão da EB Artur Martinho Simões (1º ciclo) em EB Artur Martinho Simões (JI+ 1º Ciclo, com creche)	209
Quadro 68 – Ficha de Ação: Criação da Creche/JI Alto da Mira (JI, com creche e berçário)	210
Quadro 69 – Ficha de Ação: Criação da Creche/JI da Atalaia	211
Quadro 70 – Ficha de Ação: Integração do 1.º ciclo na EB e Secundária Mães de Água (Fase 1)	212
Quadro 71 – Ficha de Ação: Reabilitação/ampliação da EB e Secundária Mães de Água (Fase 2)	213
Quadro 72 – Ficha de Ação: Criação da EB de Santa Filomena (EB1/JI)	214
Quadro 73 – Ficha de Ação: Criação da nova EB Falagueira (EB1/JI/Creche)	215
Quadro 74 – Ficha de Ação: Criação da EB Brandoa Norte (EB1+JI)	216
Quadro 75 – Ficha de Ação: Criação da EB da Serra de Carnaxide (Fase 1)	217
Quadro 76 – Ficha de Ação: Ampliação da EB de Alfragide	218

Quadro 77 – Ficha de Ação: Requalificação/adaptação da EB Alice Vieira	219
Quadro 78 – Ficha de Ação: Criação da Escola Básica Casal da Mira (EB2/3)	222
Quadro 79 – Ficha de Ação: Criação da EB da Serra de Carnaxide (Fase 2)	223
Quadro 80 – Ficha de Ação: Criação da Escola Secundária de Alfornelos	224
Quadro 81 – Ficha de Ação: Criação da Escola Secundária da Serra de Carnaxide	225
Quadro 82 – Ficha de Ação: Programa Municipal de Modernização e Manutenção do Parque Escolar (JI e 1º ciclo)	226
Quadro 83 – Ficha de Ação: Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2º, 3º ciclo e secundário)	227
Quadro 84 – Ficha de Ação: Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (parque escolar dos JI e 1º ciclo).....	229
Quadro 85 – Ficha de Ação: Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar (PMEE+Amadora).....	230
Quadro 86 – Síntese de Financiamento do Programa de Ação	238
Quadro 87 – Cronograma de Execução do Programa de Ação	240
Quadro 88 – Indicadores de Contexto (Plano de Monitorização)	247
Quadro 89 – Indicadores de Realização (Plano de Monitorização)	248
Quadro 90 – Ferramentas de Comunicação: formas e regularidade de apresentação da informação-chave	249

Acrónimos

AE	Agrupamento de Escolas
AEC	Atividades de Enriquecimento Curricular
AML	Área Metropolitana de Lisboa
CAE-Rev.3	Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3
CEB	Ciclo do Ensino Básico
CEDRU	Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.
CMA	Câmara Municipal da Amadora
CO ₂	Dióxido de Carbono
COM	Comunicação da Comissão Europeia
COVID-19	Doença infecciosa provocada pelo vírus SARS-CoV-2
D. L.	Decreto Lei
EB	Escola Básica
ERPI	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
I&D	Investigação e Desenvolvimento
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRHU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
LBSE	Lei de Bases do Sistema Educativo
ME	Ministério da Educação
MECI	Ministério da Educação, Ciência e Inovação
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
n.º	Número
NUT	Nomenclatura das Unidades Territoriais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAE	Programa Aproximar Educação
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDM	Plano Diretor Municipal
PDMA	Plano Diretor Municipal da Amadora
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
TEIP	Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
UE	União Europeia

(página propositadamente deixada em branco)

0. Introdução

A rede de equipamentos coletivos constitui uma componente fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões, sendo simultaneamente instrumento de qualificação e valorização de centros urbanos e instrumento de fomento da equidade e qualidade de vida das populações.

De entre os equipamentos coletivos, os equipamentos de ensino constituem um conjunto fundamental, dada a sua importância na prossecução de um objetivo essencial no processo de desenvolvimento - acesso da população ao ensino - e na qualificação dos recursos humanos, fator de sucesso importante na competitividade de cidades e das regiões. Por outro lado, o conceito de Escola, anteriormente entendido como “escola-edifício”, é atualmente assumido como centro ou elo de uma rede de locais de educação e formação, como um espaço de múltiplas atividades de cariz comunitário. Acresce que a Escola passou a ser considerada como centro das políticas educativas devendo construir a sua autonomia a partir da(s) comunidade(s) em que se insere, da resposta aos seus problemas e da valorização das suas potencialidades, de forma a apurar e potenciar o seu desempenho enquanto serviço público de Educação.

Neste contexto, o reordenamento da rede de equipamentos de ensino constitui um fator fundamental na estratégia de desenvolvimento de um concelho, pelo que a Revisão da Carta Educativa da Amadora surge como uma oportunidade para adequar a rede de infraestruturas de ensino à procura previsível nos próximos anos, mas simultaneamente para operacionalizar os princípios de integração, sequencialidade e de utilização global e racional dos recursos emanados pela Lei de Bases do Sistema Educativo, promovendo o papel e integração virtuosa da Escola numa rede mais ampla de equipamentos, concebidos como organizações (integradoras) no plano interno e nas relações da comunidade.

Com a regulamentação da Carta Educativa, através da publicação do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, foram criadas as condições para enquadrar numa mesma lógica o planeamento e a organização da rede educativa local. Neste contexto, os municípios passaram também a possuir competência para conduzir os processos de planeamento respetivos, ou seja, equacionando e tomando decisões sobre o desenvolvimento da rede educativa local, nomeadamente no que se refere às instalações, aos equipamentos e às formações a disponibilizar (competência relevante e politicamente significativa). Ampliando e detalhando essas competências, o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, veio reforçar a ideia de que há um conjunto de oportunidades e desafios que importa potenciar, numa lógica de concertação e parceria de base territorial, inserindo a Escola num contexto mais abrangente de ordenamento do território municipal, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura no território.

Neste novo quadro legal, resultante de um amplo processo de ponderação e aprofundamento do exercício de descentralização de responsabilidades, atribuições e competências do Estado para a Administração Local, o setor da Educação emergiu como um dos pilares fundamentais, despontando a necessidade de um aprofundamento do conhecimento do Sistema Educativo, nas suas múltiplas dimensões, de modo a melhor informar e objetivar a tomada de decisão e garantir as condições necessárias à exequibilidade das transferências num quadro de qualidade de resposta municipal a estes novos desafios.

Em 2007, o Ministério da Educação homologou a Carta Educativa, que se pretende atualizar, face às novas exigências do Sistema Educativo, face ao novo quadro legal e face às novas dinâmicas territoriais existentes e emergentes. Conforme consagrado no Decreto-Lei enquadrador (Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro), o processo de revisão deve obedecer aos

princípios, objetivos e estrutura que nortearam a elaboração da Carta.

O documento que agora se apresenta, de Fase C, integra todas as componentes estruturadoras da Revisão da Carta Educativa. Para a elaboração deste documento, a equipa efetuou diversas reuniões com um amplo conjunto de *stakeholders*, com destaque para os diretores dos Agrupamentos de Escolas da Rede Pública e das Escolas Profissionais, bem como para a Câmara Municipal da Amadora. Para além das opiniões e informações que foram apresentadas no decurso dessas reuniões, a elaboração da Revisão da Carta Educativa fundamentou-se simultaneamente em diversos documentos e fontes publicadas, destacando-se obviamente os provenientes do Município, bem como dos referenciais estatísticos produzidos pelo INE.

Este documento constitui uma ferramenta de cariz prospetivo, capaz de ajudar a tomar decisões no presente e de conduzir com eficácia as mudanças de fundo e circunstanciais (incluindo num novo quadro de competências municipais e de (re)negociação de apoios financeiros comunitários), de forma a

consolidar-se uma rede eficaz de edifícios e equipamentos educativos, integrada numa rede mais ampla de equipamentos coletivos, que permita operacionalizar novos conceitos e diretrizes, que garantam uma efetiva adequação à realidade local e que contribuam para o cumprimento, com qualidade, da escolaridade obrigatória e para uma maior integração e inclusão social e territorial.

Saliente-se que não obstante o documento faça parte da Câmara Municipal da Amadora e tenha sido elaborado tecnicamente por uma entidade externa (CEDRU), ele corresponde a um processo e produto que contou com a participação ativa dos atores e agentes educativos locais, traduzindo a realidade da política educativa municipal e as propostas de resposta que se perspetivam e consideram imprescindíveis para o futuro da Educação no Concelho.

Neste sentido, a Revisão da Carta Educativa do Município da Amadora é um exercício que tentou através da participação alargada, obter consensos quanto ao planeamento e ordenamento da rede de equipamentos educativos concelhios.

1. Enquadramento e Contextualização

1.1. Introdução

A Carta Educativa constitui-se como um documento de referência estratégica, não só no domínio das políticas educativas e formativas dos municípios, como também para o seu desenvolvimento social e económico, uma vez que enquadra a dimensão demográfica enquanto ativo e forma de valorizar socialmente o concelho.

Esta dimensão está plasmada no próprio enquadramento legislativo da Carta Educativa, proporcionado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que entende e define este documento como sendo *o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.*

A atual Carta Educativa do Concelho da Amadora data de 2007, tendo sido desenvolvida a partir de processos e metodologias que permitiram enquadrar os contributos e a participação ativa dos principais atores da comunidade educativa do concelho. Esta abordagem assentou ainda em múltiplos objetivos estratégicos que, no essencial, visavam suprimir situações de requalificação do parque escolar, melhorar infraestruturas, concentrar recursos para melhoria de condições letivas e combater o insucesso e abandono escolar.

Os instrumentos de financiamento comunitário enquadrados no QREN (2007-2013) e no Portugal 2020 (2014-2020), permitiram desenvolver várias ações enquadradas nos objetivos assumidos, nomeadamente aqueles relacionados com a requalificação e melhoria infraestrutural do parque escolar, contribuindo para a aplicação efetiva de várias das ações identificadas.

No entanto, a amplitude temporal que decorreu desde a data da aprovação da Carta até ao momento presente, torna expectável que várias das dimensões que determinaram a sua elaboração estejam já significativamente modificadas, tendo também surgido novas dinâmicas com potencial transformador.

Desta forma, e dando resposta ao Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que veio revogar o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e que estabeleceu a obrigatoriedade de Revisão da Carta Educativa quando a rede educativa ficar desconforme com o princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa municipal, sendo esta reavaliação obrigatória de 10 em 10 anos, o presente documento procede à Revisão da Carta Educativa da Amadora.

1.2. Enquadramento legislativo

A rapidez com que se processam mudanças económicas e sociais à escala global traduz-se num aumento da complexidade destes processos, assim como num maior envolvimento dos atores numa nova economia baseada no conhecimento, representando, por si só, uma constante necessidade de reorganização económica, social e cultural, de modo a garantir uma capacidade de resposta eficiente aos desafios contemporâneos.

Uma das consequências da dinâmica que se tem verificado ao nível das relações do mercado de trabalho está relacionada com a necessidade de gerar e adaptar estruturas e mecanismos de valorização dos recursos humanos

onde, não só se preparam os mais jovens para responderem de forma eficaz aos desafios e exigências da modernidade, mas também se incentivam e orientam os indivíduos inseridos no mercado de trabalho a (re)ingressar nos sistemas de educação e formação, melhorando e atualizando as suas competências.

Esta dinâmica voltou a colocar a Educação e a Escola num papel de grande centralidade na Sociedade, conferindo-lhe uma dimensão fundamental no contexto das diversas políticas públicas. Por este motivo, têm vindo a ser produzidos vários elementos legislativos de suporte e enquadramento aos princípios e necessidades emergentes, nos quais a educação e formação são centrais.

Neste âmbito, sinaliza-se alguns dos elementos que constituem o quadro legislativo de referência, que serve de suporte ao exercício de revisão da Carta Educativa da Amadora:

- Constituição da República Portuguesa - Artigos 73º, 74º e 75
- Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) - Lei n.º 46/86, de 14 de outubro
- Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar - Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro
- Lei n.º 159/99, de 14 de setembro
- Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro
- D.L. n.º 54/2018, 6 junho – Educação inclusiva
- Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto
- Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro

As matrizes seguintes procuram, de forma esquemática, identificar a legislação que serve de suporte ao exercício de revisão da Carta Educativa da Amadora, detalhando-se em volume Anexo a restante legislação relevante.

Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro

Estabelece o quadro geral do sistema educativo, sendo o referencial normativo das políticas educativas focadas no desenvolvimento da educação e do sistema educativo

São princípios organizativos da LBSE (n.º 3):

- Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes;
- Contribuir para a correção das assimetrias de desenvolvimento regional e local;
- Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adoção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.

Alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de setembro, Lei n.º 49/05, de 30 de agosto, Lei n.º 85/09, de 27 de Agosto e Lei n.º 65/15, de 3 de julho (estabelecimento do regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade).

A LBSE, estabeleceu a escolaridade obrigatória de nove anos para todas as crianças e jovens entre os seis e os quinze anos de idade. A Lei n.º 85/09, de 27 de agosto, amplia até aos 18 anos essa obrigatoriedade.

Lei n.º 159/99, de 14 de setembro

Estabelece o quadro de transferência de atribuições para as autarquias locais, em matéria de educação

Relevem-se os pontos do artigo 19.º:

- Planear e gerir os equipamentos educativos, mais precisamente nos investimentos para construção, apetrechamento e manutenção de estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;
- Proceder à elaboração da então chamada “carta escolar”, a ser integrada nos planos diretores municipais;
- Criar os conselhos locais de educação;
- Garantir a rede de transportes públicos escolares;
- Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;
- Garantir o alojamento aos alunos do ensino básico, em alternativa ao transporte escolar;
- Participar no apoio às crianças que frequentam o pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no âmbito da ação social escolar;
- Apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa nos níveis pré-escolar e básico;
- Gerir o pessoal não docente nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro

Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para os Municípios

- O artigo 19.º, da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, elencou as competências a transferir na área da educação e do ensino não superior, tendo, sequencialmente, o artigo 13.º da Lei n.º 30-C/2000, de 29 de dezembro, e o artigo 12.º da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro, procurado concretizá-las.
- Não obstante, apenas com o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, ocorre a transferência efetiva de competências no que concerne aos conselhos municipais de educação e à elaboração da Carta Educativa, enquanto instrumento central de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino. Este diploma regulamenta igualmente as competências para a realização de investimentos pelos Municípios (construção, equipamento e manutenção dos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico), bem como para a gestão do pessoal não docente.

Fonte: Equipa técnica

Decreto-lei n.º 144/2008, de 28 de Julho

Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação

O Decreto-Lei n.º 144/2008 estabelece o quadro de transferência de competências do Estado para os municípios na área da educação, no âmbito de uma política de descentralização e reforço do poder local. Esta medida insere-se no objetivo do Governo de promover uma gestão mais próxima das populações, melhorar a qualidade do serviço educativo e reduzir desigualdades, reconhecendo a educação como um fator essencial de desenvolvimento e democracia. A transferência resulta de um acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, garantindo também a atribuição dos recursos financeiros necessários.

O diploma define as áreas em que os municípios passam a ter competências, incluindo a gestão do pessoal não docente, a ação social escolar, o fornecimento de refeições, as atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo, a manutenção e construção de escolas básicas, e a organização dos transportes escolares. Prevê ainda que estas competências sejam acompanhadas pela transferência de verbas do Estado e integradas no Fundo Social Municipal, assegurando a sustentabilidade financeira das novas responsabilidades.

Por fim, o decreto-lei estabelece regras para a execução desta descentralização, nomeadamente através de contratos entre o Ministério da Educação e os municípios, garantindo mecanismos de controlo, acompanhamento e responsabilização. Salvaguarda também os direitos dos trabalhadores transferidos, mantendo a sua situação jurídico-funcional, e permite a delegação de competências nas escolas, promovendo uma gestão mais eficiente e adaptada às realidades locais.

Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais

Através deste decreto, estabelece-se o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

Estabelece-se ainda o regime jurídico da delegação de competências do Estado nas autarquias locais e nas entidades intermunicipais e dos municípios nas entidades intermunicipais e nas freguesias.

Define as atribuições dos Municípios no domínio da educação, ensino e formação profissional.

Decreto-lei n.º 30/2015, de 12 de Fevereiro

Estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais

O documento estabelece o regime de delegação de competências do Estado para os municípios e entidades intermunicipais, no âmbito da descentralização administrativa. Este processo visa aumentar a eficiência e qualidade dos serviços públicos, aproximando a tomada de decisão das realidades locais e promovendo a coesão territorial e a melhor gestão dos recursos.

A delegação de competências concretiza-se através de contratos interadministrativos. Estes contratos definem claramente as responsabilidades de cada entidade, garantem a transferência dos recursos financeiros necessários (sem aumento da despesa pública) e estabelecem indicadores para avaliar a melhoria do desempenho dos serviços públicos.

O decreto-lei abrange várias áreas, como educação, saúde, segurança social e cultura, atribuindo aos municípios competências na gestão de serviços, recursos humanos, infraestruturas e políticas locais. Inclui ainda mecanismos de acompanhamento e monitorização para avaliar os resultados e ajustar o modelo de descentralização, permitindo a sua expansão futura com base na eficácia demonstrada.

Contrato n.º 550/2015, de 28 de Julho

Contrato de Educação e Formação Municipal, no âmbito da descentralização administrativa, visa delegar competências na área da educação e formação

Consiste no contrato interadministrativo celebrado entre o Ministério da Educação e Ciência, a Presidência do Conselho de Ministros e o Município da Amadora, com o objetivo de delegar competências na área da educação. Este contrato insere-se numa política de descentralização administrativa, procurando aproximar a gestão educativa das realidades locais, melhorar a eficiência dos serviços públicos e reforçar a autonomia das escolas e dos municípios.

O contrato define como objeto principal a transferência de competências do Estado para o município em diversas áreas educativas, incluindo políticas educativas, administração educativa; gestão e desenvolvimento do currículo; organização pedagógica e administrativa; gestão de recursos, bem como a relação escola/comunidade. Mantém-se, no entanto, a autonomia dos agrupamentos de escolas, garantindo-se articulação entre o Ministério, o município e as escolas, através de uma matriz de responsabilidades claramente definida.

Em termos operacionais, o documento estabelece regras sobre gestão de infraestruturas escolares, recursos humanos e atividades educativas. O município passa a ser responsável pela manutenção das escolas e pela gestão do pessoal não docente, enquanto o pessoal docente permanece sob tutela do Estado. Também são previstas responsabilidades na promoção de atividades de enriquecimento curricular e na adaptação da oferta formativa às necessidades locais, com financiamento assegurado pelo Estado segundo um modelo definido no contrato.

Por fim, o contrato prevê mecanismos de financiamento, acompanhamento e avaliação, incluindo metas de melhoria do desempenho escolar, redução do abandono e promoção do sucesso educativo. É estabelecida uma comissão de acompanhamento para monitorizar a execução do projeto-piloto, cuja duração inicial é de quatro anos. O contrato pode ser ajustado, avaliado e eventualmente convertido em regime permanente, dependendo dos resultados alcançados e da eficácia do modelo implementado.

Despacho n.º 37/P/2017, de 6 de Novembro

Delegação de competências entre o Município da Amadora e os AE relativas às atividades de enriquecimento curricular, transferências financeiras e gestão do pessoal não docente

O despacho da Câmara Municipal da Amadora baseia-se no enquadramento legal da descentralização de competências do Estado para os municípios, especialmente na área da educação. Através de legislação como a Lei n.º 75/2013 e o Decreto-Lei n.º 30/2015, foi estabelecida a possibilidade de delegação de competências, concretizada no contrato interadministrativo n.º 550/2015 entre o Ministério da Educação e o Município da Amadora. Este contrato atribui ao município responsabilidades na gestão de recursos e funcionamento dos agrupamentos de escolas, incluindo a gestão financeira e administrativa.

No âmbito deste enquadramento, a Presidente da Câmara delega e subdelega nos diretores dos agrupamentos de escolas diversas competências, sobretudo relacionadas com a gestão do pessoal não docente. Estas incluem, entre outras, a autorização de férias, justificação de faltas, gestão de horários, formação profissional, processos de aposentação, segurança social e avaliação de desempenho. Além disso, são também atribuídas competências na gestão de atividades de enriquecimento curricular e na administração de transferências financeiras ligadas ao funcionamento das escolas.

O despacho reforça ainda a importância da autonomia dos agrupamentos de escolas e da eficiência na gestão local, permitindo aos diretores maior capacidade de decisão no dia a dia. Por fim, determina a ratificação de todos os atos já praticados no âmbito destas competências delegadas e subdelegadas, formalizando e consolidando a sua aplicação.

Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto

Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais

O artigo 11.º refere as novas competências dos órgãos municipais no que respeita à educação:

- É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos aos estabelecimentos públicos de educação e de ensino integrados na rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, incluindo o profissional, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção.
- Compete igualmente aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional:
 - Assegurar as refeições escolares e a gestão dos refeitórios escolares;
 - Apoiar as crianças e os alunos no domínio da ação social escolar;
 - Participar na gestão dos recursos educativos;
 - Participar na aquisição de bens e serviços relacionados com o funcionamento dos estabelecimentos e com as atividades educativas, de ensino e desportivas de âmbito escolar;
 - Recrutar, selecionar e gerir o pessoal não docente inserido nas carreiras de assistente operacional e de assistente técnico.
- Compete ainda aos órgãos municipais:
 - Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico e secundário, como alternativa ao transporte escolar;
 - Assegurar as atividades de enriquecimento curricular, em articulação com os agrupamentos de escolas;
 - Promover o cumprimento da escolaridade obrigatória;
 - Participar na organização da segurança escolar.
- As competências previstas no presente artigo são exercidas no respeito das competências dos órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação

É da competência dos órgãos municipais participar, em matéria de educação, no planeamento, na gestão e na realização de investimentos. É da competência dos órgãos das entidades intermunicipais o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal.

Este quadro legal faz a correspondência entre o âmbito das competências descentralizadas e a organização da oferta pública de ensino básico e secundário que assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória pelas crianças e jovens em idade escolar e visa a universalidade da educação pré-escolar. Esta solução, além de garantir coerência entre o exercício das competências das autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da educação e a organização geral do sistema educativo, corresponde aos diferentes níveis e ciclos de ensino existentes nos agrupamentos de escolas, pondo termo ao exercício concomitante de competências da mesma natureza, numa única unidade orgânica, por diferentes entidades públicas.

Mantem-se a Carta Educativa municipal e o plano de transporte escolar como instrumentos de planeamento e a consagração da participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação.

Define os conteúdos da Carta Educativa (que genericamente, passam pela caracterização sumária da localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos, o diagnóstico estratégico, as projeções de desenvolvimento e a proposta de intervenção relativamente à rede pública) e as competências de elaboração (da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal respetiva, após discussão e parecer do conselho municipal de educação, e pronúncia do departamento governamental com competência na matéria).

Despacho n.º 71/P/2021, de 17 de Dezembro

Delegação de competências entre o Município da Amadora e os AE na realização de investimentos e atividades de gestão (apoios e complementos educativos, pessoal não docente, dos estabelecimentos escolares)

O Despacho n.º 71/P/2021 enquadra-se no processo de descentralização de competências na área da educação, inicialmente baseado no contrato interadministrativo n.º 550/2015 e posteriormente reforçado pelo novo regime legal definido pela Lei n.º 50/2018 e pelo Decreto-Lei n.º 21/2019. Este novo modelo transfere de forma mais abrangente e definitiva competências para os municípios, tendo o Município da Amadora assumido essas responsabilidades a partir do ano letivo 2019/2020, mantendo-se ainda em vigor algumas disposições do contrato anterior até plena implementação do novo regime.

Neste contexto, a Câmara Municipal subdelega nos diretores dos agrupamentos de escolas um conjunto alargado de competências. Estas abrangem áreas como a realização de investimentos (manutenção de escolas e aquisição de equipamentos), a gestão de apoios educativos (como ação social escolar e atividades de enriquecimento curricular), a administração do pessoal não docente (férias, faltas, horários, formação, avaliação, entre outros) e a gestão dos próprios estabelecimentos escolares, incluindo contratação de serviços e utilização de espaços.

O despacho reforça a autonomia das escolas e a gestão de proximidade, prevendo também a transferência de verbas para os agrupamentos e a criação de mecanismos de monitorização financeira entre o município e as escolas. Por fim, autoriza a subdelegação destas competências pelos diretores, ratifica atos já praticados desde setembro de 2021 e determina a entrada em vigor do despacho na data da sua assinatura.

Para o atual processo de revisão, destaca-se o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, no qual se aprofunda a definição, objeto e objetivos associados à Carta Educativa. O artigo 5º deste Decreto indica que a Carta Educativa é *o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.*

O objeto da Carta Educativa consta no artigo 7º, consistindo na *identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respetiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extraescola.* Prevê-se também a identificação dos recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas, bem como uma análise da sua integração municipal, em função dos cenários prospetivados em matéria de desenvolvimento urbano e escolar.

O perímetro da análise da Carta Educativa inclui os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária, sendo que os objetivos da sua análise estão identificados no artigo 6.º do Decreto em causa, nomeadamente:

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente;
- Refletir, ao nível municipal, o processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação;
- Promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis;
- Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos;
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas daquele.

Este enquadramento permite concluir que a Carta Educativa é um instrumento relevante para: i) enquadrar de forma unitária o planeamento e a organização da rede educativa local; ii) promover a adequação da rede de infraestruturas de ensino à procura previsível; iii) melhorar e qualificar o parque escolar existente no concelho.

Figura 1 – Enquadramento do art.º 31 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro



Fonte: Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (adaptado)

A dimensão multifatorial que a Carta Educativa observa obriga a uma relação de proximidade com os processos de ordenamento da rede educativa e com o território onde esta se insere, pelo que não deve estar dissociada dos demais instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente do Plano Diretor Municipal (PDM), principal instrumento de gestão territorial ao nível municipal.

É neste contexto que o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, obriga os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), entre os quais o PDM, à articulação com políticas setoriais de incidência local (alínea c) do artigo 70º).

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, veio reforçar a perspetiva na qual o PDM *define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente (...) a rede de equipamentos de educação.*

Em síntese, a associação da Carta Educativa ao PDM, enquanto documento complementar, constitui um instrumento fundamental do planeamento, determinante para a decisão estratégica, principalmente no que respeita ao enquadramento e dimensionamento do sistema educativo, garantindo a sua adequação à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico.

1.3. Políticas e metas a alcançar

As questões relacionadas com a formação e o conhecimento têm vindo a ganhar um espaço cada vez mais relevante nos fóruns de decisão política. Neste âmbito, destaque-se o Conselho Europeu de março de 2001, que definiu uma estratégia de reforço do mercado de emprego e da coesão social por via de uma “economia baseada no

conhecimento mais dinâmica e competitiva, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social”.

A prossecução deste objetivo obriga a que a Educação tenha uma posição central, pelo que a definição de estratégias envolveu os diversos subsistemas educativos e formativos, assim como todos os seus intervenientes, procurando que os cidadãos europeus pudessem desenvolver as suas aptidões e competências, criando estruturas de combate ao desemprego e à exclusão social dos grupos mais desfavorecidos, proporcionando novas formas de aquisição de conhecimentos ao longo da vida.






O documento Estratégia Europa 2020¹, desenvolvido pela Comissão Europeia em junho de 2010, estabeleceu o objetivo de tornar a União Europeia (UE) numa economia inteligente (promovendo o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital); sustentável (promovendo uma economia hipocarbónica, eficiente em termos de recursos e competitiva) e inclusiva (promovendo uma economia com altas taxas de emprego que assegure a coesão social e territorial), constituindo-se como um importante marco na promoção e valorização de competências.

No âmbito da estratégia, foram identificadas cinco áreas prioritárias de atuação, às quais estavam associados objetivos a atingir até 2020, quer para o conjunto da União quer para cada Estado-Membro, sendo que a operacionalização estratégica foi desenvolvida por via de ações específicas ao nível nacional e europeu, sendo algumas centradas, direta ou indiretamente, na componente educativa.

Em função da evolução das diversas variáveis e dado que muitos dos Estados Membros, incluindo Portugal, continuam sem atingir as metas propostas, a Estratégia mantém a sua pertinência continuando a ser efetuado um enorme esforço de investimento (por exemplo, no âmbito do Portugal 2030) para assegurar o cumprimento dos compromissos/metas assumidos. Em 2019, em Portugal, a taxa de abandono precoce de educação e formação (18-24 anos) ainda era de 10,6% (meta de 10%), enquanto a % de diplomados com ensino superior ou equivalente (30-34 anos) era de 36,2% (meta de 40%). Em 2020, continuaram a registar-se avanços importantes, tendo Portugal superado a meta (9,1%), no que respeita à taxa de abandono precoce de educação e formação. Em 2021, também a % de diplomados com ensino superior ou equivalente (30-34 anos) tinha sofrido um incremento relevante, passando a representar 43,7% e superando a meta definida (40%).

¹ Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. COM (2010) 2020. Comissão Europeia (março de 2010).

Quadro 1 – Grandes objetivos da EU para 2020 e metas nacionais

5 grandes objetivos da UE para 2020		Metas para Portugal
Emprego		
	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos 	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de emprego: 75%
I&D e Inovação		
	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar para 3% do PIB da UE o investimento (público e privado) em I&D e inovação 	<ul style="list-style-type: none"> - I&D (em % do PIB): 2,7 a 3,3%
Alterações Climáticas e Energia		
	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias) relativamente aos níveis registados em 1990 - Obter 20% da energia a partir de fontes renováveis - Aumentar em 20% a eficiência energética 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução das emissões de CO₂: 20% - Energias renováveis: 31% - Eficiência energética: 20% (30% no caso da Administração Pública)
Educação		
	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir as taxas de abandono escolar para níveis abaixo dos 10% - Aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior 	<ul style="list-style-type: none"> - Abandono escolar precoce: 10% - Ensino Superior: 40%
Pobreza e Exclusão Social		
	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da população em risco de pobreza ou de exclusão social: 200.000

Fonte: Estratégia Europa 2020 (adaptado)

A ambição associada a estes objetivos contribuiu para a consolidação de 7 iniciativas emblemáticas que visavam uma partilha de responsabilidade alargada às várias escalas, numa lógica colaborativa que abrangia desde as organizações europeias às autoridades locais e regionais.

Quadro 2 – Iniciativas emblemáticas da Estratégia Europa 2020

Recentrar a política de I&D e inovação nos principais desafios sociais, colmatando o desfasamento existente entre a ciência e o mercado, transformando as invenções em produtos. A título de exemplo, a patente comunitária poderia traduzir-se numa economia anual de 289 milhões de euros para as empresas.	União da inovação
Reforçar a qualidade e a capacidade de atração internacional do sistema de ensino superior europeu, promovendo a mobilidade dos estudantes e dos jovens profissionais. As vagas existentes devem ser mais facilmente acessíveis em toda a Europa e as qualificações e experiência profissional reconhecidas de forma adequada.	Juventude em movimento
Retirar de forma sustentável benefícios económicos e sociais do mercado único digital com base na internet de alta velocidade. Até 2013, todos os europeus deverão ter acesso à internet de alta velocidade.	Agenda digital para a Europa
Apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e eficiente na utilização de recursos. A Europa deve manter-se fiel aos objetivos que fixou para 2020 no domínio da produção, eficiência e consumo de energia. Deste modo, será possível uma poupança de 60 mil milhões de euros nas importações de petróleo e gás em 2020.	Europa eficiente em termos de recursos
Contribuir para a competitividade da indústria da UE no mundo que emergirá da crise, promover o empreendedorismo e desenvolver novas qualificações. Deste modo, será possível criar milhões de novos postos de trabalho.	Política industrial em prol do crescimento verde
Criar as condições para a modernização dos mercados de trabalho, com vista a aumentar as taxas de emprego e assegurar a sustentabilidade dos nossos modelos sociais no momento da passagem à reforma da geração dos «baby-boomers».	Agenda para novas qualificações e novos empregos
Assegurar a coesão económica, social e territorial, permitindo que as camadas mais pobres e socialmente excluídas da população desempenhem um papel ativo na sociedade.	Plataforma europeia contra a pobreza

Fonte: Estratégia Europa 2020 (adaptado)

Ao nível nacional, são vários os documentos que incorporam a ambição de desenvolvimento, destacando-se os que deram sustentação ao Portugal 2020 e Portugal 2030, destacando-se também documentos internos de planeamento, como a revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

O facto de se enfrentarem alguns constrangimentos de tipologia diversa desde 2008, período de reajustamento financeiro ao nível nacional, não impede que as mudanças estruturais que se aviznam e balizam o reencaixe do país em diferentes escalas e contextos políticos, socioeconómicos e territoriais, assim como os pressupostos e prioridades de desenvolvimento do País continuem a manter a sua atualidade e pertinência nos horizontes de médio e longo prazo.

Assim, no horizonte 2014-2027, o desenvolvimento territorial de Portugal tem estado balizado por quatro prioridades: i) criação de uma economia inovadora, competitiva, integrada e aberta; ii) criação de um território equitativo e de bem-estar; iii) criação de um espaço sustentável e bem ordenado; iv) criação de uma sociedade criativa, cooperante e com sentido de cidadania.

Mais recentemente, a Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, a partir da qual foi desenvolvido o Plano de Recuperação e Resiliência apresentado à Comissão Europeia e que contribuiu para definir a forma de atribuição dos fundos comunitários no atual quadro de financiamento (2021-2027), apresenta alguns objetivos diretamente relacionados com as questões da educação e coesão territorial, destacando-se o

reforço da aposta nas qualificações da população portuguesa a todos os níveis, para superar este défice crónico, acelerar a Transição Digital e apostar nas infraestruturas digitais em todos os setores e na Administração Pública, incentivando novos modelos de trabalho e de produção que incorporem as tecnologias associadas à digitalização.

Noutro domínio, as linhas de rumo que o PNPOT pretendeu imprimir ao País enquadram alguns objetivos estratégicos, que se complementam e reforçam reciprocamente, e que permitem suportar algumas opções de desenvolvimento, incluindo aquelas relacionadas com o quadro da rede do Sistema Educativo:

- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições;
- Utilizar de modo sustentável os recursos energéticos.

A definição destes objetivos está também em linha com as principais tendências emergentes que constituem o pano de fundo das estratégias de desenvolvimento local para os próximos anos, no quadro dos instrumentos de cofinanciamento:

- Reforçar a prioridade da alocação de recursos nas questões da competitividade com especial enfoque na introdução e aprofundamento da I&D nos clusters em que País denota maiores vantagens comparativas;
- Aprofundar as experiências de desenvolvimento urbano integrado com uma redução do investimento nos vetores físicos e no espaço público e a emergência das questões da reabilitação urbana, da competitividade económica e da inovação social, em coerência com as alterações no mercado de habitação;
- Concentrar espacialmente os investimento e aumento da seletividade na alocação de recursos financeiros, procurando tirar partido das economias de escala, bem como apoiar o processo de revitalização económica e territorial do País;
- Redefinir os modelos de governança territorial, com vista à redução dos custos de administração territorial e de otimização do stock de bens públicos.

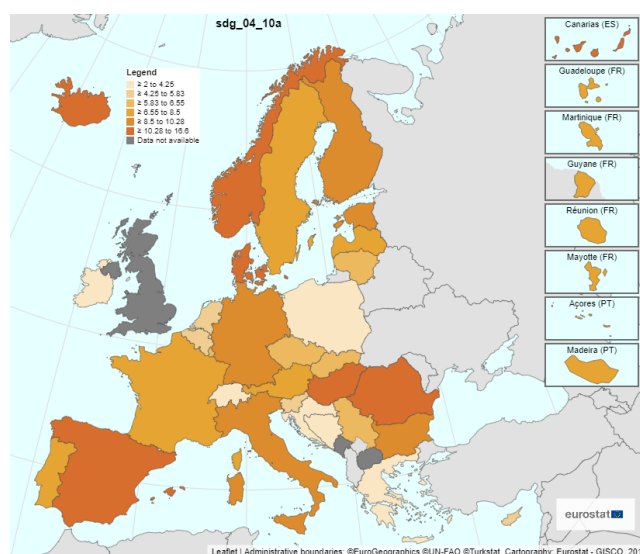
A materialização destes objetivos tem permitido um avanço positivo em matéria educativa, em que merecem destaque algumas melhorias concretas, de que é exemplo a redução do número de jovens que abandonam a escola precocemente (aqueles que não conseguem completar o ensino secundário). Este é um aspeto fundamental não só para o aumento das competências, como também para melhorar perspectivas e oportunidades de emprego dos jovens, já que aqueles com pelo menos a qualificação secundária (ou superior) têm maior propensão de encontrar um emprego e de ter um rendimento superior comparativamente aos que possuem um nível de educação mais baixo.

Conforme já abordado, o objetivo Europa 2020 ambiciona reduzir a percentagem de população (entre os 18 a 24 anos) com baixas qualificações escolares. Em 2023, este valor rondava os 8% na União Europeia, bastante inferior ao registado em 2008 (14,4%), apresentando uma evolução positiva². Em Portugal, o mesmo indicador situa-se 0,8 pp abaixo da média europeia, nos 7,4% (34,9%, em 2008). Em 2023, na Área Metropolitana de Lisboa, onde se insere o concelho da Amadora, a taxa era de 7,9% (22,8%, em 2011).

Ainda que esta redução possa, em parte, ser atribuída a um ambiente de maior dificuldade em encontrar trabalho, há também melhorias estruturais significativas (maior qualidade dos espaços, maior integração das políticas educativas e socioeconómicas, maior sensibilização dos jovens), sendo expectável que a tendência se mantenha, ainda que a um ritmo mais lento.

Portugal apresenta uma evolução favorável no que diz respeito ao abandono escolar, situação que também se verifica na proporção de jovens com idade entre os 25 e os 34 anos com um nível de ensino superior³ que, em 2023, era superior à média europeia (40,9% a nível nacional e 44,1% a nível europeu), o que reflete uma redução da franja de jovens que não possuem qualquer tipo de oferta educativa, incluindo profissional, que contribua para a sua inserção no mercado de trabalho.

Figura 2 - Abandono escolar precoce da educação ou formação (18-24 anos) - 2023



Fonte: Eurostat

² https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/sdg_04_10a/default/table?lang=en

³ https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/sdg_04_20/default/table?lang=en&category=sdg_sdg_04

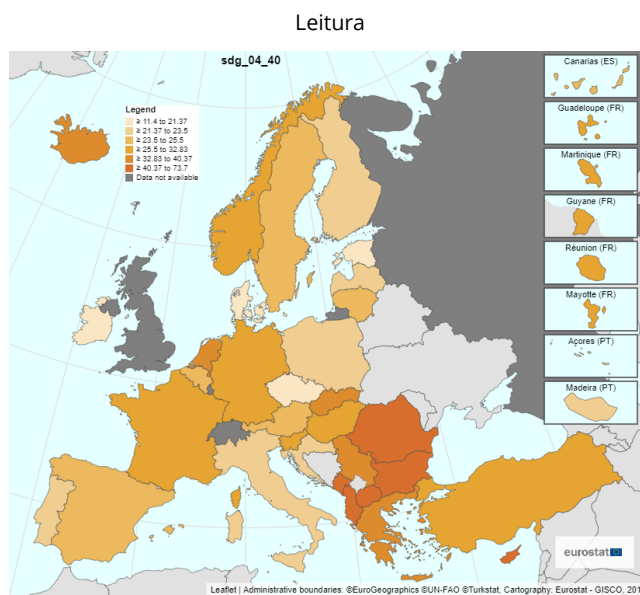
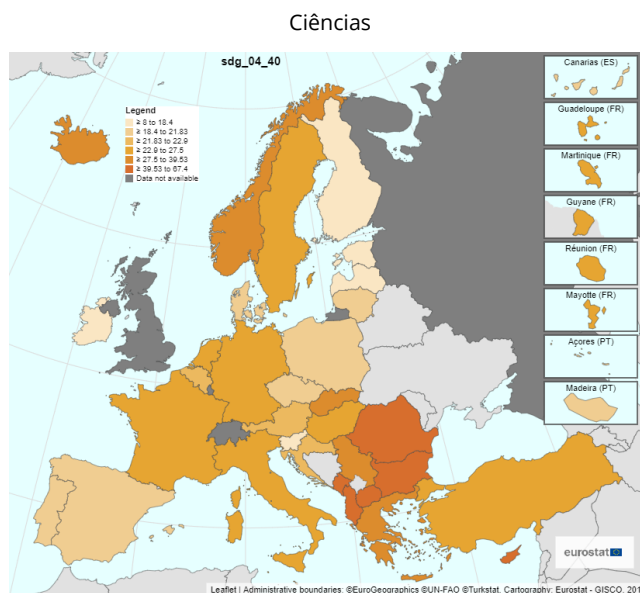
Apesar da melhoria verificada no que diz respeito à taxa de abandono precoce de educação e formação, a diferença de género é particularmente pronunciada, sendo de 9,8% no caso dos homens e de 6,1% no caso das mulheres, em 2023 (INE).

Como já referido, outro dos objetivos educativos definidos para 2020 passava por atingir os 40% de diplomados que tenham completado o ensino superior ou equivalente na população entre os 30 e os 34 anos. Entre 2011 e 2021, ocorreu um aumento da taxa de conclusão dos estudos superiores (30-34 anos) dos 26,7% para os 41,6%, sendo que em 2023 ocorreu uma diminuição desse valor para os 39,2%, valor mais distante do valor de referência, sendo a média da UE 43,9%, em 2023. Por outro lado, de acordo com dados do Eurostat, o ensino e os cuidados na primeira infância (dos 3 aos 6 anos) passaram, em Portugal, dos 88,7%, em 2013, para os 96,3%, em 2022, valor já superior ao da média da UE (93,1%).

Por outro lado, de acordo com dados do Eurostat, o ensino e os cuidados na primeira infância (dos 3 aos 6 anos) passaram, em Portugal, dos 88,7%, em 2013, para os 96,3%, em 2022, valor já superior ao da média da UE27 (93,1%).

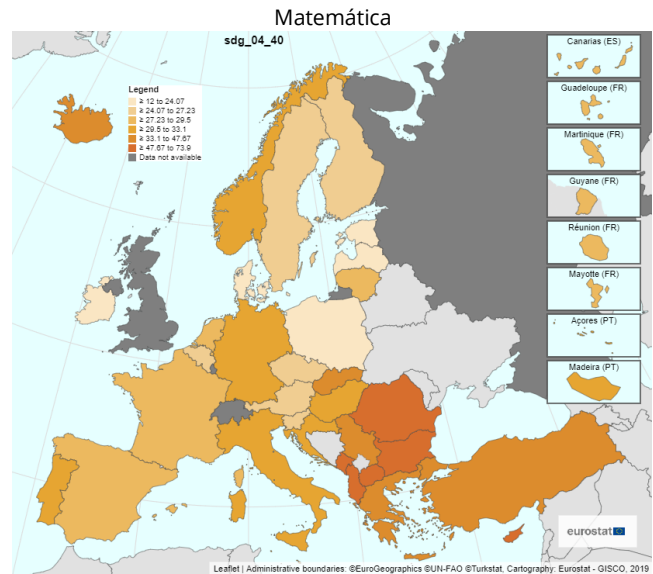
A qualidade de ensino deve proporcionar aos alunos as competências necessárias para o seu sucesso futuro, sendo este um aspeto determinante para mensurar o sucesso das políticas educativas. Neste âmbito, os inquéritos realizados pela OCDE em 2018, revelaram que, em Portugal, 20,2% dos alunos com 15 anos de idade testados (PISA) têm uma compreensão insuficiente do que leem e uma proporção ainda maior possui competência insuficiente em matemática (23,3%). Estes valores, demonstram que em muitos países da UE (incluindo Portugal), ainda existem grandes dificuldades na aprendizagem de competências básicas, bem como de iliteracia científica. Dados do ano de 2023, refletem um deteriorar da situação, com as dificuldades de leitura a atingirem 23,1% destes jovens e as dificuldades em matemática assolarem 29,7% dos jovens com 15 anos. A disciplina de Ciências, cujos resultados se situavam abaixo dos 20% em 2018, atinge, em 2022, os 21,8%.

Figura 3 – Proporção da população com menos de 15 anos com reduzida competência em ciências, leitura e matemática (2022)



Recorde-se que, no quadro da OCDE, foram estabelecidos três indicadores de referência para 2020, no que respeita à Educação e Formação, nomeadamente quanto ao abandono escolar e à participação no ensino:

- Pelo menos 95% das crianças com mais de 4 anos e menos de 6 anos devem participar na educação infantil (pré-escolar);
- Menos de 15% dos jovens de 15 anos com problemas/dificuldades de leitura, matemática e ciência;
- Pelo menos 15% dos adultos (grupo etário 25-64) devem participar na aprendizagem ao longo da vida.



Fonte: Eurostat

No quadro destas metas definidas pela OCDE para 2020 Portugal apresenta uma trajetória particularmente positiva em matéria de participação na educação infantil e pré-escolar, o que se deve principalmente à integração universal das crianças com pelo menos 4 anos de idade na educação pré-escolar no ano letivo de 2016/2017, que fez com que esse valor se tenha situado próximo dos 100%. Sublinhe-se que esta dimensão educativa continua a ser uma prioridade nacional, assumindo-se politicamente a “obrigatoriedade” de tendencialmente se alargar a universalidade da educação pré-escolar às crianças com três anos, pelo que todas as crianças com essa idade deverão ter lugar num jardim de infância.

Finalmente, em matéria de investimento, dados de 2011 situavam a despesa pública consagrada à educação em percentagem do PIB nos 6,1%, tendo esse valor apresentado trajetória de descida. Em 2021, esse valor ficou-se pelos 4,6%, abaixo da média da UE (4,7%). Os últimos dados disponíveis (2022), continuam a evidenciar a reduzida % do PIB consagrada a despesas com educação (4,3%).

Durante a Cimeira das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em setembro de 2015, foi apresentada e aprovada uma resolução denominada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”. Esta veio definir um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, tendo para isso sido definidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nos quais estão integradas 169 metas a alcançar por todos os países até 2030.

Dada a natureza e amplitude temática desta resolução, a educação é assumida como um aspeto central no desenvolvimento das políticas gerais de cada país, pelo que o quarto dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é precisamente relacionado com a Educação de Qualidade, visando “garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. As metas a alcançar no âmbito deste objetivo encontram-se apresentadas no quadro abaixo, e retomam alguns dos objetivos identificados na Estratégia Europa 2020, instando os países a continuar uma evolução nas políticas educativas que garantam melhores resultados e, em última análise, contribuam para uma sociedade mais inclusiva, coesa e com maior grau de equidade.

Quadro 3 – Metas do Objetivo 4 “Educação da Qualidade” no âmbito dos Objetivos de desenvolvimento Sustentável para 2030

Metas para uma Educação de Qualidade	
4.1	<ul style="list-style-type: none"> Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completam o ensino primário e secundário, que deve ser de acesso livre, equitativo e de qualidade, conduzindo a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes
4.2	<ul style="list-style-type: none"> Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, bem como cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam preparados para o ensino primário
4.3	<ul style="list-style-type: none"> Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e terciária, incluindo a universidade, com qualidade e a preços acessíveis
4.4	<ul style="list-style-type: none"> Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo
4.5	<ul style="list-style-type: none"> Até 2030, eliminar as disparidades de género na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, população autóctone e crianças em situação de vulnerabilidade
4.6	<ul style="list-style-type: none"> Até 2030, garantir literacia e aptidões numéricas a todos os jovens e a uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres
4.7	<ul style="list-style-type: none"> Até 2030 garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da educação para o desenvolvimento e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável
4.a	<ul style="list-style-type: none"> Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e às questões de género, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos
4.b	<ul style="list-style-type: none"> Até 2030, ampliar substancialmente, a nível global, o número de bolsas de estudo - para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos - para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, científicos e de engenharia, em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento
4.c	<ul style="list-style-type: none"> Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030

1.4. Política Setorial e Reformas em Curso

A política educativa nacional resulta da materialização das opções governamentais e de gestão assumidas pelos decisores políticos, no âmbito do quadro legislativo de referência que enquadra e suporta o Sistema Educativo nacional.

Neste âmbito, o XXII Governo Constitucional (2019-2023), identificou 4 desafios a prosseguir durante essa legislatura, sendo que um deles tem particular relevância em matéria de educação, designadamente aquele que se refere às “Desigualdades - Mais e melhores oportunidades para todos, sem discriminações”.

A amplitude deste desafio obriga a uma forte articulação entre os vários domínios económicos e sociais relevantes, nos quais se encontram objetivos especificamente relacionados com a educação, nomeadamente a aposta na escola pública como elemento de combate às desigualdades, à entrada e à saída da escola e a promoção do acesso à formação e qualificação ao longo da vida.

Na sequência das prioridades definidas no plano de governo do quadriénio anterior, considera-se que a consolidação das contas públicas só poderá ocorrer por via de uma maior eficiência ao nível da utilização e gestão dos recursos por parte das administrações públicas (as decisões devem ser tomadas com base em critérios de custo e eficácia – *“na educação básica, a última estimativa do Conselho Nacional de Educação aponta para 150 mil reprovações anuais, o que significa que cerca de 600 milhões de euros de despesa, não tiveram qualquer contrapartida positiva”*).

Por outro lado, releva-se a necessidade de valorizar o capital humano, sendo esta uma condição fundamental para um país mais próspero (o *principal investimento de futuro é o investimento nas pessoas de diferentes gerações, proveniências e capacidades*). Desta forma, *“o direito à Educação, e a uma Educação capaz de responder aos desígnios dos cidadãos e da sociedade, é um dos pilares fundamentais do desenvolvimento das comunidades e um aspeto fundacional da democracia portuguesa. A Educação é não apenas o meio privilegiado para o desenvolvimento dos indivíduos, mas também o determinante necessário para alcançar uma sociedade justa e esclarecida. A função social da escola pública só estará inteiramente cumprida quando a origem de cada um não for um aspeto relevante para o sucesso ou insucesso dos seus resultados. Entendemos que este é o fim fundamental para o qual concorre todo o sistema educativo.”* (Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023).

É neste contexto que o combate às desigualdades, à entrada e à saída da escola, é assumido como um desígnio nacional destacando-se o *“acesso à escolaridade universal desde os 3 anos de idade e o ensino obrigatório durante 12 anos convocam-nos a trabalhar para que todos possam aceder a um sistema capaz de responder na medida das necessidades de cada um e de garantir o respetivo sucesso”* (Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023).

Deste enquadramento, conclui-se que o combate ao insucesso escolar é um dos principais referenciais de ação governamental, que procura assim diminuir os constrangimentos verificados na qualidade e equidade do ensino, assim como no cumprimento da escolaridade obrigatória.

Quadro 4 – Objetivos estratégicos, operacionais e medidas principais do Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023 em matéria de educação

Objetivo Estratégico	Objetivo Operacional	Medidas Principais
Apostar na educação pré-escolar como chave para o combate ao insucesso escolar	Investimento no alargamento da rede e na qualificação da educação de infância	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir a universalidade da oferta da educação pré-escolar a todas as crianças dos três aos cinco anos; 2. Assegurar a tutela pedagógica sobre os estabelecimentos que integram a rede nacional de educação pré-escolar, independentemente de pertencerem à rede pública ou à rede solidária; 3. Desenvolver instrumentos de diagnóstico precoce de situações de risco como estratégia de prevenção do insucesso escolar
Combater o insucesso na sua raiz: desenvolver um ensino básico integrado, global e comum	Investimento em medidas de combate ao insucesso escolar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover uma maior articulação entre os três ciclos do ensino básico, redefinindo progressivamente a sua estrutura de modo a atenuar os efeitos negativos das transições entre ciclos, assumindo uma gestão mais integrada do currículo e reduzindo a excessiva carga disciplinar dos alunos 2. Incentivar a flexibilidade curricular, desde o 1.º ciclo, recorrendo a diferentes possibilidades de gestão pedagógica, gerindo com autonomia os recursos, os tempos e os espaços escolares, adequados aos múltiplos contextos existentes; 3. Consolidar as atividades de enriquecimento curricular, integrando-as plenamente na vida pedagógica das escolas, contribuindo, desse modo, para o aprofundamento do princípio da «Escola a Tempo Inteiro», alargando-a a todo o ensino básico.
Assegurar o cumprimento dos 12 anos de escolaridade obrigatória: valorizar o ensino secundário e diversificar a oferta formativa	Investimentos em medidas destinadas à valorização do ensino secundário e à diversificação da oferta formativa e valorização do ensino profissional e artístico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar programas de desenvolvimento do ensino experimental 2. Alargar o leque de cursos e de qualificações contempladas, em particular de nível secundário e pós-secundário 3. Reforçar as estratégias de diversificação pedagógica no contexto do ensino profissional e promover uma maior ligação da escola à comunidade e à família, tendo em atenção os jovens que abandonaram a escola sem concluir o ensino secundário e que ainda não se encontram a trabalhar 4. Criar condições de maior estabilidade ao financiamento da rede de escolas profissionais, através do recurso a programas plurianuais de financiamento condicionado ao mérito dos seus projetos educativos 5. Promover um maior reconhecimento do ensino profissional e das qualificações profissionais no âmbito do mercado de trabalho, estabelecendo dinâmicas de cooperação com os parceiros sociais e os conselhos empresariais regionais
Modernizar os modelos e os instrumentos de aprendizagem	Investimentos em ações que promovam um maior alinhamento das políticas educativas com as dinâmicas sociais e económicas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceber e implementar uma estratégia de recursos digitais educativos, que promovam a criação, disseminação e utilização de conteúdos digitais no processo de aprendizagem 2. Promover a utilização das TIC no âmbito do currículo, visando a apreensão, desde cedo, de práticas de aprendizagem baseadas nas novas tecnologias, capitalizando motivações, fomentando o gosto por aprender 3. Lançar um processo de simplificação na administração central da educação para uma maior autonomia e concentração das escolas na sua atividade fundamental, incluindo a reestruturação da administração central e das suas missões, reduzindo o seu peso no sistema, centrando a sua atuação no planeamento, avaliação e regulação do sistema

Objetivo Estratégico	Objetivo Operacional	Medidas Principais
Centrar as escolas no ensino e na aprendizagem dos alunos	Medidas que permitam consolidar e alargar significativamente o regime de autonomia, administração e gestão das escolas e agrupamentos, como elemento central do esforço de descentralização das competências	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar condições para que as escolas e agrupamentos possam gerir o currículo nacional de forma flexível e contextualizada, utilizando os métodos, as abordagens e os procedimentos que se revelarem mais adequados 2. Promover a descentralização e a desburocratização do sistema educativo 3. Avaliar o processo de transferência de competências para as autarquias ao nível do ensino básico e secundário, garantindo que não diminui a autonomia pedagógica das escolas 4. Criar condições para que as escolas e os agrupamentos, em articulação com os centros de formação, as instituições do ensino superior e outros intervenientes, se assumam como espaços privilegiados para a formação contextualizada dos seus docentes 5. Apoiar as escolas e os agrupamentos no desenvolvimento de projetos promotores de uma cidadania responsável, incentivando o estabelecimento de parcerias educativas com encarregados de educação e as comunidades educativas, no sentido de prevenir situações de indisciplina e violência 6. Consolidar os processos de otimização e de qualificação dos recursos humanos, dando relevo às funções docentes e à prática letiva e promovendo a qualificação para funções especializadas

Fonte: Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023

Do programa do XXIII Governo Constitucional (2024) constam 11 compromissos na área da educação:

Aprender Mais: Recuperar a aprendizagem e não deixar alunos para trás

- Implementar o A+A, “Aprender Mais Agora”, um plano de recuperação da aprendizagem que realmente permita aos alunos construir um caminho de sucesso escolar. O A+A incluirá recursos adequados para o apoio aos alunos nas escolas, a capacitação de docentes para implementar um sistema de tutorias, assim como o reforço de créditos horários e o investimento em recursos educativos digitais de apoio ao estudo;
- Aprofundar a autonomia dos agrupamentos TEIP e majorar o seu financiamento, com avaliação e prestação de contas, para fomentar projetos de maior integração e igualdade de oportunidades.

Modernizar o sistema educativo

- Em diálogo com a Assembleia da República, contribuir para a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, alinhando-a com os desafios do século XXI;
- Redefinir o papel do Ministério da Educação, Ciência e Inovação atribuindo responsabilidades de regulador e não de decisor sobre o funcionamento de todas as escolas públicas;
- Reestruturar os ciclos do ensino básico, integrando os 1º e 2º ciclos, de forma a alinhar com a tendência internacional e garantir uma maior continuidade nas abordagens e um desenvolvimento integral dos alunos;
- Alargar o âmbito e promover maiores níveis de transparência e de acesso público aos dados estatísticos de monitorização do sistema educativo;
- Incentivar a implementação de práticas educativas interdisciplinares, realizadas ao ar livre, em espaços verdes e em contacto com a natureza;
- Melhorar a eficiência, criando uma plataforma integrada de todos os serviços do Ministério da Educação, Ciência e Inovação e investindo em recursos digitais que simplifiquem os processos administrativos.

Começar Cedo: a educação dos 0 aos 6 anos de idade

- Integrar a faixa etária dos 0 aos 3 anos no sistema educativo tutelado pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação;
- Acesso universal e gratuito: alargar a oferta pública e sem custos para as famílias de creche e de pré-escolar, seja aumentando a capacidade da oferta do Estado, seja contratualizando com o sector social, particular e cooperativo, seja promovendo soluções transitórias, em articulação com os municípios e a sociedade civil, nos contextos onde a oferta instalada não seja suficiente para suprir a procura de vagas;
- Produzir e difundir orientações para o período 0-6 anos e proporcionar às instituições o acesso a materiais educativos adequados ao desenvolvimento nas áreas das linguagens (oral, escrita, artísticas e digitais), da matemática, das ciências e da motricidade;
- Reforçar a formação inicial e contínua de Educadores que trabalhem com crianças de 0-3 anos, assim como a formação de Auxiliares de Ação Educativa.

Um currículo exigente e flexível para desafios imprevisíveis

- Desenvolver um currículo centrado no conhecimento científico e cultural, revendo as “Aprendizagens Essenciais” e os documentos orientadores do ensino, elevando as expectativas em relação à aprendizagem dos alunos;
- Iniciar uma revisão curricular no sentido de flexibilizar as cargas letivas obrigatórias nos vários níveis de escolaridade do Ensino Básico, de incluir o ensino do inglês desde o 1.º ano de escolaridade, de introduzir a coadjuvação na Educação Física no 1º ciclo, e de reforçar o ensino experimental das Ciências;
- Redefinir os percursos científico-humanísticos do ensino secundário, no sentido de alargar as disciplinas que os alunos podem livremente escolher frequentar, alargando posteriormente esta possibilidade aos alunos do 3º ciclo do Ensino Básico.

Confiar nas escolas públicas: mais autonomia para gerir e ensinar

- Melhorar o sistema de transferência de competências para as Autarquias, articuladamente com as escolas;
- Clarificar as competências do MECI, das escolas e das suas direções;
- Estabelecer o estatuto do diretor de escola, que inclua um modelo especial de remuneração e de avaliação;
- Construir, em diálogo com os diretores e professores, um novo modelo de autonomia e gestão das escolas, que robusteça a autonomia financeira, pedagógica e de gestão de recursos humanos das escolas;
- Atualizar o financiamento e rever a regulamentação das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC);
- Redefinir os parâmetros técnicos de construção e reabilitação dos edifícios escolares.

Monitorizar a aprendizagem: uma avaliação rigorosa

- Implementar provas de aferição a Português, Matemática e uma disciplina rotativa (a cada 3 anos) nos 4.º e 6.º anos (anos de final de ciclo), de aplicação universal e obrigatória, substituindo as provas de aferição atualmente em vigor;
- Publicar os resultados das provas de aferição em tempo útil, a nível nacional e de agrupamento, para fins de identificação de fragilidades no sistema educativo, prestação de contas e valorização das provas;
- Rever a aplicação do atual modelo de avaliação das aprendizagens (vulgo aplicação do projeto MAIA).

Uma educação para todos

- Avaliar o impacto do atual Regime Jurídico da Educação Inclusiva;
- Rever o modelo de financiamento dos apoios técnicos especializados em meio escolar;

- Melhorar a inclusão de pais e encarregados de educação dos alunos com medidas adicionais nos processos de decisão e escolha do percurso escolar dos seus educandos;
- Melhorar as estratégias de transição para a vida ativa;
- Reforçar os meios para o ensino do «Português Língua Não Materna», considerando o aumento do número de estudantes cuja língua materna não é o português;
- Monitorizar resultados escolares daqueles estudantes e definir estratégias para o seu sucesso escolar, de forma a garantir a sua integração plena na sociedade e no mercado de trabalho;

Combater as desigualdades sociais

- Avaliar o aumento da dotação para a Ação Social Escolar;
- Ponderar o aumento dos valores de comparticipação do Material Escolar e do valor máximo atribuído para as Visitas de Estudo;
- Melhorar o sistema de apoio às famílias carenciadas que frequentam o ensino particular e cooperativo;
- Combater a segregação social entre escolas, avaliando as regras de prioridade nas matrículas, impondo transparência no processo de alocação dos alunos e publicando as áreas de influência geográfica das escolas da rede pública.

Diversidade e liberdade para aprender

- Promover uma rede de escolas de ensino artístico especializado de música, dança e teatro;
- Melhorar o modelo de Contrato de Patrocínio, destinado a financiar os estabelecimentos de Ensino Artístico Especializado;
- Implementar um programa de sensibilização para características e mais-valias do ensino profissional, para melhor informação dos alunos;
- Otimizar a rede de oferta de ensino profissional e melhorar o seu modelo de financiamento.

Reconhecer a importância dos Professores

- Iniciar a recuperação integral do tempo de serviço perdido dos professores, a ser implementada ao longo da Legislatura, à razão de 20% ao ano;
- Criar uma dedução em sede de IRS das despesas de alojamento dos professores que se encontrem deslocados a mais de 70 km da sua área de residência;
- Criar incentivos para a fixação de docentes em zonas de baixa densidade ou onde há falta de professores, como acontece atualmente na região de Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve;
- Desburocratizar o trabalho dos professores, dando-lhes autonomia, autoridade e melhores condições e tempo para educar e apoiar os alunos;
- Adequar a formação contínua às necessidades de professores e escolas, valorizando a autonomia das escolas na elaboração dos seus planos de formação;
- Construir, em diálogo com os professores, um referencial para a Avaliação do Desempenho Docente;
- Alterar o modelo de colocação de docentes, de modo a ter em consideração outros fatores, como a residência e avaliação, garantindo equidade, adaptabilidade, eficiência e eficácia;

Um programa de emergência para atrair novos Professores

- Promover uma campanha nacional de sensibilização para a importância dos professores, para incentivar mais jovens a escolher esta profissão;
- Promover as horas extra dos professores, de forma temporária e facultativa;
- Promover o regresso ao ensino dos professores que tenham saído da profissão, através de mecanismos de bonificação de reposicionamento na carreira;

- Rever o salário em início de carreira docente e rever os restantes índices e escalões, no sentido de simplificar o sistema remuneratório;
- Adequar a formação inicial de professores, em linha com as necessidades do sistema educativo

Recentemente, tem vindo a ser recorrentemente apontada a necessidade de se rever a Lei de Bases que estabelece o quadro geral do Sistema Educativo e que constitui o Referencial Normativo das Políticas Educativas que visam o desenvolvimento da educação em Portugal.

Em 2016, no âmbito da celebração dos 30 anos dessa lei, e tendo em conta a sua importância estrutural para o sistema educativo português, o Conselho Nacional de Educação refletiu sobre a atualidade e adequação da Lei relativamente ao seu contributo para o desenvolvimento social, económico e cultural do país. Nesse âmbito, foram desenvolvidas várias iniciativas, organizadas de acordo com as 8 temáticas e questões e que podem ser entendidas como pontos de partida e reflexão para a nova estruturação, princípios e objetivos que nortearão um eventual novo quadro legislativo. (Ver Anexo - I)

Numa outra dimensão, importa sinalizar a importância do Programa Aproximar Educação (PAE). Iniciado em 2015, o Programa, veio reconfigurar o quadro relativo à distribuição de competências na área da Educação (contrato de educação e formação municipal). Este programa visou assegurar a descentralização através da delegação contratual de competências na área da educação e formação dos serviços centrais do Estado para os municípios.

Isto conduziu à valorização do papel dos municípios, das escolas e da comunidade em geral na tomada de decisões por via de um contrato (fundamentado no quadro da ação local), e que permitiu uma maior autonomia pedagógica, curricular, administrativa e organizativa. Na base deste processo estavam premissas fundamentais como a subsidiariedade, a proximidade, a corresponsabilização, a racionalização dos recursos e a democratização.

O arranque do PAE ocorreu em 2014/2015, tendo para isso sido selecionado um conjunto de 13 municípios, nomeadamente a Amadora, mas também Águeda, Batalha, Cascais, Crato, Matosinhos, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Vila de Rei e Vila Nova de Famalicão que iniciaram o projeto de descentralização na área da Educação e cuja fase piloto se estimou com uma duração inicial de quatro anos. No total, estes concelhos representavam cerca de 10% da população portuguesa (um milhão de habitantes), 10% da população estudantil do ensino básico e secundário (cerca de 110 mil alunos), 10% das turmas existentes (cinco mil) e 8,5% dos Agrupamentos existentes.

O Contrato de Educação e Formação Municipal assumido por estes municípios, incluindo a Amadora, enquadrava-se no âmbito de um projeto-piloto de cariz pedagógico e administrativo, promotor da eficiência dos recursos educativos, constituindo-se como ponto de referência para um futuro modelo de gestão articulado e integrado do Sistema de Educação nos Concelhos. Este contrato estipulava que mais de 60% das competências na área da Educação ficassem nos agrupamentos de escolas, 30% nos municípios e menos de 10% no Ministério da Educação e Ciência (MEC).

As competências que permaneciam no MEC eram as relacionadas com a gestão do corpo docente e seu recrutamento, por via dos concursos nacionais e a avaliação dos alunos, professores e escolas. Os agrupamentos continuariam a ser unidades orgânicas do MEC, sendo que a propriedade das escolas abrangidas passaria para os municípios depois de estar concluído o seu processo de reabilitação. As escolas propriedade da Parque Escolar seriam mantidas nesta empresa pública.

Ainda que não existisse qualquer exercício de avaliação relativo ao desempenho e sucesso relativo dos contratos assinados, foi decidido avançar com um amplo e abrangente processo de descentralização e transferência de competências para os Municípios, no domínio da Educação.

Quadro 5 – Objetivos, princípios e competências delegadas no Âmbito do PAE, 2015

Objetivos	<ul style="list-style-type: none">a) Melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos;b) Promover a eficácia e eficiência da gestão dos recursos educativos;c) Combater a saída precoce dos alunos do sistema educativo;d) Combater o abandono escolar;e) Monitorizar as práticas, os processos e os resultados do Projeto Educativo Municipal;f) Corresponder às necessidades e expectativas da comunidade educativa.
Princípios e limites orientadores da descentralização	<ul style="list-style-type: none">a) O não aumento da despesa pública global;b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos afetos à Educação pelas autarquias;c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias;d) O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública;f) Garantia que a liberdade de escolha das famílias é salvaguardada, ou mesmo ampliada.
Domínios com competências delegadas	<ul style="list-style-type: none">a) Gestão curricular;b) Gestão pedagógica;c) Gestão de recursos humanos;d) Gestão financeira;e) Gestão de equipamentos e infraestruturas. <p>Neste último caso, apontem-se alguns exemplos adaptados de contratos de autonomia em vigor:</p> <ul style="list-style-type: none">1) Implementar ações de reabilitação, ampliação e construção de estabelecimentos escolares;2) Equipar o Centro de Inclusão pelas Artes e Ofícios com as seguintes valências: unidades de ensino estruturado e apoio a alunos multideficientes; espaço oficial / laboratorial e de novas tecnologias; centro de aprendizagem /apoio ao estudo / ensino vocacional - (destinatários preferenciais: alunos com NEP, ensino vocacional e desenvolvimento de competências).

Fonte: PAE (adaptado)

Com a publicação da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), bem como do Decreto-lei que concretiza essa transferência de competências no domínio da educação (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), ficam reforçadas as áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios conferindo-lhes, também, novas competências nas vertentes de planeamento, investimento e gestão no domínio da educação e regulando o funcionamento dos conselhos municipais de educação. A Carta Educativa e o plano de transporte escolar mantêm-se como instrumentos de planeamento, sendo também consagrada a participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação.

Este novo quadro de transferência de competências nos municípios, na área da educação, estabelecido pelo artigo 11.º, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, na sua redação atual e a concretização da transferência de competências nos órgãos municipais, no domínio da educação, operada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, obrigou à definição de uma estratégia para a sua implementação no Município da Amadora. Acresce que a amplitude de domínios e áreas de intervenção é significativa, o que reflete a complexidade do processo de funcionamento e gestão das escolas e respetivos agrupamentos, às quais acrescem os investimentos necessários para garantir as boas condições das escolas.

Assim, o Despacho n.º 71/P/2021 insere-se no processo de descentralização de competências na área da educação, consolidado pela Lei n.º 50/2018 e pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, que atribui aos municípios um papel mais abrangente e permanente na gestão do sistema educativo. No caso do Município da Amadora, estas competências foram assumidas a partir do ano letivo 2019/2020, mantendo-se ainda algumas disposições do modelo anterior durante o período de transição. Este enquadramento reforça a responsabilidade municipal na gestão global da educação, aproximando a decisão dos contextos locais. No âmbito deste processo, a Câmara Municipal subdelegou nos diretores dos agrupamentos de escolas um conjunto alargado de competências, promovendo uma lógica de gestão de proximidade e maior autonomia das escolas. Estas incluem a gestão de investimentos, apoios educativos, pessoal não docente e funcionamento dos estabelecimentos, acompanhadas pela transferência de recursos financeiros e por mecanismos de monitorização. Este modelo permite uma resposta mais ágil e ajustada às necessidades concretas de cada escola, reforçando a capacidade de intervenção ao nível local.

O desenvolvimento bem-sucedido e o cumprimento, por todas as partes, das matérias acordadas são condição fundamental para a concretização plena da política educativa municipal, sendo essa a principal resposta para o desafio resultante da transferência de competências.

Neste contexto, também o processo de desenvolvimento da Carta Educativa contemplou as particularidades e especificidades deste processo. Esta concretização foi procurada através de uma abordagem que visou otimizar necessidades e oportunidades de reabilitação de edifícios e instalações, devidamente apoiada numa análise de cenarização demográfica que permite otimizar as intervenções a concretizar.

A requalificação de equipamentos com a importância dos escolares é condição importante no desenvolvimento das políticas urbanas municipais, pelo que a harmonia entre a Carta Educativa e os instrumentos de gestão territorial municipais é também um fator a ter em conta.

1.5. Participação e protagonismo dos Municípios

As alterações legislativas nos diplomas que enquadram o tema educativo, fazem com que o poder local tenha um papel mais ativo e relevante na administração e planeamento da Educação. Por este motivo, a Carta Educativa é um instrumento de referência para o planeamento das políticas educativas, sociais e económicas da Amadora.

A Revisão da Carta Educativa deve ocorrer sempre que existam alterações no ordenamento da rede educativa, tais como o surgimento ou encerramento de estabelecimentos, ou ainda sempre que esta fique em desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos subjacentes à sua conceção, tal como o refere o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro. Não obstante, caso estas premissas não se verifiquem, a periodicidade de revisão ocorre obrigatoriamente de 10 em 10 anos, segundo o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro.

Para além das questões legais relacionadas com a necessidade de revisão do documento, a revisão do PDM da Amadora, que atualmente se encontra em fase de conclusão, poderá também ter impacte significativo na preparação e desenvolvimento de um documento com as características da Carta Educativa.

É objetivo primordial da Carta Educativa formular uma proposta de reordenamento da rede educativa concelhia mais adequada à procura previsível no médio/longo prazo. Esta proposta deverá ser desenvolvida a partir da evolução da política e legislação respetiva, das oscilações da procura de educação e ensino bem como da necessidade de rentabilização do parque escolar existente.

Em termos estratégicos a revisão da Carta Educativa visa o redimensionamento da rede educativa da Amadora, permitindo desenvolver uma atuação que promova a melhoria generalizada da educação, do ensino, da formação e da cultura da população do concelho, contribuindo para o seu desenvolvimento. Assim, são objetivos gerais:

- Identificar e caracterizar a rede de equipamentos de educação, ensino e formação profissional de âmbito público e privado;
- Aproximar as ofertas de ensino, educação e formação à procura efetiva, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos;
- Corrigir as assimetrias relacionadas com a localização dos estabelecimentos de ensino públicos, garantindo dessa forma uma distribuição equilibrada no território, bem como as necessidades de construção de novos equipamentos e a reconversão e adaptação dos equipamentos existentes;
- Definir critérios de programação e redimensionamento mais adequados à realidade atual e às necessidades específicas do concelho, assegurando que a rede pública de ensino pré-escolar, básico, secundário e de formação profissional esteja efetivamente adequada à legislação em vigor e aos objetivos da política educativa municipal;
- Assegurar a igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens de forma a atenuar desigualdades e assimetrias;
- Promover a articulação e a complementaridade entre a educação a formação e o mercado de trabalho;
- Robustecer os processos de articulação e interação da autarquia com a comunidade educativa, nomeadamente, pais e encarregados de educação, associações de pais, professores, direções de agrupamentos e escolas não agrupadas e funcionários;
- Prevenir o absentismo e abandono escolar.

Este enquadramento faz com que seja competência da autarquia manter e estimular a ligação entre a Educação, a Cultura, a Comunidade e o Desenvolvimento Local Sustentado, fazendo dessa inter-relação uma prioridade e uma estratégia para os próximos anos. De igual modo, a Revisão da Carta Educativa deverá constituir-se, no seu enquadramento e propostas, como um instrumento dinâmico e orientador das políticas educativas, complementando ainda a prossecução das políticas sociais e económicas no concelho.

Devido ao conjunto de alterações legislativas ocorridas recentemente, a Revisão da Carta Educativa ocorre num quadro em que as relações entre a Escola, a Comunidade e o Poder Local se assumem como um dos novos desafios com que se depara a educação.

Esta articulação não se esgota na dimensão jurídica, sendo que a própria conceção de “Educação”, não se limita a ser entendida como um processo de formação inicial onde os conhecimentos adquiridos se assumem como património cognitivo suficiente para o cabal desempenho dos vários papéis a cumprir durante a vida.

Disto resultam novos desafios para a Escola e a Sociedade, destacando-se a partilha de responsabilidades e solicitações decorrente do aumento crescente das competências e da sua complexidade, pelo que a consolidação de parcerias entre as várias entidades que intervêm nos mesmos espaços educativos e na sua envolvente próxima desempenham um papel fundamental nesta matéria.

Assim, o tempo educativo distingue-se cada vez mais do tempo escolar, sendo este último progressivamente entendido como uma parcela do tempo de formação, pelo que o espaço escolar tem vindo a alargar a sua influência educativa a outros espaços reais (casa, local de trabalho ou lazer) ou virtuais, num contexto de crescente importância das tecnologias de informação e comunicação.

Também esta a nova sociedade educativa, progressivamente centrada na multiplicação de redes de informação e de intervenção, permite pensar e agir simultaneamente ao nível global e local, recuperando antigas cumplicidades e afinidades de vizinhança.

A Educação passou a ser entendida como um apelo constante à diversificação de espaços, modalidades e meios de ensinar e aprender, reconhecendo-se a importância quer da educação inicial quer da educação de adultos, bem como a complementaridade entre a educação formal, não-formal e informal e a necessidade de romper o “isolamento” da educação, através da sua vinculação a outros domínios fundamentais do desenvolvimento, como o social, cultural, ambiental e económico.

Fica clara a necessidade de melhorar a qualidade da educação básica através de uma cultura de iniciativa, responsabilidade e cidadania ativa, e de uma expansão e diversificação da formação dos jovens, apostando na qualificação das novas gerações. É por isso que a Escola deve ser entendida como o espaço de congregação de esforços do Estado e da Sociedade Civil, além de espaço para a aquisição de conhecimentos, de compreensão e respeito mútuos.

Reconhecendo a importância do seu papel, o município da Amadora assume, no exercício de Revisão, um papel de liderança e de dinamização de processos. Esta posição permite também que se constitua como um privilegiado agente de mudança através da identificação de desafios, respostas e soluções para as situações que se venham a diagnosticar.

1.6. A Revisão da Carta Educativa ao serviço da definição e implementação da política setorial

O processo de Revisão da Carta Educativa reflete o desenvolvimento e transformações verificadas no Sistema Educativo nacional, aproximando-o das tendências organizacionais que ocorrem ao nível europeu, principalmente nos países com que se verifica maior afinidade cultural.

As mudanças atuais são o resultado de reformas, desencadeadas principalmente após a década de 70, e cuja evolução nem sempre corresponde ao desejado. A esta situação não é alheio o facto de a legislação relacionada com a Educação resultar de um cruzamento de competências executivas e legislativas de origens diversas, o que dificulta consensos e atrasou a aplicação das medidas.

Um dos aspetos mais importantes destas mudanças é o crescente envolvimento do poder local no sistema educativo. Isto ocorre principalmente através do aumento das competências de órgãos municipais em temas como as políticas educativas, a organização e gestão da educação pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico (até 2019), a gestão de pessoal não docente, os transportes e apoio social escolar e, também, nas próprias tarefas de organização e ordenamento dos territórios educativos.

O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e, posteriormente, o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, vieram regulamentar as competências na área da realização de investimentos por parte dos municípios, nos domínios da construção, equipamentos e manutenção dos estabelecimentos de educação (fundamentais para enquadrar o quadro de elegibilidades aos principais instrumentos financiadores) referindo-se, ainda, à gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e ensino.

É assim que a Carta Educativa, enquanto “instrumento, ao nível municipal, de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município” ganha uma importância central neste tema.

De um modo geral, a realização das Revisões das Cartas Educativas, tem como elemento fundamental e enquadrador a atual Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, com alterações posteriores), destacando-se os princípios gerais que possam ter implicações no seu conteúdo.

Assim, a Revisão da Carta Educativa deve prosseguir a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e cumprir os grandes objetivos da Lei de Bases do Sistema Educativo:

- Prever uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento da rede educativa, colocadas pela evolução da política educativa e pelas oscilações da procura da educação, rentabilizando o parque escolar existente;
- Caminhar no sentido de um esbatimento das disparidades locais, promovendo a igualdade do acesso ao ensino numa perspetiva de adequação da rede educativa às características locais, assegurando a coerência e racionalização dos recursos.

De igual modo, a Revisão da Carta Educativa da Amadora, enquanto instrumento fundamental de planeamento, possibilita:

- Orientar a redefinição do Sistema Educativo em função do desenvolvimento económico e sociocultural do Município da Amadora;
- Evitar ruturas e inadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico;
- Tomar decisões relativamente à construção de novos equipamentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque escolar, otimizando a funcionalidade da rede existente e a respetiva expansão;
- Definir prioridades, otimizando a utilização dos recursos consagrados à educação e a sua complementaridade com recursos de outras áreas do desenvolvimento sustentado concelhio.

Considerando o conceito de território educativo, entendido como o espaço geográfico onde deve ser assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória (DAPP, 2000), devem desenvolver-se as ações que permitam atingir objetivos concretos, como: i) desenvolver uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar dos alunos; ii) racionalizar, rentabilizar e melhorar a qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado.

A operacionalização deste conceito articula duas dimensões – uma pedagógica e outra de ordenamento do território. No caso da componente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos diversificados, através do funcionamento em rede de estabelecimentos (onde será essencial o conceito de escola nuclear, que inclua recursos físicos e humanos especializados) ou da sua concentração num número reduzido de estabelecimentos. Relativamente à vertente de ordenamento do território, deve-se procurar responder às novas tendências de organização territorial.

Esta categorização remete para o conceito de escola nuclear, que congrega recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio em matéria pedagógica e de infraestruturas.

Devido à organização atual do sistema educativo e da tipologia de estabelecimentos existentes, as escolas nucleares são geralmente Escolas Secundárias; Escolas Básicas 2,3; Escolas Básicas Integradas ou EBI/JI (Escolas Básicas Integradas com Jardim de Infância).

Destaque-se também que, de acordo com o enquadramento legal atual, a Carta Educativa deve criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como possibilitar uma gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

Assim, a definição da rede educativa consiste na “configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em atividades escolares, afetos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”, nomeadamente os que dizem respeito a uma utilização mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas educativas, no quadro da correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino.

Esta visão incorpora a programação e planificação da rede de equipamentos educativos, bem como novas metodologias e princípios do planeamento estratégico aplicadas ao domínio da educação. Esta planificação permite uma melhor articulação da política educativa dos diferentes níveis da administração num dado território (o município).

Por outro lado, sendo a Carta Educativa um instrumento em permanente avaliação e atualização, permite agilizar as respostas necessárias para fazer face às transformações territoriais e socioeconómicas no Município, assim como das próprias transformações da política educativa local e nacional.

O presente quadro legislativo define como objetivo a escolaridade obrigatória de 12 anos e organiza a escolaridade básica em três ciclos (1.º ciclo de quatro anos, 2.º ciclo de dois anos e 3.º ciclo de três anos). Acresce ainda a educação pré-escolar (dos 3 anos aos 5 anos de idade) e o nível secundário (do 10º ano de escolaridade ao 12º ano de escolaridade). Esta organização, bem como a generalização da frequência da educação pré-escolar a todas as crianças, teve implicações no planeamento da rede escolar, nas últimas duas décadas.

Isto resultou na necessidade de aperfeiçoamento progressivo de um conjunto de tipologias de escolas relacionadas com essa organização do sistema educativo. Esta melhoria deve observar vários critérios subjacentes a esta organização, que indicam que ao ensino básico e ao ensino secundário devem corresponder edifícios diferentes, ou que os estabelecimentos do ensino básico podem agregar mais de um ciclo e incluir salas de jardins-de-infância, favorecendo a flexibilidade dos estabelecimentos de educação e ensino, em conformidade com a evolução da procura escolar. Por outro lado, deve ainda responder à generalização progressiva da educação pré-escolar, ao alargamento da frequência do ensino secundário e ao acesso ao ensino superior.

Esta organização subentende também uma crescente territorialização das políticas educativas, o que se conclui pela organização dos territórios educativos em agrupamentos verticais de escola que permitem o início e conclusão da

escolaridade obrigatória no mesmo agrupamento de escolas e, simultaneamente, cria condições de gestão mais racional e eficaz dos estabelecimentos e dos recursos de ensino.

Sublinhe-se ainda a necessidade de existir uma estreita articulação da Carta Educativa com o Plano Estratégico Educativo Municipal da Amadora, documento orientador para o processo de delegação de competências e promotor de uma maior responsabilização e participação dos diferentes atores no Sistema Educativo local. Este estrutura-se em quatro grandes eixos de intervenção:

- Educação para todos: assegurar a resposta e/ou acompanhamento de grupos de alunos com necessidades particulares, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e ao desenvolvimento integral das crianças e jovens, e incentivar a aprendizagem ao longo da vida de todos os cidadãos;
- Educação em rede: promover uma ação concertada a nível local, não só em termos da oferta escolar e das práticas das escolas, mas também em termos da articulação com outras instituições locais para uma resposta integrada às crianças e jovens e para um maior aproveitamento da oferta cultural do concelho;
- Alunos protagonistas e famílias implicadas: capacitar alunos para que possam ser os protagonistas do seu projeto de vida, mediante a utilização de estratégias organizacionais curriculares e pedagógicas adequadas, e dar ferramentas às famílias para que se possam implicar mais no processo de ensino e de aprendizagem do seu educando e na vida da escola;
- Uma nova imagem para a educação: contribuir para uma imagem renovada da educação no concelho de forma a fixar e atrair alunos e professores, apostando numa inovação sustentada das práticas pedagógicas e na valorização dos recursos locais existentes que potenciam a relação escola-comunidade.

1.7. Ação Social Escolar

A ação social escolar desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação. Muitas famílias enfrentam dificuldades económicas que podem comprometer o percurso escolar dos filhos, seja pela falta de recursos para manuais ou alimentação. Ao garantir apoios como refeições subsidiadas e auxílios diversos, a ação social escolar contribui para que todos os alunos tenham condições dignas para aprender e desenvolver-se.

Para além de atenuar desigualdades, estes mecanismos ajudam a combater o abandono e o insucesso escolar. Quando os estudantes sentem que têm apoio e que as suas necessidades básicas estão asseguradas, conseguem concentrar-se melhor nos estudos e manter-se motivados. Este investimento não é apenas uma ajuda pontual: é uma estratégia estruturante para elevar o nível educativo da população e, a longo prazo, promover maior coesão social. Outro aspeto essencial é o impacto direto na integração e inclusão social. A ação social escolar garante que crianças e jovens de diferentes contextos socioeconómicos partilhem o mesmo espaço educativo em condições mais equilibradas. Esta partilha promove a diversidade, a solidariedade e a consciência social, preparando cidadãos mais justos e participativos.

Diariamente são servidas 4228 refeições aos alunos do 1º e 2º escalão da ação social escolar na Amadora, 64% destas aos alunos mais carenciados do Escalão A.

Quadro 6 – Refeições escolares, por escalão de ação social escolar, entre outubro de 2023 e outubro de 2024

	N.º médio diário
Escalão A	2.716
Escalão B	1.512
Total	4.228

Fonte: CM Amadora

A Câmara Municipal da Amadora também disponibiliza refeições fora do período letivo (férias escolares), em maior número nas férias de verão e Páscoa, em que diariamente foram servidas 1422 refeições, em 2023/2024.

Quadro 7 – Refeições escolares, fora do período letivo, 2023/2024 e 2024/2025

	N.º médio diário	
	2023/2024	2024/2025
Natal	905	726
Páscoa	1.422	-
Verão	1.206	-

Fonte: CM Amadora

A legislação prevê o apoio para visitas de estudo escalão A e B, competência da CMA, nº 1º ciclo. Desde sempre a autarquia alargou esta medida aos alunos do pré-escolar, com as mesmas regras definidas pela legislação.

1.8. Enquadramento na Política Urbana Municipal

O Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT), de 2018, enquadra alguns objetivos estratégicos que se complementam e reforçam reciprocamente, e que permitem suportar algumas opções de desenvolvimento, incluindo aquelas relacionadas com o quadro da rede do Sistema Educativo:

- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições;
- Utilizar de modo sustentável os recursos energéticos.

No âmbito da alteração do PROTAML (2010), refere-se que o sistema urbano fundamental da região metropolitana deve estruturar-se em torno de quatro níveis de aglomerações urbanas, sendo que a Amadora integra o Nível 2, apenas antecedido pela Cidade de Lisboa (Nível 1). As aglomerações de Nível 2 apresentam elevados níveis de oferta de emprego, equipamentos e serviços, que devem ser robustecidas na componente funcional e melhor integradas

no sistema urbano metropolitano. Do conjunto de subsistemas metropolitanos, o município integra os eixos Amadora/Sintra e Algés/Amadora/Odivelas/Loures.

Inserida na Unidade Territorial “UT3 - Espaço Urbano Norte e Poente”, estruturada a partir do eixo ferroviário Amadora-Sintra, apresenta maioritariamente um padrão de ocupação compacto. Das opções estratégicas, definidas para esta UT3, com contributo relevante para aprofundar o potencial de policentrismo, emerge:

- Promover um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nos princípios de compactação, reabilitação, renovação e regeneração urbana, fortalecendo as aglomerações urbanas estruturadoras;
- Aprofundar a estruturação policêntrica apoiada numa melhor articulação do sistema ferroviário com as ligações de transporte público em sítio próprio;
- Consolidar as principais áreas de concentração de atividades como motores de desenvolvimento económico, fixação de investimento e promoção de inovação na AML;
- Concluir a recuperação das áreas de génese ilegal e a supressão das áreas de barracas.

Por outro lado, a dimensão multifatorial da Carta Educativa obriga a uma relação de proximidade com os processos de ordenamento da rede educativa e com o território onde esta se insere, pelo que deve estar associada aos demais instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente do Plano Diretor Municipal da Amadora⁴ (PDMA) - principal instrumento de gestão territorial ao nível municipal. Acresce o estipulado no artigo 96.º, n.º1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio⁵, no qual se reforça a perspetiva de que o PDM “(...) define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente (...) a rede de equipamentos de educação (...)”.

A este quadro legal acresce a regulamentação da Carta Educativa que reforça a ideia de que há um conjunto de oportunidades e desafios que importa potenciar, numa lógica de concertação e parceria de base territorial, inserindo a Escola num contexto mais abrangente de ordenamento do território municipal, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura no território.

Conforme expresso anteriormente, os equipamentos coletivos constituem a um tempo, instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos, e, num segundo tempo, formas de estruturação do sistema urbano, influenciando na afirmação de centralidades e no protagonismo funcional dos espaços, contribuindo para o ordenamento do território, a diferentes escalas.

O PDMA encontra-se na fase final do seu processo de revisão, desencadeado em 2016. A prorrogação do prazo de elaboração do procedimento de revisão do PDM por um período adicional de 4 (quatro) anos, fixando-se o seu termo no dia 26 de abril de 2024 fez-se pelo Aviso n.º 7173/2020.

Os termos de referência deste procedimento, referem as Grandes Opções do Plano, definidas pela Autarquia desde 2014, que integram um leque diversificado de projetos e ações (de natureza material e imaterial) e visam contribuir para atingir os seguintes grandes objetivos e linhas atuação municipal:

- Reforçar a coesão social e territorial, investindo na resolução sustentada dos deficits habitacionais, na regeneração e qualificação urbanas, na educação e na formação profissional, diversificando a oferta na idade escolar e apoiando a formação/qualificação ao longo da vida profissional e nas políticas sociais.

⁴ Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/94, de 22 de junho de 1994, alvo de correções e alterações, a última das quais em 2020 (Aviso n.º 4163/2020, 2.ª Série do Diário da República n.º 49, de 10 de março de 2020).

⁵ Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro

- Reforçar a competitividade do Município no contexto da região, investindo na criação de oportunidades económicas para a instalação de novas empresas e criação de emprego.
- Promover a sustentabilidade ambiental, investindo em novas políticas ambientais fundadas em soluções economizadoras de energia e amigas do ambiente.
- Modernizar o quadro de gestão municipal, promovendo a transparência, a qualidade dos serviços prestados e a aproximação da Câmara Municipal aos Cidadãos.

As sínteses conclusivas do diagnóstico prospetivo realizadas no âmbito do processo de revisão do PDM da Amadora, apresentam alguns dos desafios a prosseguir, em que a dimensão da Educação pode (e deve) assumir um papel relevante:

- *O concelho apresenta uma população tendencialmente em decréscimo e progressivamente envelhecida, tornando-se necessário reforçar a atratividade do município e proporcionar a fixação de uma população jovem, ativa e mais qualificada, contribuindo assim para a reposição da população e para o equilíbrio demográfico;*
- *Um concelho sujeito a vulnerabilidades económicas e sociais relacionadas com a estrutura demográfica, disparidades de rendimentos e desemprego, atenuadas por instrumentos de proteção social, e que tem como desafio continuar a aprofundar políticas de coesão territorial;*
- *Um concelho que beneficia de uma posição central no território metropolitano e de uma acessibilidade externa privilegiada, com uma dinâmica empresarial positiva e que tem pela frente o desafio da capacitação, valorização e integração do capital humano;*
- *Um território urbano maioritariamente consolidado e estabilizado, que encerrou o período de infraestruturização e que pretende aprofundar um novo ciclo da qualidade, eficiência e da identidade territorial.*

Estas conclusões e os objetivos gerais subjacentes traduzem-se num modelo de desenvolvimento estruturado em torno da promoção da igualdade de oportunidades, da inclusão sócio urbanística e da sustentabilidade local, perspetivando o reforço da atratividade e competitividade do Município, no contexto da região e visando, designadamente, a atração de novas empresas e novos investimentos e a promoção do emprego.

Acresce que os estudos de caracterização da Estrutura Urbana desenvolvidos no âmbito da Revisão do PDM, o concelho da Amadora é considerado um território urbano maioritariamente estabilizado, mas que apresenta diversos problemas, com destaque para a debilidade da rede de centralidades locais e do seu nível de prestação de serviços.

Para além do PDM, existem outros PMOT aprovados no território da Amadora que se encontram sistematizados no quadro seguinte.

Quadro 8 – PMOT aprovados no concelho de Amadora

Instrumento	Dinâmica	Publicação	Data DR
PDM - AMADORA	Suspensão da iniciativa do município - prorrogação	Aviso 4163/2020	10/03/2020
	6ª Alteração simplificada	Aviso 7056/2018	24/05/2018
	Suspensão da iniciativa do município	Aviso 14755/2017	07/12/2017

Instrumento	Dinâmica	Publicação	Data DR
	5ª Alteração simplificada	Aviso 1299/2017	02/02/2017
	4ª Alteração regime simplificado	Decl. 78/2006	17/05/2006
	3ª Alteração regime simplificado	Decl. 64/2004	23/03/2004
	Suspensão da iniciativa do governo	RCM 12/2004	18/02/2004
	1ª Retificação	Decl. 85/2003	03/03/2003
	2ª Alteração regime simplificado	Decl. 312/2002	11/10/2002
	1ª Alteração regime simplificado	Decl. 3/2001	03/01/2001
	1ª Publicação	RCM 44/94	22/06/1994
Plano de Urbanização da Amadora - Zona Nascente	Suspensão da iniciativa do município - prorrogação	Aviso 4163/2020	10/03/2020
	Suspensão da iniciativa do município	Aviso 14755/2017	07/12/2017
	1ª Alteração	Aviso 16764/2012	14/12/2012
	1ª Publicação	Decl. 256/2001	24/08/2001
Plano de Pormenor - Terrenos da Rede Eléctrica Nacional - Alto da Mira - S. Brás	1ª Retificação	Edital 1/2010	04/01/2010
	1ª Publicação	Aviso 2833/2009	02/02/2009
Plano de Pormenor da Ribeira da Falagueira	1ª Publicação	Decl. 113/2005	29/04/2005
Plano de Pormenor da Rua de Elias Garcia - Zona Poente	2ª Alteração	Aviso 8244/2009	16/04/2009
	1ª Alteração regime simplificado	Decl. 208/2005	27/09/2005
	1ª Publicação	Decl 28-11-95	16/01/1996
Plano de Pormenor da Rua de Gonçalves Ramos - Rua de Filipa de Lencastre	1ª Publicação	Decl. 2-4-96	15/05/1996
Plano de Pormenor da Serra de Carnaxide	Suspensão da iniciativa do município - prorrogação	Aviso 4163/2020	10/03/2020
	Suspensão da iniciativa do município	Aviso 14755/2017	07/12/2017
	1ª Publicação	RCM 106/98	21/08/1998
Plano de Pormenor de Ligação do Casal de São Brás à Rua do Comandante Ferreira do Amaral	1ª Publicação	Decl. 8-02-96	26/03/1996
Plano de Pormenor do Parque Urbano de Neudel	1ª Publicação	Aviso 901/2008	10/01/2008
Plano de Pormenor do Quarteirão 1 - Brandoa	1ª Publicação	Aviso 6002/2008	03/03/2008
Plano de Pormenor do Quarteirão 10 - Brandoa	1ª Alteração	Aviso 893/2020	17/01/2020
	1ª Publicação	Decl. 377/98	30/12/1998
Plano de Pormenor do Quarteirão 17 - Brandoa	2ª Alteração	Aviso 897/2020	17/01/2020
	1ª Alteração regime simplificado	Decl 229/2001	28/07/2001
	1ª Publicação	Decl 379/98	30/12/1998
Plano de Pormenor do Quarteirão 2 - Brandoa	2ª Alteração	Aviso 890/2020	17/01/2020

Instrumento	Dinâmica	Publicação	Data DR
	1ª Alteração regime simplificado	Decl. 228/2001	28/07/2001
	1ª Publicação	Decl. 130/99	12/05/1999
Plano de Pormenor do Quarteirão 21 - Brandoa	2ª Alteração	Aviso 896/2020	17/01/2020
	1ª Alteração regime simplificado	Decl. 230/2001	28/07/2001
	1ª Publicação	Decl. 256/99	17/08/1999
Plano de Pormenor do Quarteirão 32 - Brandoa	2ª Alteração	Aviso 895/2020	17/01/2020
	1ª Alteração regime simplificado	Decl. 231/2001	28/07/2001
	1ª Publicação	Decl. 204/99	13/07/1999
Plano de Pormenor do Quarteirão 51 - Brandoa	2ª Alteração	Aviso 894/2020	17/01/2020
	1ª Alteração regime simplificado	Decl. 232/2001	28/07/2001
	1ª Publicação	Decl. 129/99	12/05/1999
Plano de Pormenor do Quarteirão 52 - Brandoa	1ª Alteração	Aviso 891/2020	17/01/2020
	1ª Publicação	Decl. 339/2001	20/11/2001
Plano de Pormenor dos Quarteirões 16 e 15 (Parte) - Brandoa	2ª Alteração	Aviso 892/2020	17/01/2020
	1ª Alteração regime simplificado	Decl. 227/2001	28/07/2001
	1ª Publicação	Decl. 294/99	14/09/1999
Plano de Pormenor dos Quarteirões 50 e 54 - Brandoa	1ª Publicação	Aviso 6001/2008	03/03/2008

Fonte: SNIT, DGT, 2024

A concretização destes instrumentos de gestão territorial, procura potenciar as potencialidades do Concelho da Amadora e responder a muitas das suas debilidades e desafios prementes, melhorando o quadro de vida da população, nomeadamente criando condições e oportunidades ao desenvolvimento de modos e padrões de vida contemporâneos.

O Modelo Territorial do concelho da Amadora, vertido no PDMA, resulta sobretudo da tradução espacial das linhas de orientação e objetivos estratégicos anteriormente sinalizados, da consideração da sua rede de centralidades e polaridades funcionais (seja as existentes, seja as que se considera serem de potenciar), da definição hierarquizada do sistema urbano e da sua rede fundamental de acessibilidades, bem como das principais políticas urbanísticas a desenvolver.

Assim, o processo de Revisão do PDM da Amadora define 5 objetivos estratégicos, estruturadores das opções a assumir no modelo territorial:

- Potenciar o posicionamento do concelho na estrutura metropolitana, tendo em vista integrar a cidade da Amadora nas dinâmicas de desenvolvimento da Área Metropolitana, nomeadamente nos processos da sua internacionalização, valorizando as suas capacidades competitivas e de atração de novos residentes, de empresas e de investimento produtivo que contribua para qualificar o emprego e o quadro de vida das pessoas e das comunidades;

- Melhorar a integração e qualificação urbanística do território, tendo em vista reforçar a coesão territorial reduzindo desequilíbrios e assimetrias socio urbanísticas, dando especial atenção nomeadamente: à segmentação do espaço urbano resultante do efeito de barreira física provocado pelos grandes corredores de transportes às diferenças de padrões de serviço de infraestruturas, equipamentos coletivos e do espaço público que se verificam ainda no espaço urbano; e aos efeitos urbanísticos, ambientais e sociais provocados pela degradação do parque edificado, sobretudo nas zonas mais antigas do concelho;
- Melhorar os padrões ambientais e de sustentabilidade dos serviços urbanos, tendo em vista desenvolver condições de resiliência aos riscos naturais e antrópicos e maior racionalidade na gestão dos serviços e na execução das infraestruturas e equipamentos, nomeadamente na gestão da água, da energia, dos resíduos, da mobilidade e da segurança, e, assim, garantir adequados níveis de desempenho da cidade com sustentabilidade económica e financeira dos serviços públicos urbanos;
- Construir a identidade urbana da Amadora, tendo em vista criar condições à perceção integrada do território urbano, hoje profundamente fragmentado e diferenciado tanto pelas características tipo-morfológicas do tecido urbano e pela herança da segmentação socio-urbanística, como pela geomorfologia do território e pelas circunstâncias históricas da formação do concelho. Entender a Amadora como Cidade, na sua diferenciação urbanística e diversidade sociocultural, é uma ambição central da estratégia territorial do Município;
- Aprofundar formas de governança na gestão da cidade, tendo em vista melhorar as condições de governabilidade do território, através de uma maior eficiência da gestão urbanística e eficácia dos instrumentos de planeamento, particularmente do PDM no quadro do novo RJIGT, de uma melhor articulação com os diferentes parceiros institucionais, e do prosseguimento de novas formas de relacionamento com os diversos atores sociais, económicos, culturais e com os cidadãos em geral.



Os dois primeiros referem-se a duas escalas de integração territorial – a regional/metropolitana e a concelhia – as quais se interligam e têm incidências significativas no território municipal. O terceiro procura trazer para o primeiro plano do planeamento e gestão do território a crescente importância dos impactes das alterações climáticas e da aplicação do conceito de resiliência, assim como de novas exigências ambientais, económicas e financeiras que garantam, a médio e longo prazo, a sustentabilidade dos serviços urbanos, através da otimização do seu desempenho face às necessidades das populações e aos encargos que representam nos orçamentos familiares e das autarquias. O quarto traduz a ambição da autarquia de desenvolver um novo sentido de pertença da população residente e trabalhadora no concelho e de mudar a imagem do município no exterior em torno de uma ideia de cidade que integre, numa mesma entidade territorial – a Cidade da Amadora - áreas até agora entendidas e vividas de forma separada, situação que contribui para o acentuar de desequilíbrios e assimetrias que atualmente se verificam no município.

É neste quadro de elevado potencial sinérgico que se procurou inserir a Carta Educativa, nomeadamente, através do alinhamento da proposta de programação de equipamentos educativos com a estratégia de desenvolvimento municipal em curso e respetivo modelo territorial.

Esta posição assume a rede de equipamentos educativos como elemento estruturante na consolidação da Amadora à escala metropolitana, e enquanto dimensão de reforço das centralidades identificadas e de qualificação e estruturação do sistema urbano municipal.

1.9. Determinantes da procura de equipamentos educativos

É unanimemente reconhecida a necessidade de dotar o país e os Municípios de melhores condições de atratividade para o investimento produtivo, assim como de melhores condições de vida para as populações, o que abrange intervenções ao nível dos equipamentos coletivos, por serem considerados essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

É neste contexto que se observa elevada ambição na captação e manutenção de níveis de investimento elevados em termos de dotação de novos equipamentos e da requalificação daqueles já existentes. No entanto, existe também a necessidade de acautelar a sustentabilidade económica e financeira destes investimentos, assim como a dimensão relativa à equidade de acesso e utilização de equipamentos coletivos.

Assim, é necessário promover, a um tempo, uma oferta espacialmente diferenciada em função de necessidades distintas e, a outro, uma oferta semelhante em territórios com carências idênticas. Deste modo, deve-se conferir aos equipamentos educativos uma componente que se estende para lá da sua funcionalidade, fomentando a integração e priorizando o seu papel no reforço da coesão social e territorial.

De modo a garantir a adequação dos investimentos a realizar, devem ser observados alguns parâmetros relevantes que permitem identificar carências e diferenciar territórios, nomeadamente:

- A dinâmica demográfica concelhia, em que importa conhecer o perfil populacional (bem como o da sua envolvente próxima, pela sua capacidade de atração pendular), as estimativas populacionais para os diferentes horizontes temporais de referência e a evolução dos quantitativos de grupos específicos, nomeadamente dos grupos etários alvo (as crianças e os jovens, que integram cada um dos níveis de ensino);
- A dinâmica socioeconómica concelhia, designadamente o desempenho macroeconómico, atual e prospetivo (capacidade polarizadora de emprego sub-regional), a dinâmica do mercado de trabalho e dos fenómenos da exclusão social, com base em eventuais deficiências de qualificação e formação.



A partir da análise destas duas dimensões, é possível identificar as variáveis que determinam a evolução da procura educativa e, conseqüentemente, a procura dos equipamentos e serviços educativos. Cada uma destas determinantes incorpora dimensões específicas, assumindo-se como fatores estruturantes a contemplar no exercício de programação.

No que diz respeito às dinâmicas demográficas, assume particular importância o processo de redução populacional (perda de população residente), que afeta alguns territórios com particular incidência ao longo das últimas décadas. Por outro lado, o decréscimo das faixas etárias mais jovens e a diminuição dos jovens casais em idade fértil (com conseqüente quebra das taxas de natalidade e fertilidade), tem gerado fortes modificações na estrutura da população, o que se reflete diretamente nos padrões de procura educativa orientados para os públicos-alvo que apresentam correspondência direta com os grupos etários mais jovens.

Note-se que a programação de equipamentos educativos norteados para esta população se encontra “facilitada”, na medida em que a sua concordância com grupos etários permite a realização de exercícios de projeções demográficas, possibilitando assim estimar, com menores margens de erro, a evolução destes quantitativos populacionais.

Já a análise das dinâmicas socioeconómicas encontra-se fortemente associada ao comportamento macroeconómico e aos impulsos e predisposição da iniciativa privada, com naturais impactes na criação de emprego e uma maior inserção no mercado de trabalho por parte de jovens ativos.

Nos últimos anos, tem-se verificado uma inversão das tendências negativas, associadas a constrangimentos de carácter estrutural, tais como os baixos níveis de escolaridade na estrutura de qualificações da população ativa. A intensificação do esforço de escolarização tem permitido a geração de emprego mais qualificado, embora se continue a registar um agudizar da desigual distribuição da riqueza, contribuindo para o aumento do fosso entre os detentores de melhores salários (mais qualificados) e aqueles que estão à margem ou com dificuldade em penetrar no sistema económico, em situação de desemprego ou com emprego precário (com menores níveis de formação e qualificação).

1.10. Objetivos e Desafios

A revisão da Carta Educativa da Amadora é um desafio e uma oportunidade de planeamento territorial, especialmente se considerada a velocidade com que atualmente transformações económicas e sociais que afetam os territórios se processam.

O trabalho de revisão obedece a um conjunto de princípios e objetivos definidos a partir do quadro legislativo de referência, procurando responder a três grandes desafios que resultam também da atual Carta Educativa, nomeadamente:

- Reforçar a eficácia da monitorização/avaliação: Enquanto instrumento flexível e de apoio à tomada de decisão informada, a Carta Educativa, deve possuir uma plataforma de monitorização, com fácil acesso e com informação base (crítica) regularmente atualizada;
- Mobilizar atores-chave: Ao desencadear um debate alargado sobre o Sistema Educativo no Concelho e gerar um compromisso para a ação a revisão da Carta Educativa constitui-se como um momento oportuno para gerar consensos e ponderar mudanças (novas respostas a desafios e problemas existentes/emergentes);
- Compatibilizar o cumprimento da lei com uma dimensão inovadora, que projete uma maior integração intersectorial: Ainda que neste exercício de revisão se mantenha a arquitetura programática (estrutura, conteúdos, ...), assumiu-se como uma oportunidade para introduzir conceitos/abordagens inovadoras e geradoras de uma maior integração de diferentes políticas públicas.

Neste quadro de desafios, é necessário salvaguardar aspetos metodológicos que permitam ultrapassar com o maior grau de sucesso possível as dificuldades que se colocam à Revisão da Carta Educativa, designadamente:

- Recurso a informação de síntese: Circunscrever o diagnóstico a informação que releve o contexto de partida (existente e emergente), focando o instrumento nas dimensões estratégicas e de intervenção;
- Participação de atores relevantes: Realização de reuniões de trabalho com as entidades relevantes em matéria de educação;
- Abordagem holística e multidimensional: Potenciar o papel da Educação nas políticas públicas e fomentar uma maior integração intersectorial;
- Projeções populacionais para as estimativas de procura potencial: Utilização de projeções demográficas a médio prazo para a análise prospetiva da evolução da procura escolar.

2. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DA AMADORA

2.1. Grau de Execução das Propostas da Carta Educativa

Conhecer o grau de execução das propostas da Carta Educativa é essencial para avaliar a eficácia das políticas públicas na área da educação local. A Carta Educativa define prioridades, identifica necessidades e aponta caminhos para o desenvolvimento da rede escolar, mas só através do acompanhamento da sua execução é possível perceber se as medidas saíram do papel e tiveram impacto real.

Além disso, a avaliação do grau de execução possibilita uma melhor tomada de decisão. Ao identificar propostas que ficaram por implementar ou que tiveram resultados limitados, os responsáveis municipais podem redefinir estratégias, ajustar recursos e evitar a repetição de falhas. Do mesmo modo, o reconhecimento das medidas que tiveram sucesso permite replicar boas práticas e consolidar políticas eficazes, assegurando uma evolução contínua do sistema educativo local.

O município da Amadora conta, desde 2007, com uma Carta Educativa, aprovada na Assembleia Municipal e elaborada pelo Departamento de Administração Urbanística / SIG - Sistemas de Informação Geográfica, com a colaboração do DEC / Divisão Socioeducativa da Câmara Municipal da Amadora.

O modelo estratégico de referência desenvolvido e proposto na Carta Educativa para os cinco anos seguintes tinha como enfoque o alargamento do sistema educativo, a promoção do sucesso escolar, a necessidade de aprendizagem ao longo da vida, o planeamento e a gestão participada das ofertas de educação e formação e o papel central da Escola (CMA, 2007).

O documento estratégico foi dividido em quatro partes: i. Caracterização socioeconómica; ii. Caracterização e evolução do sistema educativo, que englobava a oferta e procura educativa; iii. Reordenamento da rede educativa, onde incorporava os Territórios Educativos e a sua respetiva reformulação, e, por fim, iv. Monitorização, que pressupunha a avaliação bianual da Carta Educativa e dos Instrumentos de Ação pelo Conselho Municipal de Educação (foi elaborado um Relatório de Monitorização, em 2010).

O reordenamento da rede educativa então proposto tinha como finalidade a criação de três novos Territórios Educativos com o objetivo de mitigar a sobrelotação de alguns agrupamentos de escolas e de aumentar a cobertura face a novos aglomerados urbanos em crescimento aquando da realização do documento.

De acordo com a Carta Educativa de 1.ª geração da Amadora, estavam previstas intervenções em 14 equipamentos, dos quais 10 correspondiam a nova construção, 2 correspondiam a ampliações e 2 a substituições. Os 14 equipamentos apresentavam níveis de prioridade distintos: 5 estavam em processo de concurso (necessidade urgente); 4 equipamentos não estavam ainda com concursos lançados, mas eram necessários a curto prazo; e, 5 eram necessários a médio prazo face à procura prevista.

A concretização da Carta Educativa tinha como horizonte de conclusão o ano de 2010 e um custo total de €16.799.600.

A Carta Educativa tinha previsto um conjunto de propostas de construção e de alteração ao parque escolar existente que visava a melhoria das condições de ensino no concelho (Quadro 7).

As intervenções propostas na Carta Educativa resultaram da avaliação do diagnóstico realizado. Na tabela seguinte, consta o seu grau de concretização (para uma mais fácil compreensão do perímetro e da incidência das medidas e das alterações nos diversos níveis de ensino, no quadro seguinte adota-se a nomenclatura dos estabelecimentos educativos à data e não a instituída pela Portaria n.º 18/2024, 20 de janeiro).

Quadro 9 – Grau de Execução da Carta Educativa (2007)

Agrupamento de escolas	Medida/ação prevista na Carta Educativa	Realizada/ Não realizada	Se realizada	Se não realizada
			Data de execução e resultados produzidos (rede e parque escolar)	Razões e pertinência atual
AE José Cardoso Pires	Jl/Creche Alto da Mira – construção	Não	-	Associada a uma eventual substituição do Jl A-da-Beja (antiga EB1/Jl, 1º ciclo desativado em 2018/19), cujo edifício (Quinta do Plátano, onde funciona também uma creche municipal), é propriedade da Segurança Social. Previstas 2 salas de berçário + 4 salas de creche + 2 salas de Jl. Tem terreno disponível.
	EB1/Jl/Creche Casal da Mira 2 – construção	Sim	Em funcionamento desde 2009/10 (EB1/Jl José Garcês, creche gerida por IPSS - CEBESA)	-
	EB23 Casal da Mira – construção	Não	-	Permitiria criar um novo polo de oferta de 2º e 3º ciclo e reduzir as deslocações dos alunos residentes na zona norte do concelho. O terreno previsto pertence ao IHRU. Pela sua localização periférica (no limite com Odivelas), a área de influência da escola seria intermunicipal.
AE D. Francisco Manuel de Mello (nota: em 2013 foi constituído o AE Amadora Oeste, por agregação da escola secundária Seomara da Costa Primo, que passou a sede)	EB1 Venteira – reconversão em EB1/Jl	Sim	EB1/Jl Venteira em funcionamento desde 2010/11 (criação de 4 salas de Jl, em novo edifício construído na envolvente da escola)	-
	EB1/Jl Raquel Gameiro – reconversão em Jl (nota: não prevista em CE)	Sim	Jl Raquel Gameiro em funcionamento desde 2022/23 (5 salas de Jl; os alunos de 1º ciclo foram distribuídos pela EB1/Jl Venteira e EB123 Francisco Manuel de Mello)	-

Agrupamento de escolas	Medida/ação prevista na Carta Educativa	Realizada/ Não realizada	Se realizada	Se não realizada
			Data de execução e resultados produzidos (rede e parque escolar)	Razões e pertinência atual
	EB23 D. Francisco Manuel de Mello – reconversão em EB Integrada (nota: não prevista em CE)	Sim	Passou a EBI em 2022/23 (recebeu os alunos de 3º e 4º ano da antiga EB1/JI Raquel Gameiro e da EB1/JI Venteira)	-
AE Cardoso Lopes	EB1 Aprígio Gomes – encerramento EB1/JI/Creche Vila Chã – construção	Sim	EB1/JI Aprígio Gomes em funcionamento desde 2010/11 (18 salas de 1º ciclo + 4 salas de JI + creche gerida por IPSS - SCMA)	-
	EB1 Mina de Água – reconversão para creche	Sim	Creche municipal “A Romã”	-
	EB1 Mina – substituição por nova construção	Sim	EB1/JI Mina em funcionamento desde 2010/11 (8 salas de 1º ciclo + 2 salas de JI) Transferência para o AE Mãe de Água prevista em CE, mas não efetivada	-
	EB/JI Santa Filomena – construção	Não	-	A construção estava dependente de um plano urbanístico para aquela área. Poderá ser pertinente no âmbito do desenvolvimento da Unidade de Execução da Serra das Brancas
AE Miguel Torga	EB1 Artur Martinho Simões – reconversão em EB1/JI	Não		Em 2019/20 foram criadas 2 salas de JI na EB1/JI Ricardo Alberty, que integra o mesmo AE (proposta não prevista em CE) Em estudo pelo DOM um projeto de ampliação com previsão de JI e Creche.
	Jl Falagueira – ampliação	Sim	Jl/Creche Falagueira em funcionamento desde 2010/11 (4 salas de JI, creche gerida por IPSS - SFRAA) Transferida para o AE Mães de Água (prevista em CE)	-
AE Mães de Água (nota: a constituição do AE encontrava-se prevista em CE, sendo efetivada em 2007, com sede na ES Mães de Água)	ES Mães de Água – reconversão em EB23S	Sim	Passou a integrar turmas de 2º ciclo em 2007/08. Taxa de ocupação relativamente baixa (42 salas, 500-600 alunos). Procura poderá aumentar em	-

Agrupamento de escolas	Medida/ação prevista na Carta Educativa	Realizada/ Não realizada	Se realizada	Se não realizada
			Data de execução e resultados produzidos (rede e parque escolar)	Razões e pertinência atual
			consequência dos acréscimos populacionais previstos para a Falagueira.	
	EB1/JI/Creche Nova Falagueira - construção (nota: não prevista em CE)	Não	-	A avaliar em função da concretização do projeto de criação de uma nova centralidade na Falagueira
	CAIC/JI Quinta da Lage - desativação (nota: não prevista em CE)	Sim	Em funcionamento até 2010/11. Inserido numa zona de grandes carências sociais, em instalações inadequadas.	-
AE Sophia de Mello Breyner Andresen (nota: em 2012 foi constituído o AE Amadora nº 3 - desde 2015 AE Fernando Namora -, por agregação da escola secundária Fernando Namora, que passou a sede)	EB1/JI Brandoa norte - construção	Não	-	A urbanização prevista a norte da Brandoa (PUAZN) não avançou. No pedido de informação prévia (PIP) para a operação de loteamento urbano do Casal do Castelo - Brandoa (879 fogos) não está previsto nenhum lote para equipamento escolar.
AE Alfornelos	EB1 Alice Leite - reconversão em EB1/JI	Sim	Em funcionamento desde 2014/15 (criação de 1 sala de JI)	-
	EB23 Alfornelos - beneficiação (nota: não prevista em CE; decorrente do contrato de transferência de competências para o município da Amadora em matéria de educação - contrato 189/2009, de 23 de julho)	Em curso	Em curso (ao abrigo da medida "Escolas Novas ou Renovadas" (componente C06 do PRR), com conclusão prevista em 2026)	-
	EB1 Maria Irene Lopes Azevedo - reconversão em EB1/JI (nota: não prevista em CE)	Sim	Em funcionamento desde 2008/09 (criação de 1 sala de JI)	-
	Creche Centro Social 6 de Maio - substituição por nova construção (nota: não prevista em CE)	Não	-	Creche de IPSS instalada em bairro precário entretanto demolido. Equaciona-se a realocação do equipamento.
AE Roque Gameiro (nota: em 2013 foi constituído o AE Pioneiros da Aviação Portuguesa, por	EB1/JI Terra dos Arcos - ampliação	Sim	Concluída em 2008 (ampliação de 12 para 15 salas - 12 salas de 1º ciclo + 3 salas de JI)	-

Agrupamento de escolas	Medida/ação prevista na Carta Educativa	Realizada/ Não realizada	Se realizada	Se não realizada
			Data de execução e resultados produzidos (rede e parque escolar)	Razões e pertinência atual
agregação da escola secundária da Amadora, que passou a sede; redefinição da área de influência do AE – ver AE Azevedo Neves)	EB23 Roque Gameiro – reconversão em EB Integrada (nota: não prevista em CE)	Sim	Passou a EBI em 2022/23 (integra turmas de 4º ano)	-
AE Dr. Azevedo Neves (nota: com a criação do AE Pioneiros da Aviação Portuguesa em 2013, procedeu-se ao alargamento da área de influência do AE Dr. Azevedo Neves, que passou a incluir toda a serra de Carnaxide e respetivas urbanizações)	Jl/Creche Atalaia – construção	Sim	Concluída em 2013 (Creche da Atalaia, gerida por IPSS – Casal Popular da Damaia, com 2 salas de berçário + 4 salas de creche. Equipamento evolutivo	-
	EB1/Jl Atalaia – construção	Não	-	A avaliar, em função da evolução da procura, da taxa de ocupação das escolas e da dinâmica urbanística na área de influência do AE. Tem terreno disponível.
	EB123/Jl/Creche Serra de Carnaxide – construção (nota: não prevista em CE)	Não	-	Prevista construção faseada, começando por EB1/Jl/ (8 salas de 1º ciclo + 3 salas de Jl) com Creche (2 salas de berçário + 4 salas de creche), com possibilidade de evolução para EBI (15 salas de 2º e 3º ciclo). A avaliar em função do preenchimento das urbanizações da Serra de Carnaxide. Tem terreno disponível.
AE Damaia	EB1/Jl Cova da Moura – ampliação	Não	-	Equipamento inserido em bairro crítico. 1º ciclo desativado em 2018/19 com repartição dos alunos pelos AE Damaia e D. João V, como estratégia de incentivo à sua socialização fora do bairro. Aumento de 3 salas de Jl e conversão para Creche com Berçário e 2 salas de atividades gerida pela Associação Moinho da Juventude
	EB23 Prof. Pedro D'Orey da Cunha – reconversão em EB Integrada (nota: não prevista em CE)	Sim	Passou a EBI em 2022/23 (integra turmas de 4º ano)	-
AE D. João V	Em 2010 foi criado o AE D. João V, com sede na escola secundária com 3º ciclo, que passou a integrar também turmas do 2º ciclo). Este AE passou	Sim		-

Agrupamento de escolas	Medida/ação prevista na Carta Educativa	Realizada/ Não realizada	Se realizada	Se não realizada
			Data de execução e resultados produzidos (rede e parque escolar)	Razões e pertinência atual
	também a integrar a EB1/JI Alice Vieira.			
AE Almeida Garrett (nota: aquando da redelimitação dos AE Pioneiros da Aviação Portuguesa e Azevedo Neves, a área de influência do AE Almeida Garrett foi ampliada por forma a incluir a zona de atividades económicas a poente da EN117 – Continente, Siemens, etc.)	Sem propostas de redimensionamento em CE	-	-	-

Fonte: CM Amadora

As medidas/ações previstas na Carta Educativa de 2007 tiveram uma taxa de execução de 55,6%, sendo concretizadas 10 das 18 ações previstas. A estas, acrescentam-se as ações pensadas/delineadas no parque escolar da Amadora, que não estavam previstas na Carta Educativa (pós 2007), e que tiveram uma taxa de execução de 77,8%, sendo executadas (ou tendo a sua execução em curso) 7 das 9 ações apresentadas.

Agrupando as medidas previstas na Carta Educativa com as não-previstas, no período entre 2007 e 2024, conclui-se por uma taxa de execução de 63%.

Das medidas previstas na Carta Educativa, 10 são relativas à construção de novas infraestruturas ou à substituição integral de infraestruturas existentes, 7 são relativas a requalificações e ampliações de infraestruturas existentes, e 1 é relativa à desativação de uma infraestrutura. As ações de construção de novas infraestruturas ou à substituição integral de infraestruturas existentes, que na Carta Educativa de 2007 tinham um custo estimado médio de 1.872.400 euros, verificaram uma taxa de concretização de 40%. Já as ações de requalificação e ampliação de infraestruturas existentes, que na CE-2007 tinham um custo estimado médio de 303.333 euros, verificaram uma taxa de concretização de 71,4%.

Uma das ações, a ampliação da EB1/JI Cova da Moura (EB/JI), foi executada apenas em parte, ampliando a capacidade do Jardim de Infância e criação de uma Creche. A parte escolar do primeiro ciclo não foi ampliada, e, portanto, considera-se que a ação prevista na Carta Educativa de 2007 não foi executada.

Dos projetos previstos na Carta Educativa de 2007 que não foram executados, alguns foram abandonados, e outros ainda são pertinentes. Pela análise realizada, considera-se que a construção do JI/Creche Alto da Mira e da EB Casal da Mira (EB2/3), bem como a construção da EB Santa Filomena (EB1/JI) e da EB da Atalaia (EB1/JI) podem ser relevantes, mas que carecem de uma análise prévia sobre alguns fatores externos.

2.2. Intervenções na Rede Escolar no período 2020-2025

Entre 2020 e 2025, a Rede Escolar da Amadora tem vindo a ser alvo de um conjunto de intervenções estratégicas, alinhadas com os objetivos definidos na Carta Educativa Municipal. Estas medidas procuram responder às necessidades identificadas em termos de infraestruturas, modernização dos espaços e reforço da qualidade das condições de ensino, assegurando uma escola mais inclusiva, segura e adaptada às exigências atuais.

Com estas intervenções, a autarquia procurou não só promover o sucesso educativo, mas também garantir que os estabelecimentos de ensino se constituem como polos de coesão social e cultural no território da Amadora.

Este conjunto de investimentos reflete o compromisso de colocar a educação no centro das políticas municipais, assegurando que todos os alunos, independentemente da sua origem, têm acesso a condições dignas e equitativas para aprender e crescer. O quadro que se segue sintetiza as principais intervenções realizadas ou em curso, permitindo uma leitura objetiva do esforço desenvolvido neste período.

Quadro 10 - Intervenções nos equipamentos escolares da Amadora, por nível de ensino

Nº	Escola	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Creches e Jardins de Infância							
1	Creche/JI Falagueira						
2	Jl Brandoa				X		
3	Jl Cerrado da Bica						X
4	Jl Damaia 3 (Ludoteca)						
5	Jl S. Brás						
6	Creche Romã						
7	Creche dos trabalhadores						
8	Creche da Serra da Mira						
Escolas Básicas 1º Ciclo							
9	Jl Á-da-Beja						
10	EB de Águas Livres (EB1/JI)				X		
11	EB de Alfragide (EB1/JI)		X				
12	EB Alice Leite (EB1)	X			X		
13	EB Alice Vieira (EB1/JI)		X	X			
14	EB do Alto do Moinho (EB1/JI)	X	X				
15	EB Aprígio Gomes (EB1/JI/Creche)					X	

Nº	Escola	2020	2021	2022	2023	2024	2025
16	EB Artur Bual (EB1)						
17	EB Artur Martinho Simões (EB1)		X		X	X	
18	EB Ricardo Alberty (EB1/JI)		X				
19	EB da Brandoa (EB1/JI)		X				
20	EB Brito Pais (Casal da Mira) (EB1/JI)				X	X	
21	EB Condes da Lousã (EB1/JI)	X					
22	Jl Cova da Moura			X			
23	EB Gago Coutinho (EB1)					X	
24	EB José Garcês (EB1/JI)					X	
25	EB1/JI José Ruy		X				
26	EB1/JI Manuel Heleno Carenque						X
27	EB1/JI Mª Irene Lopes Azevedo				X	X	
28	EB1/JI Mina	X					
29	EB1/JI Moinhos da Funcheira			X			
30	EB1/JI Orlando Gonçalves		X				
31	EB1 Padre Himalaia		X				
32	EB1/JI/ATL Quinta Grande				X	X	
33	Jl Raquel Gameiro						
34	EB Sacadura Cabral (EB1/JI)						X
35	EB Santos Mattos (EB1/JI)		X	X		X	
36	EB da Terra dos Arcos (EB1/JI)	X					
37	EB Vasco Martins Rebolo (EB1/JI)			X		X	X
38	EB da Venteira (EB1/JI)		X				
E.B. 2/3 e secundárias							
39	EB Roque Gameiro						
40	EB de Alfornelos (EB2/3)						X
41	EB Almeida Garrett (EB2/3)		X				

Nº	Escola	2020	2021	2022	2023	2024	2025
42	EB Cardoso Lopes (EB2/3)		X				
43	EB José Cardoso Pires (EB2/3)		X		X		X
44	EB D. Francisco Manuel de Melo		X				
45	EB Miguel Torga (EB2/3+Pavilhão)						
46	EB Pedro D'Orey da Cunha		X				X
47	EB Sophia Mello Breyner (EB2/3)		X				
48	EB e Secundaria Dr. Azevedo Neves						
49	Esc. Sec. Seomara da Costa Primo						
50	EB e Secundaria D. João V						
51	Esc. Sec. Fernando Namora		X		X	X	
52	EB e Secundária Mães d'Água						
53	Esc. Secundaria da Amadora		X				X

Fonte: CM Amadora

A análise do quadro anterior, relativo às intervenções nos equipamentos escolares da Amadora evidencia um esforço de investimento progressivo e diversificado ao longo dos últimos seis anos, ainda que de forma irregular entre os diferentes níveis de ensino. Nota-se que as creches e jardins de infância receberam uma atenção mais pontual, com destaque para o Jardim de Infância da Brandoa em 2021 e o JI do Cerrado da Bica em 2025 (apenas concretizado, na sua plenitude, em 2026). Esta distribuição sugere uma estratégia de resposta a necessidades específicas e não um plano contínuo sustentado de intervenção neste segmento etário.

No caso das escolas básicas do 1.º ciclo, a análise mostra maior concentração de intervenções, abrangendo quase todos os anos entre 2020 e 2025. Algumas escolas destacam-se por terem sido alvo de múltiplas intervenções, como a EB Santos Mattos (2020, 2021, 2023) e a EB Artur Martinho Simões (2021, 2023, 2024). Esta repetição indica que certos estabelecimentos requerem manutenção contínua ou adaptações sucessivas, possivelmente devido à sua dimensão, ao número de alunos ou ao estado de conservação. Além disso, verifica-se um reforço da intervenção em 2023 e 2024, o que está associado a programas de financiamento específicos e a uma política municipal mais ambiciosa de modernização do parque escolar.

Já no nível das escolas EB2/3 e secundárias, o padrão é semelhante ao do 1.º ciclo, mas com incidência em estabelecimentos com maiores constrangimentos como a EB José Cardoso Pires e a Escola Secundária Fernando Namora, ambas alvo de várias intervenções ao longo do período. Este facto evidencia uma preocupação em assegurar que os estabelecimentos de maior dimensão e importância em alguns contextos territoriais disponham de condições adequadas. Contudo, observa-se também que algumas escolas com ensino secundário, como a ES Seomara da Costa Primo ou a EB e Sec. Azevedo Neves, não registaram intervenções neste intervalo, o que pode apontar para uma situação estrutural já estável ou, pelo contrário, para a necessidade futura de investimentos.

Em síntese, o quadro revela uma estratégia de intervenção que conjuga manutenção de escolas com maiores necessidades e ações de modernização em equipamentos em territórios críticos, refletindo a prioridade dada pela autarquia à melhoria das condições de ensino na Amadora.

Por outro lado, a rede educativa da Amadora tem vindo a ser reforçada através de um conjunto de intervenções distribuídas pelos diferentes agrupamentos escolares, procurando dar resposta às necessidades específicas de cada território educativo. Esta abordagem permite uma gestão mais equilibrada dos recursos e assegura que as melhorias realizadas chegam de forma justa a toda a comunidade escolar do concelho.

As intervenções, diferenciadas por agrupamento, incluem ações de requalificação e modernização de edifícios, melhoria das condições de acessibilidade, renovação de equipamentos desportivos, entre outras. Ao organizar a informação por agrupamento escolar, torna-se possível identificar com clareza o compromisso da autarquia com a equidade territorial, assegurando que cada agrupamento dispõe de condições adequadas para promover o sucesso educativo, a inclusão e o bem-estar dos alunos. Nas análises seguintes sistematizam estas intervenções, no período 2020-2025, permitindo uma leitura objetiva e comparativa do esforço realizado em cada agrupamento escolar da Amadora.

No caso do Agrupamento de Escolas Almeida Garrett, revela-se uma clara aposta na valorização e modernização dos espaços exteriores das escolas básicas. O padrão de intervenções mostra não apenas a preocupação com a requalificação das infraestruturas já existentes, mas também a criação de condições que potenciem a prática desportiva.

Na Escola Básica de Alfragide, atualmente, encontra-se em curso uma empreitada de requalificação do espaço exterior, sinalizando uma continuidade no esforço de melhoria e uma visão estratégica de longo prazo. Situação semelhante verifica-se na Escola Básica da Quinta Grande, que em 2024 recebeu obras de requalificação do espaço exterior e, de forma quase imediata, iniciou nova empreitada, o que reflete a necessidade de intervenções profundas e estruturantes.

Já na Escola Básica do Alto do Moinho, destaca-se a requalificação realizada em 2021, centrada no espaço exterior, complementada pela atual empreitada de requalificação do campo de jogos. Este conjunto de obras aponta para uma aposta consistente em dotar a escola de melhores condições físicas para o desenvolvimento de atividades lúdicas e desportivas, essenciais na formação integral dos alunos.

No caso do Agrupamento de Escolas Amadora Oeste, verificou-se uma atenção contínua à valorização dos espaços exteriores da EB da Venteira. O registo das intervenções evidencia uma estratégia faseada, que combina a modernização das infraestruturas desportivas com a melhoria dos espaços de recreio destinados às crianças mais novas.

Em 2021, a instalação de um campo sintético representou uma aposta significativa na promoção da prática desportiva e na criação de condições adequadas para a realização de atividades físicas em segurança. Esta obra reforça a importância do desporto escolar e da disciplina de educação física como componente essencial no desenvolvimento dos alunos. Mais recentemente, em 2025, encontra-se em curso uma empreitada de requalificação do espaço de recreio da zona do Jardim de Infância, incluindo a substituição e melhoria das cercas de madeira, o que demonstra uma preocupação acrescida com a segurança, a funcionalidade e a qualidade dos ambientes frequentados pelas crianças em idade pré-escolar.

A análise das intervenções no Agrupamento de Escolas Cardoso Lopes evidencia um planeamento orientado para a melhoria dos espaços exteriores, com especial foco na promoção da prática desportiva e no bem-estar da comunidade escolar. As obras registadas inserem-se num quadro de investimentos recentes, que refletem uma aposta clara na modernização das infraestruturas escolares.

Na EB Aprígio Gomes, encontrava-se prevista para 2025 uma empreitada de requalificação do espaço de recreio com instalação de relvado sintético (concluída em 2026). Este projeto revela a intenção de criar um espaço multifuncional e seguro, que permita às crianças usufruírem de um recreio mais qualificado, potenciando a atividade física e o convívio em ambiente escolar.

Por sua vez, a EB da Mina virá a beneficiar em breve da instalação de um campo sintético (previsto em 2024, mas ainda não avançou), enquadrando-se numa lógica de renovação dos equipamentos desportivos e de incentivo à prática regular de atividade. Esta intervenção, tal como a da EB Aprígio Gomes, concretizada em 2026, demonstra a prioridade atribuída pela autarquia e pelo agrupamento ao reforço das condições dos espaços exteriores, reconhecendo o seu papel no desenvolvimento integral dos alunos.

A análise das intervenções realizadas nos Agrupamentos de Escolas D. João V e da Damaia mostra uma aposta clara na valorização dos espaços exteriores e de recreio, com medidas que conjugam a modernização das infraestruturas desportivas e a criação de melhores condições de conforto e segurança para os alunos.

No Agrupamento de Escolas D. João V, destaca-se a intervenção na Escola Básica Alice Vieira, que em 2021 beneficiou de uma requalificação do espaço de recreio. Esta ação demonstra uma preocupação em renovar e adaptar os espaços escolares às necessidades atuais, tornando-os mais funcionais e atrativos para a comunidade educativa.

Já no Agrupamento de Escolas da Damaia, a Escola Básica Padre Himalaia foi alvo de duas intervenções de relevo em anos consecutivos: em 2020, a instalação de um campo sintético, que reforçou as condições para a prática desportiva, e, em 2021, a instalação de tensadas para sombras, medida orientada para o bem-estar e segurança dos alunos durante as atividades ao ar livre. Estas intervenções complementares evidenciam uma visão integrada, que valoriza simultaneamente a componente desportiva e o conforto ambiental dos espaços de recreio.

A análise das intervenções no Agrupamento de Escolas de Alfovelos evidencia uma estratégia diversificada que combina infraestruturas desportivas com medidas orientadas para o conforto e segurança dos espaços exteriores. O conjunto de obras realizadas e previstas mostra um investimento consistente ao longo do tempo, distribuído por várias escolas do agrupamento.

A Escola Básica Maria Irene Lopes de Azevedo recebeu em 2021 a instalação de um campo sintético, intervenção que valoriza a prática desportiva e reforça a qualidade dos espaços exteriores. Já a Escola Básica Orlando Gonçalves beneficiou, em 2020, da instalação de tensadas para sombras, uma solução que melhora o conforto térmico dos alunos em atividades ao ar livre, medida que viria a ser replicada em 2021 nas escolas Alice Leite e Santos Mattos.

No caso da Escola Básica Alice Leite, além da instalação de tensadas em 2021, estava prevista para 2025 uma empreitada de requalificação do campo de futebol, que inclui a colocação de piso sintético e a correção das proteções laterais (concluída em 2026). Este projeto reflete uma preocupação não apenas com a modernização, mas também com a segurança das infraestruturas desportivas, assegurando melhores condições para a prática regular de atividade física.

A análise dos Agrupamentos de Escolas Dr. Azevedo Neves e Fernando Namora evidencia um padrão de investimento voltado sobretudo para a modernização dos espaços exteriores desportivos, ao mesmo tempo que se reforçam medidas de conforto e integração de infraestruturas escolares.

No Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves, a Escola Básica José Ruy foi alvo em 2021 da instalação de tensadas para sombras, uma medida simples, mas de grande impacto no bem-estar dos alunos, ao proporcionar maior conforto durante as atividades ao ar livre. Está prevista uma empreitada exterior para integração do campo de jogos Armando Romão (a aguardar calendarização). Este projeto representa uma intervenção de maior envergadura,

capaz de articular espaços desportivos com o conjunto das infraestruturas escolares, reforçando a sua funcionalidade e integração na comunidade.

Já no Agrupamento de Escolas Fernando Namora, destaca-se a intervenção de 2021 na Escola Secundária Fernando Namora, com a instalação de um relvado sintético para a prática de Futebol 7. Esta obra reflete uma aposta clara na valorização do desporto escolar, permitindo a realização de atividades físicas em condições de maior qualidade e segurança, e aproximando os espaços escolares de padrões semelhantes aos utilizados em contextos desportivos profissionais.

A análise das intervenções no Agrupamento de Escolas José Cardoso Pires mostra um plano de investimentos recente e concentrado nos anos de 2024 e 2025, evidenciando uma forte aposta na modernização dos espaços exteriores das escolas do agrupamento.

Na Escola Básica José Cardoso Pires, foi realizada em 2024 uma empreitada de instalação de relvado sintético, intervenção de relevo que valoriza a prática desportiva e cria melhores condições para atividades físicas regulares. A Escola Básica Brito Pais beneficiou, em 2026, de uma requalificação do espaço exterior, centrada no recreio do Jardim de Infância, medida orientada para melhorar a qualidade dos espaços destinados às crianças mais novas, com impacto direto no bem-estar e segurança.

Já na Escola Básica José Garcês, encontrava-se prevista para 2025 a requalificação do espaço exterior com instalação de tensada (atualmente em curso). Esta intervenção complementa as anteriores, mostrando uma estratégia que não se limita ao desporto, mas também procura melhorar o conforto ambiental e a proteção solar nos espaços de recreio.

A análise das intervenções no Agrupamento de Escolas Miguel Torga revela uma estratégia consistente de valorização dos espaços exteriores, abrangendo tanto infraestruturas desportivas como áreas de recreio infantil, com obras distribuídas entre 2021 e 2025.

Na Escola Básica Miguel Torga, em 2021, foi instalada uma infraestrutura de relvado sintético para a prática de Futebol 7, um investimento que aproxima os espaços escolares de padrões desportivos de maior qualidade, incentivando a prática física em condições mais seguras. No mesmo ano, a Escola Básica Ricardo Alberty recebeu também a requalificação do espaço exterior com colocação de campo sintético, reforçando a aposta do agrupamento na modernização dos equipamentos desportivos.

A Escola Básica Artur Martinho Simões foi alvo de melhorias em dois momentos: em 2021, com a instalação de tensadas para sombras, e em 2023, com um melhoramento do exterior, reforçando a funcionalidade e o conforto dos espaços de recreio. Por sua vez, o JI São Brás beneficiou em 2024 da instalação de pavimento amortecedor em borracha “in situ”, medida essencial para a segurança das crianças em idade pré-escolar. Em 2025 foi concretizada a empreitada de requalificação do espaço de recreio, que incluiu a retificação de canteiros e a manutenção da cobertura tipo cogumelo.

A análise das intervenções no Agrupamento de Escolas Pioneiros da Aviação Portuguesa demonstra um investimento diversificado e progressivo, com foco tanto na modernização dos espaços exteriores como na criação de condições de conforto e recreio para diferentes níveis de ensino.

Na Escola Secundária da Amadora, em 2021, foi realizada uma requalificação do espaço exterior, medida que reforça a importância de proporcionar ambientes funcionais e atrativos também ao nível do ensino secundário. Já a EB da Terra dos Arcos recebeu, em 2020, a instalação de uma tensada para sombreamento, medida simples, mas relevante para o bem-estar dos alunos em recreio, sobretudo em dias de maior exposição solar.

A Escola Básica Gago Coutinho beneficiou, em 2021, da instalação de estruturas de recreio e pinturas de chão, ações que visam dinamizar os espaços de lazer e aprendizagem informal, promovendo a interação entre os alunos. Por sua vez, a Escola Básica Vasco Martins Rebolo foi alvo em 2021 da instalação de telheiros para sombreamento e em 2024 de uma empreitada de intervenção no exterior, centrada no recreio do Jardim de Infância.

(página propositadamente deixada em branco)

3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

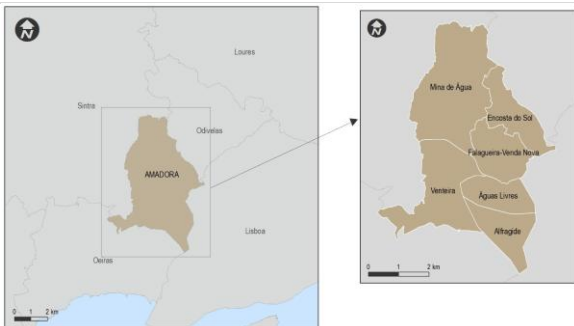
3.1. Introdução

O presente capítulo apresenta a situação de referência territorial para a Revisão da Carta Educativa da Amadora. A análise compreende indicadores e domínios relevantes para a organização do sistema municipal de ensino. Não se pretende uma caracterização exaustiva das dinâmicas ou tendências municipais, mas sim proceder a uma análise de síntese da evolução territorial do concelho nas temáticas relevantes para a Carta Educativa, considerando que a oferta e procura educativa, dimensões-chave para o instrumento, serão aprofundadas em capítulos específicos.

A análise territorial tem por base a anterior NUT II, Área Metropolitana de Lisboa (2013), e a NUT II Grande Lisboa (2024), correspondente à AML Norte, assim como o novo mapa das freguesias resultante da reforma administrativa concretizada em 2013 (Lei n.º 11-A/2013), em que as onze freguesias da Amadora sofreram alterações de limites, tendo sido reorganizadas em 6 novas freguesias. Serão realizadas as necessárias análises de enquadramento com a AML, com a qual a Amadora estabelece relações de natureza económica e social e que importa observar. Deste modo, os cinco domínios a analisar neste ponto são: Inserção territorial; Sistema urbano municipal; Situação demográfica; Perfil socioeconómico municipal; Situação educativa.

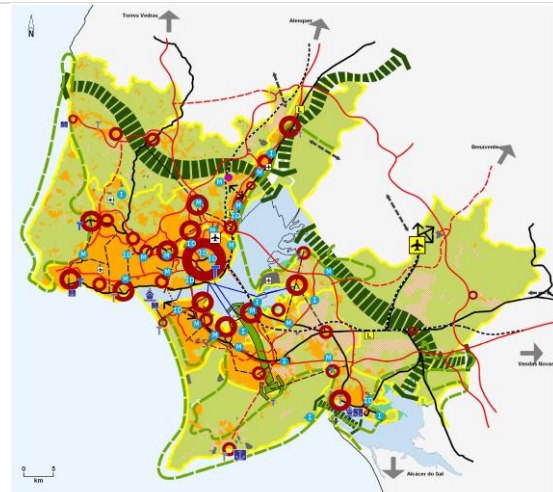
3.2. Inserção territorial

Figura 4 - Enquadramento territorial do município da Amadora



Fonte: Equipa Técnica

Figura 5 - Modelo territorial do PROT AML, proposta de alteração de 2010



Fonte: Equipa Técnica

Amadora é um concelho jovem, criado em 1979, a partir de duas antigas freguesias dos concelhos de Oeiras (freguesia da Amadora) e Sintra (freguesia de Belas)⁶. Constitui um dos concelhos com menor dimensão do país, com cerca de 24 km², mas também um dos mais populosos, o que o posiciona como o concelho mais densamente povoado de Portugal.

A Amadora fica encaixada entre os concelhos de Lisboa, Odivelas, Sintra e Oeiras. Com a alteração dos limites territoriais das freguesias⁷ passou a ser composto por 6 freguesias: Águas Livres, Alfragide, Encosta do Sol, Falagueira-Venda Nova, Mina de Água e Venteira.

Entre os 2,9 milhões de habitantes residentes nos 18 concelhos da AML, em 2021, cerca de 171 mil residiam no concelho da Amadora.

Localizada no seio do principal polo populacional e económico do país, a Área Metropolitana de Lisboa, a região que concentra o maior número de população, empresas e emprego e que mais contribui para o PIB nacional, são fortes as interdependências e ligações do concelho com toda a área metropolitana, principalmente a norte do Tejo, e especialmente com a capital, com a qual confina.

O desenvolvimento da Amadora está inequivocamente ligado ao processo de metropolização de Lisboa. O grande crescimento demográfico da região de Lisboa nos anos 1960, sustentado na rede viária, nomeadamente nas novas vias rápidas e em torno das estações de caminho-de-ferro, ocorreu também no território da Amadora, quer potenciado pelo caminho-de-ferro quer pela EN117. O crescimento ao longo da Estrada de Benfica prolongou-se pelo eixo urbano estruturado pela rua Elias Garcia e promovido pelas estações do caminho-de-ferro. Nesse processo, surge também a área da Venda Nova como importante destino de localização de várias indústrias, que procuravam boas acessibilidades e baixo custo do solo. Duas grandes áreas começaram desde esse período a funcionar como uma espécie de “zonas-tampão à expansão urbana da Amadora: a Academia Militar e a Estação Nacional de Seleção e Reprodução Animal, limitando às áreas na sua envolvente a configuração do crescimento da Amadora, nessa época orientado pelos planos de urbanização de Faria da Costa e João Aguiar”⁸. O gradual preenchimento dos espaços intersticiais, estimulados por vezes por novas infraestruturas rodoviárias, como a EN117 não é acompanhado pela oferta de equipamentos sociais, e quase sempre com escassa articulação com os transportes públicos. A Reboleira e Alfragide e os “bairros clandestinos” da Brandoa, Moinhos da Funcheira e Casal da Mira são casos exemplificativos das grandes construções imobiliárias, e de urbanização informal que contribuíram para o grande crescimento demográfico deste período. O centro da Amadora apresentou um crescimento urbano extraordinário, principalmente associado ao caminho-de-ferro.

Nos anos 1970, num contexto de alterações políticas nacionais e internacionais e de início do processo de desindustrialização, a forte emigração de população das ex-colónias e a contínua chegada de migrantes do interior do país, estimularam ainda mais a urbanização clandestina e o crescimento suburbano da AML “sobretudo em áreas escassamente infraestruturadas e apoiadas numa rede viária incipiente e de modo nenhum preparada para o crescimento exponencial do tráfego automóvel, saturação evidente sobretudo nas áreas a norte de Lisboa, nomeadamente Amadora, Loures, Odivelas e Oeiras”⁹. Neste período, surgiram diversos “bairros de barracas” nos limites dos concelhos de Amadora e Lisboa, sobretudo em torno da Estrada Militar, destinados fundamentalmente à fixação de população das ex-colónias africanas (Estrada Militar da Mina, Alto da Damaia, 6 de Maio, Estrela de África, Cova da Moura, etc.). Enquanto em Lisboa, continuava o processo de terciarização de Lisboa, na periferia consolidavam-se os loteamentos industriais existentes e começavam a surgir novas áreas de grande dimensão, na

⁶ Lei 45/79, de 11 de setembro, Diário da República n.º 210/1979, Série I de 1979-09-11

⁷ Lei n.º 11-A/2013

⁸ Revisão do PDM da Amadora – A Enquadramento Metropolitano, 2018.

⁹ Idem

Venda Nova e ao longo da EN117, mas também por todo o território disseminavam-se pequenas unidades industriais e de armazenamento, maioritariamente através de uma urbanização informal.

Na década de 1980, a região de Lisboa apresentava um “modelo monocêntrico, estruturada por novos eixos radiais rodoviários, assistindo-se a fenómenos de intensa mobilidade pendular, com grandes assimetrias na acessibilidade ao centro, e fenómenos extremos de congestionamento automóvel nos principais acessos a Lisboa, nomeadamente a partir dos concelhos de Oeiras, Amadora, Odivelas e Loures.”¹⁰ No recém-criado concelho da Amadora, para além da consolidação das tendências dos períodos anteriores, surgiram fenómenos de suburbanização associados também ao peso crescente da motorização da população metropolitana e da maior acessibilidade conferida pelo IC19. As novas áreas residenciais assumiam claramente a sua dependência do uso do automóvel, como a zona de Alfragide, e as frentes urbanas no norte e nascente do concelho, quer as clandestinas como os Moinhos da Funcheira e Casal da Mira, quer as urbanizações formais, como São Brás e Alfovelos, e a urbanização do Borel, junto ao nó do IC19/EN117. No final da década de 1980 começaram a reforçar-se as tendências de instalação de novas atividades económicas em torno do eixo da EN117, também no concelho de Oeiras, que aí se localizavam em função da acessibilidade a disponibilidade de solo, primeiramente instalaram-se as grandes superfícies comerciais, como o Continente, Jumbo e Makro.

Na década de 1990, observou-se uma desaceleração do crescimento demográfico e urbanístico e transformações na rede viária principal metropolitana, enquanto se acentuaram as tendências de desindustrialização por toda a AML, reflexo também das mudanças no processo produtivo a nível mundial. Assistiu-se à deslocalização e periferização de diversas atividades económicas, com destaque para o terciário superior e ao aparecimento correspondente de novos parques tecnológicos e de empresas, nomeadamente no sector poente e associado ao eixo da A5. Nesta época, em torno do eixo da EN117, surgiram áreas de atividades de um novo perfil tecnológico, enquanto na área industrial da Venda Nova começaram a notar-se alterações ao nível das tipologias empresariais presentes, com menor importância da indústria pesada. Este período é igualmente marcado pelo investimento público de infraestruturação, estruturação e requalificação das áreas de expansão residencial das décadas anteriores e pela criação do Programa Especial de Realojamento, que possibilitou erradicar diversos bairros de barracas da AML.

No início do século XXI, assistiu-se na AML “aos efeitos das novas acessibilidades rodoviárias construídas no período anterior e à progressiva estabilização da matriz de estruturação do território metropolitano”. A área servida pela A5 e IC19 constituiu-se como um dos sectores mais dinâmicos de atividades industriais, comerciais e logísticas da AML, marcado por um padrão de ocupação do solo fragmentado e desarticulado e por uma rede viária fortemente congestionada. Na Amadora assistiu-se à consolidação das zonas de atividades económicas em torno da EN117 e ao surgimento de grandes superfícies comerciais junto ao nó do IC16, como o Dolce Vita (UBBO), bem como o desenvolvimento de novas urbanizações na zona norte do concelho (Moinho do Guizo, Alto da Mira, A-da-Beja, etc.), uma dinâmica construtiva que, a partir de 2008, foi suspensa no contexto da crise económico-financeira mundial.

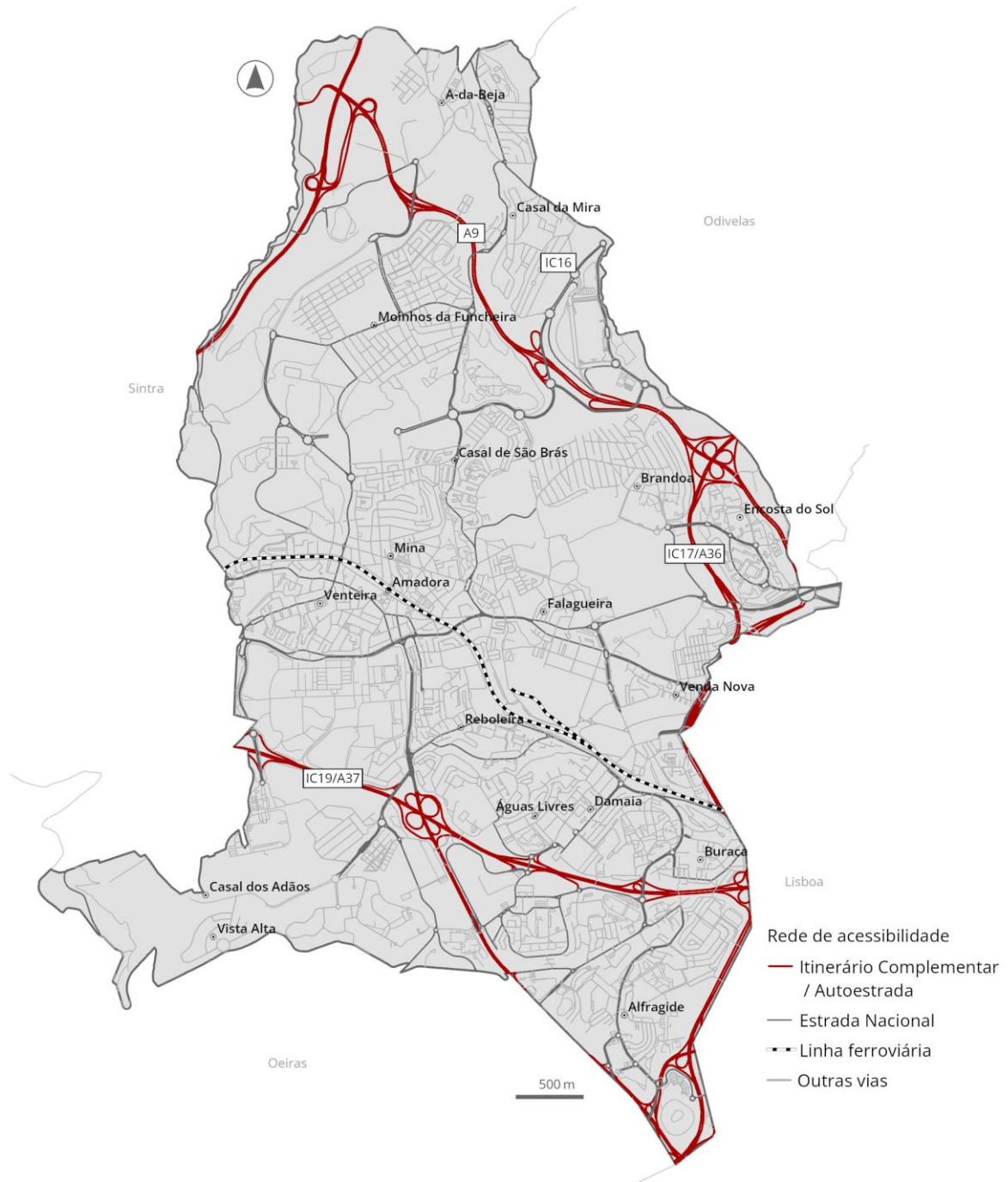
Na área industrial da Venda Nova, por um lado “instalou-se um processo de deslocalização ou encerramento de empresas, tendo como resultado a existência de cerca de 1/3 das edificações devolutas, cuja tendência tem sido para a sua progressiva degradação, existindo já algumas situações de ruína; por outro lado, verifica-se um processo de substituição de empresas, que dá lugar a unidades de menor dimensão e a atividades mais diversificadas, e à consolidação, por vezes com expansão de instalações, de algumas empresas, com destaque para as farmacêuticas.

O município liderou projetos que permitiram a “requalificação urbana de diversos bairros do concelho, através de intervenções no espaço público, criação de uma rede de espaços verdes e desenvolvimento e requalificação de uma rede de equipamentos públicos (escolares, sociais, desportivos, etc.), enquanto diversas intervenções municipais ao

¹⁰ Idem.

nível do sistema de acessibilidades locais, sobretudo na zona norte, garantiram a matriz estruturante da organização geral do concelho para o crescimento urbano das próximas décadas. ”

Figura 6 – Rede de acessibilidade no concelho da Amadora



Fonte: Equipa Técnica

A evolução do sistema ferroviário com a criação de duas novas estações, uma na Damaia, substituindo as estações da Damaia e Santa Cruz de Benfca, e outra na Reboleira e a expansão da linha azul do Metropolitano de Lisboa até

à Amadora, com a criação de três novas estações, em Alfovelos, Falagueira, e Reboleira, melhoram as condições de acessibilidade em transporte público entre a Amadora e Lisboa e possibilitaram a redução da dependência do automóvel de importantes sectores urbanos da zona nascente do concelho.

A expansão urbana para fora dos limites de Lisboa dependeu de dois fatores principais que favoreceram a Amadora:

- a acessibilidade a Lisboa: no caso da Amadora foi importante a proximidade geográfica, sendo um concelho contíguo, ligado a Lisboa através da estrada de Benfica, e a existência da infraestrutura ferroviária, Linha de Sintra e, em menor medida, da rodoviária,
- a criação, fora de Lisboa, de áreas de concentração de emprego com predominância da indústria e da armazenagem/logística: na Amadora implantaram-se algumas indústrias dispersas a que se seguiu a instalação e desenvolvimento, nas décadas de 1940 e 1950, da zona industrial da Venda Nova.

No processo de desenvolvimento da Área Metropolitana, a Amadora, tal como os outros concelhos da periferia imediata de Lisboa, teve um papel primordial, nas décadas de 1960 e 1970, no acolhimento de população imigrante, sobretudo de trabalhadores tanto na indústria e na construção, como nos serviços que iam crescendo em Lisboa “centro metropolitano polarizador”.

Foi o reconhecimento deste processo de concentração demográfica, baseada na imigração, e de dependência dos concelhos periféricos do emprego e dos serviços que iam crescendo em Lisboa, que a estrutura da rede de transportes metropolitana foi pensada num modelo radio-concêntrico, o qual, definido nas suas linhas gerais no Plano Diretor da Região de Lisboa de 1967, só se veio a concluir recentemente com a construção da CREL (1998) e conclusão da CRIL (2011). Mesmo assim, estas realizações só abrangeram a componente rodoviária tendo ficado por construir a rede ferroviária também prevista.

Se a rede de transportes regional foi importante para o desenvolvimento da Amadora na fase de crescimento suburbano de Lisboa, compreende-se que é, atualmente, determinante para a afirmação da sua nova identidade urbana num modelo territorial metropolitano que se pretende policêntrico, no qual se reconhece a importância incontornável da cidade de Lisboa, mas cuja concretização dependerá da diversificação funcional, da qualificação urbana, e da capacidade atrativa que permita o desenvolvimento e consolidação dos outros centros funcionando em rede, potenciando, ao mesmo tempo, complementaridades supra municipais e serviços de proximidade e proporcionando, assim, novos equilíbrios territoriais. “

Em resultado das muitas formas de acessibilidades, cerca de 32,1% da população residente no concelho da Amadora trabalhava ou estudava noutra unidade territorial, em 2021.

3.3. Sistema urbano municipal

Figura 7 - Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar, concelho de Amadora, 2014-2022 (n.º)



Fonte: INE

Quadro 11 - Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar, concelho de Amadora, por freguesia, 2011-2022 (n.º)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Alfragide	0	8	0	0	57	70	43	35	18
Águas Livres	1	0	1	1	2	1	1	0	1
Encosta do Sol	8	0	0	0	0	3	15	0	14
Falagueira-Venda Nova	0	0	0	7	0	0	0	26	1
Mina de Água	0	0	2	1	20	21	13	22	48
Venteira	0	0	0	12	147	200	81	83	22

Fonte: INE

Quadro 12 - Parque habitacional municipal da CM Amadora

Núcleos	Freguesia	Total de Fogos	Famílias oriundas de Bairros PER	Custos controlados	Outros
Casal da Boba	Mina de Água	700	502	188	10
Casal da Mira	Encosta do Sol	760	760	-	-
Casal do Silva	Falagueira-Venda Nova	284	284		
Núcleos dispersos de realojamento		554	554		
Total		2.298	2.100	188	10

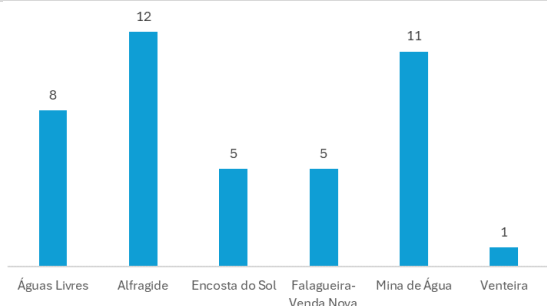
Fonte: Sítio da CMA, informação extraída em julho de 2024

Quadro 13 - Estabelecimentos de ensino não superior, por nível de ensino, concelho de Amadora, 2018/2019-2022/2023

	2018 / 2019	2019 / 2020	2020 / 2021	2021 / 2022	2022 / 2023
Total	101	100	101	100	97
Público	50	50	50	50	50
Privado	51	50	51	50	47
Ensino pré-escolar	75	77	79	79	76
Ensino básico - 1.º ciclo	46	45	45	43	43
Ensino básico - 2.º ciclo	17	17	17	17	17
Ensino básico - 3.º ciclo	18	18	18	18	17
Ensino secundário	9	10	10	10	10

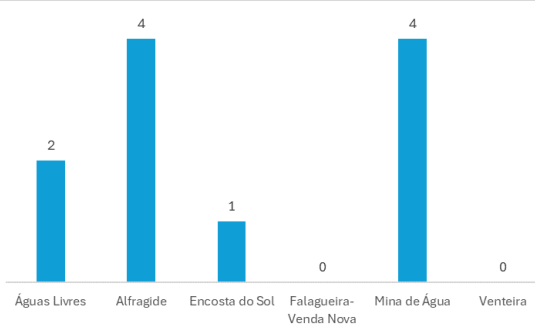
Fonte: INE

Figura 8 - Creches, por freguesia, concelho da Amadora, 2024



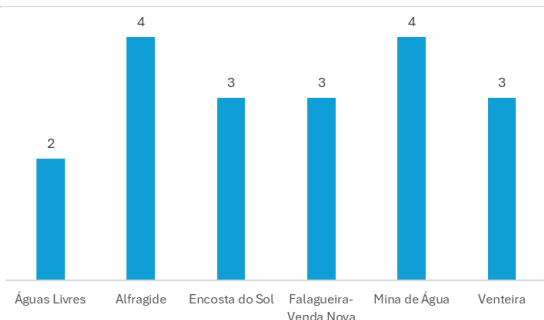
Fonte: Carta Social, MTSSS, informação extraída em julho de 2024

Figura 9 - ERPI, por freguesia, concelho da Amadora, 2024



Fonte: Carta Social, MTSSS, informação extraída em julho de 2024

Figura 10 – SAD, por freguesia, concelho da Amadora, 2024



Fonte: Carta Social, MTSSS, informação extraída em julho de 2024

Amadora é um concelho cuja área é considerada 100% urbana pelas entidades oficiais. Lisboa é, evidentemente, a mais importante centralidade urbana da AML (nível 1), sendo que a Amadora está classificada como aglomeração urbana de nível 2¹¹, o que significa que possui um carácter funcional polivalente e um nível apreciável de oferta de emprego, equipamentos e serviços. Uma aglomeração urbana cuja potenciação e integração no sistema urbano metropolitano deve sustentar-se em modos de transporte coletivo, preferencialmente em sítio próprio, e numa boa rede de interfaces multimodais de transportes.

O Espaço Urbano Norte e Poente caracteriza-se pela existência de três eixos que, apoiados em linhas ferroviárias, se estruturaram e consolidaram promovendo centros urbanos dispostos linearmente: eixo de Vila Franca de Xira a Sacavém; eixo Amadora-Sintra; eixo Algés-Cascais. Na urbanização da AML, o eixo de estruturação territorial de Sintra, apoiou-se nas acessibilidades ferro e rodoviárias.

No Espaço Urbano Norte e Poente destacava-se:

- Potencial para o aprofundamento do policentrismo, a partir dos polos existentes sobre os eixos servidos por transporte público (necessidade de assegurar a ampliação das áreas de influência do transporte ferroviário);
- Presença de espaços com valor estratégico no âmbito da logística e alternativas de transporte aéreo;
- Processo de regeneração em diferentes fases de desenvolvimento;
- Existência de vários loteamentos com características de oferta turística, com forte expressão na ocupação do território;
- Presença de relevantes corredores ecológicos, associados à rede hidrográfica;
- Existência de extensões significativas com cobertura florestal ou com matos e de um número expressivo de espaços agricultados, de produção competitiva, ou potencialmente agricultáveis, que importa valorizar, qualificar e salvaguardar no processo de ordenamento;
- Sistema de transportes marcado por diversas fragilidades, nomeadamente alguma falta de integração das componentes do sistema e carências de transportes públicos, em parte associadas à falta de limiares de procura;

¹¹ PROT AML - Diagnóstico Sectorial Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos, 2009

- Existência de unidades industriais dispersas, sem um padrão de localização bem definido e sem obedecer às orientações no âmbito do ordenamento do território;
- Persistência de bairros de alojamentos não clássicos;
- Sensibilidade a riscos naturais e tecnológicos (cheias rápidas, instabilidade de vertentes, concentração de estabelecimentos industriais perigosos...).

O corredor metropolitano Lisboa-Sintra está apoiado em dois dos eixos de transportes mais movimentados a nível nacional (o IC19 e a linha ferroviária Lisboa-Sintra) e distingue-se como o mais densamente povoado e edificado da AML e do país, com cerca de meio milhão de habitantes na envolvente imediata das redes de acessibilidades que o estruturam (470 mil habitantes, de acordo com os censos de 2011, considerando uma área de influência direta de 1km do IC19 e do caminho de ferro), e que pode chegar ao milhão de habitantes se considerarmos o conjunto da população dos concelhos de Lisboa, Amadora e Sintra.

No concelho, com uma malha urbana consolidada este crescimento foi mais ténue, a malha está consolidada não permitindo muitas novas construções. Distinguem-se os anos de 2018 e 2019, como aqueles com maior dinâmica construtiva nos últimos anos, e a freguesia da Venteira com o maior número de licenciamentos.

A Amadora é um dos municípios a nível nacional com maiores e mais graves carências habitacionais. O Parque Habitacional Municipal da Câmara Municipal da Amadora é constituído por 2100 fogos distribuídos por 213 edifícios, dispersos no território do município¹².

Em 2018, o município da Amadora sinalizou 2.839 famílias a realojar¹³, sendo a situação mais preocupante a seguir ao município de Lisboa. O peso destas famílias no total das famílias a residir no município era de 3,87%, em 2018.

Em dezembro de 2022, dos 7.037 agregados inicialmente sinalizados com carências habitacionais, 4.088 viram a sua situação habitacional resolvida, através de diferentes programas de realojamento, e 2.465 agregados saíram das habitações carenciadas onde residiam, o que significa uma execução de 93% aquela data. Subsistem nesta altura 484 agregados, maioritariamente nos núcleos do Alto da Damaia (freguesia de Águas Livres) e da Quinta da Lage (Falagueira/Venda Nova).¹⁴

O censo de 2021 indica que 89,3% dos alojamentos de residência habitual na Amadora se encontram vagos. Na freguesia de Venteira esta percentagem aumenta para 11,5% de alojamentos vagos, incluindo-se aqui os alojamentos disponíveis para venda, arrendamento, demolição ou outra situação.

A recuperação da dinâmica urbanística após a crise de 2009 traduz-se no aumento do número de licenciamentos de novos fogos, em geral, na AML.

No que respeita à oferta de equipamentos coletivos, os equipamentos educativos acompanham naturalmente os locais de maior concentração da população. Em 2021, foram contabilizados 97 equipamentos de ensino no concelho (50 geridos por entidades públicas e 47 com gestão privada).

¹² A gestão dos agregados familiares realojados faz-se ao abrigo da Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro, na sua atual redação.

¹³ Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional, IRHU, Fev. 2018.

¹⁴ <https://www.cm-amadora.pt/pt/intervencao-social/habitacao-social.html>, Execução do PER em 2022.

Destes, a esmagadora maioria disponibiliza ensino pré-escolar (76), 43 lecionam o primeiro ciclo do ensino básico, 17 lecionam o 2º ciclo do ensino básico, 17 lecionam o 3º ciclo do ensino básico e 10 disponibilizam ensino secundário

No ano letivo 2022/2023, 26.215 alunos estavam matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho, desde o pré-escolar até ao ensino secundário, 80% dos quais na rede pública de estabelecimentos de ensino.

Verifica-se uma diminuição do número de alunos desde o ano letivo 2008/2009 (7.325 alunos).

No que se refere aos equipamentos sociais, as creches estão mais concentradas na freguesia de Alfragide (12) e Mina de água (11). Em julho de 2024, localizavam-se no concelho 42 creches, frequentadas por 1.828 crianças (capacidade para 2.001).

No que trata a estes equipamentos de elevada importância na resposta social à primeira infância, face a um contexto regional marcado pela elevada inserção da mulher no mercado de trabalho, o concelho tem 2,1% da oferta do distrito de Lisboa (42 equipamentos de um total de 627), e 1,9% da capacidade total instalada (2.001 lugares em creche face a um total de lugares no distrito de 33.374 lugares em creche).

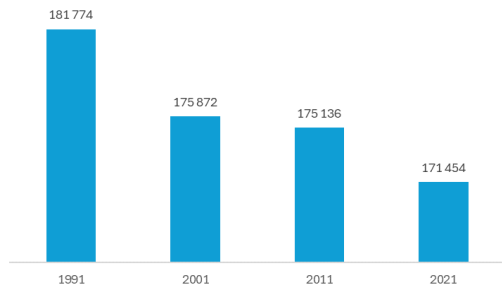
No que trata aos equipamentos para as Pessoas Idosas, designadamente no que trata à Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o concelho tem cerca de 2,7% da oferta distrital de equipamentos (11 equipamentos de um total de 404) e 3,2% da capacidade instalada (525 lugares face a um total de 16.603).

Internamente, no concelho da Amadora, destacam-se as mesmas freguesias (Alfragide e Mina de Água) com 4 ERPI localizadas no seu território.

Quanto aos equipamentos para as Pessoas Adultas em Situação de Dependência, no que trata à resposta Serviço de Apoio Domiciliário, existem 19 respostas no concelho, o que corresponde a 5,5% da oferta distrital de equipamentos (19 equipamentos de um total de 345) e 5,3% da capacidade instalada (1.119 lugares face a um total de 21.001). Também nesta tipologia de equipamentos, as freguesias de Alfragide e Mina de Água são as mais bem servidas, com 4 equipamentos cada uma.

3.4. Situação demográfica

Figura 11 - Evolução da população residente, Amadora, (n.º), 1991, 2001, 2011 e 2021



Quadro 14 - Evolução da população residente por freguesia e taxa de variação da população, entre 2011 e 2021

	2011	2021	Variação 2011/2021 (%)	Densidade populacional
Portugal	10.562.178	10.343.066	-2,1%	112,15
Amadora	175.136	171.454	-2,1%	7.210,01
Águas Livres	37.426	37.607	0,5%	17.016,74
Alfragide	17.044	16.837	-1,2%	6.707,97
Encosta do Sol	28.261	27.093	-4,1%	9.676,07
Falagueira-Venda Nova	23.186	20.788	-10,3%	7.268,53
Mina de Água	43.927	42.961	-2,2%	5.310,38
Venteira	25.292	26.168	3,5%	4.928,06

Figura 12 - População residente, por sexo e grupo etário, Amadora, 2021

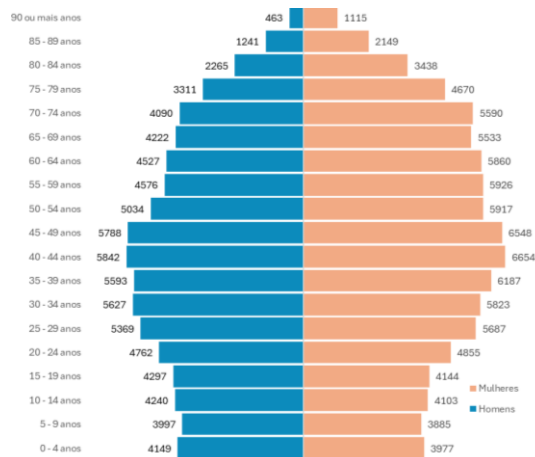


Figura 13 - Índice de envelhecimento (n.º), por freguesia, 2011 e 2021

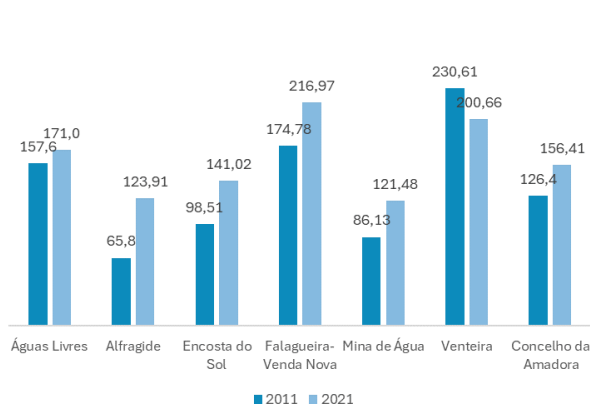


Figura 14 - Taxa de crescimento efetivo (%), Amadora e Portugal, 2011-2023

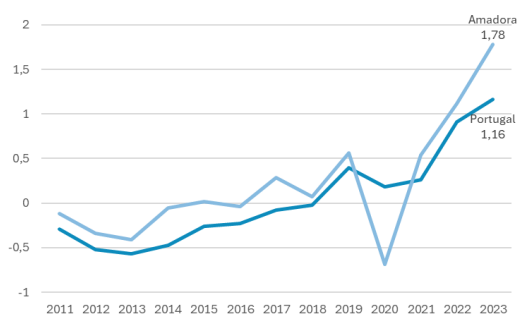
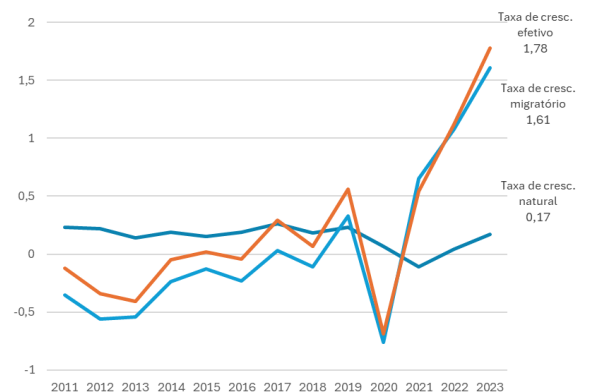


Figura 15 - Taxas de crescimento, natural, migratório e efetivo (%), Amadora, 2011-2023



Fonte: INE

Figura 16 – População residente, por sexo e grupo etário, Águas Livres, 2021

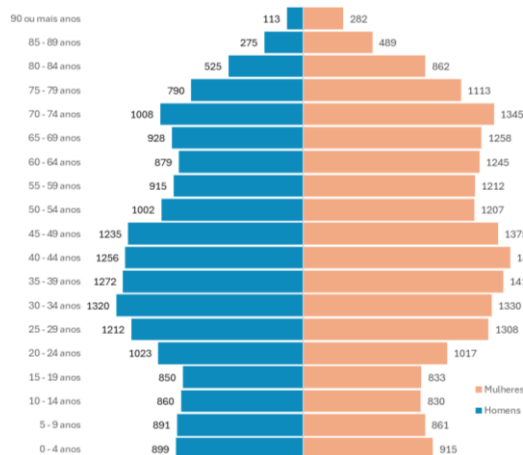


Figura 17 – População residente, por sexo e grupo etário, Alfragide, 2021

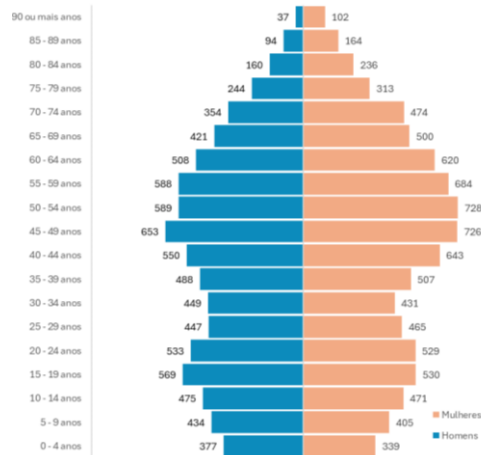


Figura 18 – População residente, por sexo e grupo etário, Encosta do Sol, 2021

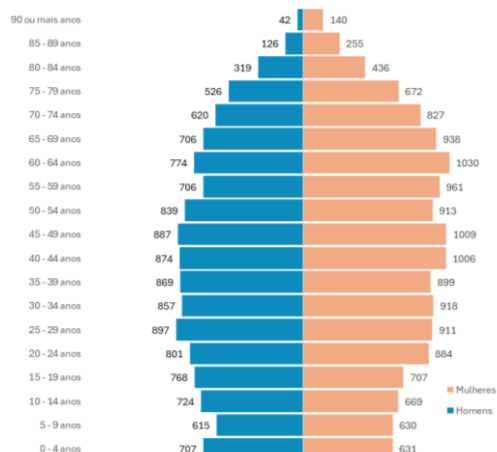


Figura 19 – População residente, por sexo e grupo etário, Falagueira-Venda Nova, 2021

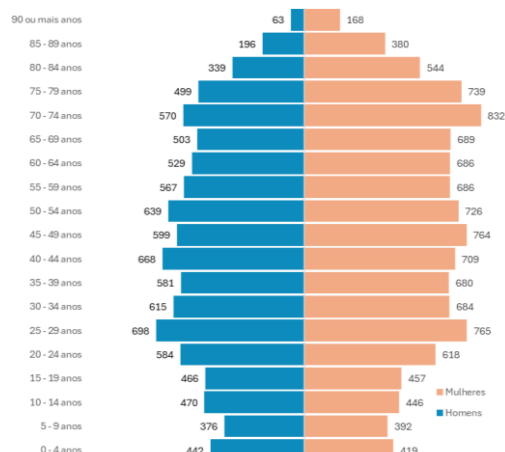


Figura 20 – População residente, por sexo e grupo etário, Mina de Água, 2021

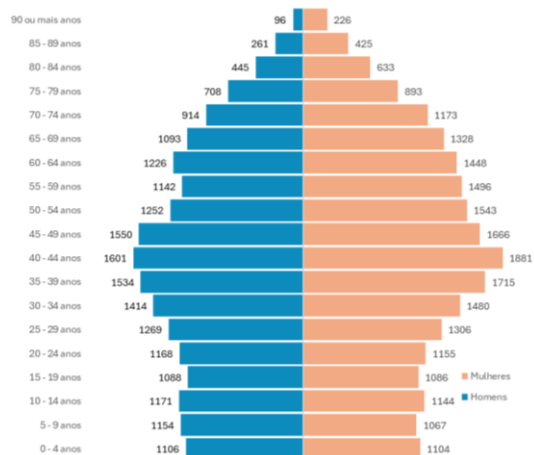
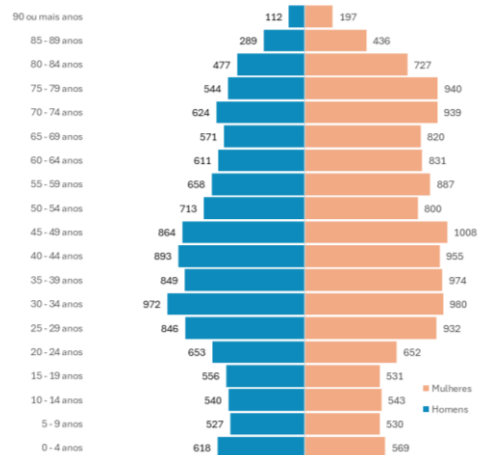


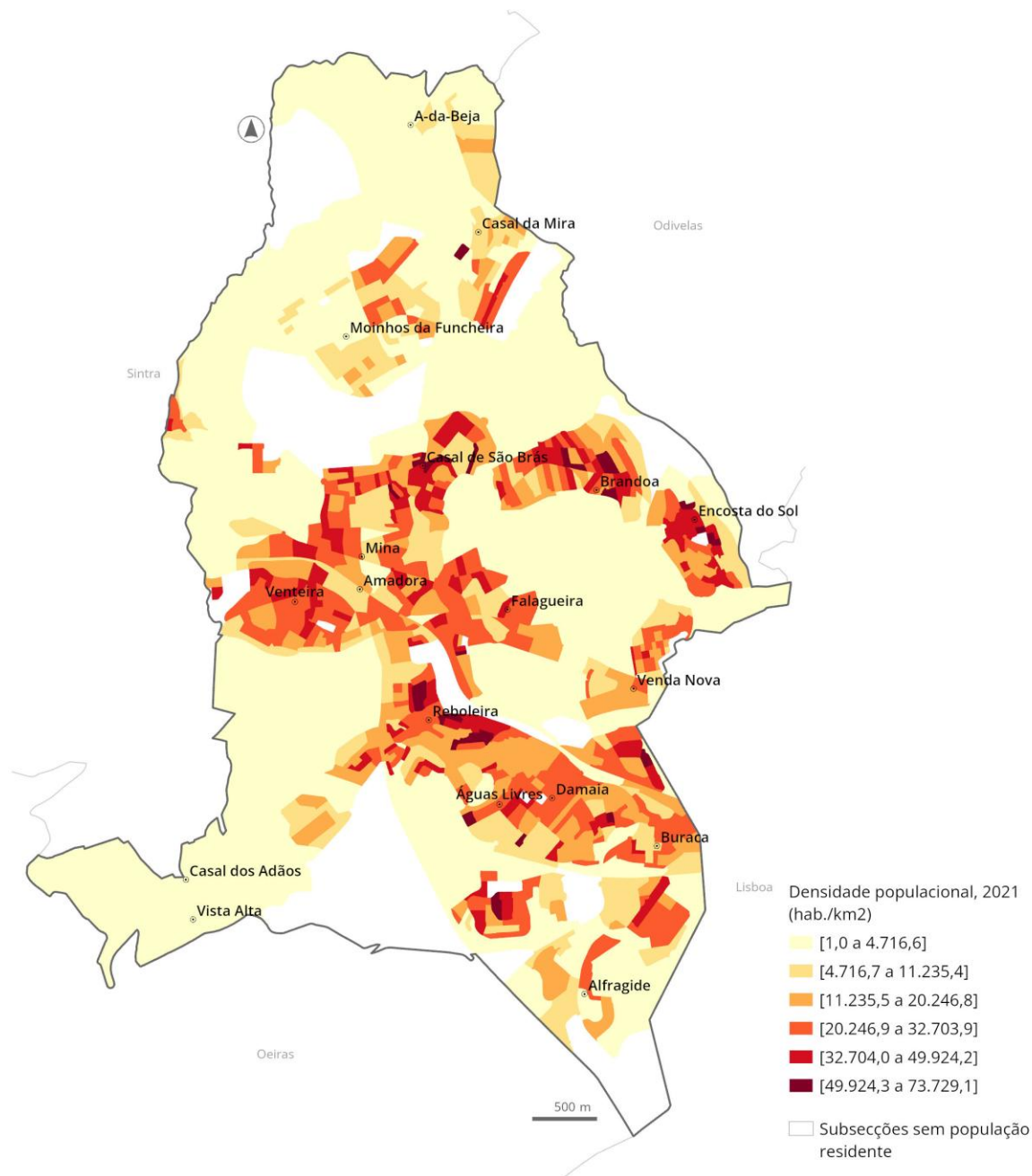
Figura 21 – População residente, por sexo e grupo etário, Venteira, 2021



Fonte: INE

O concelho da Amadora, com 171.454 habitantes em 2021, constitui o concelho com maior densidade populacional do país, com 7.210,01 hab./ km², em 2021, onde também se encontra a freguesia mais densa do país, registando-se uma densidade de 17.016,74 hab./ km² na freguesia de Águas Livres.

Figura 22 – Densidade populacional no concelho da Amadora, 2021



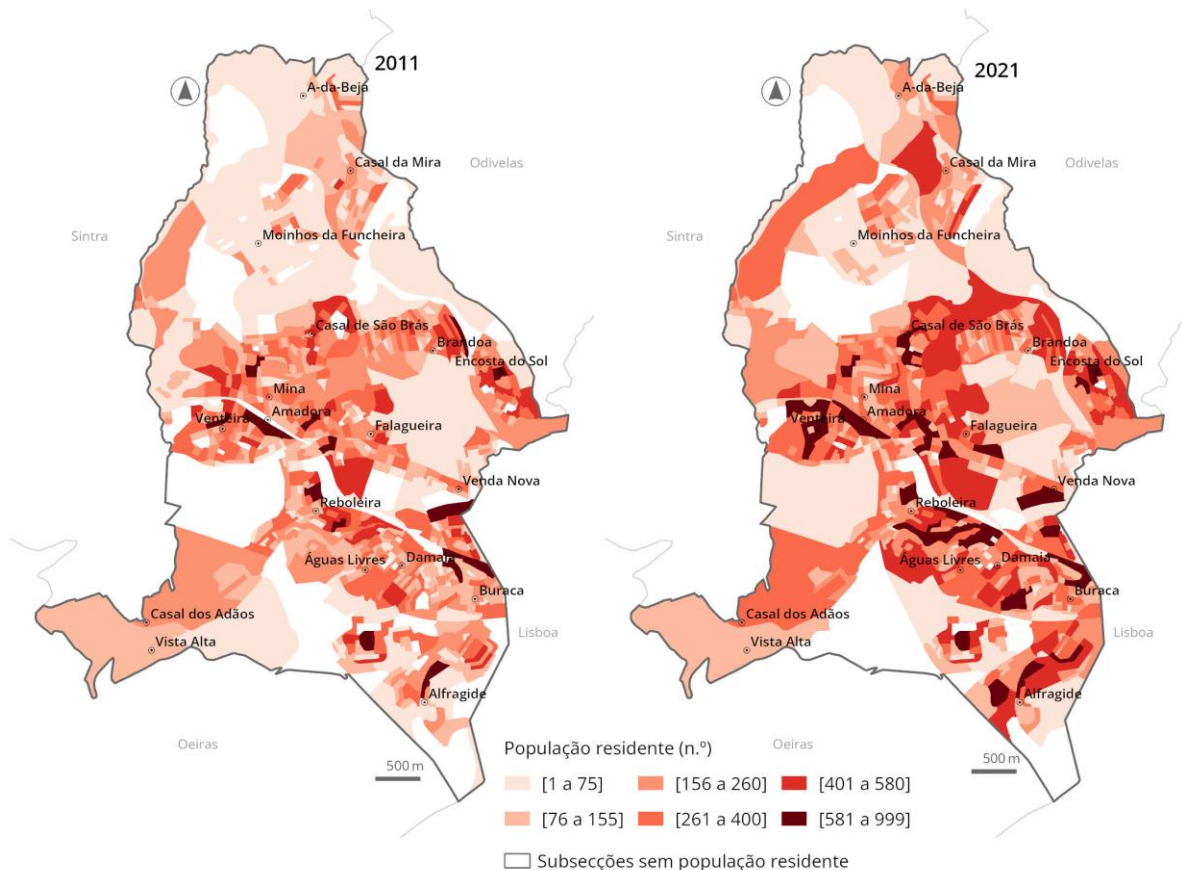
Fonte: INE

A população da Amadora representa 8,3% do total da Grande Lisboa. O concelho viu a sua população residente diminuir 2,1% no último período intercensitário, ao mesmo ritmo da média de Portugal. Esta variação negativa esconde disparidades entre freguesias. Falagueira-Venda Nova foi a freguesia que perdeu mais população entre 2011 e 2021 (-2398 residentes, -10,3% da população), enquanto a Venteira aumentou os seus residentes (+3,5%).

A taxa de crescimento do concelho acompanha o movimento migratório embora se registe igualmente um saldo natural positivo. A taxa de natalidade concelhia era de 11,4 ‰ em 2023, superando a taxa de mortalidade de 9,8 ‰, no mesmo ano, o que não acontece para a média do país, em que a natalidade se situa abaixo da mortalidade, com taxas de 8,1 ‰ e 11,2 ‰, respetivamente. Por sua vez, a população residente na Amadora com nacionalidade estrangeira era de 11,2%, em 2021 (13,9% na freguesia de Águas Livres), bastante acima do valor para a Grande Lisboa (9,41%) e para Portugal (5,24%), o que demonstra a grande atratividade concelhia.

À semelhança do que acontece na generalidade do país, o envelhecimento populacional agrava-se, com o alargamento das classes etárias do topo da pirâmide etária, sugerindo uma crescente prevalência dos indivíduos adultos, principalmente aqueles com idades mais avançadas. Contudo, a pirâmide etária do concelho apresenta-se ainda equilibrada, sendo que os jovens ainda são em maior número que os idosos, e a população em idade ativa supera os dois grupos etários dependentes, crianças e idosos. O concelho regista um índice de envelhecimento de 156,41, com 156 idosos para cada 100 jovens, em 2021, sendo mais problemático nas freguesias da Falagueira-Venda Nova (216,97) e Venteira (200,66) que apresentam índices de envelhecimento mais elevados. Na Grande Lisboa, no mesmo ano, este índice é mais baixo (149,37), e para o total do país é mais elevado (182,07). Por oposição, Alfragide, Encosta do Sol e Mina de Água são as freguesias mais jovens, com 28% e 26% da população residente com idade inferior a 25 anos.

Figura 23 – População residente no concelho da Amadora, 2011, 2021



Fonte: INE

3.5. Perfil socioeconómico

Figura 24 - Taxa de analfabetismo (%), 2011 e 2021

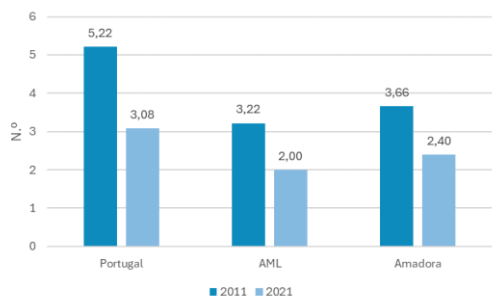


Figura 25 - Taxa de analfabetismo, por freguesia (%), 2011 e 2021

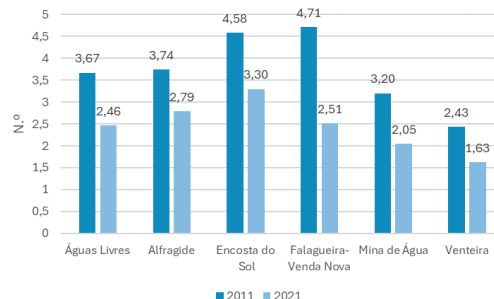
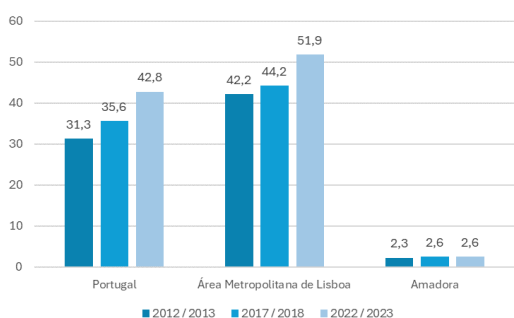


Figura 26 - Taxa de escolarização no ensino superior da população com idade entre os 18 e 22 anos (%), em 2012/2013, 2017/2018 e 2022/2023



Quadro 15 - Nível de escolaridade mais elevado concluído pela população residente com idade igual ou superior a 15 anos (%), por freguesia, em 2021

	Nenhum	Ensino básico	Ensino secundário e pós-secundário	Ensino superior
Portugal	5,9%	49,7%	24,7%	19,8%
Grande Lisboa	4,1%	39,5%	27,4%	29,0%
Amadora	4,9%	44,8%	28,4%	21,9%
Águas Livres	5,1%	46,1%	28,5%	20,3%
Alfragide	4,7%	34,1%	25,6%	35,5%
Encosta do Sol	6,5%	47,4%	27,4%	18,7%
Falagueira-Venda Nova	5,0%	47,8%	27,7%	19,5%
Mina de Água	4,2%	45,6%	30,1%	20,1%
Venteira	4,0%	43,1%	29,1%	23,8%

Figura 27 - Taxa de desemprego (%), em 2011 e 2021

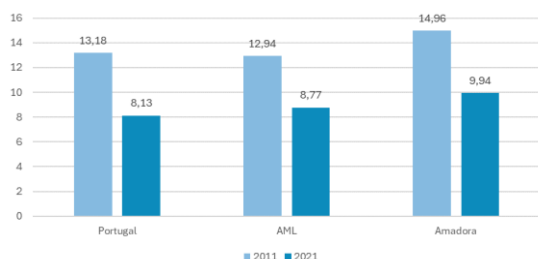
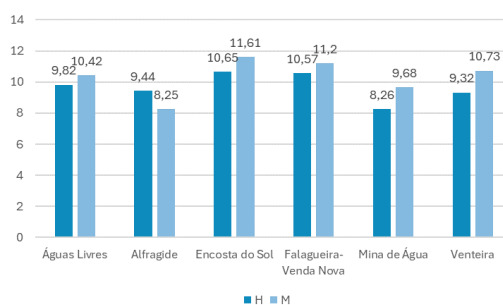


Figura 28 - Taxa de desemprego (%), por freguesia e sexo, em 2021



Fonte: INE

Figura 29 - Desempregados inscritos no mês de dezembro (N.º), na Amadora, 2013-2023

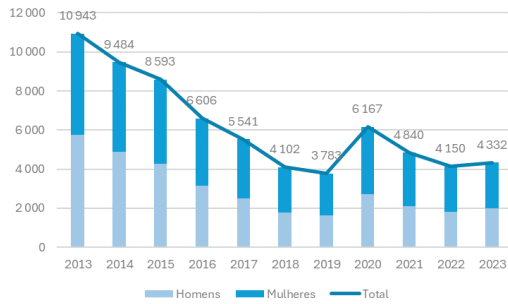


Figura 30 - Características dos desempregados (n.º), em dezembro de 2023

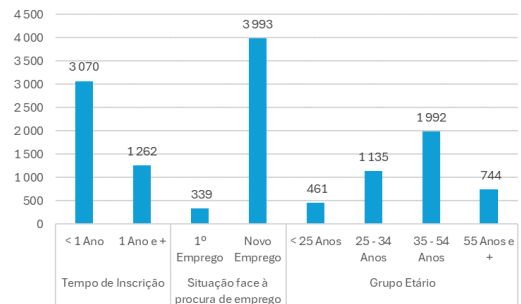


Figura 31 - Nível de escolaridade dos desempregados (%), em dezembro de 2023

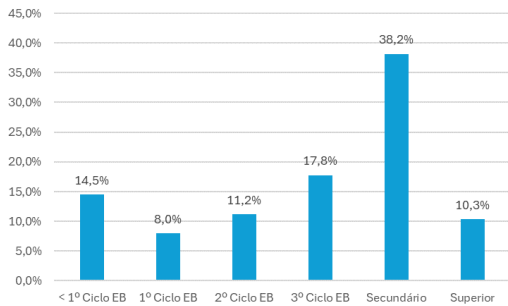


Figura 32 - Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa (%), 2011-2022

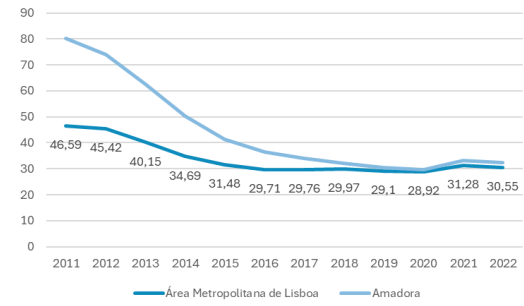


Figura 33 - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%), 2011 e 2021

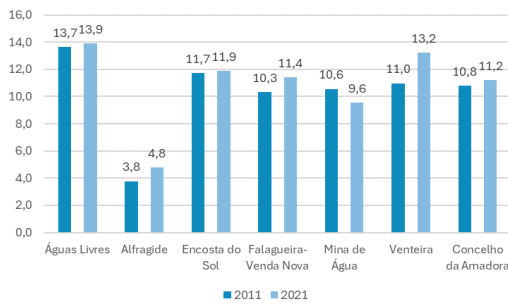
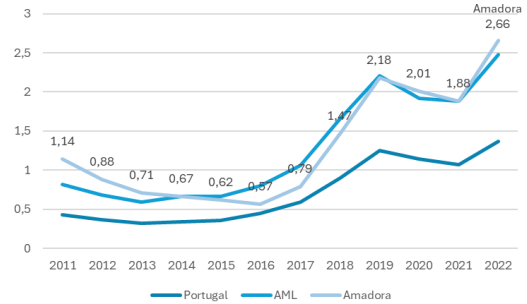


Figura 34 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 habitantes (%), 2011-2022



Fonte: INE

Figura 35 – População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º) por nacionalidade, 2022

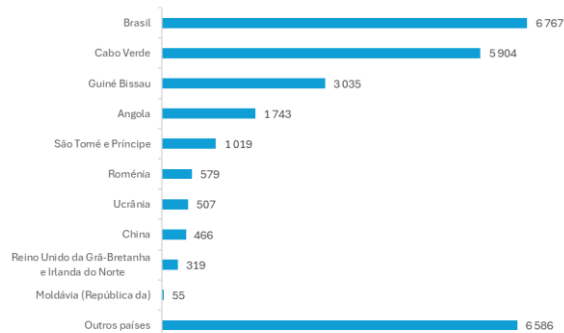


Figura 36 – Agregados domésticos privados (N.º) por Dimensão (agregado doméstico privado), Amadora, 2011 e 2021

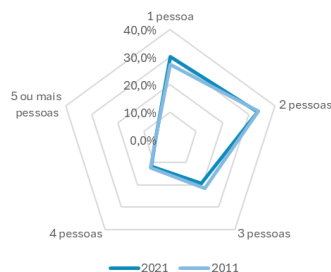


Figura 37 – Variação dos estabelecimentos 2012-2022 (N.º) por atividade económica (CAE Rev. 3)

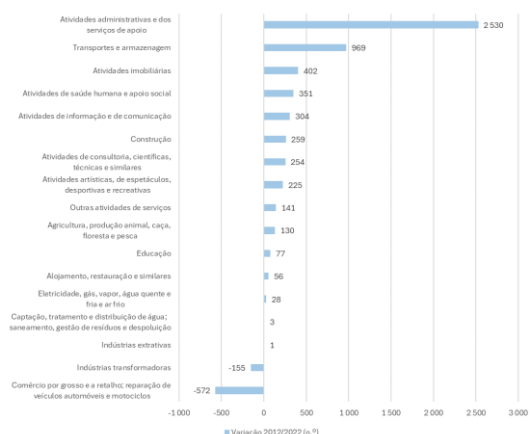
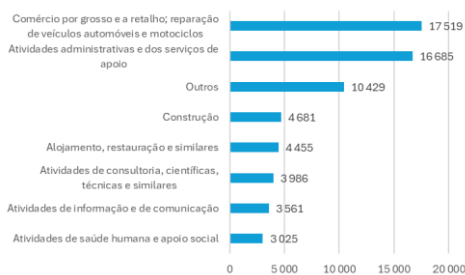


Figura 38 – Pessoal ao serviço (N.º) dos estabelecimentos e Atividade económica (CAE Rev. 3), 2022



Fonte: INE

Seguidamente abordam-se alguns aspetos significativos em matéria social e económica, com destaque para o perfil de qualificações da população residente, tal como para o dinamismo económico verificado nos últimos anos.

A taxa de analfabetismo concelhia (2,40) é inferior à nacional (3,08), embora seja superior à da Grande Lisboa (1,88) ou mesmo da AML (2,0). Distingue-se pela negativa, a freguesia de Encosta do Sol, com uma taxa de 3,3% em 2023. Pela positiva, destaca-se o facto de todas as freguesias terem diminuído a taxa de analfabetismo.

Relativamente às qualificações da população é notória uma melhoria generalizada no período mais recente, contudo, a taxa de escolarização no ensino superior (proporção de jovens com idade entre os 18 e 22 anos a frequentar o ensino superior), em 2022/23, é muito baixa (2,6%), comparativamente à da AML era de 51,9% e do País (42,8%) no mesmo ano). Esta taxa não sofreu oscilações substanciais na última década.

Se considerarmos o nível de escolaridade mais elevado concluído pela população residente com idade igual ou superior a 15 anos, destaca-se a freguesia de Alfragide, em que 35,5% dos residentes concluíram o ensino superior, contrastando com a freguesia da Encosta do Sol, em que 6,5% não têm nenhum nível de escolaridade concluído.

A taxa de desemprego concelhia registada nos dois últimos recenseamentos era mais elevada que a média nacional e da AML, mas observou-se uma diminuição significativa da mesma, de 14,96%, em 2011, para 9,94%, em 2021.

As freguesias registam algumas diferenças entre si no que diz respeito a este indicador, com a Encosta do Sol a apresentar uma taxa de desemprego mais elevada que as demais, na ordem dos 11%, em 2021, enquanto Alfragide apresentava o valor mais baixo (8,83%).

Estas dinâmicas estarão relacionadas com as diferentes características da força de trabalho e do tecido empresarial que operam no concelho e na região que, em função das suas características, poderão ser mais ou menos sensíveis a constrangimentos e alterações de mercado.

No último decénio, o número de desempregados inscritos apresentou tendência de decréscimo. Os 10.943 inscritos em dezembro de 2013, diminuíram para cerca de um terço, em 2019, situando-se nos 3.783. A partir de 2019 voltou a verificar-se um aumento, facto a que não será alheio a problemática desencadeada com a crise pandémica da Covid-19. Em dezembro de 2023, estavam inscritas no Centro de Emprego da Amadora 4.332 pessoas.

Uma análise com mais pormenor sobre este universo de desempregados permitiam identificar um maior número de mulheres nesta situação, 54% do total. Era também notória a prevalência das inscrições inferiores a 1 ano (71%). Por outro lado, a quase totalidade dos desempregados encontrava-se à procura de novo emprego, sendo que apenas 339 inscrições procuravam o primeiro emprego (8%). No que respeita à idade dos inscritos, o grupo etário dos 35 aos 54, com um total de 1.992 desempregados (46%), era o mais significativo, sendo que o escalão etário mais jovem, inferior aos 25 anos de idade, tinha menor expressão.

No que respeita à formação destes indivíduos, prevalecia o ensino secundário (38,2%), existindo aparentemente uma maior propensão destes indivíduos serem afetados por uma situação de desemprego. Seguindo-se o 3.º Ciclo do Ensino Básico (17,8%), e uma importante parcela daqueles que nem sequer têm o 1º CEB (14,5%).

No que respeita a prestações sociais, a proporção de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) teve uma trajetória descendente, aproximando-se da verificada na AML e em Portugal, a partir de 2014. Em 2022, eram 32,44% os beneficiários do RSI na Amadora, e 30,55% na AML. Em 2011, eram 80,28% os beneficiários desta medida, destinada a população em situação de pobreza extrema, o que demonstra a grande recuperação em termos de condições sociais. De um total de 4.831 beneficiários em 2022, 2.382 tinham 25 ou menos anos de idade, o que correspondia a 49% do total. Os restantes escalões etários tinham uma proporção mais moderada, entre os 16 e os 18%.

Também relevante para compreender o perfil social concelhio é a dimensão da população residente de nacionalidade estrangeira. Neste âmbito, a proporção da população residente de nacionalidade estrangeira tem vindo a aumentar significativamente, em linha com o panorama geral da AML. Nas freguesias de Venteira (13,2%), Encosta do Sol (11,9%) e Falagueira-Venda Nova (11,4%) a proporção de residentes de nacionalidade estrangeira era mais elevada do que a média concelhia e da AML. Aliás, com exceção de Alfragide (4,8%), em todas as freguesias do concelho isso acontece.

Dados mais recentes relativos ao número de pedidos de população estrangeira que solicitou estatuto de residente por cada 100 habitantes indicia a continuidade do interesse por pessoas de nacionalidade estrangeira em fixar-se nas várias unidades territoriais em análise. As solicitações para obtenção de estatuto de residente mantiveram-se em linha com a média da AML. A proporção ao nível concelhio (2,66) está muito próxima da observada na AML (2,48), em 2022,

Em 2022 esta percentagem foi a mais alta dos últimos 20 anos. Entre a população estrangeira que solicitou estatuto de residente (4 629 pessoas), neste ano, 91% não fazem parte da EU. Destaca-se o Brasil, que sozinho é responsável

por 27% dos pedidos, seguido do conjunto dos PALOP (37%) e dos países asiáticos (22%), concretamente o sul asiático (Paquistão, Índia e Bangladeche), com 19% dos pedidos.

No que diz respeito à dimensão e tipologia familiar, verifica-se que as famílias compostas por uma a duas pessoas eram as mais comuns (46.698, correspondente a 63,5% do total), com uma representatividade quase idêntica. As famílias unipessoais (30,1% das famílias da Amadora), ganharam representatividade no último decénio, uma vez que em 2011 correspondiam a 27% do total. Este ganho deveu-se fundamentalmente à diminuição das famílias com 3 elementos, generalizada à quase totalidade das freguesias do concelho.

Por fim, uma breve caracterização do tecido empresarial instalado na Amadora, que, em 2022, era composto por um total de 21.301 estabelecimentos que empregavam 64.341 pessoas. Os sectores com maior número de estabelecimentos eram o comércio por grosso e a retalho (mormente o comércio a retalho) e as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (maioritariamente atividades jurídicas e de contabilidade).

3.6. Situação educativa

Figura 39 – Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior (N.º), 2021/2022

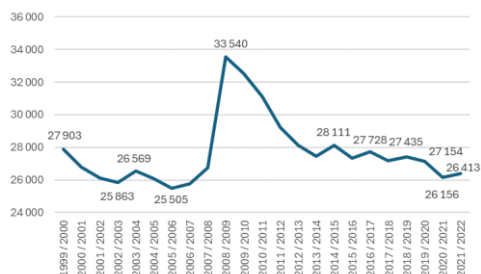


Figura 40 – Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior (N.º), por nível de ensino, 2011/2012 - 2021/2022

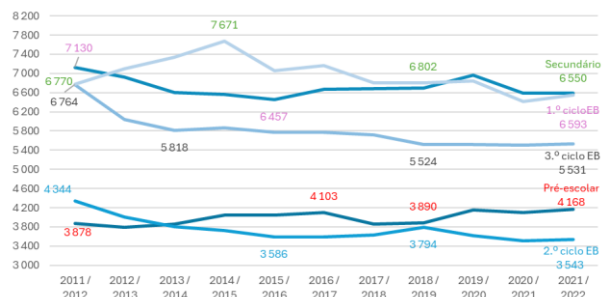


Figura 41 – Estabelecimentos de ensino não superior (N.º) por tipo de estabelecimento e natureza institucional, 2021/2022¹⁵

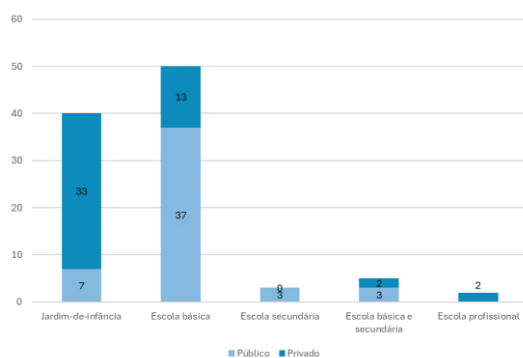


Figura 42 – Alunos matriculados nos estabelecimentos (%), por natureza institucional, na Amadora, 2021-2022

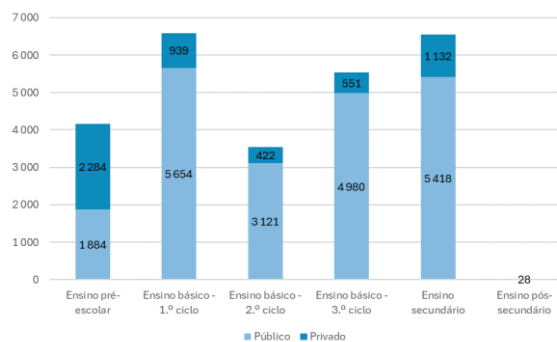
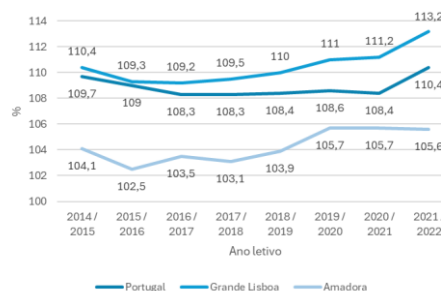


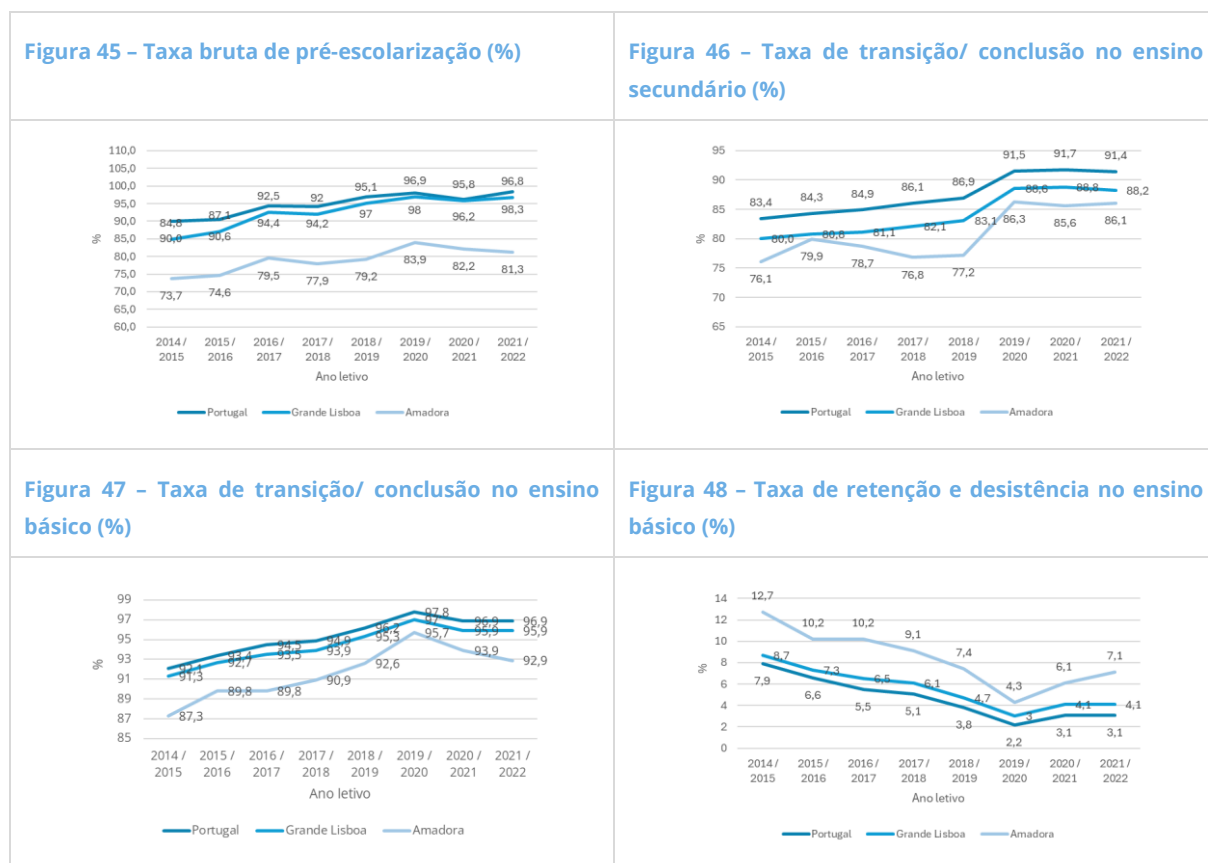
Figura 43 – Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)



Figura 44 – Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%)



¹⁵ O mesmo estabelecimento é contado tantas vezes quantos os graus de ensino que ministra, pelo que o número total de estabelecimentos não corresponde à soma do número de estabelecimentos por nível de ensino.



Fonte: INE

O número de alunos matriculados no ensino não-superior na Amadora situava-se em 26.413 no ano letivo 2021/2022, considerando alunos matriculados no ensino público e privado. No ensino público encontravam-se 21.085 alunos, o que corresponde a 80% do total de alunos. O maior número de alunos no período disponível¹⁶ registou-se em 2008/2009 (33.540 alunos) e em 2009/2010 (32.528 alunos), o que estará muito provavelmente relacionado com o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano, em 2009. Neste ano foi atingido o maior número de matrículas das últimas duas décadas, tendo desde aí decrescido o número de alunos inscritos.

Em 2020/2021, o número total de alunos matriculados nas escolas da Amadora, considerando os níveis de ensino da escolaridade obrigatória, situou-se nos 22.217.

Neste período, a proporção de alunos matriculados no ensino público foi sempre superior a 79%, sendo que no ano letivo 2012/2013 atingiu os 85%. Em 2020/2021, estavam matriculados no ensino privado 5.328 crianças.

Esta distribuição evidencia a importância dos estabelecimentos da rede pública de ensino, sem que, no entanto, os da rede privada percam importância, mantendo uma proporção de alunos relativamente estável.

No que diz respeito à sua distribuição por níveis de ensino ao longo dos últimos anos letivos, ilustrada na figura seguinte, que abrange o período entre 2011/2012 a 2021/2022, eram notórias algumas oscilações relativamente ao ciclo de estudos com maior universo de alunos matriculados.

¹⁶ Desde o ano letivo 1999/2000 ao ano letivo 2021/2022.

No último ano letivo em análise, o 1.º CEB e o ensino secundário são os mais expressivos, com uma média de 25% do total de alunos, sendo que em 1999/2000 superou os 30%, com 8267 alunos no pré-escolar e em 2014/2015 os 27%, com 7671 alunos (ensino secundário). Em 2020/2021 frequentavam em cada um destes níveis de ensino cerca de 6.500 alunos.

O número de matriculados no 3º CEB é o terceiro mais expressivo (21%), seguindo-se o pré-escolar, com cerca de 16% do total de alunos em 2021/2022, uma percentagem também próxima do 2º CEB (13% do total).

Em termos proporcionais, e de um modo geral, os alunos do 1.º CEB e do ensino secundário representam metade do universo de alunos, sendo que, se adicionados os alunos do 3.º CEB, essa proporção ultrapassa os 70%, naturalmente relacionado com o facto de nestes ciclos de estudos estarem enquadrados o maior número de anos formativos, nomeadamente, 4, no 1.º CEB, e 3, no 3.º CEB e no ensino secundário.

Considerando os dados relativos ao ano letivo 2021/2022, era no pré-escolar que as matrículas no privado tinham maior expressão. De facto, a proporção de crianças inscritas no pré-escolar da rede privada era superior ao de crianças na rede pública (54,8% e 45,2%, respetivamente). O papel da rede privada solidária (dependente do Estado) é muito importante, representando 55,3% do pré-escolar privado e 30,3% do pré-escolar global.

Nos restantes níveis de ensino o peso do privado tinha menor expressão, destacando-se o ensino secundário, em que os 1.132 alunos representavam 17,3% do total e o 1.º CEB, em que os 932 alunos matriculados em estabelecimentos privados representavam 14,2% do total de alunos desse nível de ensino.

No 2.º CEB os 422 alunos do privado representavam 11,9% do total e no 3.º CEB a sua proporção era mais baixa, 10% (551 alunos), sendo inexistente no caso da oferta educativa de nível pós-secundário.

Em síntese, é de relevar a importância do setor privado no concelho, estando representado em todos os níveis de ensino, com exceção do pós-secundário.

As dinâmicas observadas ao nível da procura registada pelos vários níveis de ensino têm expressão nas taxas brutas de escolarização.

Neste âmbito, destaque-se o desempenho positivo da Amadora no incremento da taxa bruta de pré-escolarização, mantendo-se, contudo inferior, em termos comparativos, ao nacional e ao da Grande Lisboa. A taxa bruta de escolarização neste nível de ensino, em 2020/2021, é bastante mais elevada que a da Grande Lisboa (-15,5pp) e da nacional (-17,0pp), atingindo os 81,3%, face aos 96,8% e 98,3% das outras duas unidades territoriais em análise, respetivamente.

A taxa bruta de escolarização no ensino básico agregada (1.º, 2.º e 3.º ciclos) manteve-se sempre superior a 100%, no período 2014/15 a 2021/2022, o que indica que todas as crianças da área territorial em questão estão inscritas nos estabelecimentos de ensino básico. Em 2021/2022 era de 105,6%.

No que diz respeito à taxa bruta de escolarização no ensino secundário, a Amadora apresentava sistematicamente valores mais elevados aos observados ao nível nacional e próximos da média da Grande Lisboa, situando-se nos 131,2% em 2021/2022.

Estes valores refletem, sobretudo, a elevada atratividade que os estabelecimentos educativos com este nível de ensino exercem sobre as crianças/alunos residentes noutros concelhos.

Em matéria de aproveitamento e abandono escolar no ensino básico, verificam-se trajetórias semelhantes nas unidades territoriais em comparação, com uma tendência de decréscimo dos alunos retidos no ensino básico. Ainda que o concelho apresente uma situação mais negativa do que a média da grande Lisboa e a média nacional, parte

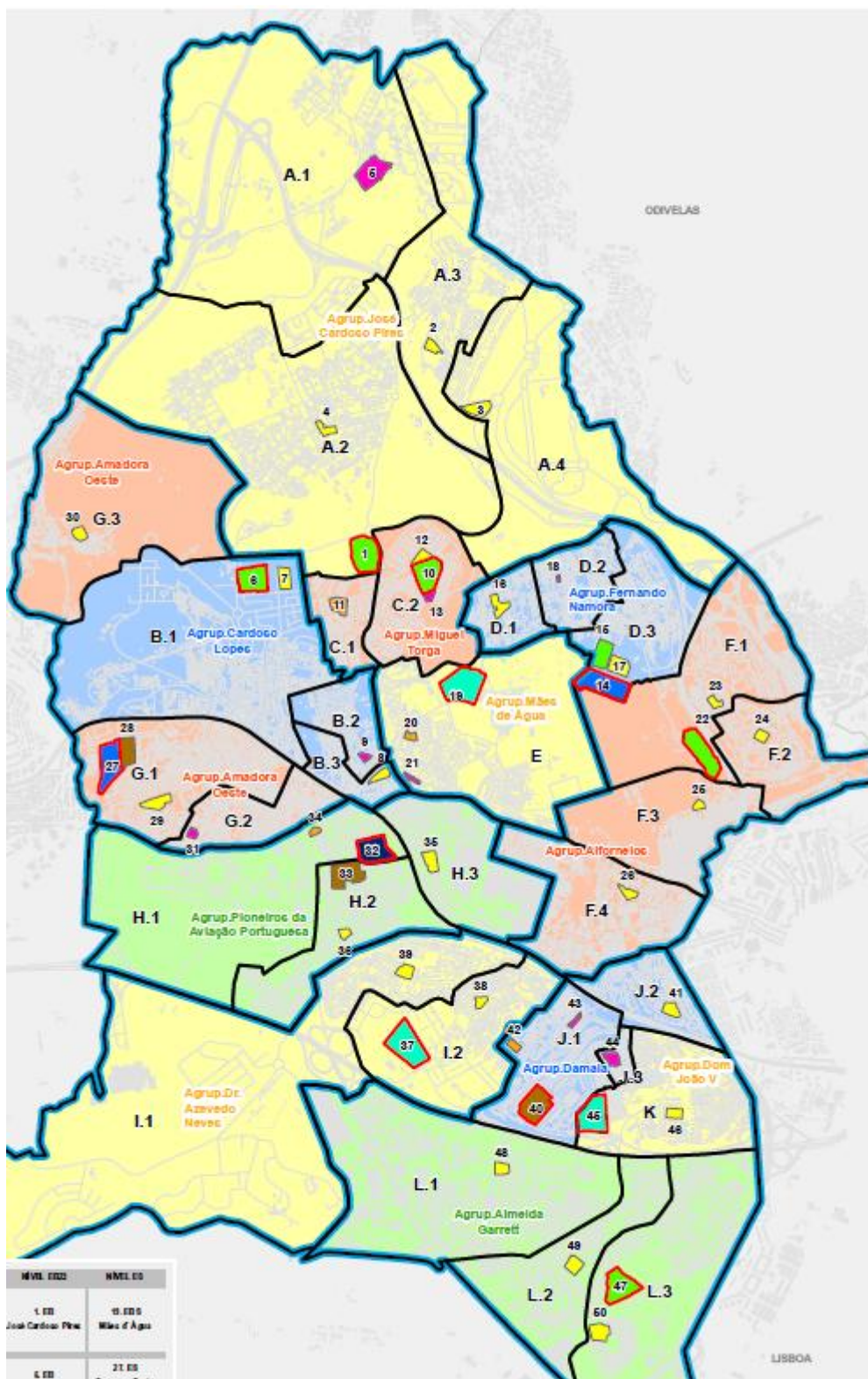
de uma situação mais grave, com uma taxa de retenção de dois dígitos em 2014/2015 (12,7%), situando-se nos 7,1% em 2021/2022, quando na Grande Lisboa era de 4,1% no mesmo ano.

Esta situação traz desafios acrescidos na comunidade escolar concelhia nesta matéria e que terão de merecer uma intervenção mais robusta e orientada.

Finalmente, relativamente às taxas de transição e conclusão do ensino básico e ensino secundário, evidencia-se uma tendência de melhoria para todos os níveis de ensino, transversais às 3 unidades territoriais em análise, com ligeira inversão nos últimos dois anos letivos disponíveis, ai que não será alheia a influência da situação da pandemia COVID-19.

As taxas de transição e conclusão do ensino básico e do ensino secundário na Amadora foram, em 2021/2022, as mais baixas das unidades em análise (Grande Lisboa e Portugal).

Figura 49 – Áreas de influência dos estabelecimentos de educação e ensino do concelho da Amadora 2022/2023



Fonte: Divisão de Informação Geográfica/Divisão de Intervenção Educativa, CM Amadora, 2022

Legenda:

	Sede Agrupamento		Estab. Educação e Ensino
	Áreas Influência JI e EB		JI
	Área Influência Escola Secundária		EB1/JI
	Área Agrupamento		EB1
			EBI
			EB23
			EB23/S
			EB3/S
			ES

AGRUPAMENTO	AREA	NÍVEL JI	NÍVEL EB1	NÍVEL EB23	NÍVEL ES	
José Cardoso Pires	A.1	5. JI A-da-Beja		1. EB José Cardoso Pires	19. EBS Mães d' Água	
	A.2	4. EB Moinhos da Funcheira				
	A.3	2. EB Brito Pais				
	A.4	3. EB José Garcês				
Cardoso Lopes	B.1	7. EB Aprígio Gomes			6. EB Cardoso Lopes	27. ES Seomara Costa Primo
	B.2	9. JI Cerrado da Bica	8. EB Mina			
	B.3	8. EB Mina				
Miguel Torga	C.1	13. JI São Brás	11. EB Artur Martinho Simões		10. EB Miguel Torga	19. EBS Mães d' Água
	C.2	12. EB Ricardo Alberty				
Fernando Namora	D.1	16. EB Brandoa			15. EB Sophia de Melo Breyner Andresen	14. ES Fernando Namora
	D.2	18. JI Brandoa	17. EB Sacadura Cabral			
	D.3	17. EB Sacadura Cabral				
Mães d' Água	E	21. JI Falagueira	20. EB Artur Bual		19. EBS Mães d' Água	
Alfornelos	F.1	23. EB Alice Leite			22. EB Alfornelos	14. ES Fernando Namora
	F.2	24. EB Orlando Gonçalves				
	F.3	25. EB M ^a Irene L. Azevedo				
	F.4	26. EB Santos Mattos				
Amadora Oeste	G.1	29. EB Venteira	29. EB Venteira		28. EB D. Francisco Manuel de Melo	27. ES Seomara Costa Primo
	G.2	31. JI Raquel Gameiro				
	G.3	30. EB Manuel Heleno				
Pioneiros da Aviação Portuguesa	H.1	36. EB Vasco Martins Rebolo	34. EB Gago Coutinho		33. EB Roque Gameiro	32. ES Amadora
	H.2		36. EB Vasco Martins Rebolo			
	H.3	35. EB Terra dos Arcos				
Dr. Azevedo Neves	L1	39. EB José Ruy			37. EBS Azevedo Neves	
	L2	38. EB Condes da Lousã				
Damaia	J.1	43. JI Damaia	42. EB Padre Himalaia		40. EB Pedro D' Orey da Cunha	45. EBS D. João V
	J.2	41. EB Águas Livres				
	J.3	44. JI Cova da Moura	41. EB Águas Livres			
Dom João V	K	46. EB Alice Vieira			45. EBS D. João V	
Almeida Garrett	L.1	48. EB Quinta Grande			47. EB Almeida Garrett	45. EBS D. João V
	L.2	49. EB Alfragide				
	L.3	50. EB Alto do Moinho				

3.7. Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)

No concelho da Amadora, 9 Agrupamentos de Escolas integram os denominados Territórios Educativos de Intervenção Prioritária” (TEIP).

O último AE a integrar o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, de quarta geração (Programa TEIP4) foi o Agrupamento de Escolas Amadora Oeste (duração de seis anos letivos). Este Agrupamento está inserido num território com elevado número de crianças e jovens em risco de vulnerabilidade social, sendo o requisito da vulnerabilidade social determinado pela: Percentagem de alunos beneficiários do regime da ação social escolar; b) Percentagem de alunos cujas mães possuem um grau de escolaridade inferior ao 12.º ano; c) Percentagem de alunos migrantes (Artigo 4.º, Despacho n.º 7798/2023, de 28 de julho).

Quadro 16 – Agrupamentos de Escolas do concelho que integram o Programa TEIP

	Fase de integração no Programa TEIP	
Agrupamento de Escolas Amadora Oeste, Amadora	4	2012/2013
Agrupamento de Escolas Cardoso Lopes, Amadora	1	2006/2007
Agrupamento de Escolas D. João V, Amadora	3	2009/2010
Agrupamento de Escolas da Damaia, Amadora	1	2006/2007
Agrupamento de Escolas de Alfovelos, Amadora	6	2024/2025
Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves, Amadora	1	2006/2007
Agrupamento de Escolas José Cardoso Pires, Amadora	1	2006/2007
Agrupamento de Escolas Mães d'Água, Amadora	3	2009/2010
Agrupamento de Escolas Miguel Torga, Amadora	3	2009/2010

Fonte: DGEC/MEC

O plano plurianual de melhoria TEIP 2014-2017 do AE Amadora Oeste refere “alunos naturais de 28 nacionalidades diferentes, representa uma diversidade linguística e cultural significativa, abarcando 27,3% do total de alunos. Do total dos alunos do agrupamento, 63 (2,4%) estão a residir há menos de um ano em Portugal e 49 (1,9%) há menos de dois anos.” Igualmente, beneficiavam de auxílios económicos, no âmbito da Ação Social Escolar, 1191 alunos, sendo 825 do escalão A e 366 do escalão B. As habilitações dos encarregados de educação são, principalmente, ao nível do ensino básico.

De acordo com dados recolhidos pelo Observatório da Qualidade do Agrupamento, no ano letivo 2013-2014, 14,8% das mães e 17,5% dos pais estavam desempregados. Atualmente, registamos 757 (28,5%), alunos oriundos de famílias monoparentais. Frequentavam o agrupamento 145 (5,6%) alunos abrangidos pelo Decreto-Lei 3/200817. O agrupamento serve “a população de vários bairros problemáticos do concelho da Amadora, nomeadamente dos Bairros de Santa Filomena e Carenque, e do concelho de Sintra, nomeadamente o bairro do Pego Longo. Nestes bairros a imigração, as baixas qualificações, o desemprego, a exclusão social, a marginalidade, o tráfico de droga e outros problemas sociais são uma dura realidade”.

¹⁷ Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo.

3.8. Avaliação externa das escolas

Este capítulo é suportado em informação do Portal InfoEscolas ¹⁸, do Ministério da Educação (ME), que, por sua vez, tem por base dados reportados pelas escolas ao sistema de informação do ME, bem como Bases de dados do Júri Nacional de Exames.

As provas de aferição são um instrumento de avaliação que permite recolher dados relevantes sobre os níveis de desempenho dos alunos no que respeita às aprendizagens adquiridas e competências desenvolvidas. Em 2023, as provas de Educação Física e de Educação Artística foram as que obtiveram melhores resultados entre os alunos de 2º ano da Amadora, por sua vez as disciplinas de português e matemática foram aquelas que obtiveram piores resultados, embora com uma grande disparidade entre escolas.

Quadro 17 – Provas de aferição do 2º ano - Percentagem de alunos que obtiveram o nível "Conseguiu" ou o nível "Conseguiu, mas..." em pelo menos metade dos domínios da prova

	Educação artística		Educação Física		Português		Matemática		Estudo do Meio	
	2021/22	2022/23	2021/22	2022/23	2021/22	2022/23	2021/22	2022/23	2021/22	2022/23
Escolas Almeida Garrett, Amadora										
EB da Quinta Grande, Alfragide	100	100	100	100	73	-	98	-	89	-
EB de Alfragide	100	100	98	98	41	-	90	-	95	-
EB do Alto do Moinho, Zambujal	100	95	-	100	-	-	18	-	38	-
Agrupamento de Escolas Amadora Oeste, Amadora										
EB da Venteira	92	96	99	100	35	34	72	41	81	41
EB Manuel Heleno, Carenque	100	98	100	100	100	33	100	67	100	33
EB Raquel Gameiro, Venteira	100	-	95	-	68	-	86	-	95	-
Agrupamento de Escolas Cardoso Lopes, Amadora										
EB Aprígio Gomes, Mina	96	95	100	98	38	61	71	57	72	64
EB da Mina	97	58	100	98	48	66	90	63	93	70
Agrupamento de Escolas D. João V, Amadora										
EB Alice Vieira, Buraca	94	95	100	95	33	25	70	38	60	35
Agrupamento de Escolas da Damaia, Amadora										
EB de Águas Livres, Damaia	98	100	98	96	19	5	43	24	57	21
EB Padre Himalaia, Damaia	91	100	100	93	25	45	95	27	91	46
Agrupamento de Escolas de Alfovelos, Amadora										
EB Alice Leite, Alfovelos	91	100	100	100	38	58	91	78	62	82
EB Maria Irene Lopes de Azevedo, Venda Nova	100	100	100	91	13	52	67	52	81	62

¹⁸ <https://infoescolas.medu.pt/>

	Educação artística		Educação Física		Português		Matemática		Estudo do Meio	
	2021/22	2022/23	2021/22	2022/23	2021/22	2022/23	2021/22	2022/23	2021/22	2022/23
EB Orlando Gonçalves, Alfovelos	98	97	100	93	46	42	94	49	65	48
EB Santos Mattos, Venda Nova	86	100	100	94	70	87	86	100	95	60
Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves, Amadora										
EB Condes da Lousã, Damaia	94	100	100	98	11	33	23	62	40	47
EB José Ruy, Reboleira	96	96	100	91	11	11	34	51	60	44
Agrupamento de Escolas Fernando Namora, Amadora										
EB da Brandoa	98	100	100	100	50	48	78	58	81	64
EB Sacadura Cabral, Brandoa	95	100	99	100	14	24	35	30	38	30
Agrupamento de Escolas José Cardoso Pires, Amadora										
EB Brito Pais	100	87	*	*	*	*	*	*	*	*
EB de Moinhos da Funcheira	100	81	100	96	64	34	78	20	88	52
EB José Garcês, Casal da Mira	100	94	96	96	*	*	*	*	*	*
Agrupamento de Escolas Mães d'Água, Amadora										
EB Artur Bual, Falagueira	92	100	100	93	16	-	76	-	69	-
Agrupamento de Escolas Miguel Torga, Amadora										
EB Artur Martinho Simões, São Brás	98	100	98	98	53	48	87	47	92	57
EB Ricardo Alberty, São Brás	77	90	100	100	40	18	87	23	85	20
Escolas Pioneiros da Aviação Portuguesa, Amadora										
EB da Terra dos Arcos, Falagueira	100	100	100	100	29	24	63	36	73	47
EB Gago Coutinho, Reboleira	100	100	100	100	57	63	91	68	100	57
EB Vasco Martins Rebolo, Reboleira	93	100	100	100	49	70	95	65	90	77

Fonte: Ministério da Educação

No que se refere ao 2º ciclo (5º ano), as provas de aferição realizadas em 2023 (Ed. Física, Português e História e Geografia de Portugal), obtiveram resultados pouco favoráveis, com exceção de Educação Física.

Quadro 18 – Provas de aferição do 5º ano - Percentagem de alunos que obtiveram o nível "Conseguiu" ou o nível "Conseguiu, mas..." em pelo menos metade dos domínios da prova (%)

	EV e ET		Educação Física		Educação Musical	Português		Matemática		Ciências Naturais		História e Geografia de Portugal	
	2017/18	2021/22	2018/19	2022/23	2017/18	2017/18	2022/23	2018/19	2021/22	2018/19	2021/22	2018/19	2022/23
Escolas Almeida Garrett, Amadora													
EB Almeida Garrett, Alfragide	97	98	53	-	28	55	39	21	15	49	65	54	-
Agrupamento de Escolas Amadora Oeste, Amadora													
EB D. Francisco Manuel Melo, Venteira	92	98	66	45	78	35	28	3	10	21	61	23	7
Agrupamento de Escolas Cardoso Lopes, Amadora													
EB Cardoso Lopes, Amadora	79	98	80	54	41	40	50	9	31	28	80	56	15
Agrupamento de Escolas D. João V, Amadora													
EB e Secundária D. João V, Damaia	54	98	57	88	93	26	22	-	7	11	33	35	-
Agrupamento de Escolas da Damaia, Amadora													
EB Prof. Pedro d'Orey da Cunha, Damaia	95	99	94	63	98	35	14	2	12	20	52	44	1
Agrupamento de Escolas de Alfovelos, Amadora													
EB de Alfovelos	96	100	97	61	89	51	35	3	16	30	61	42	8
Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves, Amadora													
EB e Secundária Dr. Azevedo Neves, Damaia	99	95	90	79	58	32	11	4	7	21	58	39	32
Agrupamento de Escolas Fernando Namora, Amadora													
EB Sophia de Mello Breyner Andresen, Brandoa	91	97	87	89	87	46	23	7	7	25	52	45	7
Agrupamento de Escolas José Cardoso Pires, Amadora													
EB José Cardoso Pires, São Brás	96	89	82	89	82	45	33	2	5	13	40	27	12
Agrupamento de Escolas Mães d'Água, Amadora													
EB e Secundária de Mães d'Água, Falagueira ¹⁹	83	85	69	54	75	21	23	0	0	13	31	13	0
Agrupamento de Escolas Miguel Torga, Amadora													
EB Miguel Torga, São Brás	100	100	89	89	40	32	20	5	7	25	52	38	6
Escolas Pioneiros da Aviação Portuguesa, Amadora													
EB Roque Gameiro, Reboleira	100	98	52	-	97	66	33	8	20	48	63	62	13

Fonte: Ministério da Educação

No 3º CEB (8º ano), as provas de aferição de Matemática e de Ciências Naturais e FQ, e considerando a globalidade das escolas, obtiveram resultados bastante desfavoráveis. A médias das 11 escolas que realizaram a prova de matemática foi de 11,45, com o valor mais alto a registar-se na EB Roque Gameiro (40%). Em Ciências Naturais e FQ os resultados foram ainda mais baixos.

¹⁹ Nota: As estatísticas apresentadas são apenas para os alunos matriculados no 2.º ciclo do ensino básico geral e artístico. Este agrupamento tem também alunos matriculados noutras modalidades de ensino, nomeadamente Percursos Escolares Alternativos.

Quadro 19 – Provas de aferição do 8º ano - Percentagem de alunos que obtiveram o nível "Consegiu" ou o nível "Consegiu, mas..." em pelo menos metade dos domínios da prova (%)

	TIC	Matemática		Ciências Naturais e FQ		Educação Física		Geografia		História		Português		Educ. Visual
	2022/23	2017/18	2022/23	2016/17	2022/23	2017/18	2021/22	2018/19	2021/22	2018/19	2021/22	2018/19	2021/22	2017/18
EB Almeida Garrett, Alfragide	34	32	7	20	0	29	59	28	44	13	28	60	76	85
EB D. Francisco Manuel Melo, Venteira	-	13	-	-	-	16	-	18	-	19	-	65	-	73
Escola Secundária Seomara da Costa Primo	16	-	11	-	2	-	67	-	14	-	17	-	57	-
EB Cardoso Lopes	50	28	20	18 ²⁰	8	70	83	16	40	16	33	56	69	71
EB e Secundária D. João V	16	28	3	7	0	50	93	9	23	7	5	45	56	10
EB Prof. Pedro d'Orey da Cunha	13	9	1	21	0	45	79	24	21	13	13	40	62	99
EB de Alfovelos	27	30	12	10	2	69	84	25	22	17	19	57	63	89
EB e Secundária Dr. Azevedo Neves	5	19	-	7	0	52	76	6	14	8	8	45	65	46
EB Sophia de Mello Breyner Andresen	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ES Fernando Namora	27	15	8	24	1	53	72	25	21	19	14	47	65	72
EB José Cardoso Pires	18	14	13	16	4	63	79	15	31	13	14	39	50	32
EB e Secundária de Mães d'Água	23	5	4	2	2	48	82	14	14	8	7	24	41	31
EB Miguel Torga	44	9	7	10	1	55	88	18	23	11	26	41	74	65
EB Roque Gameiro	59	45	40	29	6	61	79	48	47	32	43	73	80	42

Fonte: Ministério da Educação

Nas provas finais de 9º ano, em 2022/23, enquanto as Escolas Básicas Almeida Garrett, Cardoso Lopes e Roque Gameiro, apresentam um percentil acima dos 60, em ambas as disciplinas, as restantes apresentam resultados significativamente inferiores, destacando-se pela negativa a Escola Básica e Secundária de Mãe de Água.

Quadro 20 – Provas finais do 9º ano, percentil nacional da escola, medido pela classificação média dos seus alunos

	Português		Matemática	
	2021/22	2022/23	2021/22	2022/23
EB Almeida Garrett, Alfragide	83	62	61	64
EB D. Francisco Manuel Melo, Venteira	-	-	-	-
Escola Secundária Seomara da Costa Primo	15	9	16	6
EB Cardoso Lopes	70	76	72	66
EB e Secundária D. João V	14	13	28	11
EB Prof. Pedro d'Orey da Cunha	30	36	3	4
EB de Alfovelos	70	15	66	46
EB e Secundária Dr. Azevedo Neves	6	29	9	14

²⁰ 2017/2018

	Português		Matemática	
	2021/22	2022/23	2021/22	2022/23
EB Sophia de Mello Breyner Andresen	-	-	-	-
ES Fernando Namora	9	17	5	10
EB José Cardoso Pires	38	9	20	1
EB e Secundária de Mães d'Água	54	2	39	2
EB Miguel Torga	22	16	13	6
EB Roque Gameiro	81	69	74	68
Média	41	29	34	25

Fonte: Ministério da Educação

No ensino secundário, destaca-se pela positiva a Escola Secundária da Amadora com percentis mais elevados nos cursos científico-humanísticos, em 2020/23.

Quadro 21 - Evolução do percentil nacional da escola, medido pela classificação média dos seus alunos, Cursos Científico-Humanísticos do ensino secundário

	Escola Secundária Seomara da Costa Primo		Escola Básica e Secundária D. João V		Escola Secundária Fernando Namora		Escola Secundária da Amadora	
	2021/22	2022/23	2021/22	2022/23	2021/22	2022/23	2021/22	2022/23
Biologia e Geologia	18	18	77	8	67	30	26	26
Português	21	7	-	-	28	41	45	39
Matemática A	5	9	-	-	6	12	49	68
Física e Química A	15	4	36	11	48	22	70	31
História A	17	9			30	39	47	85
Economia A	18	11	-	-	-	-	20	55
Matemática Aplic. às Ciências Sociais	1	7	-	-	27	53	46	55
Inglês	13	26	-	-	-	-	71	51
Filosofia	-	-	-	-	32	27	87	23
Geografia A	-	-	-	-	83	45	47	75
Desenho A	-	-	-	-	59	8	87	23
Geometria Descritiva A	-	-	-	-	-	-	18	38

Nota: As escolas/disciplinas em que a amostra é demasiado reduzida para apresentar estatísticas, em que foram realizadas menos de 15 provas da disciplina em 2023, não constam desta tabela.

Fonte: Ministério da Educação

3.9. Transporte escolar

A rede de transportes públicos a cargo da transportadora Carris Metropolitana cobre a totalidade do território concelhio, satisfazendo as necessidades de transporte dos alunos para os estabelecimentos de educação e ensino. Os horários dos transportes são anualmente articulados para garantir o cumprimento dos horários escolares.

O apoio ao transporte escolar deixa de estar enquadrado no âmbito dos Apoios da Ação Social Escolar, competência das autarquias, com a aprovação da Portaria nº 307-A/2024/1, de 28 de novembro e a criação do acesso a passes gratuitos aos indivíduos até aos 23 anos.

O Município tem a competência de assegurar o transporte de alunos com necessidades específicas individuais delegada através do decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na versão consolidada, nas vertentes adaptado ou normal.

Quadro 22 – Descrição do(s) circuito(s) de transporte de alunos

Transporte de crianças e alunos	Transporte adaptado para alunos com necessidades específicas
<ul style="list-style-type: none"> • Comparticipação para os passes de transporte coletivo de alunos residentes na Amadora com candidatura aprovada – procedimento em vigor até dezembro 2023, devido à publicação da Portaria nº 7-A/2024, de 5 de janeiro, que institui a gratuitidade do passe para todos os alunos até aos 23 anos (entretanto alterada pela Portaria nº 307-A/2024/1, de 28 de novembro) • Circuitos definidos pela carris metropolitana 	<ul style="list-style-type: none"> • Transporte escolar de alunos com Necessidades Específicas com pedido aprovado pela DGEstE, no percurso residência (concelho da Amadora) - Estabelecimento de Ensino (na Amadora ou concelhos limítrofes, nomeadamente Sintra, Lisboa, Loures, Oeiras))-residência. • As rotas são definidas pela empresa prestadora do serviço tendo em conta os alunos com candidatura aprovada e respetivos horários, escolas e tipo de transporte (Normal ou Adaptado). Não há circuitos pré-definidos ou rígidos (vão mudando ao longo do ano letivo, consoante novas candidaturas ou alterações, nomeadamente de morada de residência do aluno ou alteração no horário letivo)

Fonte: CM Amadora

(página propositadamente deixada em branco)

4. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA OFERTA

4.1. Introdução

A informação apresentada relativa à oferta e à procura educativa no concelho da Amadora, no âmbito da rede pública, resulta de um processo estruturado de inquirição dirigido aos diretores dos agrupamentos de escolas. Este processo teve como objetivo recolher dados atualizados e uma apreciação qualificada sobre a realidade educativa local, assegurando um retrato fiel das dinâmicas existentes em cada agrupamento, com base no conhecimento direto dos seus responsáveis.

Importa salientar que a informação de natureza avaliativa disponibilizada no presente documento é da inteira responsabilidade dos diretores dos agrupamentos de escolas que participaram no processo de inquirição. Nesse sentido, os contributos prestados vinculam os respetivos respondentes à data da sua recolha, refletindo a sua análise e posicionamento institucional no momento em que o exercício foi realizado.

No concelho da Amadora, a oferta educativa é providenciada por 50 equipamentos escolares que compõem a rede pública e formalizam os 12 Agrupamentos de Escolas existentes no concelho.

Quadro 23 – Equipamentos escolares que disponibilizam ensino pré-Escolar

Agrupamento de escolas	Designação do estabelecimento de educação ²¹
Agrupamento de Escolas Pioneiros da Aviação Portuguesa, Amadora	Escola Básica da Terra dos Arcos, Falagueira, Amadora
	Escola Básica Vasco Martins Rebolo, Reboleira, Amadora
Agrupamento de Escolas Almeida Garrett, Amadora	Escola Básica da Quinta Grande, Alfragide, Amadora
	Escola Básica de Alfragide, Amadora
	Escola Básica do Alto do Moinho, Zambujal, Amadora
Agrupamento de Escolas Amadora Oeste, Amadora	Escola Básica da Venteira, Amadora
	Escola Básica Manuel Heleno, Carenque, Amadora
	Jardim de Infância Raquel Gameiro, Venteira, Amadora
Agrupamento de Escolas Cardoso Lopes, Amadora	Escola Básica Aprígio Gomes, Mina, Amadora
	Escola Básica da Mina, Amadora
	Jardim de Infância do Cerrado da Bica, Mina, Amadora
Agrupamento de Escolas D. João V, Amadora	Escola Básica Alice Vieira, Buraca, Amadora
Agrupamento de Escolas da Damaia, Amadora	Escola Básica de Águas Livres, Damaia, Amadora
	Jardim de Infância Cova da Moura, Buraca, Amadora
	Jardim de Infância da Damaia, Amadora
Agrupamento de Escolas de Alfovelos, Amadora	Escola Básica Alice Leite, Alfovelos, Amadora
	Escola Básica Maria Irene Lopes de Azevedo, Venda Nova, Amadora
	Escola Básica Orlando Gonçalves, Alfovelos, Amadora
	Escola Básica Santos Mattos, Venda Nova, Amadora
Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves, Amadora	Escola Básica Condes da Lousã, Damaia, Amadora
	Escola Básica José Ruy, Reboleira, Amadora

²¹ Portaria 116/2025/1, de 17 de março

Agrupamento de escolas	Designação do estabelecimento de educação ²¹
Agrupamento de Escolas Fernando Namora, Amadora	Escola Básica da Brandoa, Amadora
	Escola Básica Sacadura Cabral, Brandoa, Amadora
	Jardim de Infância N.º 2 da Brandoa, Amadora
Agrupamento de Escolas José Cardoso Pires, Amadora	Escola Básica Brito Pais, Amadora
	Escola Básica de Moinhos da Funcheira, Amadora
	Escola Básica José Garcês, Casal da Mira, Amadora
	Jardim de Infância de A-da-Beja, Amadora
Agrupamento de Escolas Mães D`Água, Amadora	Jardim de Infância da Falagueira, Amadora
Agrupamento de Escolas Miguel Torga, Amadora	Escola Básica Ricardo Alberty, São Brás, Amadora
	Jardim de Infância de São Brás, Amadora

Quadro 24 – Equipamentos escolares que disponibilizam 1º CEB

Agrupamento de escolas	Designação do estabelecimento de educação ²²
Agrupamento de Escolas Pioneiros da Aviação Portuguesa, Amadora	Escola Básica Gago Coutinho, Reboleira, Amadora
	Escola Básica da Terra dos Arcos, Falagueira, Amadora
	Escola Básica Vasco Martins Rebolo, Reboleira, Amadora
Agrupamento de Escolas Almeida Garrett, Amadora	Escola Básica da Quinta Grande, Alfragide, Amadora
	Escola Básica de Alfragide, Amadora
	Escola Básica do Alto do Moinho, Zambujal, Amadora
Agrupamento de Escolas Amadora Oeste, Amadora	Escola Básica da Venteira, Amadora
	Escola Básica Manuel Heleno, Carenque, Amadora
	Escola Básica D. Francisco Manuel Melo, Venteira, Amadora
Agrupamento de Escolas Cardoso Lopes, Amadora	Escola Básica Aprígio Gomes, Mina, Amadora
	Escola Básica da Mina, Amadora
Agrupamento de Escolas D. João V, Amadora	Escola Básica Alice Vieira, Buraca, Amadora
Agrupamento de Escolas da Damaia, Amadora	Escola Básica Padre Himalaia, Damaia, Amadora
	Escola Básica de Águas Livres, Damaia, Amadora
	Escola Básica Prof. Pedro d'Orey da Cunha, Damaia, Amadora
Agrupamento de Escolas de Alfovelos, Amadora	Escola Básica Alice Leite, Alfovelos, Amadora
	Escola Básica Maria Irene Lopes de Azevedo, Venda Nova, Amadora
	Escola Básica Orlando Gonçalves, Alfovelos, Amadora
	Escola Básica Santos Mattos, Venda Nova, Amadora
Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves, Amadora	Escola Básica Condes da Lousã, Damaia, Amadora
	Escola Básica José Ruy, Reboleira, Amadora
Agrupamento de Escolas Fernando Namora, Amadora	Escola Básica da Brandoa, Amadora
	Escola Básica Sacadura Cabral, Brandoa, Amadora
Agrupamento de Escolas José Cardoso Pires, Amadora	Escola Básica Brito Pais, Amadora
	Escola Básica José Garcês, Casal da Mira, Amadora
	Escola Básica de Moinhos da Funcheira, Amadora
Agrupamento de Escolas Mães D`Água, Amadora	Escola Básica Artur Bual, Falagueira, Amadora
Agrupamento de Escolas Miguel Torga, Amadora	Escola Básica Artur Martinho Simões, São Brás, Amadora
	Escola Básica Ricardo Alberty, São Brás, Amadora

²² Portaria 116/2025/1, de 17 de março

Quadro 25 – Equipamentos Escolares que disponibilizam 2ºCEB, 3ºCEB e/ou ensino secundário

Agrupamento de escolas	Designação do estabelecimento de educação ²³	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Profissional
Agrupamento de Escolas Pioneiros da Aviação Portuguesa, Amadora	Escola Secundária da Amadora			X	X
	Escola Básica Roque Gameiro, Reboleira, Amadora	X	X		
Agrupamento de Escolas Almeida Garrett, Amadora	Escola Básica Almeida Garrett, Alfragide, Amadora	X	X		
Agrupamento de Escolas Amadora Oeste, Amadora	Escola Básica D. Francisco Manuel Melo, Venteira, Amadora	X			
	Escola Secundária Seomara da Costa Primo, Amadora		X	X	X
Agrupamento de Escolas Cardoso Lopes, Amadora	Escola Básica Cardoso Lopes, Amadora	X	X		
Agrupamento de Escolas D. João V, Amadora	Escola Básica e Secundária D. João V, Damaia, Amadora	X	X	X	X
Agrupamento de Escolas da Damaia, Amadora	Escola Básica Prof. Pedro d'Orey da Cunha, Damaia, Amadora	X	X		
Agrupamento de Escolas de Alfozinhos, Amadora	Escola Básica de Alfozinhos, Amadora	X	X		
Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves, Amadora	Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves, Damaia, Amadora	X	X	X	X
Agrupamento de Escolas Fernando Namora, Amadora	Escola Secundária Fernando Namora, Amadora		X	X	X
	Escola Básica Sophia de Mello Breyner Andresen, Brandoa, Amadora	X	X		
Agrupamento de Escolas José Cardoso Pires, Amadora	Escola Básica José Cardoso Pires, São Brás, Amadora	X	X		
Agrupamento de Escolas Mães D'Água, Amadora	Escola Básica e Secundária de Mães d'Água, Falagueira, Amadora	X	X	X	X
Agrupamento de Escolas Miguel Torga, Amadora	Escola Básica Miguel Torga, São Brás, Amadora	X	X		

Atendendo à distribuição destes equipamentos, esta rege-se pela distribuição da população. Na freguesia da Mina de Água há 13 equipamentos escolares: 3 equipamentos de pré-escolar; 1 de 1º ciclo; 6 equipamentos que conjugam pré-escolar e 1º ciclo; e 3 equipamentos com 2º e 3º ciclo.

Segue-se, em número de equipamentos, a Freguesia de Águas Livres, com 10 equipamentos escolares: 2 equipamentos de pré-escolar; 1 de 1º ciclo; 4 equipamentos que agregam pré-escolar e 1º ciclo; 1 que conjugam o 1º, 2º e 3º ciclos, e 2 Escolas Básicas e Secundárias (2º, 3º ciclos e ensino secundário com oferta formativa).

Em todas as freguesias existe oferta de todos os níveis de ensino até ao 3º ciclo do ensino básico. Quanto ao ensino secundário, as freguesias de Alfragide e Mina de Água não beneficiam de nenhum estabelecimento de ensino secundário no seu território.

Quadro 26 – Equipamentos Escolares segundo o ciclo de ensino, por freguesia

	EPE	1º ciclo	EPE+1º ciclo	1º e 2º ciclo	2º e 3º ciclo	1º, 2º e 3º ciclo	2º e 3º ciclo, secundário e profissional	3º ciclo, secundário e profissional	Secundário e profissional	Total
Águas Livres	2	1	4	0	0	1	2	0	0	10
Alfragide	0	0	3	0	1	0	0	0	0	4
Encosta do Sol	1	0	5	0	2	0	0	1	0	9
Falagueira/Venda Nova	1	1	3	0	0	0	1	0	0	6
Mina de Água	3	1	6	0	3	0	0	0	0	13

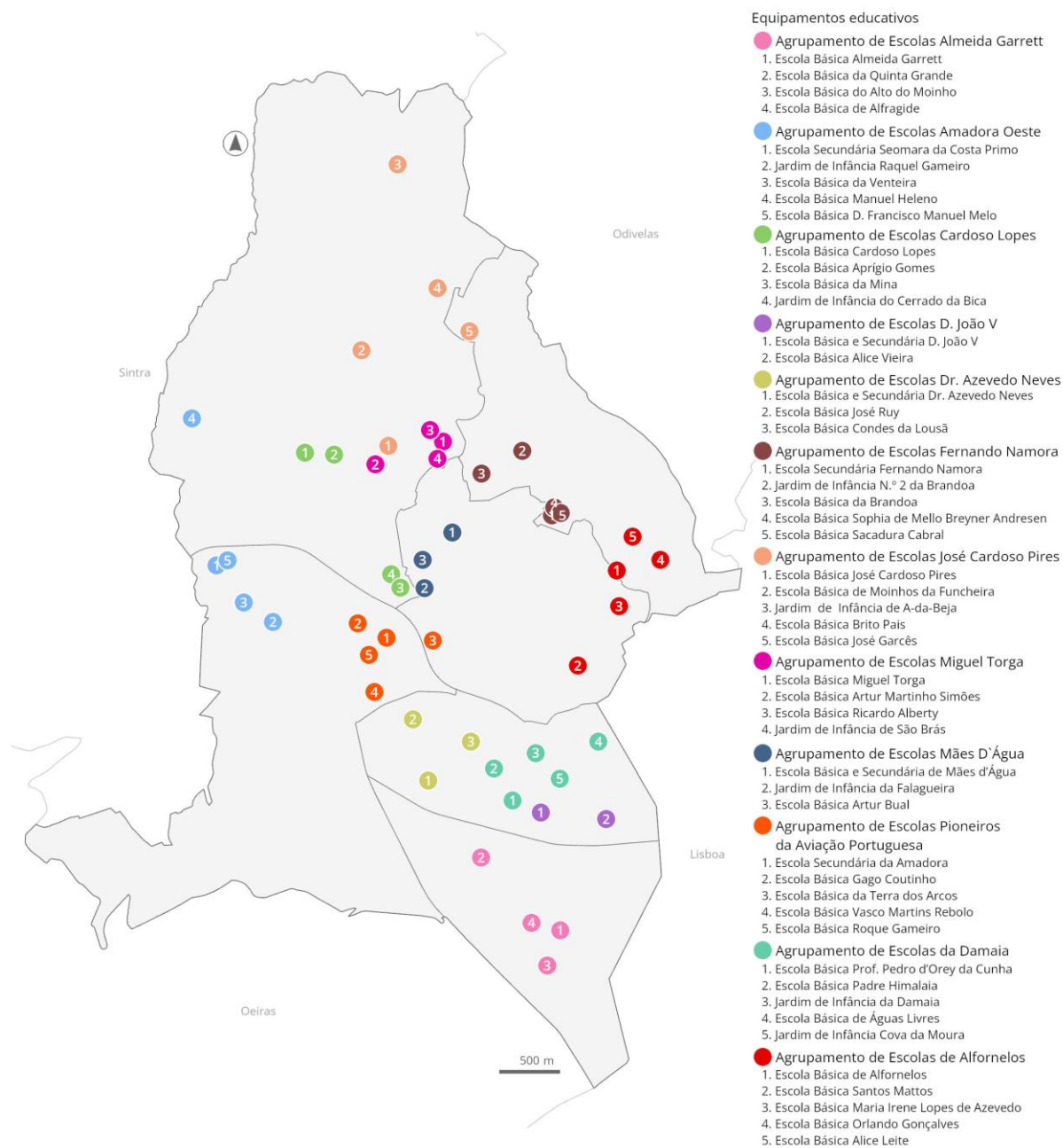
²³ Portaria 116/2025/1, de 17 de março

	EPE	1º ciclo	EPE+1º ciclo	1º e 2º ciclo	2º e 3º ciclo	1º, 2º e 3º ciclo	2º e 3º ciclo, secundário e profissional	3º ciclo, secundário e profissional	Secundário e profissional	Total
Venteira	1	1	2	1	1	0	0	1	1	8
Total	8	4	23	1	7	1	3	2	1	50

No caso dos 2º e 3º CEB e ensino secundário, existem 15 equipamentos da rede pública que disponibilizam estes níveis de ensino. Destes, 12 disponibilizam o 2ºCEB, 13 disponibilizam o 3ºCEB e 6 disponibilizam o ensino secundário.

Ao longo do documento as referências aos estabelecimentos de ensino são efetuadas de forma simplificada para facilitar a leitura (não integrando, no final, a referência ao concelho).

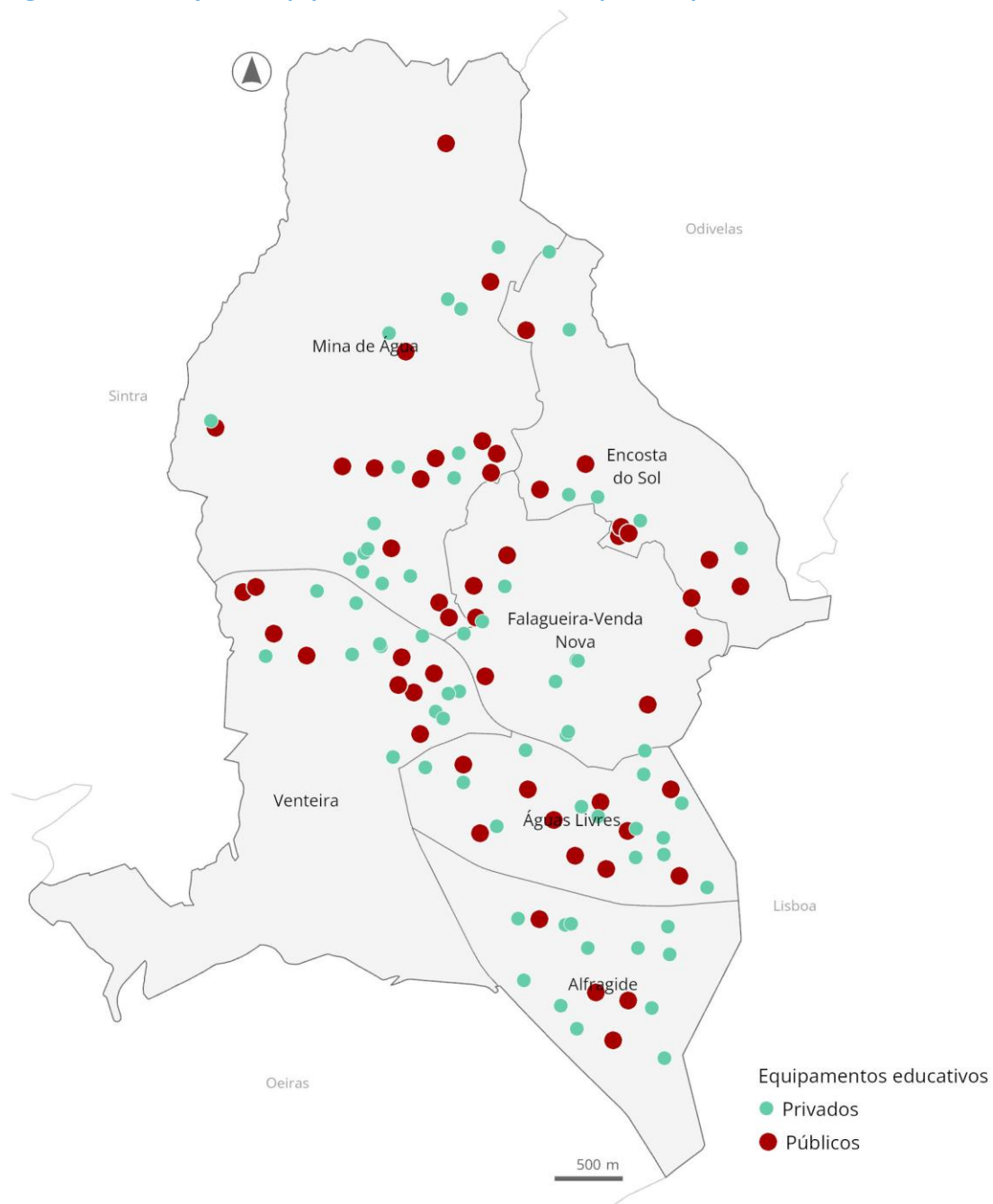
Figura 50 – Localização dos equipamentos educativos da rede pública do concelho²⁴



Fonte: Equipa Técnica

²⁴ As referências aos estabelecimentos de ensino são efetuadas de forma simplificada para facilitar a leitura, não integrando, no final, a referência ao concelho.

Figura 51 - Localização dos equipamentos educativos da rede pública e privada do concelho



Fonte: Equipa Técnica

4.2. Educação Pré-Escolar – Rede Pública

4.2.1. Equipamentos

Atendendo única e exclusivamente aos equipamentos educativos da rede pública, o ensino pré-escolar é disponibilizado por 31 equipamentos, no concelho. Destes, 18 partilham as suas instalações com o 1ºCEB. A Escola Básica Aprígio Gomes, na freguesia da Mina, e a Escola Básica José Gomes, associam pré-escolar, 1º ciclo e a resposta creche. O Jardim de Infância da Falagueira, também tem associada a resposta creche. Este contexto constitui um fator positivo ao nível da eficiência dos recursos proporcionando, adicionalmente, uma transição do pré-escolar para o 1ºCEB mais fácil para as crianças. Os estabelecimentos do pré-escolar espelham uma elevada heterogeneidade quanto à idade do seu edificado, assim como as necessidades daí decorrentes.

Relativamente ao ano de construção inicial destes equipamentos, 10 foram construídos anteriormente a 1980, 13 entre 1980 e 1999, e 8 desde 2000. Em seis destes equipamentos os edifícios não são os originais, ou seja, são escolas que já foram alvo de obras ou de ampliação do seu espaço/capacidade, ou da construção integral de novos edifícios após a sua construção inicial. Deste modo, existem diferentes necessidades entre escolas, e dentro das mesmas. Foi com o intuito de colmatar estas assimetrias que nos últimos 20 anos, tiveram lugar 20 obras de reabilitação/intervenção em vários dos equipamentos, sendo que as últimas ocorreram em 2024, Jardim de Infância de São Brás (AE Miguel Torga) e Escola Básica Sacadura Cabral (AE Fernando Namora).

No sentido oposto, importa referenciar o Jardim de Infância da Damaia (1976) e o Jardim de Infância de A-da-Beja (1950) que, desde a sua construção inicial, ainda não foram alvo de qualquer intervenção profunda.

A totalidade dos equipamentos apresentam um uso exclusivamente educativo, encontrando-se por isso, equipadas para este fim, embora como referido, haja partilha de instalações com creches (3 situações), e com as AAAF e CAF.

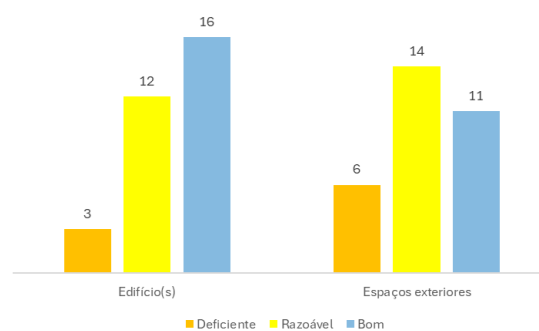
O estado de conservação dos equipamentos de pré-escolar apresenta discordâncias ténues entre o edificado e os respetivos espaços exteriores.

Enquanto o estado de conservação do edificado foi comumente classificado como “Bom” (16), “Razoável” (12) e “Deficiente” (3), os espaços exteriores encontravam-se em “Razoável” (14), “Bom” (11) e “Deficiente” (6) estados de conservação.

O Jardim de Infância de A-da-Beja (AE José Cardoso Pires) e as EB da Venteira e Manuel Heleno, (AE Amadora Oeste) referem um deficiente estado de conservação do(s) edifício(s).

No que se refere aos espaços exteriores, o número de escolas com problemas de conservação são 6: EB da Venteira, EB Manuel Heleno, EB Brito Pais, EB Alice Vieira, EB da Quinta Grande e Jardim de Infância do Cerrado da Bica, com espaços exteriores em mau estado.

Figura 52 – Avaliação do estado de conservação dos edifícios e espaços exteriores dos equipamentos do pré-escolar

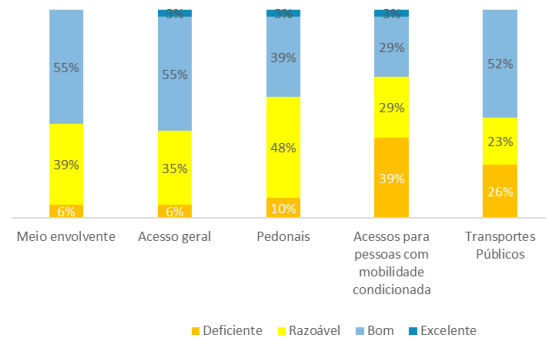


Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

A nenhuma das escolas foi atribuída pelos responsáveis a classificação de “Excelente”.

De um modo geral, os acessos são classificados como bons ou excelentes em 58% dos equipamentos, e os acessos a transportes públicos em 52%, sendo que os acessos para pessoas com mobilidade condicionada se encontram com avaliações menos positivas (considerados deficientes em 39% dos casos).

Figura 53 – Avaliação do estado de conservação dos acessos dos equipamentos do pré-escolar



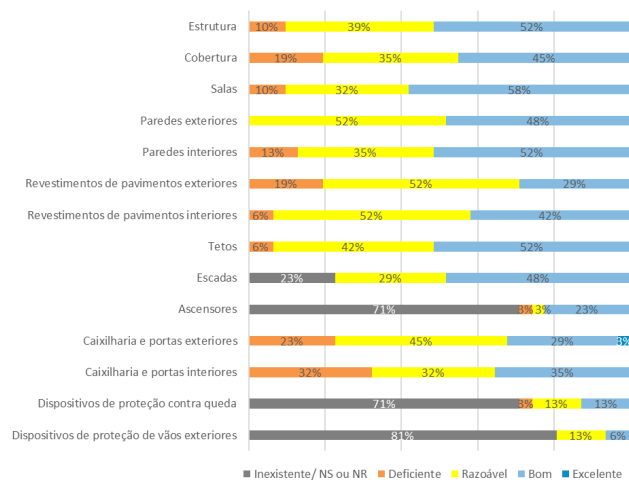
Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Relativamente ao edificado, existe uma diferença assinalável entre os elementos exteriores e interiores, quer pela sua utilização, quer pela sua exposição a outros elementos (como o clima).

Entre as componentes mais deficitárias nos equipamentos do pré-escolar, destacam-se as caixilharias e portas (interiores e exteriores), os revestimentos dos pavimentos (exteriores) e as coberturas.

No sentido oposto, as salas, tetos e paredes interiores, são os que apresentam um bom estado de conservação em mais de 50% destes equipamentos.

Figura 54 – Avaliação do estado de conservação dos edifícios dos equipamentos do pré-escolar



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

A dotação de espaços de apoio, por sua vez, revela algumas assimetrias.

Os Jardins de Infância de A-da-Beja e de São Brás são os que apresentam um maior número de espaços de apoio deficitários (5 dos 8 considerados).

Por outro lado, há estabelecimentos que não têm espaços de apoio essenciais, como é o caso do pré-escolar da Escola Básica da Venteira que não tem sala polivalente, parque infantil, campo de jogos, recreio coberto (sendo que o descoberto está num deficiente estado de conservação).

De facto, é nos espaços desportivos e de recreio cobertos que se verificam as maiores lacunas, em cerca de 1/3 dos equipamentos educativos. As salas polivalentes são inexistentes em 10 equipamentos, os recreios cobertos em 11 e os campos de jogos/ginásios em 10.

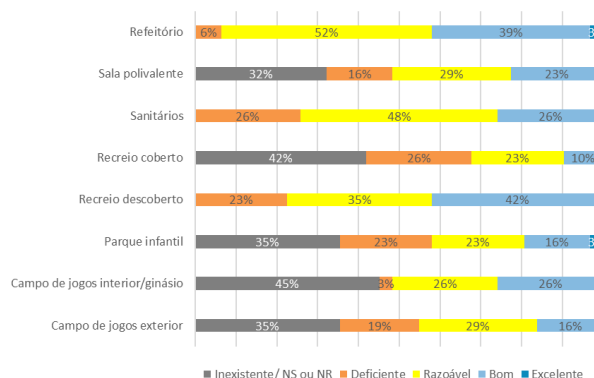
No caso das instalações e redes, os elementos menos frequentes são a Instalação de meios e cuidados de saúde, e de evacuação de lixo.

Paralelamente, os elementos em estado mais deficitário são as instalações de Wi-Fi (*internet*).

Por outro lado, as instalações de distribuição de água são as que se encontram em melhor estado de conservação, sendo consideradas “boas”, em 21 equipamentos.

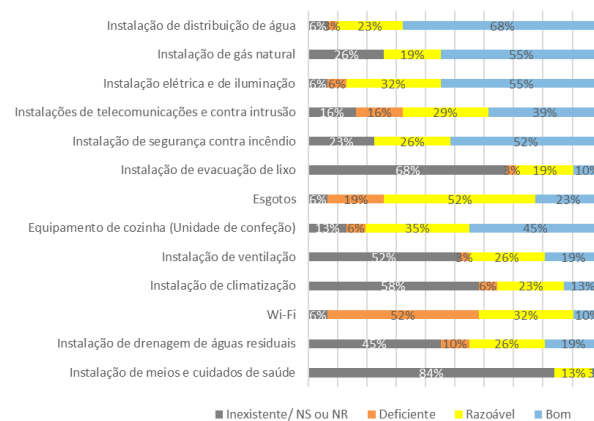
Uma vez mais, não foi atribuída a classificação de excelente a nenhuma das tipologias.

Figura 55 – Avaliação do estado de conservação dos espaços de apoio dos equipamentos do pré-escolar



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Figura 56 – Avaliação do estado de conservação das redes e instalações dos equipamentos do pré-escolar



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Ao nível do consumo energético nos últimos 3 anos, 25 equipamentos não registaram grandes alterações, 3 observaram uma evolução negativa (aumento do consumo) e 3 manifestaram uma redução do consumo (Jardim de Infância Cova da Moura, Escola Básica José Garcês e Escola Básica Alice Vieira. Embora a redução efetiva do consumo tenha ocorrido apenas em três dos equipamentos de pré-escolar, efetivamente 10 referem ter adotado medidas específicas de aumento da eficiência energética, nomeadamente em painéis solares; lâmpadas LED; caixilharia em PVC. Duas escolas referem também a participação no Projeto EcoEscolas e a sensibilização para o controlo da energia.

Em síntese, as diferenças identificadas ao nível das apreciações realizadas pelos vários responsáveis concorrem para os constrangimentos sinalizados, que apontam para a necessidade de algumas intervenções, especialmente nos

edifícios mais antigos. Ficam evidenciadas apreciações com um certo grau de diferenciação (ver volume de anexos), o que merece ponderação sobre as necessidades de melhoria infraestrutural tendo em vista o reequilíbrio e equidade das condições oferecidas nos vários equipamentos do concelho, ao nível do pré-escolar.

4.2.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos

Nos 31 equipamentos do pré-escolar do concelho, existe um total de 106 salas com condições para a componente letiva, das quais 98 se encontram ocupadas com turma. Ainda que atualmente exista um “excedente” global de 8 salas, a concentração populacional em determinadas áreas do concelho, assim como as crescentes necessidades dos equipamentos para enriquecimento da dimensão educativa traduzem-se numa carência de 24 salas, com várias finalidades, nomeadamente: salas de aula (17); gabinetes de apoio à Educação Especial/ terapias (4), para Atividades de Apoio à Família (1); sala de reuniões (1), ginásio (1).

Entre os equipamentos com maiores carências de salas destacam-se o pré-escolar da Escola Básica da Venteira (4 salas), o Jardim de Infância do Cerrado da Bica, o Jardim de Infância Raquel Gameiro e o pré-escolar das Escolas Básicas da Mina, e Aprígio Gomes, (com carência de 3 salas de aula, cada).

Importa também sublinhar que todos os estabelecimentos do pré-escolar beneficiam de serviço de refeições. A maior parte dos estabelecimentos (21) encontra-se equipada com unidade de confeção de refeições própria (sem confeção para o exterior), o que revela preocupação com a qualidade da alimentação das crianças. Dez equipamentos utilizam unidades de confeção de refeições externas (10), estando o serviço a cargo das empresas da Uniself e Mediterrânea Group.

O número de crianças/alunos para quem foram mobilizadas medidas de suporte à aprendizagem e/ou inclusão (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, na sua redação atual) no ano letivo 2023/2024 foram 130 (relatório técnico pedagógico) e 456 (medidas universais).

Tal como determinado pela legislação dedicada à educação inclusiva (Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro e Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho), esta prioridade política veio “concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social.”

Todos os equipamentos do pré-escolar dispõem de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), antes e depois da componente letiva, sendo que as taxas de participação destas atividades são, respetivamente, 31% e 47%. Este valor concelhio, resulta de realidades distintas A EB1/JI Vasco Martins Rebolo, tem 75% das crianças em AAAF, quer antes quer depois da componente letiva, por sua vez, nas EB da Mina, da Quinta Grande, de Alfragide e no Jardim de Infância de A-da-Beja, mais de 80% das crianças frequentam as AAAF depois da componente letiva.

Em matéria de recursos humanos, no ano letivo de 2023/2024 foi identificado um total de 204 pessoas afetas à atividade dos 31 equipamentos da rede pública do pré-escolar: 153 pertencentes aos quadros e 51 com outro vínculo contratual.

Atendendo à sua função, os profissionais em maior número correspondiam aos assistentes operacionais (97), seguidos pelos educadores de infância (96), recursos humanos de outra natureza (7) e assistentes técnicos (4). Cerca de 75% dos recursos humanos pertencem ao quadro.

4.3. 1º Ciclo do Ensino Básico - Rede Pública

4.3.1. Equipamentos

Atendendo única e exclusivamente aos equipamentos escolares da rede pública, o ensino do 1ºCEB é disponibilizado por 29 escolas, no concelho da Amadora. Destas, 24 partilham as suas instalações com outros níveis de ensino, nomeadamente o pré-escolar (15) e os 2º e 3º CEB (EB Básica Prof. Pedro d'Orey da Cunha e a EB Roque Gameiro). Este fenómeno constituiu um fator positivo ao nível da eficiência dos recursos, proporcionando adicionalmente, uma transição mais fácil entre os vários níveis de ensino, para as crianças/os alunos. A oferta deste nível de ensino é disponibilizada em regime normal por todos os equipamentos.

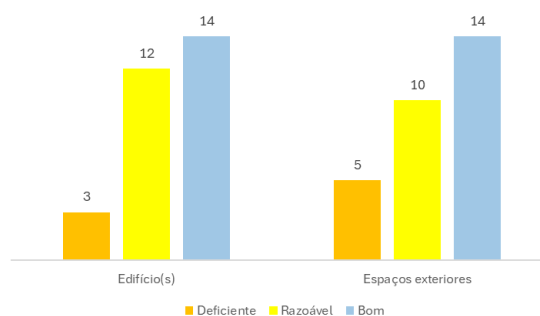
Relativamente ao ano de construção inicial destes equipamentos, a década de 1980 foi a mais dinâmica, com 8 equipamentos construídos (6 foram construídos anteriormente a 1970, 6, entre 1970 e 1979, 8, entre 1980 e 1989, 3, entre 1990 e 1999 e 6 desde 2000). Consequentemente, os estabelecimentos do 1ºCEB espelham uma elevada heterogeneidade quanto à idade do seu edificado, assim como as necessidades daí decorrentes. Não obstante, importa acrescentar que a maioria destas escolas já foram alvo de obras, ou de ampliação do seu espaço/capacidade, ou da construção integral de novos edifícios após a sua construção inicial. Deste modo, existem diferentes necessidades não só interescolares, como também intraescolares. Foi com o intuito de colmatar estas assimetrias que desde 2000, tiveram lugar 20 obras de reabilitação/intervenção em vários dos equipamentos. No sentido oposto, estão 9 escolas: 4 escolas recentes, construídas após 2000, Escola Básica Aprígio Gomes, a Escola Básica da Mina, Escola Básica Brito Pais, e a Escola Básica José Garcês; a Escola Básica Prof. Pedro d'Orey da Cunha e a Escola Básica da Terra dos Arcos que já foram alvo de intervenção; por sua vez, as EB D. Francisco Manuel Melo, Escola Básica Alice Vieira, Escola Básica Vasco Martins Rebolo, construídas entre os anos 70 e 80 do séc. XX, que ainda não foram alvo de qualquer intervenção profunda.

Todos os equipamentos apresentam um uso exclusivamente educativo, encontrando-se por isso, equipadas para este fim. Ainda assim, a Escola Básica Gago Coutinho, a EB da Terra dos Arcos e a Escola Básica Vasco Martins Rebolo, funcionam paralelamente com a Componente de Apoio à Família. A Escola Básica Santos Mattos e a Escola Básica Maria Irene Lopes de Azevedo partilham as instalações com o refeitório.

O estado de conservação das escolas apresenta semelhanças entre o edificado e os respetivos espaços exteriores.

O estado de conservação do edificado foi comumente classificado como "Bom" (14), "Razoável" (12) e "Deficiente" (3), os espaços exteriores encontravam-se em "Bom" (14), em "Razoável" (10), e "Deficiente" (5) estados de conservação.

Figura 57 – Avaliação do estado de conservação dos edifícios e espaços exteriores dos equipamentos do 1ºCEB

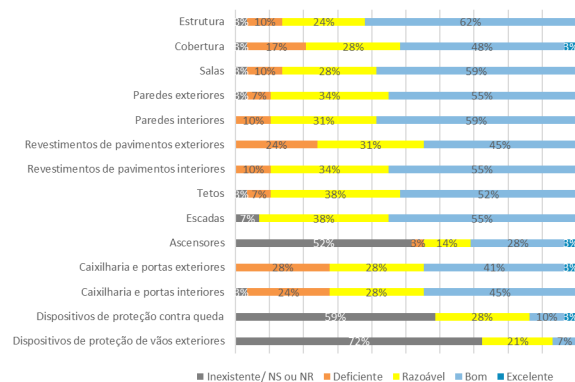


Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Relativamente ao edificado, entre as componentes mais deficitárias nos equipamentos deste nível de ensino, destacam-se os revestimentos dos pavimentos exteriores, as caixilharias e portas (interiores e exteriores) e as coberturas.

No sentido oposto, as estruturas e as salas apresentam um bom estado de conservação em cerca de 62% e 59% dos equipamentos, respetivamente.

Figura 58 – Avaliação do estado de conservação dos edifícios dos equipamentos do 1ºCEB

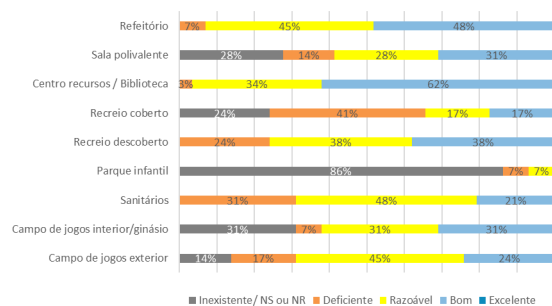


Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Os espaços de apoio, por sua vez, revelam algumas assimetrias entre a dotação dos equipamentos, na medida em que existem escolas que não dispõem de refeitório, sala polivalente, recreio coberto, recreio descoberto, sanitários, campo de jogos exterior.

A inexistência de parque infantil (66%), campo de jogos interior (31%) e sala polivalente (28%) em parte dos equipamentos escolares poderá também constituir um fator de condicionamento à qualidade do ensino e às atividades complementares à sala de aula, nomeadamente lúdico-recreativas.

Figura 59 – Avaliação do estado de conservação dos espaços de apoio dos equipamentos do 1ºCEB



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

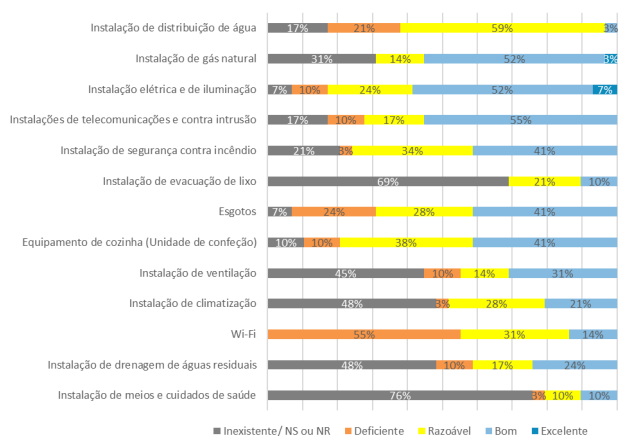
Os espaços de recreio e lazer e os sanitários constituem os elementos com piores estados de conservação, sendo avaliados como em estado “deficiente” em pelo menos 41 e 31% das escolas, respetivamente.

No caso das instalações e redes, os elementos menos frequentes são as instalações de evacuação de lixo e as instalações de meios e cuidados de saúde.

Paralelamente, os elementos em estado mais deficitário são as instalações de Wi-Fi (55% dos estabelecimentos de 1º ciclo) e os esgotos (24% do total).

Consequentemente, mais de metade dos estabelecimentos do 1ºCEB da Amadora ou não possuem instalações de evacuação de lixo e instalações de meios e cuidados de saúde, ou tem rede de Wi-Fi em estado deficitário.

Figura 60 – Avaliação do estado de conservação das redes e instalações dos equipamentos do 1ºCEB



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Ao nível do consumo energético nos últimos 3 anos, 24 equipamentos não registaram grandes alterações, 1 observou uma evolução negativa (aumento do consumo) e 4 manifestaram uma redução do consumo, o que advém da instalação de Painéis solares, na Escola Básica da Venteira, da Instalação de painéis fotovoltaicos e substituição de todas luminárias (LED) e da substituição de caixilharias em PVC, na Escola Básica Alice Vieira, e da participação no projeto Eco-Escolas, na Escola Básica da Terra dos Arcos. A Escola Básica José Garcês registou uma diminuição do consumo de energia, embora não tenha adotado medidas específicas de aumento da eficiência energética.

Em síntese, as diferenças identificadas ao nível das apreciações realizadas pelos vários responsáveis concorrem para os constrangimentos sinalizados, que apontam para a necessidade de algumas intervenções, especialmente nos edifícios mais antigos. Entre as necessidades apontadas sublinham-se:

- Atendendo às observações do edificado, existe alguma heterogeneidade entre os vários equipamentos em matéria de necessidades. Não obstante, há um destaque particular para os problemas com infiltrações, degradação das pinturas e dos pavimentos e substituição de portas e caixilharias. Ainda assim, embora com menor frequência, parte dos equipamentos sublinha as necessidades de remodelação dos pavimentos, sanitários e a construção de alguns espaços de apoio. Finalizando, de forma mais transversal, um número relevante de equipamentos apontaram a necessidade da realização de manutenções e até mesmo intervenções transversais a todo o edificado.
- Relativamente aos espaços exteriores, existe uma grande pressão para a remodelação/requalificação dos pavimentos exteriores (degradados pela sua vetustez e exposição aos elementos naturais), para a construção de coberturas e para a remodelação/construção de equipamentos de recreio.

Foram efetuadas apreciações com um certo grau de diferenciação (ver volume de anexos), o que merece ponderação sobre as necessidades de melhoria infraestrutural tendo em vista o reequilíbrio e equidade das condições oferecidas nos vários equipamentos do concelho, ao do 1ºCEB.

4.3.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos

Nos 29 equipamentos do 1ºCEB do concelho, existe um total de 286 salas com condições para a componente letiva, das quais 269 se encontram ocupadas com turma. Existe ainda um total de 24 salas de educação física e 3 de informática, tornando-se possível desde já, identificar algumas assimetrias entre a dotação dos vários equipamentos. À semelhança do pré-escolar, e devido a causas idênticas (dado que muitos dos equipamentos partilham instalações), embora existam 17 salas “desocupadas”, manifestou-se uma carência de 18 salas, distribuídas por várias escolas. Os espaços em falta destinam-se: a salas de aula (11 salas), 2 salas para terapias, 2 salas de informática, 1 para apoios educativos e 1 para Português Língua Não Materna (PLNM) e uma para ginásio.

Entre os equipamentos com maior carência de salas destacam-se as EB da Venteira (3) e a EB D. Francisco Manuel Melo (3). O Agrupamento de Escolas Mães D`Água refere a necessidade de uma nova escola, com 8 salas, na freguesia da Mina.

Todos os estabelecimentos do 1ºCEB beneficiam de serviço de refeições, quer por unidades de confeção de refeições própria (21), quer por unidades de confeção de refeições externa (3), a cargo de 2 empresas, a Uniself - Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, SA e Mediterrânea Group. Mais uma vez, a partilha de instalações com o pré-escolar constitui uma vantagem quanto à eficiência dos recursos e espaços de apoio, permitindo uma oferta alimentar de maior qualidade.

O número de crianças/alunos para quem foram mobilizadas medidas de suporte à aprendizagem e/ou inclusão (Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, na sua redação atual) no ano letivo 2023/2024 foram 470 (relatório técnico pedagógico) o que corresponde a 8% do total de alunos matriculados.

Tal como determinado pela legislação dedicada à educação inclusiva (Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro e Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho), esta prioridade política veio “concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social.”

Todas as escolas dispõem de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e Componente de Apoio à Família (CAF), sendo que as taxas de participação destas atividades são, respetivamente, 86,6% e 70,0%.

Em matéria de recursos humanos, no ano letivo de 2023/2024 foi identificado um total de 602 pessoas afetas à atividade dos 29 equipamentos da rede pública do 1ºCEB, 404 pertencentes aos quadros e 198 com outro vínculo contratual.

Atendendo à sua função, os profissionais em maior número correspondiam aos docentes (344), seguidos pelos assistentes operacionais (220) e recursos humanos de outra natureza (38). Refira-se que 38% dos docentes não pertencem ao quadro das escolas, o que corresponde a 131 docentes.

4.4. 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário - Rede Pública

4.4.1. Equipamentos

Tal como mencionado, 12 equipamentos disponibilizam o 2ºCEB, 13 disponibilizam o 3ºCEB e 6 disponibilizam o ensino secundário, num total de 15 equipamentos.

A Escola Básica e Secundária D. João V, a Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves, localizadas na Damaia, e a Escola Básica e Secundária de Mães d'Água, na Falagueira, disponibilizam os 3 níveis de ensino em simultâneo.

Relativamente ao ano de construção inicial destes equipamentos, 3 foram construídos antes de 1980, 9 foram construídos entre 1980 e 1989 e 2 foram construídos após 1990, desconhece-se a data de construção de uma escola. Estas diferenças traduzem-se, naturalmente, em características e necessidades distintas, entre os vários equipamentos escolares. Não obstante, desde a sua construção inicial, 10 destas escolas já foram alvo de obras, ou de ampliação do seu espaço/capacidade, ou da construção integral de novos edifícios após a sua construção inicial. Na sua maioria, esta reabilitação ocorreu depois de 2020 (em seis escolas).

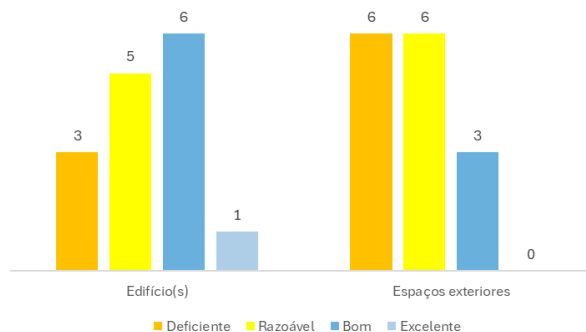
Ao nível da coexistência, 12 dos equipamentos escolares partilham espaços com a comunidade exterior, nomeadamente, clubes diversos, associações, empresas, etc.:

- Académica da Amadora (Voleibol);
- ADCD (ATL);
- CANTIC - CRTIC Amadora;
- Centro QUALIFICA da Amadora;
- Clube de Basquetebol da Escola Secundária da Amadora (Basquetebol);
- Clube Desportivo do AE Amadora Oeste;
- Clube Futebol Estrela da Amadora;
- Entidades particulares (Futsal);
- Escola de Judo Nuno Delgado;
- Junta Freguesia Falagueira;
- Orquestra Geração;
- Projeto Cool.BRAVE;
- Quorum Academy;
- Recreativo do Bairro Janeiro;
- Santa Casa da Misericórdia da Amadora;
- SFRAA - Sociedade Filarmónica de Apoio Social e Recreio Artístico da Amadora;
- Sopro dos Sonhos, Associação de Solidariedade Social (IPSS);
- Sporting Clube de Portugal;
- Universidade Sénior.

O estado de conservação das escolas apresenta ténues dissonâncias entre o edificado e os respetivos espaços exteriores.

Ao passo que o estado de conservação do edificado foi principalmente classificado como “Bom” (6) e “Razoável” (5), os espaços exteriores encontravam-se em “Deficiente” (6) e “Razoável” (6) estados de conservação.

Figura 61 – Avaliação do estado de conservação dos edifícios e espaços exteriores dos equipamentos do 2º/3ºCEB e ensino secundário

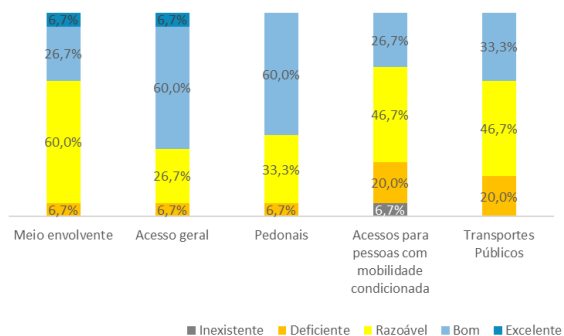


Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Relativamente aos acessos para pessoas de mobilidade condicionada, estes apresentam avaliações menos positivas, na medida em que, ou são inexistentes, ou são avaliadas como “deficientes” em 27% dos equipamentos. Os transportes públicos também têm uma avaliação “deficiente” em 20% dos casos.

Ainda assim, o acesso geral e os acessos pedonais são descritos como “razoável”, “bom”, ou “excelente” em 93% das escolas.

Figura 62 – Avaliação do estado de conservação dos acessos dos equipamentos do 2º/3ºCEB e ensino secundário

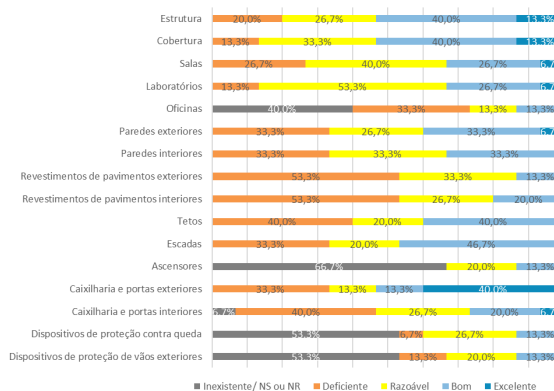


Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

O edificado apresenta também algumas disparidades entre os seus constituintes, tanto ao nível da sua dotação como estado de conservação. Entre as componentes mais deficitárias nos equipamentos do 2º e 3º CEB e ensino secundário, destacam-se os revestimentos dos pavimentos (exteriores e interiores), as caixilharias e portas interiores, as paredes (exteriores e interiores), os tetos, as escadas e as oficinas.

No sentido oposto, as coberturas, a estrutura e as caixilharias e portas interiores apresentam um bom estado de conservação em cerca de 53% destas escolas.

Figura 63 – Avaliação do estado de conservação dos edifícios dos equipamentos do 2º/3ºCEB e ensino secundário.



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

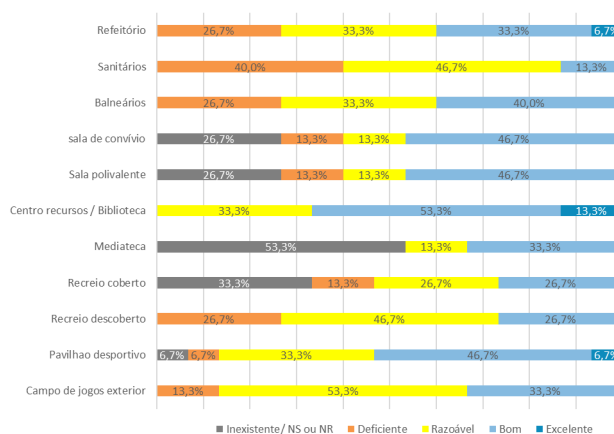
Ao nível da dotação de espaços, 40% das escolas não estão equipadas com oficinas e apenas cerca de 13% dos equipamentos as classificam em “Bom” estado de conservação. Embora os laboratórios se encontrem presentes em todas as escolas destes níveis de ensino, 33,3% classificam-nos como em “Bom” ou “Excelente” estados de conservação.

Como mencionado, estes espaços constituem um complemento ao ensino dos alunos, enriquecendo as suas aprendizagens ao longo do percurso académico, sendo fundamental a sua existência e qualificação.

Os espaços de apoio também revelam algumas assimetrias entre equipamentos, na medida em que algumas escolas não dispõem de mediateca (47%), sala de convívio (27%), recreio coberto (20%) e sala polivalente (20%),

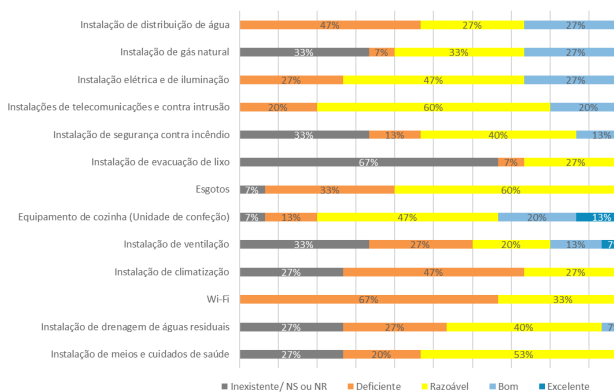
Por sua vez, os sanitários (40%), os refeitórios e balneários constituem ainda os elementos avaliados como em pior estado de conservação, sendo avaliados como em estado “deficiente” em cerca de 27% das escolas.

Figura 64 – Avaliação do estado de conservação dos espaços de apoio dos equipamentos do 2º/3ºCEB e ensino secundário



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Figura 65 – Avaliação do estado de conservação das redes e instalações dos equipamentos do 2º/3ºCEB e ensino secundário



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Ao nível do consumo energético nos últimos 3 anos, verifica-se que 5 equipamentos não registaram grandes alterações, 5 observaram uma evolução negativa (aumento do consumo) e 5 manifestaram uma redução do consumo.

Os equipamentos que adotaram medidas específicas de aumento da eficiência energética foram 12, desde instalação de lâmpadas LED (em 6 equipamentos), substituição da caixilharia de janelas e/ou portas, em 5 equipamentos, a

instalação de painéis solares em 4 equipamentos (Escola Secundária Seomara da Costa Primo, Escola Secundária Fernando Namora, Escola Básica Prof. Pedro d'Orey da Cunha, e Escola Básica Almeida Garrett), mas também campanhas de sensibilização da população escolar, colocação de temporizadores nas torneiras da casa de banho.

Em síntese, as diferenças identificadas ao nível das apreciações realizadas pelos vários responsáveis concorrem para os constrangimentos sinalizados, que apontam para a necessidade de algumas intervenções, especialmente nos edifícios mais antigos. Entre as necessidades apontadas sublinham-se:

- Atendendo às observações do edificado: Escola Básica D. Francisco Manuel Melo, Escola Básica de Alfovelos, duas escolas construídas nos anos 80 e que não sofreram intervenções de relevo nos últimos 20 anos; e a Escola Secundária da Amadora, construída em 1973, que embora intervencionada em 2022, apresenta problemas significativos. Contudo, as necessidades de intervenção/reparação são transversais a todo o equipamento, embora por vezes sejam carências pontuais. As carências mais frequentemente apontadas foram as relacionadas com a substituição das portas e caixilharias, canalização, infiltrações, sistema AVAC, etc.
- Com base nas observações dos espaços exteriores: as necessidades de manutenção dos espaços verdes e substituição dos pavimentos, que apresentam alguma degradação, revestimento dos espaços desportivos, arranjo de muros e escadas, manutenção e limpeza das árvores de grande porte na escola e via pública.

4.4.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos

Nos 15 equipamentos de 2º e 3º CEB e ensino secundário do concelho da Amadora, existe um total de 531 salas com condições para a componente letiva. Existe ainda um total de 53 salas de informática, 50 salas de educação visual e tecnológica, 47 laboratórios, 27 salas de educação física / polivalente e 18 oficinas. Importa ainda acrescentar que a distribuição destes espaços não é transversal a todos os equipamentos, tornando-se possível identificar algumas assimetrias na sua dotação.

Ainda que se calcule um excedente de 9 salas, derivado das dinâmicas de distribuição populacional e das crescentes necessidades dos equipamentos para o desenvolvimento da dimensão pedagógica e novas soluções de aprendizagem, foi identificada uma carência de pelo menos 31 salas (uma escola não quantificou o número de salas), cuja finalidade será maioritariamente para salas de aula, mas também para outras funções/necessidades: salas de apoio pedagógico, arquivo; diretores de turma, alunos, informática, sala polivalente, posto socorros/enfermaria.

Entre os equipamentos com maior carência de salas destacam-se as Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves (10) e a Escola Básica Cardoso Lopes (6).

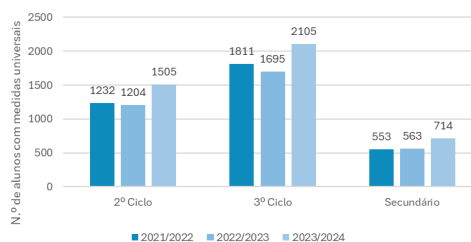
Todos os estabelecimentos do 2º e 3º CEB e ensino secundário beneficiam de serviço de refeições, por unidades de confeção de refeições própria, sem confeção para o exterior, fornecidas pelas empresas *Uniself* e *Mediterránea Group*.

Atendendo às necessidades educativas e aos apoios disponibilizados pelos equipamentos escolares todos os equipamentos possuem alunos com necessidades educativas especiais (NEE) sendo que 15 destas escolas se encontram adaptadas a estas necessidades (acessibilidade).

O número de crianças/alunos para quem foram mobilizadas medidas de suporte à aprendizagem e/ou inclusão (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, na sua redação atual) no ano letivo 2023/2024 foram 938 (relatório técnico pedagógico) 4324 (medidas universais) o que corresponde a 8,4% e 39% do total de alunos matriculados, respetivamente.

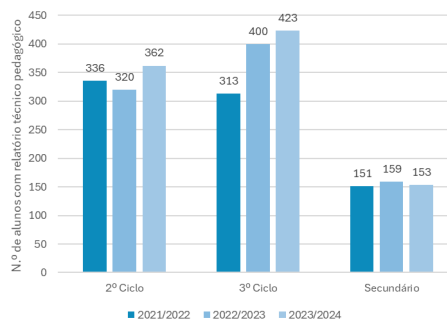
Tal como determinado pela legislação dedicada à educação inclusiva (Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro e Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho), esta prioridade política veio “concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social.”

Figura 66 – Número de crianças/alunos para quem foram mobilizadas medidas de suporte à aprendizagem e/ou inclusão (Relatório técnico pedagógico), por ciclo de ensino



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Figura 67 – Número de crianças/alunos para quem foram mobilizadas medidas de suporte à aprendizagem e/ou inclusão (medidas universais), por ciclo de ensino



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Ao nível das atividades complementares (projetos, clubes, outros), 13 das escolas disponibilizam este tipo de atividades. Entre as atividades mais participadas encontram-se aquelas ligadas às artes, desporto, idiomas e ciências.

Academia Steam

Clube de Cozinha

Aventura Saudável

Clube de Inglês

Clube da Costura

Clube de Jornalismo e Rádio

Clube da Matemática

Clube de Leitura

Clube de Alemão

Clube de Música

Clube de Artes

Clube de Pintores

Clube de Artes Plásticas

Clube de Programação e Robótica

Clube de Ciência Viva

Clube/Grupo de Teatro

Clube Europeu	Oferta Complementar
Clube Ténis de Mesa	Oficina de escrita
Clube Têxteis	Opera Prima
Clube Vida doméstica	Polo da Amadora do Conservatório Nacional de Música
Companhia das histórias	
Desporto Escolar	Polo do Centro Qualifica - Município da Amadora (ES Seomara da Costa Primo)
Eco-Escolas	Programa de acolhimento de migrantes
ERASMUS	Projeto #Pulo
Escrever Melhor	Projeto de Percussão
Jogar Medir e Contar	RSA-Robótica e Simulação de Agentes
Laboratórios	

As EB D. Francisco Manuel Melo, e EB Roque Gameiro não disponibilizaram esta informação.

Escola	Atividade	N.º de alunos
EB Almeida Garrett	Clube de teatro	40
	Clube de Inglês	129
	Clube da Matemática	40
	Oficina de escrita	27
	Ciência Viva	44
Escola Secundária Seomara da Costa Primo	Polo da Amadora do Conservatório Nacional de Música	70
	Polo da ESSCP do Centro Qualifica - Município da Amadora	100
EB Cardoso Lopes	Clubes: Alemão, Artes, Desporto Escolar, Inglês, Leitura, Teatro, Ténis de Mesa, Vida Doméstica	600
	Opera Prima	31
	Projeto #Pulo	12
Escola Básica e Secundária D. João V	Clube de Teatro	23
	Clube de Programação e Robótica	nr
	Clube de Artes	25
	Clube "Ciência Viva"	80
	Clube Europeu	NR
EB Prof. Pedro d'Orey da Cunha	Orquestra Geração	NR
	Desporto Escolar	NR
EB de Alfarelos	Clube de Música	20
	Clube de Teatro	30
	Clube da Costura	10

Escola	Atividade	N.º de alunos
	Clube de Artes Plásticas	9
	Clube de Cozinha	10
Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves	Oferta Complementar	15
Escola Secundária Fernando Namora	Academia <i>Steam</i>	20
	Teatro a Malta	20
	Desporto Escolar	200
	#PULO	12
EB Sophia de Mello Breyner Andresen	CCV - Clube de Ciência Viva	20
EB José Cardoso Pires	Projetos (Eco-Escolas, Academia STEAM, ...)	NR
	Laboratórios	NR
	Clubes	NR
	Programa de acolhimento de migrantes	NR
	Desporto Escolar	NR
Escola Básica e Secundária de Mães d'Água	Desporto escolar	58
	Companhia das histórias	32
	Aventura Saudável	74
	ERASMUS	25
	Clube Ciência Viva	70
EB Miguel Torga	Projeto Percussão	35
	Escrever Melhor	10
	Clube de Jornalismo e Rádio	10
	Clube de Pintores	10
	Clube Têxteis	6
Escola Secundária da Amadora	Clube Ciência Viva	NR
	Clube Europeu	NR
	Grupo de Teatro GruTESco	NR
	Jogar Medir e Contar	NR
	RSA-Robótica e Simulação de Agentes	NR
Escola Básica D. Francisco Manuel Melo, Venteira, Amadora	NR	NR
Escola Básica Roque Gameiro, Reboleira, Amadora	NR	NR

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho
(inquérito próprio)

O desporto escolar e o clube de ciência são as atividades mais participadas. Pelo menos 1900 alunos frequentam atividades complementares, no concelho da Amadora.

Em matéria de recursos humanos, no ano letivo de 2023/2024 foi identificado um total de 2014 pessoas afetas à atividade dos 15 equipamentos da rede pública do 2º e 3º CEB e ensino secundário na Amadora. 1521 pertencentes aos quadros e 493 com outro vínculo contratual.

Atendendo à sua função, os profissionais em maior número correspondiam aos docentes (1.446), seguidos dos assistentes operacionais (422), assistentes técnicos (101) e recursos humanos de outra natureza (45). Importa ainda mencionar que 27% dos docentes não pertenciam aos quadros, apresentando outro vínculo contratual.

4.5. Oferta formativa

Quadro 27 –Oferta de cursos profissionais nas Escolas da Rede Pública da Amadora, em 2023/2024

	Designação	Nível de qualificação	N.º de alunos	N.º de alunos residentes no concelho	N.º de abandonos	Ano de início	Ano de fim:
Escola Básica e Secundária D. João V (4 tipologias)	Técnico de Desporto (3º)	4	33	24	2	2021/2022	2023/2024
	Técnico Auxiliar de Saúde (3º)	4	14	14	2	2021/2022	2023/2024
	Técnico de Informática (3º)	4	11	9	0	2021/2022	2023/2024
	Técnico de Desporto (2º) 1	4	21	15	3	2022/2023	2024/2025
	Técnico de Desporto (2º) 2	4	10	9	2	2022/2023	2024/2025
	Técnico de Organização de Eventos	4	12	12	2	2022/2023	2024/2025
	Técnico Auxiliar de Saúde (2º)	4	9	7	0	2022/2023	2024/2025
	Técnico de Informática (2º)	4	10	10	0	2022/2023	2024/2025
	Técnico de Desporto (1º)	4	33	27	4	2023/2024	2025/2026
	Técnico Auxiliar de Saúde (1º)	4	14	14	1	2023/2024	2025/2026
Técnico de Informática (1º)	4	13	13	3	2023/2024	2025/2026	
	Sub-total		180	154	19		
Escola Básica e Secundária de Mães d'Água (2 tipologias)	Técnico de Comércio	4	24	24	12	2020/2021	2022/2023
	Técnico de Desporto	4	25	25	11	2020/2021	2022/2023
	Técnico de Comércio	4	21	21	9	2021/2022	2023/2024
	Técnico de Desporto	4	29	29	8	2021/2022	2023/2024
	Técnico de Desporto	4	23	23	7	2022/2023	2024/2025
	Técnico de Comércio 0,5	4	16	16	7	2023/2024	2025/2026
Técnico de Comércio 0,5	4	15	15	6	2023/2024	2025/2026	
	Sub-total		153	153	60		
Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves (7 tipologias)	Técnico de Cozinha/Pastelaria	4	24	nd	7	2022/2023	2024/2025
	Técnico de Design de Moda	4	13	nd	7	2022/2023	2024/2025
	Esteticista	4	12	nd	5	2022/2023	2024/2025
	Técnico de Geriatria	4	9	nd	7	2022/2023	2024/2025
	Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	4	20	nd	10	2022/2023	2024/2025
	Técnico de Multimédia	4	10	nd	1	2022/2023	2024/2025
Técnico de Restaurante Bar	4	15	nd	12	2022/2023	2024/2025	
	Sub-total		103		nd		
Escola Secundária da Amadora (2 tipologias)	Técnico Programador de Informática	3	41	nd	0	2020/2021	2022/2023
	Técnico de Análise Laboratorial	3	13	nd	0	2020/2021	2022/2023
	Técnico Programador de Informática	3	34	nd	0	2021/2022	2023/2024
	Técnico de Análise Laboratorial	3	11	nd	0	2021/2022	2023/2024
	Técnico Programador de Informática	3	15	nd	0	2022/2023	2024/2025
	Técnico de Análise Laboratorial.	3	10	nd	0	2022/2023	2024/2025
	Técnico Programador de Informática	3	39	nd	0	2023/2024	2025/2026
Técnico de Análise Laboratorial	3	11	nd	0	2023/2024	2025/2026	
	Sub-total		174		nd		
Escola Secundária Fernando Namora (3 tipologias)	Técnico de Informática - Sistemas	4	15	15	0	2023/2024	2025/2026
	Técnico de Apoio Psicossocial	4	30	30	0	2023/2024	2025/2026
	Técnico Administrativo	4	13	13	1	2023/2024	2025/2026
	Sub-total		58	58	1		
Escola Secundária Seomara da Costa Primo (9 tipologias)	Técnico Administrativo - 0,5T	4	14	9	1	2023/2024	2025/2026
	Técnico de Ação Educativa	4	15	12	1	2023/2024	2025/2026
	Técnico Comercial	4	14	9	2	2023/2024	2025/2026
	Técnico de Desporto	4	52	19	4	2023/2024	2025/2026
	Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores	4	13	9	2	2023/2024	2025/2026
	Técnico de Fotografia	4	12	6	1	2023/2024	2025/2026
	Técnico Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	4	26	19	1	2023/2024	2025/2026
Técnico de Refrigeração e Climatização	4	12	9	1	2023/2024	2025/2026	

Designação	Nível de qualificação	N.º de alunos	N.º de alunos residentes no concelho	N.º de abandonos	Ano de início	Ano de fim:
Técnico de Turismo	4	26	20	1	2023/2024	2025/2026
Sub-total		184	112	14	184	112
Total		852	477	143		

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Oferta Profissional

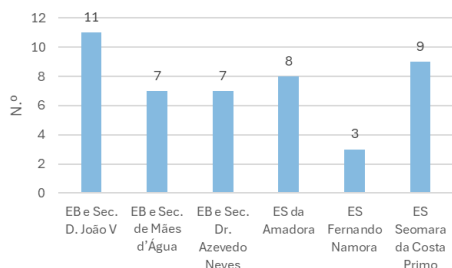
A oferta formativa ao nível de cursos profissionais encontra-se disponível em todos os estabelecimentos de com oferta de ensino secundário. Atendendo aos vários cursos disponibilizados pelos equipamentos do concelho da Amadora, independentemente das divergências interescolares, a oferta é robusta e bastante heterogénea, disponibilizando cursos para setores adequados às necessidades contemporâneas do mercado de trabalho.

O número de cursos e escolas com esta oferta tem vindo a crescer em todo o país, o que terá contribuído para novos desafios, ao nível da qualidade desta oferta formativa.

No concelho da Amadora, no ano letivo de 2023/2024 havia 45 cursos técnico profissionais com equivalência ao 12º ano, dando dupla certificação (diploma de conclusão do ensino secundário e certificação profissional e de nível 4 de qualificação). De acordo com Decreto-Lei no 55/2018, de 6 de julho, esta oferta privilegia a inserção dos jovens no mundo do trabalho, possibilitando em simultâneo o prosseguimento de estudos, se assim o pretenderem.

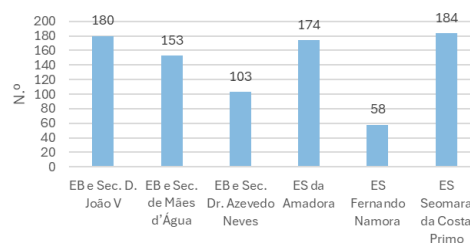
Atendendo à distribuição da oferta, é possível identificar algumas assimetrias entre Agrupamentos/ Escolas, destacando-se a Escola Secundária Seomara da Costa Primo pela oferta formativa diversificada, com 9 cursos diferentes (Técnico Administrativo, Técnico de Ação Educativa, Técnico Comercial, Técnico de Desporto, Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores, Técnico de Fotografia, Técnico Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Técnico de Refrigeração e Climatização, Técnico de Turismo) e a escola Sec. Dr. Azevedo Neves com 7 (Técnico de Cozinha/Pastelaria, Técnico de Design de Moda, Esteticista, Técnico de Geriatria, Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos, Técnico de Multimédia, Técnico de Restaurante Bar). Em número de alunos e turmas, a Escola Secundária Seomara da Costa Primo tem 184 alunos inscritos, seguindo-se a EB e Secundária D. João V com 180.

Figura 68 – Número de cursos profissionais/turmas nas Escolas da Rede Pública da Amadora, 2023/24



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Figura 69 – Número de alunos inscritos nos cursos profissionais nas Escolas da Rede Pública da Amadora, 2023/24



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

De acordo com o inquérito dos equipamentos, no ano letivo de 2024/2025, 852 alunos frequentavam esta oferta formativa, o que corresponde a cerca de 24% dos alunos matriculados no ensino secundário da rede pública. Destes, 375 residem fora do concelho (44% do total).

A oferta formativa compreende 24 cursos distintos, sendo que predominam os cursos na área da informática, com 11 no total: técnico programador (4), técnico de informática (3), téc. de gestão de equipamentos informáticos, téc. de sistemas, téc. de gestão e programação de sistemas informáticos e téc. de eletrónica, automação e computadores, cada um com 1 curso. Existem 8 cursos de técnico de desporto.

Esteticista	Técnico de Fotografia
Técnico Administrativo	Técnico de Geriatria
Técnico Auxiliar de Saúde	Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos
Técnico Comercial	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
Técnico de Ação Educativa	Técnico de Informática
Técnico de Análise Laboratorial	Técnico de Informática – Sistemas
Técnico de Apoio Psicossocial	Técnico Programador de Informática
Técnico de Comércio	Técnico de Multimédia
Técnico de Cozinha/Pastelaria	Técnico de Organização de Eventos
Técnico de Design de Moda	Técnico de Refrigeração e Climatização
Técnico de Desporto	Técnico de Restaurante Bar
Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores	Técnico de Turismo

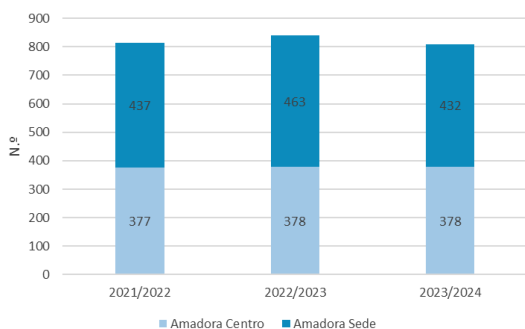
A listagem de prioridades nacionais e regionais definidas pela ANQEP hierarquiza as diferentes saídas profissionais numa escala com os níveis 0 (não prioritária), 1 (prioridade baixa), 2 (prioridade média) e 3 (prioridade elevada).

A oferta profissional privada é composta por dois estabelecimentos da Escola Profissional Gustave Eiffel (sede e Polo Amadora Centro, com 49 salas (20 na sede), que disponibilizam 15 cursos que englobam 810 alunos no ano letivo de 2023/2024. Estes alunos residem maioritariamente fora do concelho (66%),

Na sede (Falagueira/Venda Nova) estão disponíveis os 9 cursos: CEF - Operador/a de Informática, CEF - Pastelaria/Padaria, Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos, Técnico de Eletrónica, Automação e Comando, Técnico de Eletrónica e Telecomunicações, Técnico de Desenho Digital 3D, Técnico de Multimédia, Técnico de Pastelaria/Padaria e Técnico de Auxiliar de Saúde. Estes cursos são lecionados por 98 docentes.

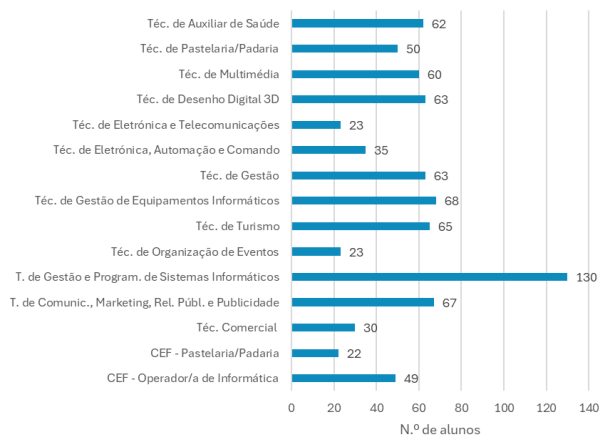
No Pólo Amadora Centro (Venteira) são disponibilizados os cursos: Técnico Comercial, Técnico de Comunicação, marketing, Relações-Públicas e Publicidade, Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Técnico de Organização de Eventos, Técnico de Turismo e Técnico de Gestão. Estes cursos são lecionados por 103 docentes.

Figura 70 – Evolução do número de alunos matriculados nos estabelecimentos da Escola Profissional Gustave Eiffel, 2021/22 a 2023/24



Fonte: Escola Profissional Gustave Eiffel (inquérito próprio)

Figura 71 – Número de alunos inscritos nos cursos profissionais nas Escolas da Rede Pública da Amadora, 2023/24



Fonte: Escola Profissional Gustave Eiffel (inquérito próprio)

Oferta de Educação para Jovens

Os cursos de educação e formação para jovens são lecionados em 3 escolas.

Quadro 28 –Oferta de cursos de educação e formação de jovens nas Escolas da Rede Pública da Amadora, em 2023/2024

Cursos CEF	Salas ocupadas (com turma) (n.º)	Docentes-Quadro (n.º)	Docentes Outros (n.º)
Escola Básica e Secundária D. João V	2	10	8
Escola Básica de Alfovelos	2	3	5
Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves	5	7	12

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

O Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) é uma medida socioeducativa e formativa de inclusão, de carácter temporário e excecional, a aplicar a jovens dos 15 aos 18 anos que se encontram em risco e/ou perigo de exclusão escolar e social depois de esgotadas todas as outras medidas de integração escolar.

Visa favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória e a promoção social conferindo uma habilitação escolar de 2.º e/ ou 3.º ciclo. A Escola Básica e Secundária de Mães d'Água, Falagueira tem duas turmas PIEF, no 6º e no 9º ano (que ocupam 2 salas e têm afetos 12 docentes (10 pertencentes ao quadro)

Oferta de Educação para Adultos

De acordo com a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), a educação e formação de adultos (EFA) constitui “um percurso flexível de formação, de duração variável, especificamente dirigido a adultos, que permite o desenvolvimento de competências sociais, científicas e profissionais necessárias ao exercício de uma atividade profissional e simultaneamente a obtenção de um nível básico ou do nível secundário de educação.”

Os cursos EFA de nível básico, tinham em 2023/2024 um total de 111 alunos, distribuídos por 5 turmas.

Quadro 29 –Oferta de cursos de educação e formação de adultos- nível básico, nas Escolas da Rede Pública da Amadora, em 2023/2024

Escola	Salas ocupadas (com turma) (n.º)	Docentes-Quadro (n.º)	Docentes Outros (n.º)	2021/2022 (n.º)		2022/2023 (n.º)		2023/2024 (n.º)		
				Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos residentes no concelho
Escola Secundária Seomara da Costa Primo	4	4	3	60	2	60	2	47	2	34
Escola Básica e Secundária D. João V	2	6	0	27	3	33	3	36	2	20
Escola Secundária da Amadora	1	4	1	27	1	28	1	28	1	19
	7	14	4	114	6	121	6	111	5	73

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Os cursos de nível secundário, incluindo os de Tipo A, são dirigidos a adultos que não concluíram este nível de ensino na idade normal de escolarização. No concelho da Amadora, os cursos de Tipo A são lecionados em três estabelecimentos de ensino: Escola Secundária da Amadora, Escola Secundária Seomara da Costa Primo e Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves. Esta oferta formativa contempla as áreas de Técnico de Cozinha/Pastelaria, Técnico de Informática, Técnico Administrativo e Técnico de Saúde. No ano letivo de 2023/2024, os cursos de nível secundário foram ministrados nas quatro escolas do concelho com este nível de ensino, envolvendo um total de 218 alunos, distribuídos por nove turmas. oferta de cursos de nível secundário – Tipo A, em 2023/24 chegou a 129 alunos, organizados em 6 turmas.

Quadro 30 –Oferta de cursos de educação e formação de adultos- nível secundário, nas Escolas da Rede Pública da Amadora, em 2023/2024

Escola	Salas ocupadas (com turma) (n.º)	Docentes-Quadro (n.º)	Docentes Outros (n.º)
Escola Secundária Seomara da Costa Primo	2	5	1
Escola Básica e Secundária D. João V	2	7	0
Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves	2	3	2
Escola Secundária da Amadora	7	19	3
	13	34	6

Escola	2021/2022 (n.º)		2022/2023 (n.º)		2023/2024 (n.º)		
	A.	T.	A.	T.	A.	T.	A. Res.
Escola Secundária Seomara da Costa Primo	30	1	30	1	30	1	22
Escola Básica e Secundária D. João V	86	4	95	4	54	2	35
Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves	29	2	22	1	7	1	3
Escola Secundária da Amadora	137	5	146	5	127	5	88
	282	12	293	11	218	9	148

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Quadro 31 –Oferta de cursos de educação e formação de adultos- nível secundário - tipo A, nas Escolas da Rede Pública da Amadora, 2021/2022 a 2023/2024

Escola	Salas ocupadas (com turma) (n.º)	Docentes-Quadro (n.º)	Docentes Outros (n.º)
Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves	2	3	2
Escola Secundária da Amadora	2	5	1
Escola Secundária Seomara da Costa Primo	6	13	8

Escola	Curso	Nível/ Tipologia de Qualificação	2021/2022 (n.º)		2022/2023 (n.º)		2023/2024 (n.º)		
			A.	T.	A.	T.	A.	T.	A. Res.
Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves	EFA- Técnico de Cozinha/Pastelaria	S3 Tipo - A	29	2	22	1	7	1	3
Escola Secundária da Amadora	Técnico/a de Informática- instalação e Gestão de Redes	Nível 4/481-Ciências Informáticas	17	1	17	1	17	1	13
	Técnico/a Administrativo/a	Nível 4/346 Secretariado e Trabalho Administrativo	17	1	17	1	17	1	13
Escola Secundária Seomara da Costa Primo	EFA - S3- Tipo A - T. Administrativo - S94	4	26	1	28	1	30	1	24
	EFA S3- Tipo A - T. Auxiliar de Saúde - S95	4	30	1	30	1	30	1	20
	EFA S3 Tipo A - T. Informática - Sistemas	4	26	1	26	1	28	1	21
	Total		145	7	140	6	129	6	94

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)
Legenda: A: Alunos; T: Turmas; A. Res.: Alunos residentes no concelho

No âmbito da oferta formativa dirigida a adultos, merece destaque a disponibilização dos cursos de Educação e Formação de Adultos – nomeadamente as Ações de Formação de Português para Falantes de Outras Línguas. No ano letivo de 2023/2024, estas ações envolveram um total de 360 formandos, dos quais 77% frequentaram duas escolas em particular: a Escola Secundária Seomara da Costa Primo e a Escola Básica e Secundária D. João V. Importa ainda referir que cerca de 70% destes formandos residem no concelho da Amadora. Entre os anos letivos de 2022/2023 e 2023/2024, tanto o número de formandos como o número de ações de formação registaram um crescimento significativo, mais do que duplicando.

Quadro 32 –Oferta de cursos de educação e formação de adultos- Ações de formação de português para falantes de outras línguas, nas Escolas da Rede Pública da Amadora, 2021/2022 a 2023/2024

Escola	Salas ocupadas (com turma) (n.º)	Docentes-Quadro (n.º)	Docentes Outros (n.º)
Escola Secundária Seomara da Costa Primo	5	1	1
Escola Básica e Secundária D. João V	6	3	1
Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves	1	0	1
Escola Secundária da Amadora	2	0	2
	14	4	5

Escola	2021/2022 (n.º)		2022/2023 (n.º)		2023/2024 (n.º)		
	Alunos	Ações de formação	Alunos	Ações de formação	Alunos	Ações de formação	A. Res.
Escola Secundária Seomara da Costa Primo, Amadora	45	2	48	2	110	5	76
Escola Básica e Secundária D. João V, Damaia, Amadora	58	2	106	3	168	6	94
Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves, Damaia, Amadora	0	0	39	2	42	2	42
Escola Secundária da Amadora	0	0	0	0	40	2	34
	103	4	193	7	360	15	246

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

A escola Secundária da Amadora disponibiliza o ensino recorrente presencial (107 alunos em 2023/2024) e não presencial (3 alunos em 2023/2024).

Quadro 33 –Oferta de ensino recorrente da Escola Secundária da Amadora, 2021/2022 a 2023/2024

Escola	2021/2022 (n.º)		2022/2023 (n.º)		2023/2024 (n.º)		
	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos residentes
Ensino Recorrente – regime presencial	134	3	87	3	107	3	65
Ensino Recorrente – regime não presencial	2	-	2	-	2	-	0

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

O Programa Qualifica é uma iniciativa que visa elevar os níveis de qualificação da população adulta, promovendo a empregabilidade e o desenvolvimento de competências alinhadas com as exigências do mercado de trabalho. No âmbito deste programa, foi criada uma rede nacional de centros especializados – os Centros Qualifica. O Centro Qualifica da Amadora funciona em regime de consórcio com a Escola Secundária Dr. Azevedo Neves, a Escola Secundária Seomara da Costa Primo e a Escola Profissional Gustave Eiffel, tendo como principal objetivo orientar os munícipes para ofertas de ensino e formação profissional, bem como para processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). A autarquia assume o papel de entidade promotora deste centro.

(página propositadamente deixada em branco)

5. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA ATUAL

5.1. Procura Atual por Tipologia de equipamento / Nível de Ensino

5.1.1. Enquadramento

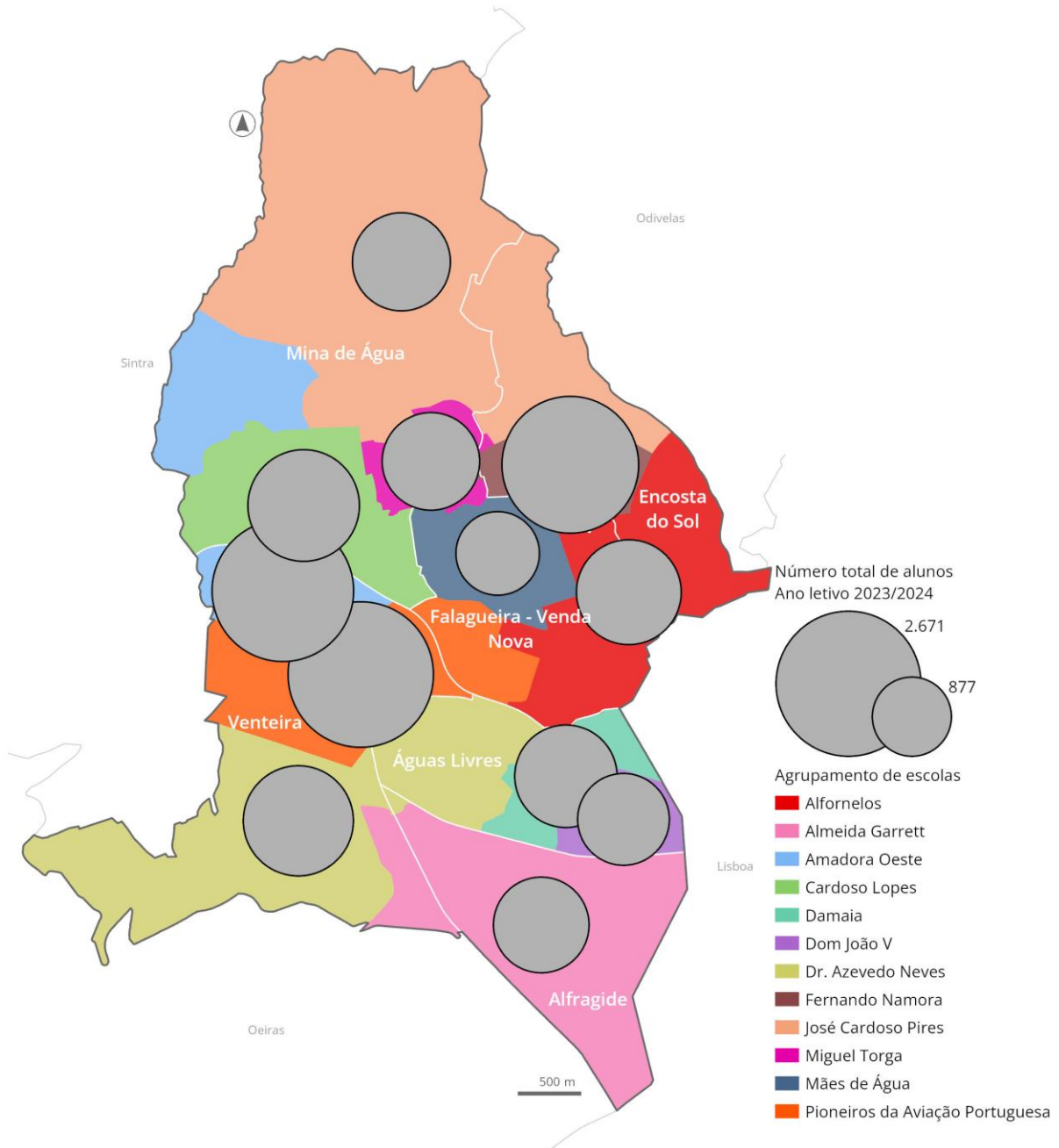
Atendendo ao número de alunos matriculados na rede pública do concelho da Amadora, entre os anos letivos 2021/2022 e 2023/2024 registou-se um acréscimo de 465 alunos (2,5%), embora este fenómeno não tenha sido transversal a todos os níveis de ensino. O pré-escolar, o 1º ciclo e o 3º CEB destacaram-se pelo crescimento de 6,1%, 5,1% e 9,3% face ao ano inicial. No sentido oposto, o 2º ciclo e ensino secundário perderam, respetivamente, 1,0%, e 7,5% dos seus alunos.

Quadro 34 – Variação no nº de matrículas nos equipamentos da rede pública da Amadora

Nível de ensino	Alunos matriculados			Variação 2021/2022 – 2023/2024	
	2021/2022	2022/2023	2023/2024	Nº	%
Pré-escolar	1.844	1.923	1.956	112	6,1
1ºCEB	5.405	5.706	5.682	277	5,1
2ºCEB	3.052	3.111	3.022	-30	-1,0%
3ºCEB	4.242	4.351	4.636	394	9,3%
Ensino secundário	3.849	3.801	3.561	-288	-7,5%
Total	18.392	18.892	18.857	465	2,5%
Total (INE)	21.085	20.900	nd	-	-

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio); INE

Figura 72 - Nº de Alunos, por agrupamento de escolas, em 2023/2024



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

5.1.2. Pré-Escolar

O número de alunos inscritos na educação pré-escolar tem vindo a aumentar ao longo dos dois últimos decénios (53% desde 1999/2000). Considerando o período compreendido entre 2012/2013 e 2022/2023, houve um crescimento de 11%.

Afigura-se imperativo sublinhar a relevância da rede privada neste contexto, que no ano de 2022/2023 apresentava 2.252 matrículas (53% do total),

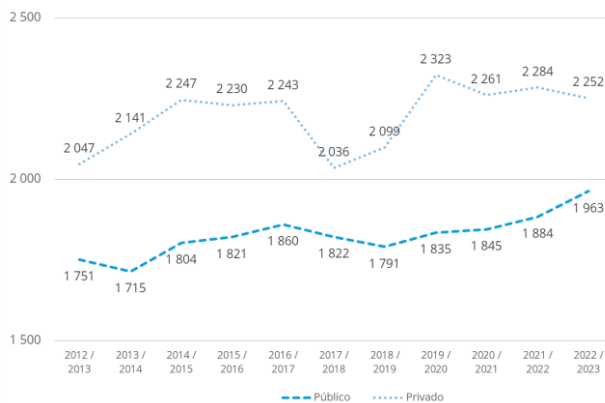
A oferta pública do pé escolar na Amadora passou dos 19%, em 1999/2000, para 47%, em 2022/2023.

A rede privada e solidária, tem descrito uma evolução mais ou menos regular, situando-se sempre acima dos 50% da oferta na última década. Dados do ano letivo de 2022/2023 apontavam para um total de 2.252 matrículas, valor ligeiramente acima do verificado no ano letivo 2000/2001 (+47). A rede privada constitui parte fundamental da oferta do pré-escolar na Amadora.

A oferta pública, embora continue menor que a privada, tem observado um crescimento significativo, com mais 1384 lugares em 2022, do que no ano 2000.

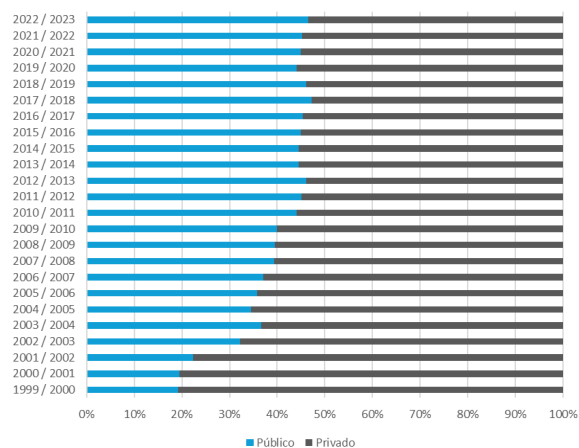
Os anos em que se verificou um maior aumento do número de vagas foram 2001/2002-2002/2003 (+333), 2002/2003-2003-2004 (+247) e 2009/2010-2010-2011 (+248).

Figura 73 – Evolução do nº de matrículas no ensino pré-escolar na Amadora



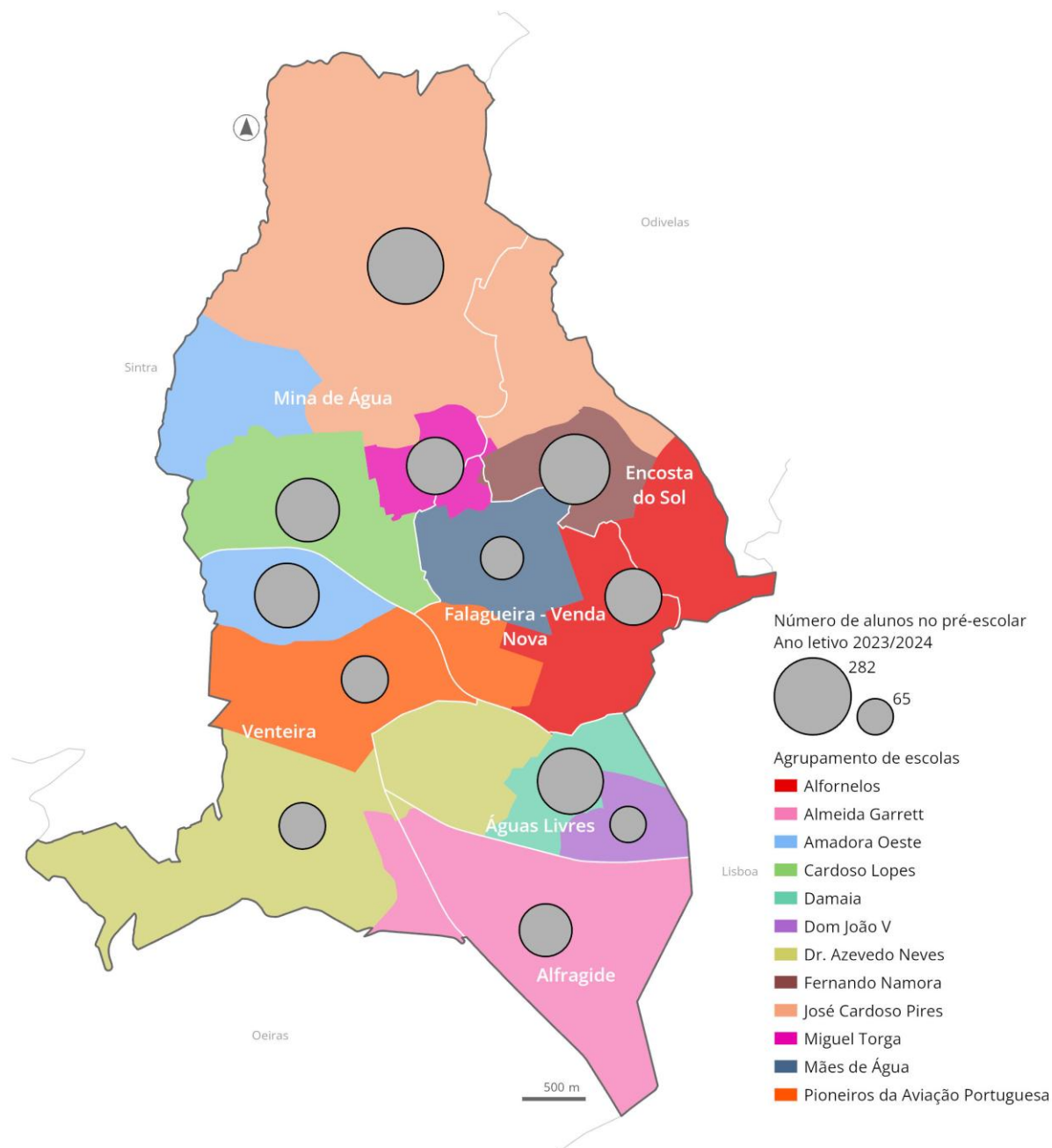
Fonte: INE

Figura 74 – Evolução do n.º de matrículas no ensino pré-escolar na Amadora, por tipologia de oferta



Fonte: INE

Figura 75 - Nº de alunos no ensino pré-escolar, por agrupamento de escolas, em 2023/2024



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Atendendo exclusivamente à distribuição das matrículas do pré-escolar na rede pública, no ano de 2023/2024 (1.956 crianças), constata-se que existe uma simetria entre as várias freguesias do concelho, sendo que apenas a freguesia de Alfragide apresenta um número comparativamente mais reduzido de crianças matriculadas (135), consequência, em parte, do seu peso na demografia do concelho. Em sentido oposto, a freguesia da Mina d'Água e a freguesia das Águas Livres, agregam 25% e 22% da oferta, respetivamente.

Ao nível dos equipamentos, o Jardim de Infância de S. Brás (115), o pré-escolar da Escola Básica Sacadura Cabral (110), e o Jardim de Infância Raquel Gameiro (107) constituem os equipamentos com maior número de crianças matriculadas, refletindo as tendências demográficas e socioprofissionais do concelho, na medida em que os

encarregados de educação optam por matricular os seus educandos mais próximos do seu local de trabalho e/ou residência.

A UF da Mina de Água, Encosta do Sol e Águas Livres concentram 84% das crianças matriculadas no ensino pré-escolar que não residem no concelho (59 das 70).

As Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) eram disponibilizadas em todas estas instituições, quer antes quer depois da atividade letiva. No ano letivo de 2023/2024, as AAAF apresentavam uma adesão de 31% antes e 47% depois da componente letiva, o que se traduz num total de 601 e 919 crianças, respetivamente. Naturalmente, estes dados sublinham a importância destas atividades no contexto das famílias e numa melhor conciliação entre a vida pessoal e profissional.

Em matéria de necessidades educativas especiais/educação inclusiva, enquadradas pelo Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro e pelo Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, Educação Inclusiva, na sua redação atual), 456 alunos com medidas universais (23% das crianças matriculadas na rede pública), 130 alunos com relatórios técnico-pedagógicos (7%), 548 crianças para as quais foram mobilizadas medidas de suporte à aprendizagem e/ou inclusão (28%).

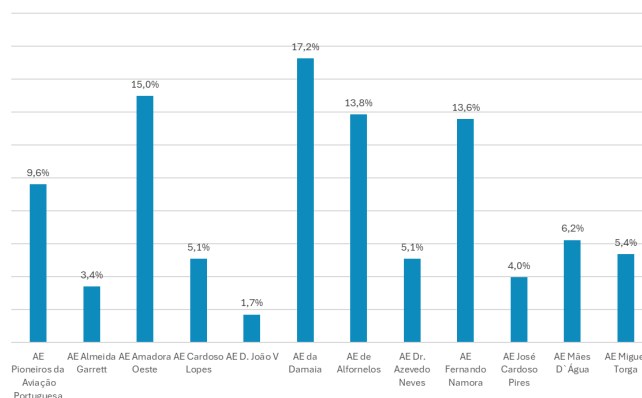
Das 1.956 crianças matriculadas nos equipamentos do pré-escolar, 354 (18%) tinham nacionalidade estrangeira.

O agrupamento de escolas da Damaia e o AE da Amadora Oeste destacam-se da média concelhia com uma percentagem de alunos de nacionalidade estrangeira de cerca de 17 e 15%, respetivamente.

No que se refere às matrículas de crianças não residentes no concelho da Amadora, trata-se de um fenómeno pouco significativo, neste nível de ensino (4%).

Os encarregados de educação preferem matricular os seus educandos em equipamentos mais próximos dos seus locais de trabalho ou em locais privilegiados nos seus trajetos quotidianos casa-emprego. Neste caso, dando preferência à proximidade de casa.

Figura 76 – Alunos matriculados de nacionalidade estrangeira, no ensino pré-escolar (%)



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

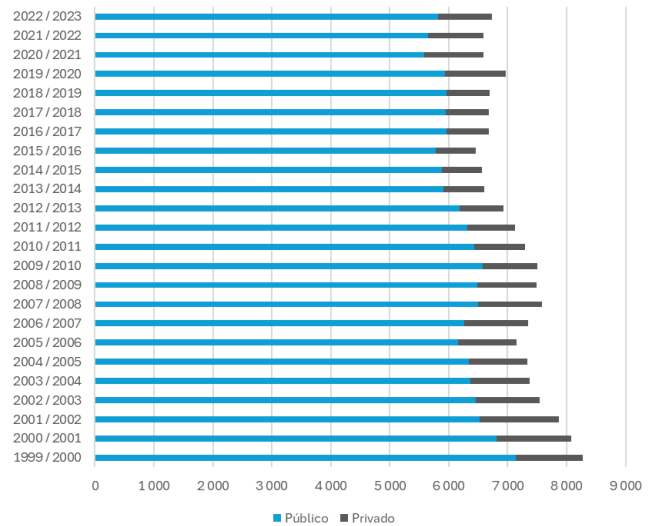
5.1.3. 1.º Ciclo do Ensino Básico

Atendendo à evolução do número de alunos do 1ºCEB, no concelho da Amadora, tem-se registado um ligeiro decréscimo na década (2012/2022). Não obstante, esta evolução tem sido distinta entre a rede pública e privada, na medida em que o decréscimo foi particularmente vincado nos equipamentos da rede pública (-5,9%), enquanto na rede privada houve um aumento de (22,1%).

Com base nos dados do ano letivo de 2023/2024 (disponibilizados pelos equipamentos, mediante inquérito próprio), registou-se um total de 5.682 matrículas na rede pública do 1ºCEB, manifestando-se uma diminuição face ao ano letivo precedente.

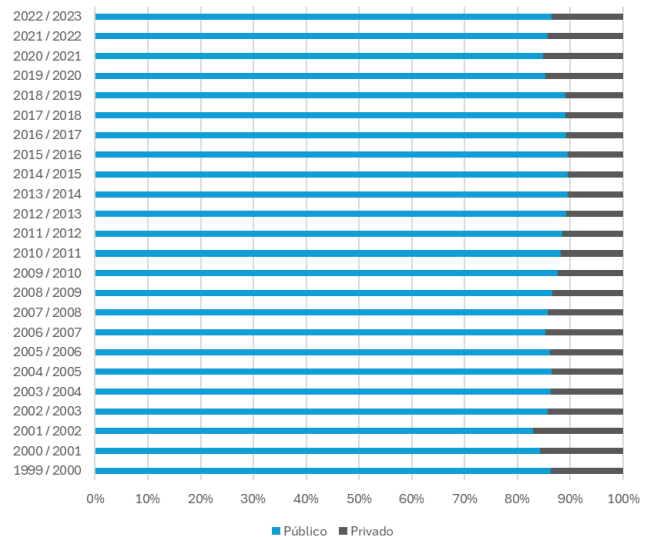
Ao nível da tipologia de oferta, embora as duas últimas décadas tenham espelhado algumas variações entre o peso dos domínios público e privado, no ano letivo de 2022/2023, a rede pública concentrava cerca de 86% das matrículas deste nível de ensino, manifestando um ligeiro decréscimo face a anos anteriores.

Figura 77 – Evolução do nº de matrículas no 1ºCEB na Amadora



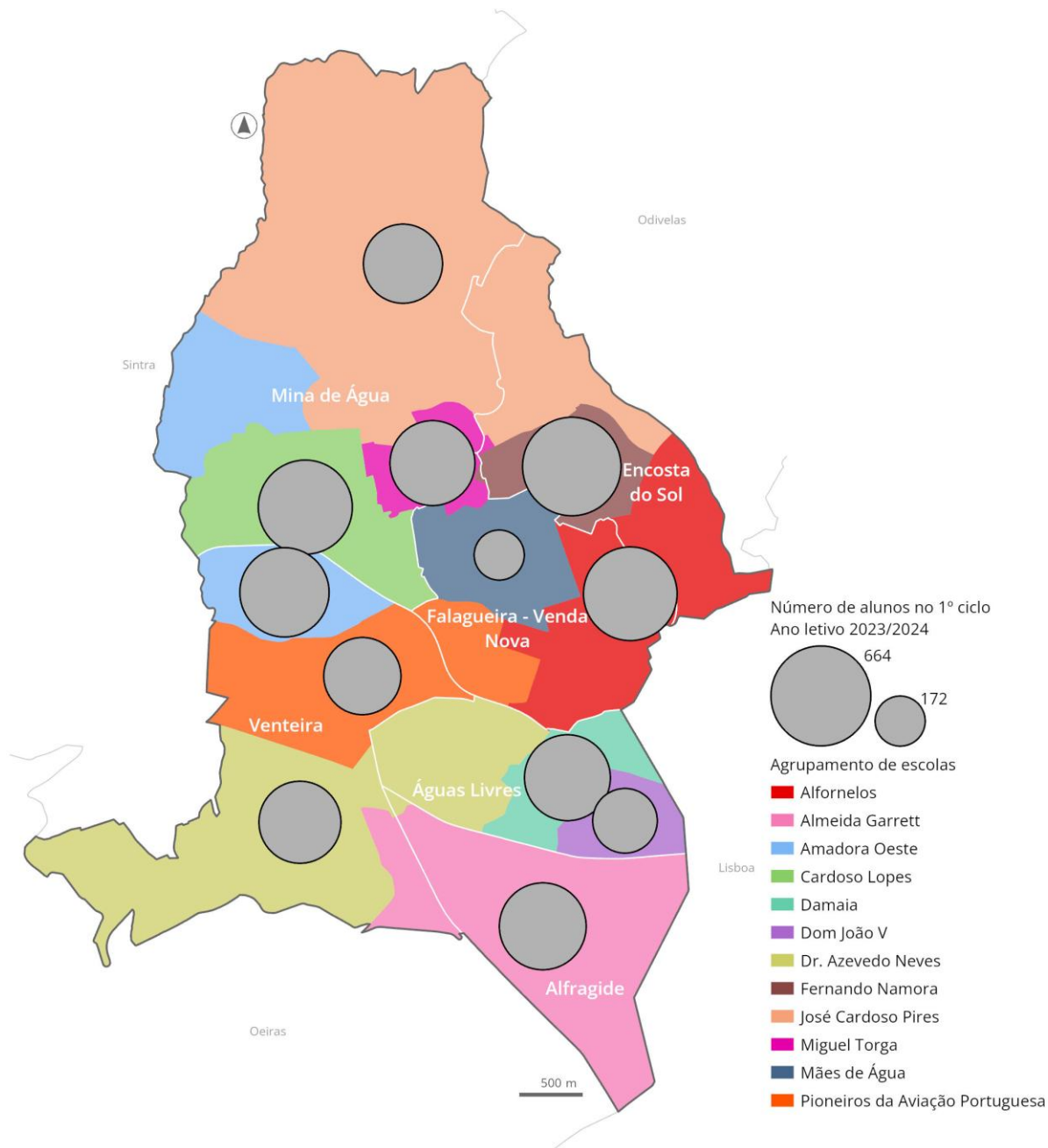
Fonte: INE

Figura 78 – Evolução do nº de matrículas no 1ºCEB na Amadora, por tipologia de oferta



Fonte: INE

Figura 79 – Nº de alunos no 1º Ciclo do Ensino Básico, por agrupamento de escolas, em 2023/2024



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM da Amadora

À semelhança do pré-escolar, a distribuição das matrículas do 1ºCEB resulta das dinâmicas demográficas e socioeconómicas destas unidades territoriais. Desta forma, a Mina de Água constitui a freguesia com o maior número de matrículas (1.519) e, no sentido oposto, a freguesia de Alfragide apresenta um número bastante mais reduzido (517).

Também relevante para esta análise são os serviços prestados pelos estabelecimentos do 1.º CEB, importa sublinhar que todos disponibilizam Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e Componente de Apoio à Família (CAF).

No ano letivo de 2023/2024, cerca de 87% dos alunos do 1ºCEB frequentavam AEC e aproximadamente 70% frequentavam a CAF. Assim, é possível compreender a importância deste serviço, por um lado, pelo enriquecimento

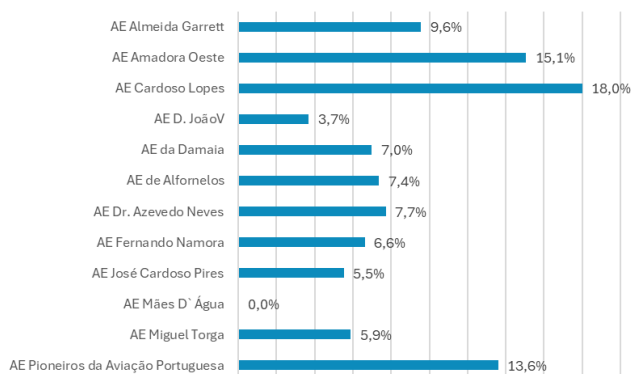
curricular dos próprios alunos, e por outro, pelo apoio disponibilizado às famílias, cujos horários laborais nem sempre são compatíveis com os horários da componente letiva.

Em matéria de necessidades educativas especiais/educação inclusiva, enquadradas pelo Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro e pelo Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, Educação Inclusiva, na sua redação atual), 1870 alunos com medidas universais (33% das crianças matriculadas na rede pública), 470 alunos com relatórios técnico-pedagógicos (8%), 2260 crianças para as quais foram mobilizadas medidas de suporte à aprendizagem e/ou inclusão (40%).

Das 5.682 matrículas, aproximadamente 4,8% (272) correspondiam a alunos residentes em outros concelhos, 35% dos quais (94) se encontravam matriculados em estabelecimento na Mina de Água.

O AE Cardoso Lopes, corresponde ao agrupamento com maior percentagem de alunos não residentes na Amadora (18%), com os dois estabelecimentos de 1º ciclo localizados nas freguesias da Mina de Água, seguindo-se os AE Amadora Oeste (15,1%) e Pioneiros da Aviação Portuguesa (13,6%), Venteira e Falagueira/Venda Nova.

Figura 80 – Taxa de alunos matriculados não residentes no concelho, no 1ºCEB

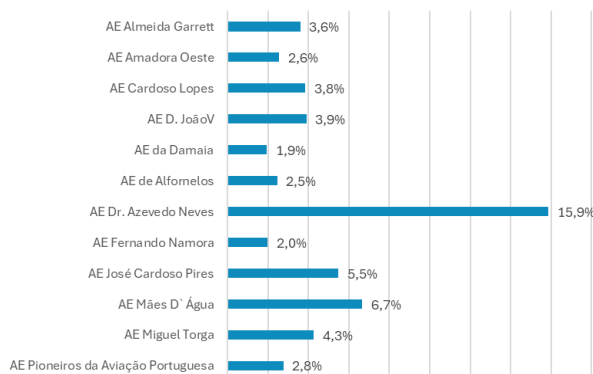


Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Amadora

Com base no inquérito próprio, os equipamentos escolares do 1ºCEB da rede pública identificaram um total de 245 retenções e 3 abandonos, no ano letivo de 2022/2023. Estes dados refletem um decréscimo face aos registados no ano precedente (266 retenções e 4 abandonos).

O número de retenções que tiveram lugar no ano letivo de 2022/2023 constituíram 4,3% do número total de matrículas, o que constitui um aspeto positivo no contexto das políticas educativas municipais, o que advém do trabalho das instituições educativas na prevenção e combate ao fenómeno do abandono escolar precoce ao nível local. Importa acrescentar que a sua distribuição é díspar, pelos vários equipamentos e agrupamentos que compõem a oferta do 1ºCEB na Amadora. No Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves a taxa

Figura 81 – Taxa de retenções, no 1ºCEB

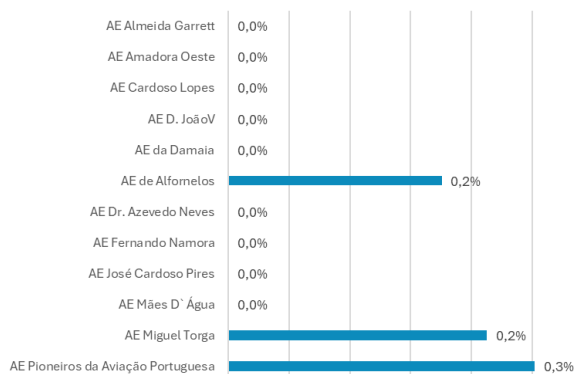


Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Amadora

de retenção (15,9%) é bastante superior à taxa global do concelho (4,6%).

Ao nível dos abandonos, o AE Pioneiros da Aviação Portuguesa tem a taxa mais elevada (0,3%), quando a média concelhia é de 0,1%.

Figura 82 – Taxa de Abandono, no 1ºCEB



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Amadora

5.1.4. 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

Tal como mencionado no capítulo da caracterização da oferta, atendendo exclusivamente à rede pública, o 2ºCEB é disponibilizado em 12 equipamentos e o 3ºCEB é disponibilizado em 13.

Existem 11 equipamentos em que 2º e 3º ciclo são disponibilizados em simultâneo, por vezes também com o ensino secundário.

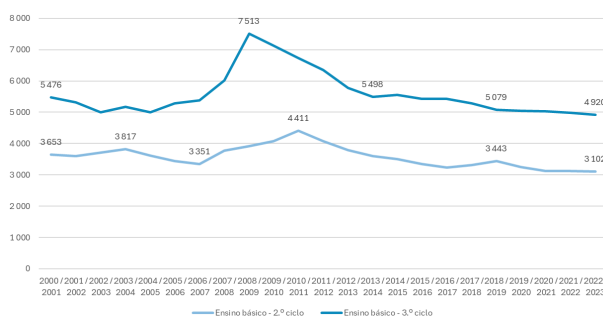
A Escola Básica D. Francisco Manuel Melo, que oferta até ao 2º ciclo (1º e 2º ciclo).

O número de crianças matriculadas nos 2º e 3ºCEB do concelho descreveu uma diminuição ao longo da última década, atingindo valores próximos aos do início do século, segundo dados do INE.

Assim, em 2022/2023, 3.102 alunos matricularam-se no 2ºCEB e 4.920 no 3ºCEB, o que traduziu numa variação negativa de 18 e 15%, respetivamente, face a 2012/2013.

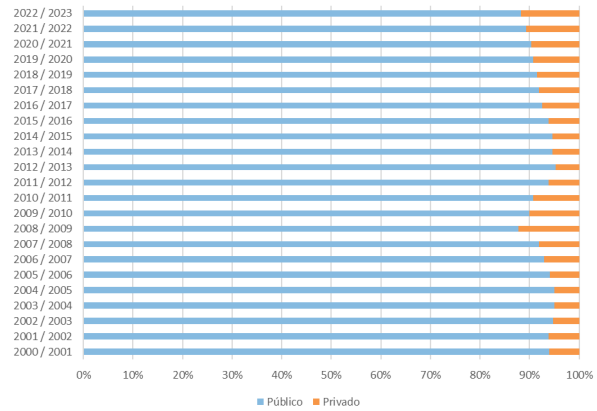
Em 2022 e 2023, o peso das matrículas no ensino privado correspondeu a 12%.

Figura 83 – Evolução do nº de matrículas no 2º e 3ºCEB na Amadora



Fonte: INE

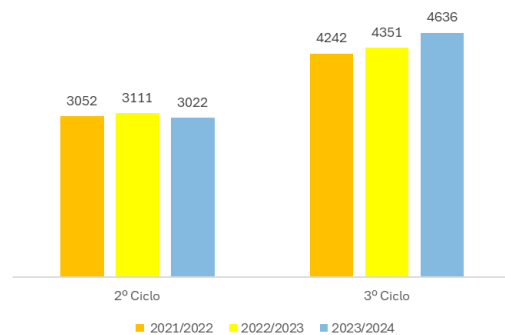
Figura 84 – Evolução do nº de matrículas no 2º e 3ºCEB na Amadora, Por Tipologia de Oferta



Fonte: INE

Uma análise da rede pública, tendo por base o questionário aos agrupamentos de escolas, confirma a tendência de ligeiro decréscimo do número de alunos no 2º ciclo do ensino básico, entre 2021/2022 e 2023/2024, enquanto no 3º ciclo o número de alunos aumentou.

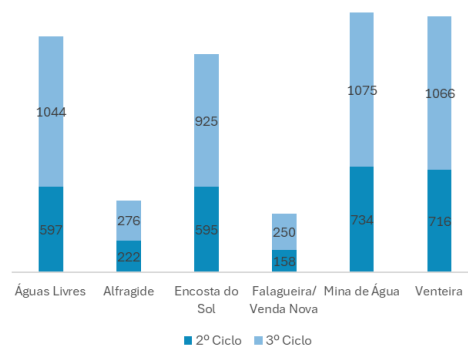
Figura 85 – Evolução do nº de matrículas no 2º e 3ºCEB na Amadora



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Amadora

Uma análise à escala da freguesia evidencia o maior peso, em número total de matrículas, das freguesias de Mina de Água (1802), Venteira (1782), Águas Livres (1641) e Encosta do Sol (1520).

Figura 86 – Nº de matrículas no 2º e 3ºCEB, por freguesia, em 2023/2024



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Amadora

Por ciclo de ensino, as freguesias da Mina de Água e Venteira mantêm-se como aquelas com maior número de alunos matriculados, com 734 e 716 no 2º ciclo, e 1075 e 1066, no 3º ciclo. Segue-se a freguesia de Águas Livres também tem um elevado número de alunos no 3º ciclo: 1044.

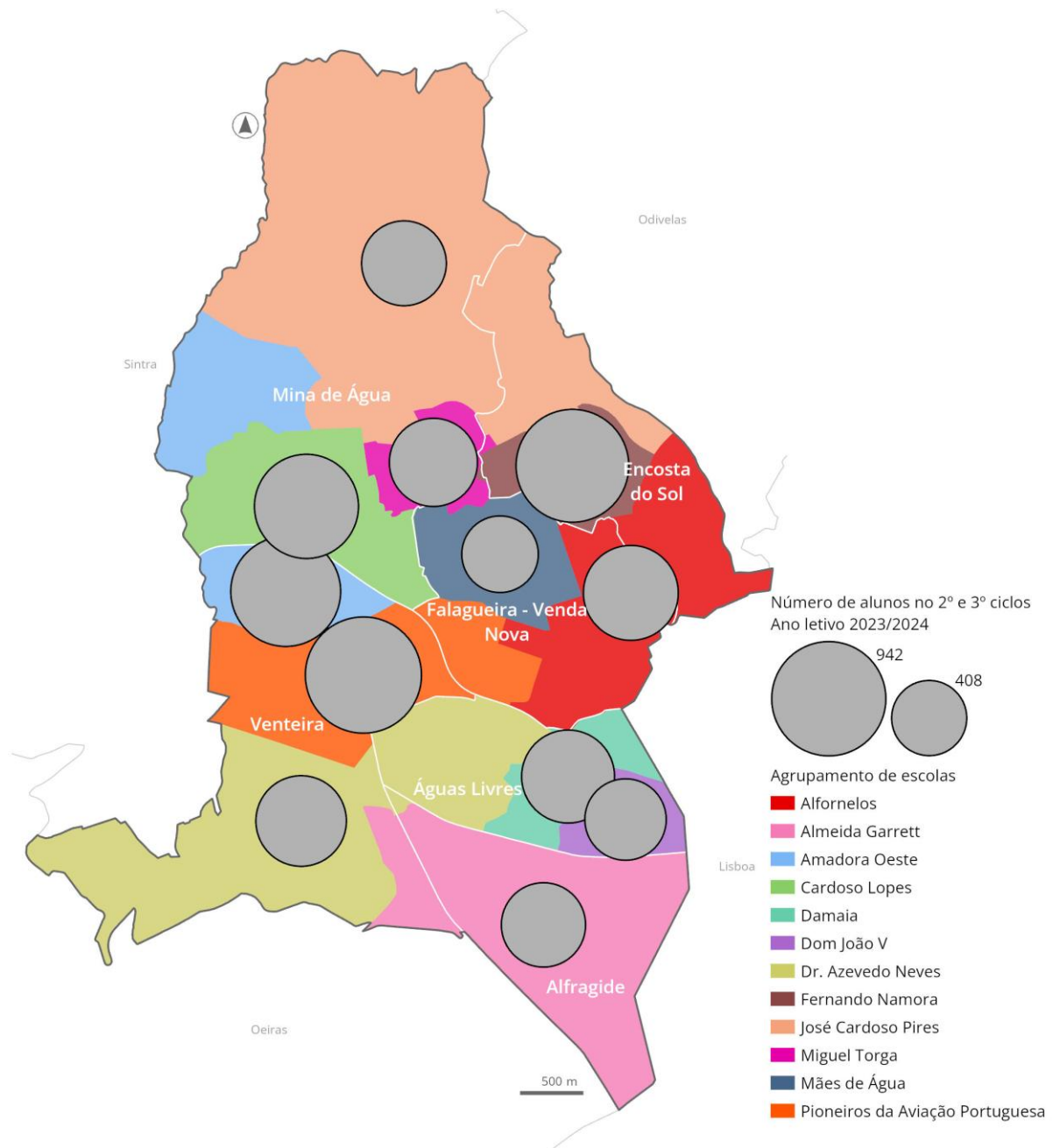
Naturalmente, este fenómeno reflete as dinâmicas demográficas e socioeconómicas concelhias.

Importa ainda sublinhar a diferença que não existem diferenças significativas entre o 2º e o 3ºCEB, na medida em que a percentagem de matriculados residentes em outro concelho é 6% e 9%²⁵, respetivamente.

Esta discrepância entre residentes e não residentes deve-se, por um lado, à distribuição da população e das atividades económicas, uma vez que alguns munícipes poderão optar por matricular os seus filhos nas escolas mais próximas dos seus locais de trabalho. E por outro, à idade dos alunos, que ao se aproximarem do ensino secundário, podem optar por se matricular em equipamentos que disponibilizem uma oferta educativa mais aproximada dos seus interesses.

²⁵ Sem considerar o AE José Cardoso Pires, para o qual não existem dados.

Figura 87 – Nº de alunos no 2º e 3º ciclos do ensino básico, por agrupamento de escolas, em 2023/2024



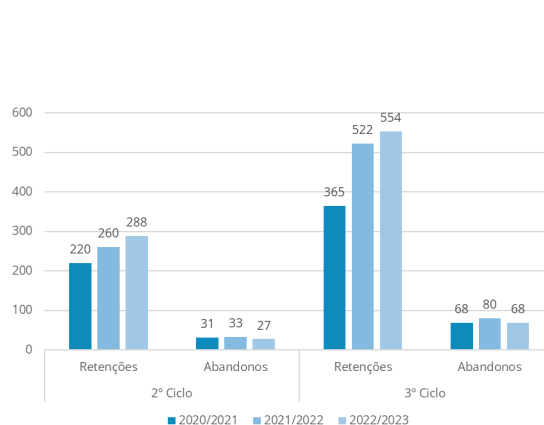
Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM da Amadora

Aos alunos destes níveis de ensino, são também disponibilizados outros serviços e atividades complementares que refletem, sobretudo, a valorização da prática de atividades extralectivas enquanto fator promotor do desenvolvimento e aprendizagem.

O facto de os serviços prestados serem também algo diversos, dentro das limitações dos equipamentos, reflete o empenho do sistema educativo em motivar e capacitar os alunos no seu desenvolvimento de conhecimentos em áreas extremamente pertinentes para o seu quotidiano, assim como o incentivo à adoção de estilos de vida mais saudáveis, através da prática desportiva.

Finalmente, atendendo ao número de retenções e abandonos, tanto o 2º, como o 3ºCEB têm descrito um aumento destas ocorrências ao longo dos últimos anos, na medida em que, no ano letivo de 2020/2021 se registaram 585 retenções e 99 abandonos e no ano letivo de 2021/2022 estes valores passaram a 782 retenções e 113 abandonos em 2022//2023 842 retenções. Neste domínio, destaque para a Escola Básica Almeida Garrett e a Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves com o maior número de retenções e abandono, em 2022/2023.

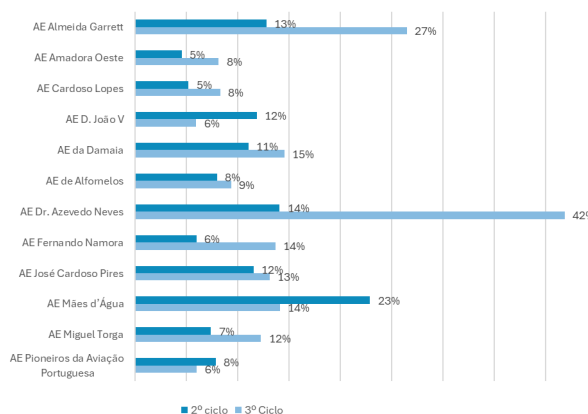
Figura 88 – N° de retenções e abandonos no 2º e 3ºCEB



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Amadora

Conforme referido, atendendo ao número de retenções e abandonos, o 2ºCEB tem descrito um aumento destas ocorrências ao longo dos últimos anos, passando de 220 retenções e 31 abandonos em 2020/2021 para as 288 retenções e 27 abandonos, no ano letivo 2022-2023. Deste modo, 8,7% dos alunos matriculados no concelho da Amadora reprovaram e 0,9% abandonaram os estudos.

Figura 89 – Taxa de retenções, no 2ºe 3º CEB



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Amadora

No que respeita à distribuição das retenções, os AE Mães d'Água e AE Dr. Azevedo Neves destacam-se pela percentagem claramente acima da média concelhia, atingindo, respetivamente, 22,9% e 14,1%.

Os abandonos existem em 4 dos 12 agrupamentos, destacando-se o AE Dr. Azevedo Neves, dado que 6,7% dos alunos matriculados no ano letivo 2022/2023 abandonaram os estudos.

À semelhança do 2ºCEB, no 3ºCEB observa-se um aumento do número de retenções e desistências, ao longo dos últimos anos, na medida em que, no ano letivo de 2020/2021 se registaram 365 retenções e 68 abandonos e no ano letivo de 2022/2023 estes valores passaram a 554 retenções e 68 abandonos. Assim, dos 4351 alunos matriculados nesse ano letivo, 12,7% ficaram retidos no mesmo ano de escolaridade e 1,6% abandonaram os estudos.

No ano letivo de 2023/2024, a percentagem de alunos matriculados residentes em outro concelho no 2º e 3º CEB foi de 6% e 9%, totalizando 160 alunos e 408 alunos respetivamente²⁶.

Ainda assim, este indicador não é transversal a todos os agrupamentos, relevando o AE Amadora Oeste, cuja percentagem de alunos matriculados não residentes no concelho atinge os 15,5% e os 20% nos dois ciclos de ensino, respetivamente. E o AE da Damaia, com 29% de alunos não residentes no 3º CEB.

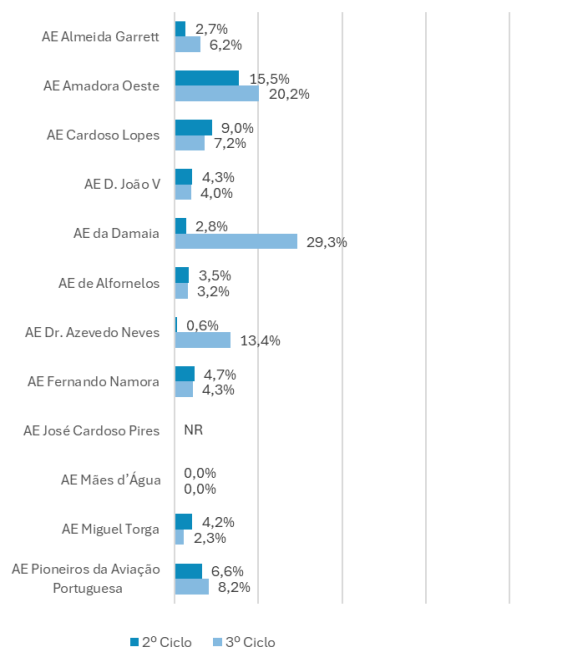
O número de alunos não residentes no concelho no 3º CEB bastante superior face ao 2º CEB.

Este fenómeno reflete a preferência dos alunos/encarregados de educação, que com o aproximar do ensino secundário, optam por se matricular em equipamentos que disponibilizam uma oferta educativa mais aproximada dos seus interesses.

O número de alunos matriculados de nacionalidade estrangeira é superior a 40% nos agrupamentos de escolas Dr. Azevedo Neves, Amadora Oeste e Alformelos, no 2º Ciclo, e nos AE Dr. Azevedo Neves e Fernando Namora, no que respeita ao 3º ciclo.

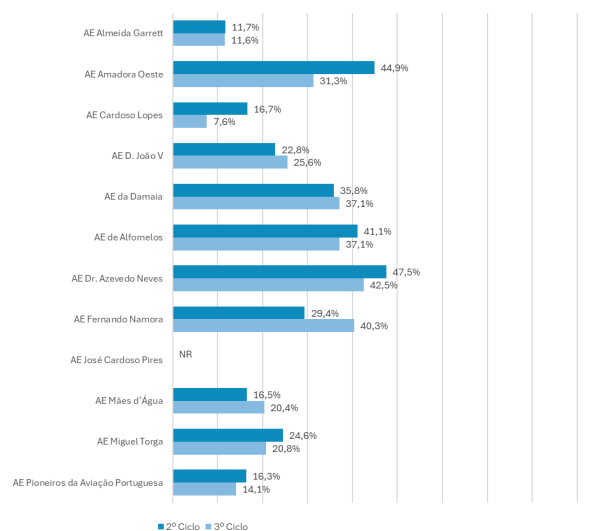
No total do concelho, os alunos de nacionalidade estrangeira no 2º e 3º CEB, 792 e 1154 alunos, que representam 28 e 27%, respetivamente do total de alunos matriculados²⁷.

Figura 90 – Taxa de alunos matriculados não residentes no concelho, no 2º e 3º B



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Amadora

Figura 91 – Taxa de alunos matriculados no 2º e 3º CEB, com nacionalidade estrangeira



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Amadora

²⁶ Sem considerar o AE José Cardoso Pires, para o qual não foi disponibilizada esta informação.

²⁷ Sem considerar o AE José Cardoso Pires, para o qual não foi disponibilizada esta informação.

5.1.5. Ensino Secundário

A evolução das matrículas nas escolas públicas e privadas ao longo dos anos letivos de 2000/2001 a 2022/2023 é diferente.

Nas escolas públicas, o número de matrículas apresenta flutuações significativas, atingindo valores mais elevados em 2008/2009 e 2009/2010, com 7.043 e 6875 alunos, respetivamente, a que não será alheio o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos. Segue-se uma queda gradual até 5.101 alunos em 2022/2023.

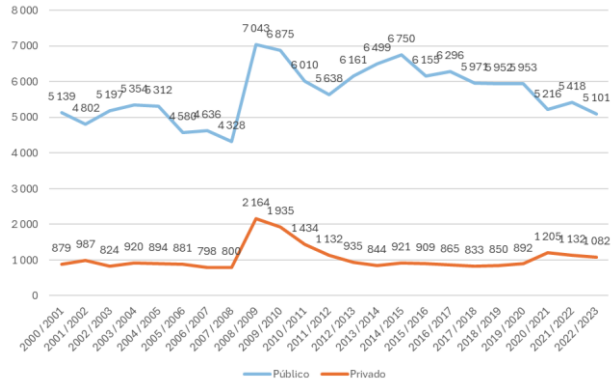
Nas escolas privadas, embora os números sejam menores, os registos mais altos ocorreram em 2008/2009, com 2.164 alunos e 2009/2010, com 1935 alunos. Fora esse período, e nos anos mais recentes, houve uma diminuição das matrículas, que nos anos mais recentes se mantiveram em torno de 1.000 alunos.

A partir de 2010, observa-se um declínio geral no número de matrículas em ambas as tipologias de oferta, sugerindo possíveis mudanças nas políticas educacionais, demográficas ou socioeconómicas.

A rede privada, em 2008/2009, representou 24% da oferta total no ensino secundário, com 2.164 matrículas.

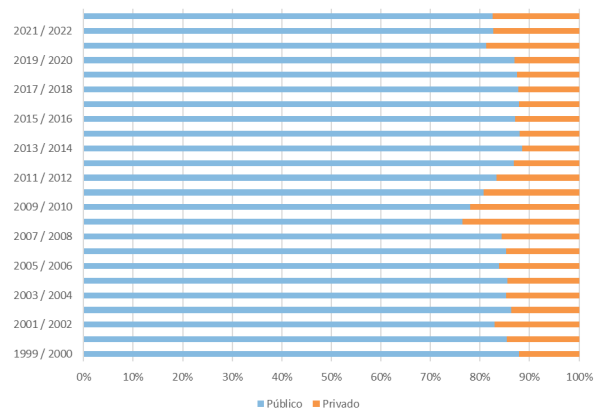
Estas dinâmicas refletem-se, naturalmente, no peso da rede privada no concelho da Amadora, concentrando cerca de 17% dos alunos matriculados no ensino secundário em 2022/2023.

Figura 92 – Evolução do nº de matrículas no ensino secundário na Amadora



Fonte: INE

Figura 93 – Evolução do nº de matrículas no ensino secundário na Amadora, por tipologia de oferta



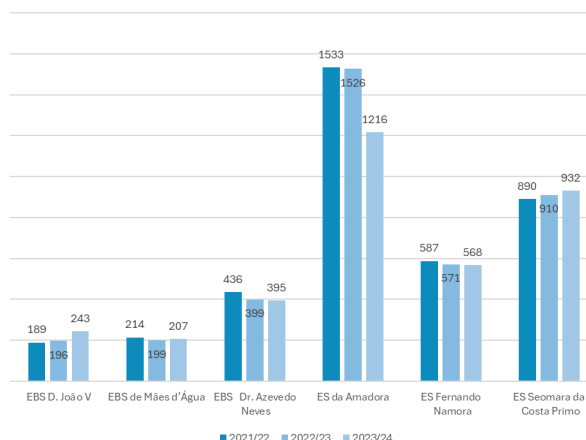
Fonte: INE

O ensino secundário público está presente em 6 agrupamentos/escolas públicas: 3 Escolas Básicas e Secundárias e 3 Escolas Secundárias.

O gráfico apresenta a evolução do número de matrículas no ensino secundário ao longo dos anos letivos de 2000/2001 a 2022/2023. Verifica-se uma diminuição de 7%, devido à quebra de alunos na ES da Amadora, nos três anos considerados viu o número de matrículas no secundário diminuir 21%.

Em 2023/2024 o número de matrículas no secundário nesta escola representava 43% do total de matrículas neste nível de ensino.

Figura 94 – Evolução do nº de matrículas no ensino secundário, por escola, na Amadora

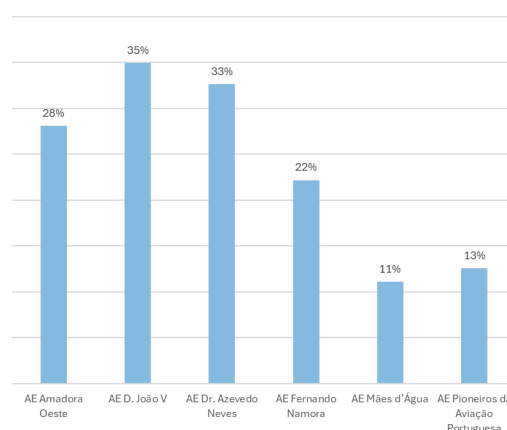


Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Amadora

Com base no inquérito realizado, em 2023/2024, 778 dos alunos matriculados no ensino secundário não residem no concelho, o que se traduz numa percentagem particularmente acentuada (22%).

Três agrupamentos/escolas situam-se acima da média concelhia, com percentagens de alunos com nacionalidade estrangeira em torno dos 30%: AE Amadora Oeste/ES Seomara da Costa Primo- 28%; AE Dr. Azevedo Neves/ES Dr. Azevedo Neves- 33%; AE D. João V/EBS D. Joao V - 35%.

Figura 95 – Alunos matriculados no ensino secundário (%), com nacionalidade estrangeira, por escola, na Amadora



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Amadora

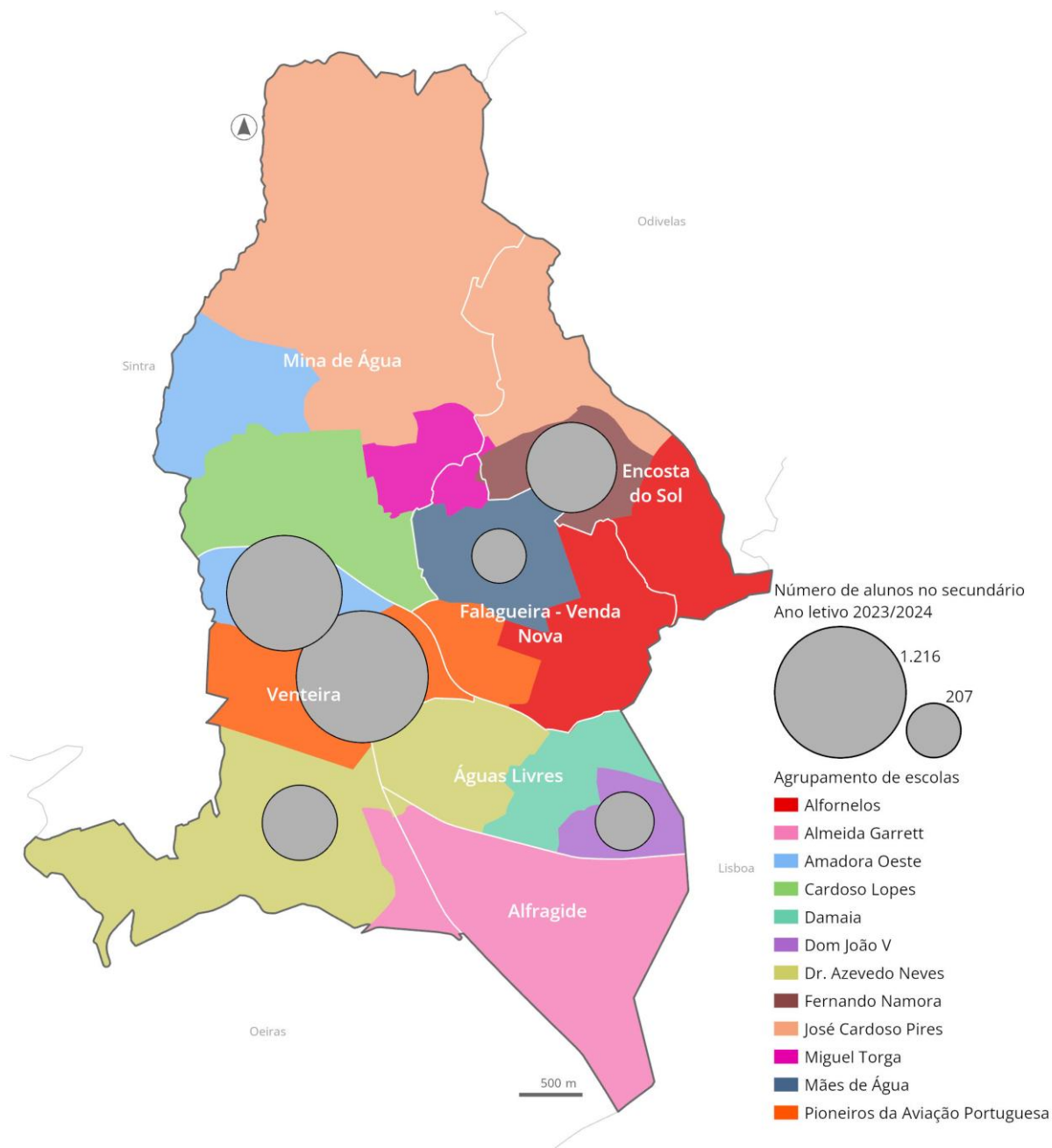
Em matéria de necessidades educativas especiais/educação inclusiva, enquadradas pelo Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro e pelo Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, Educação Inclusiva, na sua redação atual), 714 alunos com medidas universais (20% das crianças matriculadas na rede pública), 153 alunos com relatórios técnico-pedagógicos (4%), 835 crianças para as quais foram mobilizadas medidas de suporte à aprendizagem e/ou inclusão (23%).

As escolas do concelho da Amadora disponibilizavam um total de 27 cursos profissionais, distribuídos pelos seis equipamentos com ensino secundário. A escola Básica de Alfovelos inclui na sua oferta formativa, cursos EF de Jovens: Costura/modista e Operador de jardinagem (Nível de Qualificação 2), com 27 alunos distribuídos por 2 turmas em 2023/2024.

No ano letivo de 2023/2024, os equipamentos do concelho da rede pública da Amadora registaram um total de 852 alunos matriculados em cursos profissionais, destacando-se a Escola Secundária Seomara da Costa Primo e a EB e

Secundária D. João V, com 39% e 14% de alunos residentes em outros concelhos, o que reflete alguma capacidade de atração desta oferta formativa. Esta procura externa pode ser resultado da oferta de cursos profissionais existentes no concelho ir ao encontro das expetativas e interesses dos alunos.

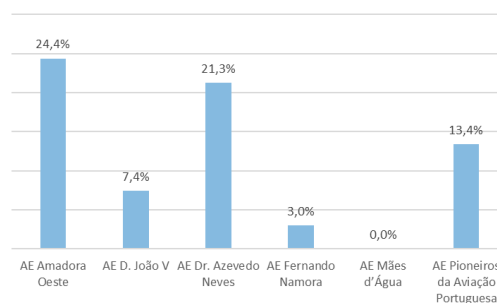
Figura 96 - Nº de alunos no ensino secundário, por agrupamento de escolas, em 2022/2023



Com base no inquérito realizado, em 2023/2024, 509 dos alunos matriculados no ensino secundário não residem no concelho, o que se traduz numa percentagem particularmente acentuada (14%).

Atendendo ao nível dos equipamentos, as Escolas Secundárias Seomara da Costa Primo (24,4%) e Dr. Azevedo Neves (21,3%) destacam-se das restantes pela percentagem de alunos não residentes no concelho manifestamente superior à média concelhia (14,3%).

Figura 97 – Taxa de alunos matriculados não residentes no concelho, no ensino secundário

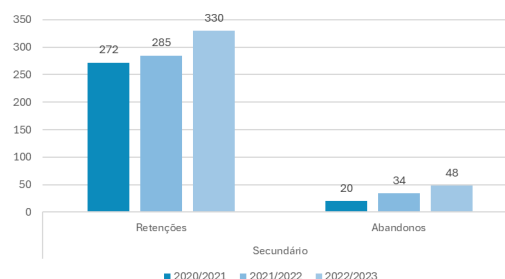


Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Amadora

Em matéria de sucesso escolar, importa destacar a evolução negativa no número de retenções e desistências registadas entre os anos letivos de 2020/2021 e 2022/2023, que aumentou de 272 retenções e 20 abandonos, para 330 retenções e 48 abandonos.

Este fenómeno reflete a incapacidade das instituições em manter os alunos na esfera educacional, não conseguindo impedi-los de terminarem o seu percurso formativo de forma precoce.

Figura 98 – Evolução do número de alunos retidos/que abandonaram, no ensino secundário



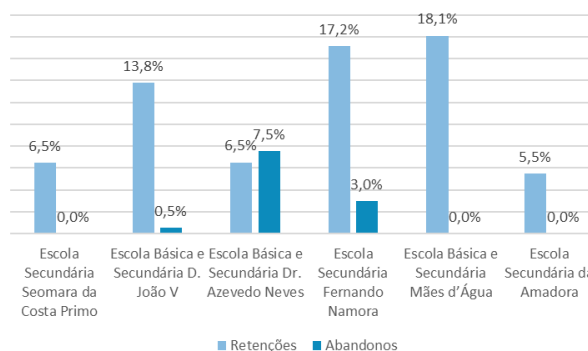
Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Amadora

Não obstante, a taxa de retenção e abandono no ensino secundário correspondeu a 8,7% e 1,3%, respetivamente.

Atendendo à taxa de retenção, destaque para as E. Sec. Mães de Água (18,12%), Fernando Namora (17,2%) e D. João V (13,8%) que apresentam valores algo acima da média concelhia.

Relativamente aos abandonos, a Escola Secundária Dr. Azevedo Neves destaca-se face às restantes, dado que 7,5% dos alunos matriculados no ano letivo de 2022/2023 abandonaram os estudos.

Figura 99 – Taxas de retenção e abandono, no ensino secundário



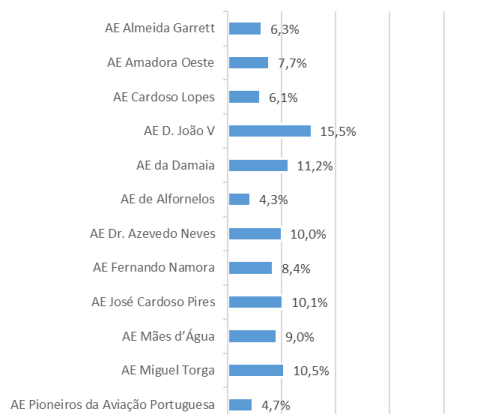
Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Amadora

5.2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

No total dos Agrupamentos de Escolas, existem 1538 alunos com NSE enquadrados na educação inclusiva, para os quais foram realizados relatórios técnico pedagógicos. No agrupamento D. João V, 15,5% dos alunos (164) têm RTP - Relatório Técnico-Pedagógico. Em valores absolutos, o AE Fernando Namora (198) e o AE Amadora Oeste (195) realizaram o maior número de RTP.

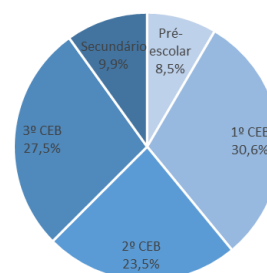
Entre os alunos com RTP, 30,6% (470) se concentram no 1º ciclo de escolaridade, 23,5% (362) no 2º ciclo e 27,5% (423) no 3º ciclo. Os ciclos com menor prevalência são o pré-escolar (8,5%) e o ensino secundário (9,9%), com 130 e 153 alunos, respetivamente.

Figura 100 – Alunos com RTP por agrupamento de escolas em 2023/2024 (%)



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Amadora

Figura 101 – Alunos com RTP por ciclo de ensino, em 2023/2024 (%)



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Amadora

5.3. ALUNOS COM NACIONALIDADE ESTRANGEIRA

O gráfico apresenta as oito principais nacionalidades estrangeiras entre os alunos no concelho da Amadora no ano letivo de 2024/2025, destacando a diversidade de origens. Os países com maior número de alunos são o Brasil, com 1501 estudantes, seguido por Cabo Verde (1056 alunos) e Angola (821 alunos). Também há presença significativa de alunos de Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Paquistão, Bangladesh e Índia. O grupo de 8 países representa 89% do total de alunos estrangeiros no concelho, enquanto em 2022/2023 representava 62% do total, havendo por isso uma tendência para uma concentração destas nacionalidades no concelho.

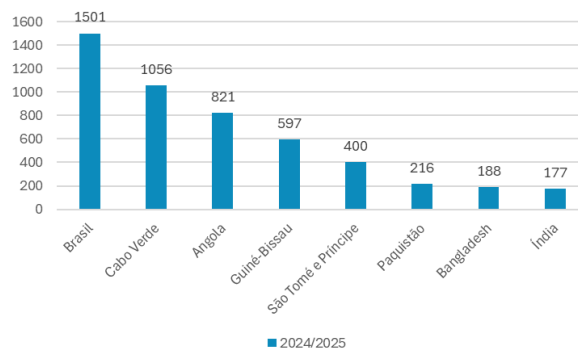
Essa informação é relevante para compreender os fluxos migratórios e o impacto da diversidade cultural na educação local. O elevado número de alunos brasileiros e cabo-verdianos pode indicar laços históricos e sociais entre essas comunidades e Portugal. Além disso, a presença de crianças oriundas do Paquistão, Bangladesh e Índia mostra os fluxos migratórios mais recentes para o nosso país.

O ranking de nacionalidades por agrupamento de escolas, mostra a distribuição de alunos estrangeiros nos diferentes AE da Amadora. Destacando-se o AE Amadora Oeste como aquele com maior diversidade cultural, embora em cada agrupamento se encontrem, no mínimo duas dezenas de nacionalidades diferentes.

A gestão de escolas com um número tão elevado de nacionalidades diferentes enfrenta desafios significativos, especialmente em termos de inclusão/integração cultural, adaptação dos currículos e da comunicação. Para superar esses desafios, muitas escolas implementam programas de tutoria, ensino bilingue e mediação intercultural.

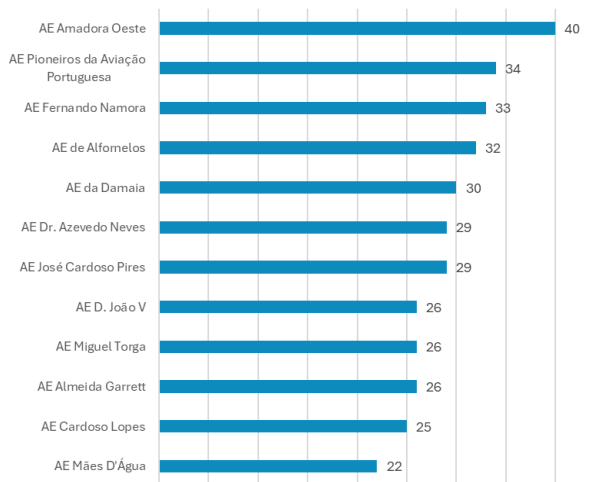
Muitos alunos podem ter um domínio limitado do português, dificultando o processo de aprendizagem e a comunicação com professores e colegas. Por outro lado, os estudantes vêm de sistemas de ensino diferentes, com conhecimentos e metodologias distintas.

Figura 102 – N.º de alunos com nacionalidade estrangeira, 8 principais nacionalidades em 2024/2025



Fonte: CMA

Figura 103 – N.º de nacionalidade estrangeiras, por agrupamento de escolas em 2024/2025



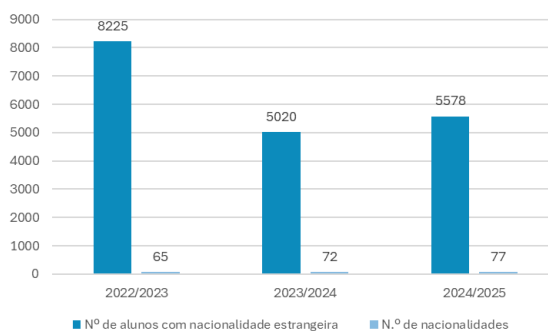
Fonte: CMA

É necessário garantir um ambiente escolar inclusivo e respeitoso para estudantes de diferentes origens o que exige iniciativas de integração, como atividades multiculturais, celebração de datas importantes e combate à discriminação.

O número de nacionalidades tem aumentado significativamente, sendo que nas escolas do concelho são identificadas 77 nacionalidades diferentes.

O número de alunos estrangeiros diminuiu, embora as nacionalidades Brasileira e Cabo Verdiana continuem a reforçar a sua presença.

Figura 104 – Evolução do número de alunos com nacionalidade estrangeiras, e do nº de nacionalidade, entre 2022/2023 e 2024/2025, nas escolas públicas da Amadora



Fonte: CMA

(página propositadamente deixada em branco)

6. REDE PRIVADA E SOLIDÁRIA

6.1. ANÁLISE SUPOSTADA NAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS

De acordo com a Carta Social do MTSS, a rede privada e solidária de educação pré-escolar do concelho é composta por 43 equipamentos. Desses, três freguesias — Águas Livres, Alfragide e Mina de Água — concentram o maior número, com 10 equipamentos cada. No total, esta rede tem capacidade para acolher 2.626 crianças, estando atualmente 2.332 inscritas. Estes números superam os da rede pública, que dispõe de capacidade para 2.187 crianças, com 1.916 efetivamente inscritas.

Quadro 35 – Equipamentos de ensino pré-escolar da rede privada e solidária

Freguesias	Equipamentos	Capacidade		Utentes		Taxa de ocupação
	N.º	N.º	%	N.º	%	%
Águas Livres	10	573	21,8	528	22,6	92,1
Alfragide	10	761	29,0	664	28,5	87,3
Encosta do Sol	6	524	20,0	473	20,3	90,3
Falagueira-Venda Nova	4	215	8,2	197	8,4	91,6
Mina de Água	10	464	17,7	382	16,4	82,3
Venteira	3	89	3,4	88	3,8	98,9
Total	43	2.626	100,0	2.332	100,0	88,8

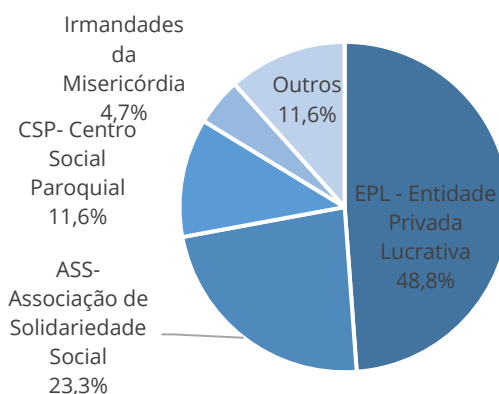
Fonte: Carta Social MTSS (abril 2025)

A freguesia de Alfragide apresenta a maior capacidade na oferta de educação pré-escolar da rede privada e solidária, com 761 vagas, correspondentes a 29% do total. É também nesta freguesia que se regista o maior número de crianças matriculadas: 664, o que representa 28,5% do total. Seguem-se, em termos de capacidade e inscrições, as freguesias de Águas Livres e Encosta do Sol.

As taxas de ocupação mantêm-se sempre acima dos 82% em todas as freguesias, com uma média geral de 89%, o que evidencia uma possível limitação para responder a um eventual aumento da procura.

A maioria dos estabelecimentos de educação pré-escolar privados é gerida por entidades com fins lucrativos (49%), seguindo-se as Associações de Solidariedade Social e os Centros Sociais Paroquiais.

Figura 105 – Estabelecimentos de ensino pré-escolar da rede privada e solidária segundo a tipologia de entidade gestora



Fonte: Carta Social (2025)

De acordo com o INE, no ano letivo de 2022/2023, 47 dos 97 estabelecimentos de ensino não superior existentes na Amadora eram de gestão privada, representando 48% do total. Entre estes, 32 oferecem educação pré-escolar, 11 o ensino básico, 2 combinam ensino básico e secundário, e 2 são escolas profissionais.

No mesmo ano, os estabelecimentos de ensino privados contabilizavam um total de 5.315 alunos, distribuídos da seguinte forma: 2.252 no pré-escolar, 916 no 1.º ciclo, 452 no 2.º ciclo, 613 no 3.º ciclo e 1.082 no ensino secundário.

A rede privada assume maior expressão no pré-escolar, tanto no número de equipamentos (49% do total) como na proporção de alunos (42%).

6.2. ANÁLISE SUPORTADA NO PROCESSO DE INQUIRIÇÃO

Em 2024, foi realizado um inquérito dirigido às entidades da rede privada e solidária com oferta educativa, tendo-se obtido nove respostas de instituições com ensino pré-escolar e apenas uma resposta de uma entidade com oferta nos 1.º e 2.º ciclos.

No ano letivo de 2023/2024, os estabelecimentos inquiridos contabilizavam um total de 930 alunos, distribuídos da seguinte forma: 472 no pré-escolar, 210 no 1.º ciclo, 109 no 2.º ciclo e 139 no 3.º ciclo. A Escola Luís Madureira, pertencente à rede solidária, é a única a oferecer os quatro níveis de ensino (pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos), contando com um total de 577 alunos nesse ano letivo.

Seguem-se, de forma resumida, algumas das principais características dos equipamentos de ensino pré-escolar inquiridos. O número de crianças inscritas manteve-se estável ao longo dos três anos letivos analisados, com 472 crianças matriculadas em 2023/2024 nos nove estabelecimentos que responderam. O número de alunos com Relatório Técnico Pedagógico corresponde a 3% do total.

Quadro 36 – Evolução da procura nos Equipamentos do Pré-Escolar da rede privada e solidária

Designação do Estabelecimento de Educação	2021/2022	2022/2023	2023/2024	Alunos com Relatórios técnico pedagógicos (n.º) 2023/2024	Salas/ Salas ocupadas com turma (n.º) 2023/2024
Associação de Cultura e Desporto da Brandoa (ABCD)	50	48	49	2	2/2
Centro Educacional e Comunitário Roda Viva	45	45	44	5	2/2
Colégio Moinho de Sonho	68	63	68	2	4/3
Escola Luis Madureira	142	144	144	2	9/6
Externato O Viveirinho	75	75	75	0	3/3
Fraldinhas e Travessuras	23	23	18	0	4/4
Fundação AFID Diferença	25	25	25	1	1/1
Jardim de Infância Casal dos Sonhos	40	38	35	1	2/2
Pequenos Sorrisos	13	14	14	1	1/1
Total	481	475	472	14	28/24

Fonte: Inquérito próprio

De modo geral, as instalações dos equipamentos inquiridos apresentam um bom estado de conservação. As exceções são o pré-escolar da AFID, com avaliação deficiente, a Associação de Cultura e Desporto da Brandoa e o Jardim de Infância Casal dos Sonhos, ambos classificados com um estado de conservação razoável.

Importa ainda salientar, pela positiva, a adoção de medidas específicas para o aumento da eficiência energética por parte destes estabelecimentos, como a instalação de painéis solares, bem como a implementação de sistemas de sensorização, monitorização em tempo real e automatização.

Quadro 37 – Estado de conservação nos Equipamentos do Pré-Escolar da rede privada e solidária

Designação do Estabelecimento de Educação	Estado de conservação geral		Consumo energético	
	Edifícios	Espaços exteriores	Evolução nos últimos 3 anos	Adoção de medidas específicas de aumento da eficiência energética
Associação de Cultura e Desporto da Brandoa (ABCD)	Razoável	Razoável	Neutra (Manutenção do consumo)	
Centro Educacional e Comunitário Roda Viva	Bom	Excelente	Positiva (Redução do consumo)	Mudança da cobertura em + de 60m2 para painéis sandwich com lâ de rocha entre o teto falso.
Colégio Moinho de Sonho	Excelente	Excelente	Positiva (Redução do consumo)	Substituição de equipamento, cofinanciado pelo PER
Escola Luís Madureira	Excelente	Bom	Neutra (Manutenção do consumo)	Painéis Solares
Externato O Viveirinho	Bom	Bom	Positiva (Redução do consumo)	Aquisição de aparelhos classe A+
Fraldinhas e Travessuras	Excelente	Bom	Neutra (Manutenção do consumo)	Painéis Solares
Fundação AFID Diferença	Deficiente	Deficiente	Positiva (Redução do consumo)	
Jardim de Infância Casal dos Sonhos	Razoável	NS/NR	Neutra (Manutenção do consumo)	
Pequenos Sorrisos	Excelente	Excelente	Positiva (Redução do consumo)	Sensorização, monitorização em tempo real e automatização

Fonte: Inquérito próprio

No que se refere ao 1º ciclo, os dois estabelecimentos inquiridos tinham um total de 210 crianças matriculadas em 2023/24, menos 6 do que em 2021/22.

Quadro 38 – Evolução da procura nos Equipamentos do 1º ciclo da rede privada e solidária

Designação do Estabelecimento de Educação	2021/2022	2022/2023	2023/2024	Alunos com Relatórios técnico pedagógicos (n.º) 2023/2024	Salas/Salas ocupadas com turma (n.º)
Escola Luís Madureira	185	185	185	3	8/8
Externato O Viveirinho	31	28	25	0	2/1
Total	216	213	210	3	10/9

Fonte: Inquérito próprio

As instalações apresentadas foram classificadas pelas entidades gestoras com um estado de conservação “bom” (Escola Luís Madureira) e “excelente” no caso do Externato o Viveirinho.

Quadro 39 – Estado de conservação nos Equipamentos do 1º ciclo da rede privada e solidária

Designação do Estabelecimento de Educação	Estado de conservação geral		Consumo energético	
	Edifícios	Espaços exteriores	Edifícios	Adoção de medidas específicas de aumento da eficiência energética
Escola Luís Madureira	Bom	Bom	Positiva (redução do consumo)	Colocação de painéis solares.
Externato O Viveirinho	Excelente	Bom	Positiva (redução do consumo)	Não

Fonte: Inquérito próprio

A escola Luís Madureira tem 248 crianças matriculadas no conjunto do 2º e 3º ciclos, 4,8% com necessidade de Relatório Técnico Pedagógico. Esta escola não apresenta constrangimentos ao nível do estado de conservação dos equipamentos.

Quadro 40 – Evolução da procura nos Equipamentos do 2º e 3º ciclos da rede privada e solidária

Designação do Estabelecimento de Educação	2021/2022	2022/2023	2023/2024	Alunos com Relatórios técnico pedagógicos (n.º) 2023/2024	Salas/Salas ocupadas com turma (n.º)
Escola Luís Madureira (2º Ciclo)	104	108	109	4	10/10
Escola Luís Madureira (3º Ciclo)	142	140	139	8	
Total	246	248	248	12	10/10

Fonte: Inquérito próprio

Quadro 41 – Estado de conservação nos Equipamentos do 2º e 3º ciclos da rede privada e solidária

Designação do Estabelecimento de Educação	Estado de conservação geral		Consumo energético	
	Edifícios	Espaços exteriores	Edifícios	Adoção de medidas específicas de aumento da eficiência energética
Escola Luís Madureira	Bom	Bom	Positiva (redução do consumo)	Painéis fotovoltaicos

Fonte: Inquérito próprio

(página propositadamente deixada em branco)

7. OUTROS ESTABELECIMENTOS

7.1. ENSINO SUPERIOR

A oferta de ensino superior no concelho da Amadora inclui duas instituições: a Escola Superior de Teatro e Cinema (ESTC), instituição de ensino superior politécnico, e a Academia Militar.

Nos anos letivos de 2021/2022 e 2022/2023, a ESTC formou um total de 99 alunos. No ano letivo de 2023/2024, estavam inscritos 210 estudantes em todos os anos curriculares, incluindo alunos em mobilidade internacional de crédito (incoming).

A Academia Militar, também sediada na Amadora, é uma instituição de ensino superior público universitário militar e policial. Tem como missão formar oficiais para os quadros permanentes do Exército e da Guarda Nacional Republicana (GNR), preparando-os para o exercício das funções estatutárias previstas, o cumprimento das missões atribuídas a estas forças, e o desenvolvimento de competências de liderança para cargos de comando, direção e chefia.

(página propositadamente deixada em branco)

8. PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO ESCOLAR (PROCURA POTENCIAL)

8.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Segundo o Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro, nomeadamente no que concerne aos objetivos, a Carta Educativa visa promover a adequação da rede de estabelecimentos, de modo que, em cada momento, as ofertas educativas respondam à procura efetiva que se manifeste em cada um dos níveis de ensino. Neste quadro, a melhor utilização dos recursos educativos só poderá ser efetivamente concretizada se, no início de cada ano letivo, a oferta conseguir dar uma resposta adequada às necessidades da procura.

Com base na interpretação da evolução demográfica recente e das tendências de urbanização local é possível desenvolver algumas conclusões sobre tendências e impactes da demografia na evolução da procura educativa no Concelho da Amadora. Acresce que, em qualquer processo de planeamento municipal, a componente demográfica deverá ser destacada, na medida em que se assume como um dos pilares de sustentação e vertebração do desenvolvimento territorial, geradora de fluxos espaciais e de novas necessidades e conceitos, cujos impactes se refletem na organização e modelação do espaço, nomeadamente no que concerne à programação de equipamentos e infraestruturas.

Torna-se assim evidente a necessidade de prospetivar os quantitativos populacionais futuros para se identificarem, atempadamente, algumas carências e problemas que daí advenham, nomeadamente na programação de equipamentos escolares, para satisfazer as necessidades dos habitantes que previsivelmente se virão instalar no concelho num futuro próximo e/ou para colmatar/resolver as necessidades já sentidas pelas populações atualmente. O modelo a adotar na Carta Educativa destina-se a esse fim, pois consegue estimar a estrutura etária da população, em momentos posteriores.

Deste modo, foram realizadas projeções demográficas para 2031 e 2035, utilizando o modelo cohort survival aberto.

O modelo cohort survival aberto corresponde a um modelo que se baseia na capacidade de sobrevivência de um grupo de indivíduos que sofre o mesmo tipo de acontecimentos demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. Existem dois pressupostos de base, no modelo: i) a existência de um grupo etário e um período de projeção, sendo que este deve corresponder à amplitude do primeiro; ii) a probabilidade que um grupo etário tem, num dado momento, de sobreviver e passar a constituir o grupo etário seguinte, num momento posterior. Aqui está subjacente uma equação de concordância onde a população final é igual à população inicial, a que se adicionam os nascimentos e as imigrações, e se subtraem os óbitos e as emigrações (traduz o efeito do crescimento natural e da variação migratória, na evolução da população, durante um determinado período).

Nesta projeção, especialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2011 - 2021, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2021-2031 e 2021-2035. Dadas as características do concelho, localizado num território dinâmico, competitivo e atrativo (a Área Metropolitana de Lisboa), originando que as freguesias estejam em permanente mutação, no que se refere ao seu modelo de desenvolvimento e ocupação do território, bem como da atual política de desenvolvimento territorial preconizada no âmbito da Revisão do PDM da Amadora, as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos (tendencial e voluntarista moderado). Com base nestes dados de projeção demográfica, construíram-se dois cenários prospetivos de procura educativa por nível de ensino, nomeadamente no que se refere à Rede Pública.

8.2. CENARIZAÇÃO DEMOGRÁFICA (2031 E 2035)

Num primeiro momento, foram realizadas projeções demográficas para 2031 e 2035, utilizando o modelo *cohort survival*. Nesta projeção, espacialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2011 - 2021, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2021-2031 e para 2021-2035. Dadas as características do concelho, o impacto previsível gerado pela crise pandémica, e o timing de realização (já distante do último Recenseamento Geral da População de 2021), as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram, numa fase posterior, desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos.

A aplicação do modelo, com o objetivo de prospetivar a população residente no concelho, no ano de 2031 e 2035, a partir da evolução demográfica patenteada durante a década 2010, processou-se a vários níveis: estrutura etária, taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade, e saldo migratório.

O primeiro passo metodológico centrou-se na recolha estatística das variáveis necessárias:

- População residente para todas as freguesias do concelho, por grupo etário, em 2011 e em 2021;
- Nados-vivos por grupos etários das mães (grupos etários decenais férteis: dos 10 aos 59 anos), para todas as freguesias, entre 2011 e 2020;
- Óbitos, por grupo etário, para todos os anos entre 2011 e 2020;
- Óbitos com menos de 1 anos entre 2011 e 2020;
- Taxa de mortalidade infantil média do último quinquénio;
- Taxa de natalidade e mortalidade para as freguesias, o concelho, a Área Metropolitana de Lisboa e o Continente, em 2011 e 2021;
- Taxa de crescimento migratório para o Continente e a Área Metropolitana de Lisboa, entre 2010 e 2021.

Com a população residente em 2011, com o saldo fisiológico (crescimento natural) durante o período 2011-2020 e com a população recenseada em 2021, foi encontrado o saldo migratório (à população recenseada em 2021 subtraiu-se o saldo fisiológico) e a respetiva taxa.

Elaboraram-se, depois, as taxas de natalidade específicas ((nados-vivos por grupo etário / população residente por grupo etário)*Taxa de sobrevivência infantil) e as taxas de sobrevivência associadas a cada grupo etário (1-(óbitos por grupo etário/ população residente média do grupo etário na década)). Para se encontrarem as taxas de sobrevivência a aplicar na década de projeção, consideraram-se os nados-vivos registados ao longo da década de 2010. As taxas de natalidade específicas que foram consideradas para o período em projeção foram as registadas em 2021, aplicando-se, depois, a probabilidade de sobrevivência (1- taxa mortalidade infantil). Esta operação permite quantificar o número de nados-vivos que sobrevivem, sendo importante pelo facto de neste período da vida a mortalidade ser relativamente elevada.

As taxas de migração utilizadas foram as obtidas na década anterior, mas aplicadas à população residente em 2021, pois considerou-se que a tendência se iria manter (partiu-se do pressuposto de que na década seguinte – 2021/2031 -, o saldo migratório iria ser semelhante, sendo por isso aplicado este saldo à população de 2021).

Para projetar a população do primeiro escalão (0 - 9 anos), multiplicaram-se os produtos das taxas de natalidade específicas, pela população residente no grupo etário respetivo, em 2021. Os escalões etários seguintes, correspondem ao produto da população residente em 2021, pelas taxas de sobrevivência e de migração, dos grupos etários anteriores. Para o último escalão, a operação tem a mesma lógica, mas entra-se em linha de conta com os grupos etários anterior (60 - 69 anos) e o último (70 e mais anos) que engloba o resto da população, dado que é um grupo etário aberto. Posteriormente, foi necessário reequacionar e readaptar o exercício, criando-se um cenário alternativo, em função da dinâmica social observada nos últimos 4 anos (pós-censos), nomeadamente em termos de fixação de população migrante, e das perspetivas que existem à data relativamente aos postos de trabalho a criar no curto prazo (a concretização de algumas intensões de investimento existentes/em curso nos próximos 5 anos), com impacte direto na fixação de novos residentes no concelho, sobretudo casais em idade fértil e/ou com filhos menores.

Quadro 42 – Situação demográfica do concelho e Freguesias, em 2021 (estrato etário)

2021	Águas Livres	Alfragide	Encosta do Sol	Falagueira-Venda Nova	Mina de Água	Venteira	Amadora (Concelho)
0-9 anos	3566	1555	2583	1629	4431	2244	16008
10-19 anos	3373	2045	2868	1839	4489	2170	16784
20-29 anos	4560	1974	3493	2665	4898	3083	20673
30-39 anos	5334	1875	3543	2560	6143	3775	23230
40-49 anos	5326	2572	3776	2740	6698	3720	24832
50-59 anos	4336	2589	3419	2618	5433	3058	21453
60-69 anos	4310	2049	3448	2407	5095	2833	20142
70 e + anos	6802	2178	3963	4330	5774	5285	28332
Total	37607	16837	27093	20788	42961	26168	171454

Quadro 43 – Evolução demográfica do concelho, por estrato etário, cenário tendencial 2031

Cenário Tendencial 2031	Águas Livres	Alfragide	Encosta do Sol	Falagueira-Venda Nova	Mina de Água	Venteira	Amadora (Concelho)
0-9 anos	3595	1563	2596	1631	4453	2264	16101
10-19 anos	3596	1955	2683	1809	4491	2274	16808
20-29 anos	3786	2053	2879	1846	4507	2679	17751
30-39 anos	4596	1990	3496	2386	4937	3308	20714
40-49 anos	5403	1699	3589	2593	6223	3824	23332
50-59 anos	5337	2277	3284	2345	6211	3727	23181
60-69 anos	4340	2289	3022	2421	5438	3061	20572
70 e + anos	7223	2959	4447	4716	5978	5683	31005
Total	37876	16785	25997	19747	42239	26820	169463

Quadro 44 - Evolução demográfica do concelho, por estrato etário, cenário tendencial 2035

Cenário Tendencial 2035	Águas Livres	Alfragide	Encosta do Sol	Falagueira-Venda Nova	Mina de Água	Venteira	Amadora (Concelho)
0-9 anos	3609	1567	2602	1631	4464	2274	16148
10-19 anos	3708	1910	2591	1794	4492	2326	16820
20-29 anos	3399	2093	2573	1437	4311	2477	16290
30-39 anos	4228	2047	3473	2299	4334	3075	19456
40-49 anos	5442	1263	3496	2520	5985	3876	22581
50-59 anos	5837	2121	3217	2209	6600	4062	24045
60-69 anos	4356	2409	2809	2428	5610	3175	20787
70 e + anos	7433	3349	4688	4909	6080	5881	32341
Total	38011	16758	25448	19227	41877	27147	168468

Quadro 45 - Evolução demográfica do concelho, por estrato etário, cenário expansionista 2031

Cenário Expansionista 2031	Águas Livres	Alfragide	Encosta do Sol	Falagueira-Venda Nova	Mina de Água	Venteira	Amadora (Concelho)
0-9 anos	3638	1602	2622	1640	4515	2298	16315
10-19 anos	3639	2004	2710	1820	4554	2308	17035
20-29 anos	3831	2105	2908	1857	4570	2719	17991
30-39 anos	4652	2049	3531	2400	5006	3374	21013
40-49 anos	5468	1750	3625	2609	6310	4283	24045
50-59 anos	5401	2334	3317	2359	6298	3783	23492
60-69 anos	4392	2346	3052	2436	5515	3107	20848
70 e + anos	7309	3033	4491	4744	6062	5768	31407
Total	38331	17223	26257	19866	42830	27641	172146

Quadro 46 - Evolução demográfica do concelho, por estrato etário, cenário expansionista 2035

Cenário Expansionista 2035	Águas Livres	Alfragide	Encosta do Sol	Falagueira-Venda Nova	Mina de Água	Venteira	Amadora (Concelho)
0-9 anos	3673	1625	2641	1743	4558	2325	16566
10-19 anos	3772	1983	2631	1910	4586	2377	17259
20-29 anos	3527	2230	2676	1629	4466	2597	17125
30-39 anos	4370	2197	3586	2503	4498	3234	20387
40-49 anos	5539	1339	3549	2828	6116	4564	23936
50-59 anos	5933	2206	3266	2511	6730	4146	24793
60-69 anos	4434	2495	2854	2550	5724	3244	21301
70 e + anos	7563	3460	4755	5051	6205	6009	33045
Total	38812	17536	25958	20725	42884	28497	174412

Quadro 47 - Evolução demográfica do concelho (n.º e %), 2031 e 2035 (A - cenário tendencial e B - cenário expansionista moderado)

Freguesia/ Concelho	2021	2031				2035			
		2031 (A)	2031 (B)	(A) variação 2021/2031	(B) variação 2021/2031	2035 (A)	2035 (B)	(A) variação 2021/2035	(B) variação 2021/2035
Águas Livres	37607	37876	38331	0,7	1,9	38011	38812	1,1	3,2
Alfragide	16837	16785	17223	-0,3	2,3	16758	17536	-0,5	4,1
Encosta do Sol	27093	25997	26257	-4,0	-3,1	25448	25958	-6,1	-4,2
Falagueira-Venda Nova	20788	19747	19866	-5,0	-4,4	19227	20725	-7,5	-0,3

Freguesia/ Concelho	2021	2031				2035			
		2031 (A)	2031 (B)	(A) variação 2021/2031	(B) variação 2021/2031	2035 (A)	2035 (B)	(A) variação 2021/2035	(B) variação 2021/2035
Mina de Água	42961	42239	42830	-1,7	-0,3	41877	42884	-2,5	-0,2
Venteira	26168	26820	27641	2,5	5,6	27147	28497	3,7	8,9
Concelho	171454	169463	172146	-1,2	0,4	168468	174413	-1,7	1,7

Fonte: INE (2021) e equipa técnica (2031 e 2035)

Conforme se conclui da análise do quadro anterior, a evolução da população, no cenário tendencial (Cenário A), irá manter-se numa trajetória negativa, contabilizando-se um decréscimo, em 2031, em torno dos 1,2% (menos 2.000 residentes, aproximadamente). O Cenário B (expansionista moderado), deverá refletir uma maior aproximação à realidade demográfica perspetivada para os próximos anos. Este cenário, face à dinâmica social e económica atual, nomeadamente em termos de fixação de população migrante e de incremento acentuado de novas urbanizações, que irão resultar na fixação de novos residentes no concelho, sobretudo casais em idade fértil e/ou com filhos menores, deverá assumir-se como o cenário de referência a adotar.

Com base neste cenário B, em 2031, a população residente no concelho será de 172.146 habitantes e, em 2035, de 174.413 habitantes, traduzindo-se num acréscimo de 1,7% face ao valor contabilizado em 2021.

No caso dos equipamentos educativos, procurou-se proceder à repartição da população estimada para os dois primeiros grupos etários decenais, que são aqueles que agregam a população potencialmente a escolarizar, pela idade, ano a ano, que os compõem. Assim, optou-se por, em primeiro lugar, verificar qual o peso relativo que, em 2011 e 2021, cada ano representava no total do grupo decenal e, em segundo lugar, aplicar a mesma proporção (média ponderada) aos valores estimados para 2031 e 2035, em cada cenário. De tal opção resulta que, por exemplo, todas as crianças que em 2021 possuíam 1 ano, terão previsivelmente 11 anos em 2031, a manterem-se, como preconiza o modelo, as suas probabilidades de sobrevivência e migração em cada um dos cenários equacionados.

Relativamente aos jardins-de-infância, estima-se que a “população-alvo” (crianças com 3 a 5 anos), em 2031, se situe próxima das 5.071 crianças (no Cenário B) ou das 5.005 crianças (no Cenário A). As diferenças entre freguesias são transversais aos cenários: as freguesias de Águas Livres e Mina de Água representam juntas aproximadamente 50% da população no concelho com idades entre os 3 e os 5 anos, as freguesias de Venteira e Encosta do Sol representam juntas perto de 30%, e as freguesias de Alfragide e Falagueira-Venda Nova representam juntas perto de 20%.

Quadro 48 – Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2031-2035), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: jardins-de-infância

Freguesia	Jardim de Infância: 3-5 anos			
	2031		2035	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Águas Livres	1138	1152	1143	1163
Alfragide	465	477	467	484
Encosta do Sol	826	834	828	840
Falagueira-Venda Nova	520	523	520	555
Mina de Água	1362	1381	1365	1394
Venteira	694	705	697	713
Concelho	5005	5071	5019	5149

Fonte: Equipa técnica

No que respeita ao 1º ciclo, estima-se que a “população-alvo” (crianças com idade compreendida entre os 6 e os 9 anos), em 2031, ronde as 6.301 crianças (no Cenário B) ou as 6.217 crianças (no Cenário A). As diferenças intra-freguesias são significativas, sendo que a freguesia da Mina de Água, representa, sozinha, mais de 28% da população-alvo no concelho, com um valor superior a 1750 habitantes, em todos os cenários. De seguida, as freguesias com maior representatividade são as de Águas Livres, Encosta do Sol e Venteira, que contam com valores a rondar os 21,8%, 15,5%, e 13,8%, respetivamente, em todos os cenários. Por fim as freguesias de Alfragide e Falagueira contam com valores próximos dos 10,8% e 9,8%, respetivamente.

Quadro 49 – Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2031-2035), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 1º ciclo

Freguesia	1.º Ciclo: 6-9 anos			
	2031		2035	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Águas Livres	1353	1369	1358	1382
Alfragide	673	690	675	700
Encosta do Sol	969	979	971	986
Falagueira-Venda Nova	611	614	611	653
Mina de Água	1753	1777	1753	1794
Venteira	859	871	862	882
Concelho	6217	6301	6230	6396

Fonte: Equipa técnica

No 2º ciclo, o número de efetivos populacionais apresenta-se mais reduzido (nível de ensino compreende, potencialmente, apenas crianças com 10 e 11 anos). Em 2031, no Cenário A perspetivam-se 3.436 crianças e, no Cenário B, esse valor ronda as 3.482 crianças. As diferenças intra-freguesias são significativas, sendo que a freguesia da Mina de Água, representa, sozinha, mais de 27,4% da população-alvo no concelho, com um valor superior a 940 habitantes, em todos os cenários. De seguida, as freguesias com maior representatividade são as de Águas Livres, Encosta do Sol e Venteira, que contam com valores a rondar os 21,6%, 16,3%, e 14,3%, respetivamente, em todos os cenários. Por fim as freguesias de Alfragide e Falagueira contam ambas com valores próximos dos 10,2%.

Quadro 50 – Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2031-2035), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 2º ciclo

Freguesia	2.º Ciclo: 10-11 anos			
	2031		2035	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Águas Livres	742	751	765	778
Alfragide	352	361	344	357
Encosta do Sol	560	566	541	550
Falagueira-Venda Nova	349	351	351	369
Mina de Água	941	955	942	961
Venteira	491	499	491	514
Concelho	3436	3482	3434	3528

Fonte: Equipa técnica

No que respeita ao 3º ciclo, estima-se que a população-alvo (crianças com idade compreendida entre os 12 e os 14 anos), em 2031, ronde as 4.991 crianças (no Cenário B) ou as 4.925 crianças (no Cenário A). As diferenças intra-freguesias são significativas, sendo que a freguesia da Mina de Água, representa, sozinha, praticamente 28% da população-alvo no concelho, com um valor superior a 1375 habitantes, em todos os cenários. De seguida, as freguesias com maior representatividade são as de Águas Livres, Encosta do Sol e Venteira, que contam com valores a rondar os 21,5%, 15,1%, e 13,1%, respetivamente, em todos os cenários. Por fim as freguesias de Alfragide e Falagueira contam ambas com valores próximos dos 11,2%.

Quadro 51 - Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2031-2035), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 3º ciclo

Freguesia	3.º Ciclo: 12-14 anos			
	2031		2035	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Águas Livres	1060	1072	1093	1112
Alfragide	553	566	540	560
Encosta do Sol	743	750	717	728
Falagueira-Venda Nova	552	555	547	583
Mina de Água	1375	1394	1375	1404
Venteira	643	653	658	673
Concelho	4925	4991	4930	5059

Fonte: Equipa técnica

No ensino secundário, o número de efetivos populacionais é pouco expressivo (nível de ensino compreende, potencialmente, crianças com 15 e 17 anos, mas face ao acumular das taxas de repetência nos anos anteriores deve incorporar/deve ponderar a inclusão da população com 18 e 19 anos). Em 2031, no Cenário A perspetivam-se 5.014 crianças e, no Cenário B, esse valor ronda as 5.083 crianças. As diferenças intra-freguesias são significativas, sendo que a freguesia da Mina de Água, representa, sozinha, mais de 26,7% da população-alvo no concelho, com um valor superior a 1.338 habitantes, em todos os cenários. De seguida, as freguesias com maior representatividade são as de Águas Livres, Encosta do Sol e Venteira, que contam com valores a rondar os 21%, 16,5%, e 13,5%, respetivamente, em todos os cenários. Por fim as freguesias de Alfragide e Falagueira contam com valores próximos dos 12,6% e 9,7%, respetivamente.

Quadro 52 - Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2031-2035), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: Secundário

Freguesia	Secundário: 15-17 anos			
	2031		2035	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Águas Livres	1051	1064	1084	1103
Alfragide	633	649	618	642
Encosta do Sol	828	836	800	812
Falagueira-Venda Nova	487	490	483	514
Mina de Água	1338	1356	1338	1366
Venteira	678	688	694	709
Concelho	5014	5083	5016	5145

Fonte: Equipa técnica

No caso dos equipamentos (educativos), em todos os níveis de ensino, deve ressaltar-se que os valores apresentados representam a estimativa de população residente com idade “normal” para frequentar esse nível, não correspondendo à população efetivamente a “escolarizar”.

Esta discrepância potencial afigura-se relevante por exemplo no ensino básico (2º e 3º ciclos) onde as taxas de retenção, podem contribuir para a presença de alunos com idade superior em níveis de ensino mais baixos, ou no ensino secundário onde existem maiores taxas de repetência. Por outro lado, sobretudo neste último nível é importante ter em conta que os valores podem ser mais elevados, refletindo também, em parte, a capacidade de atração relativamente a alunos provenientes de outros concelhos.

Neste quadro, existem diversas dinâmicas e características territoriais e setoriais que importa ter presente e que implicaram um exercício de ponderação gerador de reajustamento dos valores, de modo a garantir uma melhor adequação e elevar o grau de confiança relativamente às projeções da população a escolarizar em 2031 e 2035. Dos descritores com maior relevância, aponta-se a representatividade da população em idade escolar residente noutros concelhos limítrofes, mas que frequenta os estabelecimentos localizados no concelho e, por outro lado, a importância que o insucesso escolar possui em alguns níveis de ensino, gerando taxas de repetência importantes e consequentemente provocando a manutenção dos alunos com idades mais “avançadas” face ao expectável para esse nível. Finalmente, importa ainda ter presente a importância que a Rede Privada e Solidária assume no Concelho, nomeadamente detendo um número muito significativo de crianças no pré-escolar.

Assim, metodologicamente optou-se por: i) num primeiro momento, verificar a representatividade dos alunos residentes na Amadora, por freguesia de localização dos estabelecimentos escolares (com base nos valores médios registados nas escolas localizadas nessas freguesias); ii) num segundo momento, aplicar esses valores às estimativas de população em idade de frequentar os diversos níveis de ensino (neste contexto, os valores foram acrescidos em função da população oriunda de outros concelhos que virá frequentar as escolas da Amadora); iii) num terceiro momento, ponderar o peso que a população que trabalha ou estuda noutro concelho e o seu potencial impacte nos diversos níveis de ensino; iv) considerar as taxas de repetência e abandono, nos estabelecimentos escolares da Rede Pública sediados em cada freguesia, aplicando esses valores à população escolar estimada.

Quadro 53 – Indicadores relevantes para calibrar a população a escolarizar na rede pública

Taxa de repetência e abandono (%), por nível de ensino			
1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
4,3	10,1	14,3	9,9
Alunos residentes noutros concelho (%)			
1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
5	26,2	24,9	14,3

Fonte: Equipa técnica, com base na informação do inquérito.

Independentemente da incerteza e constrangimentos inerentes à realização de qualquer exercício de estimativas demográficas/escolares (num quadro de múltiplas e complexas variáveis/ fenómenos, de previsibilidade incerta), a aplicação desta metodologia, de passos sequenciais, ajustados às características atuais do Sistema Educativo da Amadora, permite projetar com maior confiança a população que irá integrar as Escolas da Rede Pública (e rede privada e solidária, no caso do pré-escolar), nos próximos anos.

As matrizes seguintes, sinalizam a procura potencial por cada nível de ensino (2031 e 2035), em cada uma das freguesias analisadas.

Quadro 54 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2031-2035): jardins-de-infância

Freguesia	Jardim de Infância			
	2031		2035	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Águas Livres	1138	1152	1143	1163
Alfragide	465	477	467	484
Encosta do Sol	826	834	828	840
Falagueira-Venda Nova	520	523	520	555
Mina de Água	1362	1381	1365	1394
Venteira	694	705	697	713
Concelho	5005	5071	5019	5149

Fonte: Equipa técnica, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

Quadro 55 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2031-2035): 1º ciclo

Freguesia	1.º Ciclo			
	2031		2035	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Águas Livres	1479	1496	1484	1511
Alfragide	736	754	738	765
Encosta do Sol	1059	1070	1061	1077
Falagueira-Venda Nova	668	671	668	713
Mina de Água	1916	1942	1916	1961
Venteira	938	953	943	964
Concelho	6795	6887	6810	6991

Fonte: Equipa técnica, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

Quadro 56 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2031-2035): 2º ciclo

Freguesia	2.º Ciclo			
	2031		2035	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Águas Livres	1011	1023	1043	1061
Alfragide	480	492	468	486
Encosta do Sol	764	771	738	749
Falagueira-Venda Nova	476	479	479	503
Mina de Água	1283	1301	1283	1310
Venteira	670	680	670	700

Freguesia	2.º Ciclo			
	2031		2035	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Concelho	4684	4746	4681	4809

Fonte: Elaboração própria, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

Quadro 57 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2031-2035): 3º ciclo

Freguesia	3.º Ciclo			
	2031		2035	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Águas Livres	1475	1493	1521	1547
Alfragide	769	788	751	780
Encosta do Sol	1034	1044	998	1014
Falagueira-Venda Nova	768	773	762	811
Mina de Água	1913	1940	1914	1954
Venteira	896	909	916	936
Concelho	6856	6948	6863	7043

Fonte: Elaboração própria, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

Quadro 58 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2031-2035): Secundário

Freguesia	Secundário			
	2031		2035	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Águas Livres	1306	1321	1346	1369
Alfragide	786	806	768	797
Encosta do Sol	1028	1039	993	1008
Falagueira-Venda Nova	605	608	600	639
Mina de Água	1661	1685	1662	1696
Venteira	842	855	861	880
Concelho	6228	6313	6230	6390

Fonte: Elaboração própria, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

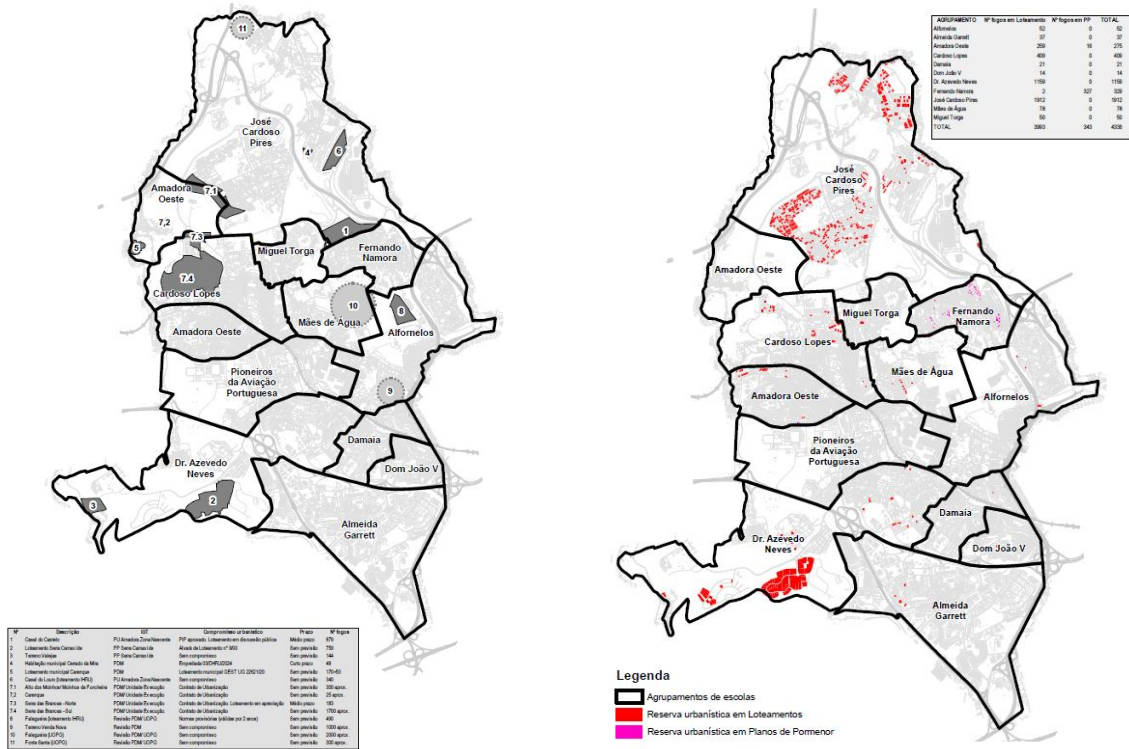
Estabelecendo uma comparação entre a população presente atualmente no Sistema Educativo (rede pública e privada) em cada um dos níveis de ensino, e os cenários criados para 2031 e 2035, observa-se que independentemente do cenário assumido, a evolução da população a escolarizar tenderá para um acréscimo relevante, com exceção do 1.º ciclo em que o aumento é pouco significativo.

Quadro 59 – Rede Pública e Privada (n.º de alunos; diferencial face ao ano letivo 2023/2024)

Ciclos	2023/2024 (Rede pública)	2023/2024 (Rede privada)	2023/2024 (Sistema educativo)	2031 (cenário tendencial)	2031 (cenário alternativo)	Sistema Educativo Variação 2024-2031 (tend)	Sistema Educativo Variação 2024-2031 (altern)
Pré-escolar	1992	2312	4304	5005	5071	16,3	17,8
1º	5888	861	6749	6795	6887	0,7	2,0
2º	3104	423	3527	4684	4746	32,8	34,6
3º	4962	655	5617	6856	6948	22,1	23,7
Secundário	3398	1046	4444	6228	6313	40,1	42,1
TOTAL	19344	5297	24641	29568	29965	20,0	21,6

Fonte: Equipa técnica; Pordata

Figura 106 – Dinâmica urbanística



Principais operações urbanísticas previstas, por agrupamento de escolas/ área de influência (inclui as principais operações urbanísticas previstas, quer no âmbito da revisão do PDM, quer de outros instrumentos de gestão territorial)

Reserva urbanística em loteamentos, por agrupamento de escolas/ área de influência (inclui os fogos em loteamentos)

Fonte: CM Amadora

A leitura cruzada dos dois mapas anteriores evidencia uma pressão urbanística significativa em áreas que integram ou influenciam diretamente os atuais agrupamentos de escolas da Amadora, traduzida quer pelo aumento previsto de fogos associados a novas operações urbanísticas, quer pela existência de reservas urbanísticas consolidadas em loteamentos. Esta dinâmica não é homogénea no território municipal, concentrando-se sobretudo em determinados agrupamentos, o que tende a produzir impactes diferenciados sobre a procura educativa, a capacidade instalada e a organização da rede escolar.

No caso do Agrupamento de Escolas José Cardoso Pires, observa-se uma forte concentração simultânea de operações urbanísticas previstas e de reservas urbanísticas em loteamentos na sua área de influência. Esta sobreposição indica um potencial crescimento significativo da população residente, com especial incidência em novos fogos habitacionais que, previsivelmente, atrairão famílias com crianças em idade escolar. Tal dinâmica sugere um acréscimo relevante da pressão sobre os estabelecimentos de ensino deste agrupamento, colocando desafios ao nível da capacidade física das escolas, da gestão dos recursos humanos e da necessidade de antecipar ajustamentos na oferta educativa, nomeadamente por via de ampliação/criação de equipamentos escolares.

Já no Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves, embora a dinâmica urbanística seja mais localizada, o mapa de reservas urbanísticas em loteamentos revela núcleos bem definidos de crescimento habitacional, sobretudo associados a áreas específicas do território do agrupamento. Este padrão aponta para um crescimento potencialmente mais concentrado, mas ainda assim significativo, que pode gerar picos de procura em determinados níveis de ensino ou em algumas escolas do agrupamento. A coexistência de novas operações urbanísticas e reservas já aprovadas reforça a necessidade de uma leitura prospetiva, evitando respostas reativas e garantindo uma gestão equilibrada da rede escolar.

A intensificação da dinâmica urbanística na Amadora, expressa no aumento de fogos e loteamentos, terá impactes diretos e diferenciados nos agrupamentos de escolas, em particular no AE José Cardoso Pires e no AE Dr. Azevedo Neves. Estes impactes traduzem-se num previsível aumento da procura educativa e numa maior pressão sobre a capacidade instalada, reforçando a importância de articular o planeamento urbano com o planeamento educativo, de forma a assegurar respostas atempadas, equitativas e territorialmente ajustadas às transformações em curso.

9. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO SISTEMA EDUCATIVO MUNICIPAL

9.1. A REDE PÚBLICA: UMA VISÃO DOS ATORES EDUCATIVOS

Ao longo do processo de elaboração da Carta Educativa, desenvolveram-se diversas sessões de trabalho e auscultação dos principais atores educativos. As entrevistas semiestruturadas aos Diretores de Agrupamento das escolas da Rede Pública (e aos Diretores das Escolas Profissionais) e as duas sessões focus group realizadas (com os Diretores das Escolas da rede pública e os Diretores/Gestores das Escolas da rede privada e solidária), enquadram-se nesta abordagem de co-construção do instrumento e do reconhecimento do papel central que estes atores assumem no enriquecimento e adequação do quadro contextual e prospetivo.

Genericamente, apontou-se para a boa qualidade do Sistema Educativo Municipal, com uma rede de escolas densa embora territorialmente desequilibrada face à evolução urbana/demográfica registada nas últimas décadas. Face ao acentuado crescimento urbano/demográfico, alguns territórios carecem de equipamentos educativos particularmente em termos de oferta de ensino pré-escolar e de 1.º ciclo.

Os fluxos migratórios têm sido impactantes, gerando uma procura muito elevada em alguns territórios. Por outro lado, a proximidade a Oeiras e Lisboa e a presença de muitos alunos a residir em locais de charneira com estes concelhos, gera que muita da procura potencial, sobretudo ao nível do ensino secundário, acabe por prosseguir estudos fora do concelho da Amadora.

Foi reconhecida a importância da imagem dos estabelecimentos como fator determinante para a procura escolar. Os estabelecimentos intervencionados ganharam visibilidade/atratividade para famílias e alunos, gerando importantes níveis de procura, enquanto os equipamentos em processo de maior degradação ou com problemas estruturais, que não foram alvo de requalificação, têm maiores dificuldades em captar população escolar (descaraterização e imagem constrangedora/depreciativa associada à degradação do parque edificado). Neste quadro, apontou-se para a requalificação dos estabelecimentos como fator prioritário e determinante para a melhoria das condições de ensino e, em consequência, para a atração/captação de alunos. A qualificação é também importante para acabar/limitar com a estigmatização associada à imagem envolvente, à sua inserção territorial, com impacte severo na procura/na atratividade dos equipamentos.

Apesar da ampla oferta (e de qualidade) da rede privada e solidária, muitas vezes concorrencial com a oferta disponibilizada pela rede pública, considera-se que a coexistência e complementaridade é positiva. A rede pública deve afirmar-se pela qualidade e diferenciação (aposta na melhoria das condições oferecidas; maior número de recursos humanos para garantir outros serviços e atividades). Os projetos desenvolvidos pelo Município foram reconhecidos como da maior importância para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem oferecida aos alunos da rede pública. Sendo este apoio decisivo e determinante para assegurar esse enriquecimento, afigura-se da maior relevância a sua manutenção/expansão a prazo.

As escolas que integram a rede pública disponibilizam, muitas vezes em parceria com o Município, um amplo conjunto de atividades e serviços enriquecedores da qualidade do ensino ministrado e potenciadores de um maior apoio às famílias. Não cobrindo todas as condições desejadas, em muitos casos representam um papel central na integração e mobilização das Comunidades onde se inserem. Em territórios problemáticos a Escola representa o elemento identitário e âncora das vivências e relacionamentos de proximidade, assumindo os principais atores educativos (professores, auxiliares, diretores, ...) um papel-chave no contexto da comunidade local, de cidadania ativa e participativa no apoio e resposta imediata aos mais diversos problemas quotidianos dessas populações.

O ensino profissional tem vindo a assumir um maior protagonismo e reconhecimento pela sociedade. Nos últimos anos, houve um forte investimento na qualificação e dignificação deste ensino e uma aposta consistente na

diferenciação pedagógica, através do recurso a novas ferramentas e metodologias, mais apelativas e atrativas para os alunos. A promoção de metodologias de trabalho cooperativo e participativo, incluindo uma abertura à Comunidade/às famílias (relação de proximidade), tem contribuído para uma oferta progressivamente com maior procura e de maior valorização e prestígio. A presença de estabelecimentos de prestígio da rede privada, tem igualmente contribuído para um acréscimo significativo da procura por esta oferta formativa.

Outro dos problemas identificados prende-se com os níveis de insucesso escolar existentes em alguns estabelecimentos de ensino, normalmente localizados em territórios problemáticos. O número de recursos humanos, não docentes, emerge como um fator-critico dado o impacto que possui na qualidade dos serviços e no apoio prestado aos alunos.

9.2. UMA VISÃO INFORMADA DA SOCIEDADE

O exercício de Revisão da Carta Educativa deve consubstanciar um debate alargado das questões da educação, num processo participado, construído e mobilizador de todos os agentes da comunidade educativa e da sociedade em geral. Para além das diversas ferramentas metodológicas adotadas para auscultação e participação dos agentes educativos, foi igualmente estimulada e proporcionada a participação alargada a todos os cidadãos interessados, residentes ou não na Amadora.

Deste modo, foi disponibilizado um questionário no website do Município, que permitiu conhecer a avaliação e expectativas dos cidadãos relativamente à atual oferta da rede Educativa concelhia. Do processo de auscultação, que decorreu de 4 de julho de 2024 a 11 de agosto de 2025, resultaram 2.119 respostas válidas.

Os inquiridos, caracterizam-se da seguinte forma:

- maioritariamente do sexo feminino (82,2%)
- Pertencerem ao grupo etário 40-49 anos (48%)
- Residirem na Amadora (89%)
- Apresentarem qualificações mais elevadas que a média da população (39,4% concluíram algum nível de ensino superior - bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento);
- A quase totalidade dos inquiridos (93,1%) eram encarregados de educação; 4,9% eram profissionais da educação; 2,4% eram estudantes; 3,5% dizem respeito a outras situações. Alguns dos inquiridos acumulavam atributos.
- 95,9% dos inquiridos têm educandos na rede pública, 6,5% têm educandos na rede privada e /ou solidária, e 2,9% não têm educandos. Alguns dos inquiridos têm educandos em ambas as redes de ensino.

Da avaliação realizada à rede pública, emergem as seguintes conclusões, por nível de ensino:

- A rede de escolas públicas de pré-escolar (jardim-de-infância) do Município é, em geral, de boa qualidade (69,4%), possui boas condições ao nível das infraestruturas (61,9%), e disponibiliza uma oferta de atividades de animação e apoio à família adequada e diversificada (49,4%). Contudo considera-se que não é suficiente para a procura existente e potencial (47%) e não possui o número de recursos humanos adequado (41,5%).

- A rede de escolas públicas do 1º ciclo do Município é, em geral, de boa qualidade (76,2%), é suficiente para a procura existente e potencial (51,7%), possui boas condições ao nível das infraestruturas (63,8%) e disponibiliza uma oferta de atividades de enriquecimento curricular e de apoio à família adequada e diversificada (54,1%). Contudo considera-se que não possui o número de recursos humanos adequados (47,7%).
- A rede de escolas públicas do 2º e 3º ciclo do Município é de boa qualidade em termos gerais (64,4%), é suficiente para a procura existente e potencial (50,3%), possui boas condições ao nível das infraestruturas (54,1%), e possui um plano anual de atividades adequado e diversificado (48,5%), contudo não possui o número de recursos humanos adequados (40,7%).
- A rede de escolas públicas de Ensino Secundário é de boa qualidade em termos gerais (54,9), é suficiente para a procura existente e potencial (44,4%) possui boas condições ao nível das infraestruturas (45,4%), um plano anual de atividades adequado e diversificado (41,1%), e possui uma oferta profissional atrativa e adaptada à realidade local (38,3%). Contudo, considera-se que não possui o número de recursos humanos adequados (29,8%). A avaliação realizada a este nível de ensino mostra um maior equilíbrio entre as respostas dadas.

Quadro 60 – Rede pública de pré-escolar (jardim-de-infância)

	Não concordo	Concordo	Concordo plenamente	Não sabe/ Não responde
É de boa qualidade geral	10.3%	57.7%	11.7%	20.3%
É suficiente para a procura existente e potencial	47.0%	29.2%	5.0%	18.8%
Possui boas condições ao nível das infraestruturas	18.8%	54.7%	7.2%	19.3%
Possui número adequado de recursos humanos	41.5%	33.2%	3.5%	21.9%
Disponibiliza uma oferta de atividades de animação e apoio à família adequada e diversificada	27.9%	43.3%	6.1%	22.8%

Fonte: Inquérito à comunidade, 2024/2025

Quadro 61 – Rede de escolas públicas de 1º ciclo

	Não concordo	Concordo	Concordo plenamente	Não sabe/ Não responde
É de boa qualidade geral	12.0%	66.8%	9.4%	11.7%
É suficiente para a procura existente e potencial	33.8%	46.5%	5.2%	14.6%
Possui boas condições ao nível das infraestruturas	23.8%	57.7%	6.1%	12.4%
Possui número adequado de recursos humanos	47.7%	33.3%	4.2%	14.8%
Disponibiliza uma oferta de atividades de enriquecimento curricular e de apoio à família adequada e diversificada	30.9%	47.7%	6.4%	14.9%

Fonte: Inquérito à comunidade, 2024/2025

Quadro 62 – Rede de escolas públicas do 2º e 3º ciclo

	Não concordo	Concordo	Concordo plenamente	Não sabe/ Não responde
É de boa qualidade geral	14.0%	57.8%	6.6%	21.6%
É suficiente para a procura existente e potencial	24.3%	45.5%	4.8%	25.4%
Possui boas condições ao nível das infraestruturas	23.4%	49.0%	5.1%	22.6%
Possui número adequado de recursos humanos	40.7%	29.9%	3.9%	25.4%
Disponibiliza um plano anual de atividades adequado e diversificado	25.3%	43.3%	5.2%	26.2%

Fonte: Inquérito à comunidade, 2024/2025

Quadro 63 – Rede de escolas públicas de Ensino Secundário

	Não concordo	Concordo	Concordo plenamente	Não sabe/ Não responde
É de boa qualidade geral	11.5%	49.2%	5.7%	33.7%
É suficiente para a procura existente e potencial	18.5%	40.1%	4.3%	37.2%
Possui boas condições ao nível das infraestruturas	19.6%	41.2%	4.2%	35.0%
Possui número adequado de recursos humanos	29.8%	29.0%	3.4%	37.9%
Disponibiliza um plano anual de atividades adequado e diversificado	18.7%	36.8%	4.3%	40.3%
Possui uma oferta profissional atrativa e adaptada à realidade local	20.1%	34.7%	3.6%	41.6%

Fonte: Inquérito à comunidade, 2024/2025

Solicitados a ordenar os aspetos mais críticos da rede escolar do Município, resultaram as seguintes classificações (Quadro 57). Os três primeiros aspetos críticos são:

1. Aumento progressivo de alunos no concelho em função da pressão demográfica resultante de acentuados fluxos migratórios.
2. Número desadequado de recursos humanos no parque escolar
3. Envelhecimento do parque escolar (degradação dos edifícios escolares);

Quadro 64 – Aspetos mais críticos da rede escolar do município

Aspetos mais críticos	Posição	Score (pontuação)
Aumento progressivo de alunos no concelho, em função da pressão demográfica resultante de acentuados fluxos migratórios (externos)	1	12,137
Número desadequado de recursos humanos no parque escolar	2	11,179
Envelhecimento do parque escolar (degradação dos edifícios escolares)	3	10,763
Incapacidade de resposta da rede pública pré-escolar	4	9,934
Reduzida autonomia pedagógica das escolas	5	8,228
Elevado nível de insucesso de escolar	6	8,119
Dificuldade de integração da população migrante (problema da língua) e dos grupos étnicos	7	7,355
Perda de alunos nos territórios-fronteira, sobretudo no ensino secundário, face à maior atratividade pelo parque escolar/oferta formativa de Lisboa e/ou Oeiras	8	6,557
Capacidade centrípeta do centro da Amadora, nomeadamente ao nível do ensino secundário (forte atratividade)	9	6,517
Desadequação da rede de transportes escolares	10	6,270

Fonte: Inquérito à comunidade, 2024/2025

Por fim, ordenaram-se as principais prioridades a prosseguir pelo Município nos próximos anos, em matéria educativa, que resultou na classificação patente no quadro seguinte. Nos três primeiros lugares ficaram as seguintes prioridades:

1. Melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos
2. Melhorar a eficácia e eficiência da gestão dos recursos
3. Implementar ações de reabilitação e ampliação de estabelecimentos escolares

Quadro 65 – Principais prioridades a prosseguir pelo município

Prioridades	Posição	Score (pontuação)
Melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos	1	8,533
Melhorar a eficácia e eficiência da gestão dos recursos	2	7,081
Implementar ações de reabilitação e ampliação de estabelecimentos escolares	3	6,391
Densificar a rede pública pré-escolar	4	5,235
Promover parcerias locais e o envolvimento da comunidade exterior na Escola	5	5,001
Melhorar a integração da população migrante e dos grupos étnicos na vivência escolar	6	3,924

Fonte: Inquérito à comunidade, 2024/2025

9.3. CENÁRIOS ESTRATÉGICOS PROSPETIVOS

Do diagnóstico realizado emergem diversas evidências e conclusões, que concorrem para enquadrar e suportar de forma adequada a abordagem estratégica a prosseguir e, posteriormente, suportar um quadro propositivo abrangente, que permita responder de forma eficaz e eficiente aos constrangimentos atuais da rede e antecipar respostas de qualidade e diferenciadoras, que permitam posicionar a Amadora como uma Cidade Educadora, de referência nacional e internacional.

9.3.1. Reforço do posicionamento da Amadora à escala regional: impactes na procura

	Tendências evolutivas
Amadora: polo demográfico metropolitano	<p>A Amadora preserva uma relevância primordial à escala metropolitana, considerando a população residente fora do concelho que aqui trabalha e estuda. O concelho observou uma ligeira diminuição da população residente entre 2011 e 2021, mas mantém nas Águas Livres, a sua freguesia mais populosa, uma enorme vitalidade demográfica. A evolução dos fluxos migratórios na Amadora, associados à proximidade a Lisboa e aos preços comparativamente mais reduzidos das habitações (e melhor na relação custo-qualidade-dimensão) concorre para um potencial acréscimo de população nos próximos anos.</p>
	<p>Perspetivas e impactes potenciais na procura escolar</p> <p>Nos últimos anos, o investimento público e privado tem contribuído para a regeneração urbana do concelho, porém com dinâmicas territoriais bastante distintas. O maior número de novas construções regista-se na Venteira, a freguesia mais distante de Lisboa, que pode concorrer para fomentar um outro papel ao nível do policentrismo metropolitano, reforçando a procura de equipamentos escolares locais. O segundo maior número de novas construções regista-se em Alfragide, geograficamente vizinha ao concelho de Lisboa, cuja fixação de novos residentes, em idade ativa, pode gerar novas dinâmicas de pendularização urbana, e procura por estabelecimentos escolares locais. Nos próximos anos, perspectiva-se o reforço das edificações/urbanizações, seja associada à dimensão de apoio social – acolhimento de migrantes, reforço da oferta de habitação acessível na AML - seja associada à atração da classe média, média-alta para o concelho - existe uma aposta no loteamento e construção de novas urbanizações, de fixação de uma “nova” classe média-alta (reabilitação urbana, de iniciativa privada).</p>

	Tendências evolutivas
Amadora: polo de acessibilidade e mobilidade metropolitana	<p>A Amadora tem uma rede de transportes e de acessibilidades estreitamente ligada à cidade de Lisboa, que permite aos seus habitantes ter uma alternativa de habitação financeiramente sustentável, mantendo a relação laboral com a capital - em 2021, quase 1/3 da população da Amadora estava empregada ou estudava no concelho de Lisboa. As múltiplas acessibilidades rodoviárias estão desenhadas segundo um modelo radio-concêntrico, e os transportes públicos respeitam uma integração intermodal com os transportes de Lisboa, favorecendo as ligações pendulares com a Amadora. Isto reforça a importância da Amadora para o funcionamento urbano da AML, criando condições habitacionais para os encarregados de educação empregados em Lisboa, e tem impacto no acesso aos equipamentos escolares (alargamento das áreas de influência das</p>

	escolas; facilidade/autonomia de deslocação no concelho, para alunos e famílias: casa-escola / emprego-escola).
	Perspetivas e impactes potenciais na procura escolar
	Os crescentes desafios habitacionais no concelho de Lisboa, nomeadamente ao nível dos custos, podem concorrer para uma maior atração de parte da sua população empregada para o concelho da Amadora, que, com relativa proximidade e boas acessibilidades, pode observar uma crescente procura de equipamentos escolares nas proximidades dos nós da rede e das novas urbanizações.

	Tendências evolutivas
Amadora: polo de emprego metropolitano	A Amadora tem um papel histórico de suporte a uma economia centralizada em Lisboa, oferecendo sobretudo alternativas acessíveis de habitação. No entanto, a Amadora tem vindo a procurar reinventar o modelo policêntrico para a AML, afirmando-se como polo de emprego, com capacidade de atração e fixação de empresas. Esta atratividade à escala metropolitana, em termos de habitação, mas progressivamente também de emprego, que se tenderá a consolidar, gera uma importante procura pelos equipamentos escolares, nomeadamente próximos das principais bacias de emprego e/ou nas proximidades dos nós da rede de acessibilidades.
	Perspetivas e impactes potenciais na procura escolar
	A atual dinâmica de afirmação metropolitana da Amadora, sustentada num sistema de habitação acessível e de potenciação dos seus recursos endógenos, com impacte direto nos fluxos migratórios, contribuirá para o aumento da população em idade ativa (e em idade fértil) e, conseqüentemente, contribuirá para o incremento dos estratos infantis. Este aumento irá gerar uma maior pressão da procura escolar em territórios que atualmente já possuem alguma incapacidade de resposta, nomeadamente ao nível da educação pré-escolar.

9.3.2. Constrangimentos atuais da Rede Pública

Redução do número de alunos																													
Tendência evolutiva																													
<p>Ao contrário da tendência nacional, o número de crianças e alunos inscritos na rede pública tem-se mantido mais ou menos estável no concelho da Amadora. Nos últimos anos letivos, entre 2021-2022 e 2023-2024, registou-se um aumento total de 465 alunos nas escolas públicas, uma variação equivalente de 2,5%. Existem, porém, algumas variações internas, com o ensino secundário público a perder alunos, e os restantes níveis de ensino a estabilizar ou a ganhar alunos.</p>	<p>Figura 107 – Evolução do número de alunos na Amadora (Rede Pública)</p> <table border="1"> <caption>Dados estimados do Gráfico 107</caption> <thead> <tr> <th>Nível de Ensino</th> <th>2023/2024</th> <th>2022/2023</th> <th>2021/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Total</td> <td>~18500</td> <td>~18000</td> <td>~17500</td> </tr> <tr> <td>Ensino secundário</td> <td>~4000</td> <td>~3500</td> <td>~3000</td> </tr> <tr> <td>3ºCEB</td> <td>~4500</td> <td>~4000</td> <td>~3500</td> </tr> <tr> <td>2ºCEB</td> <td>~3500</td> <td>~3000</td> <td>~2500</td> </tr> <tr> <td>1ºCEB</td> <td>~5500</td> <td>~5000</td> <td>~4500</td> </tr> <tr> <td>Pré-escolar</td> <td>~2500</td> <td>~2000</td> <td>~1500</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fonte: Agrupamentos de Escolas do Concelho; INE</p>	Nível de Ensino	2023/2024	2022/2023	2021/2022	Total	~18500	~18000	~17500	Ensino secundário	~4000	~3500	~3000	3ºCEB	~4500	~4000	~3500	2ºCEB	~3500	~3000	~2500	1ºCEB	~5500	~5000	~4500	Pré-escolar	~2500	~2000	~1500
Nível de Ensino	2023/2024	2022/2023	2021/2022																										
Total	~18500	~18000	~17500																										
Ensino secundário	~4000	~3500	~3000																										
3ºCEB	~4500	~4000	~3500																										
2ºCEB	~3500	~3000	~2500																										
1ºCEB	~5500	~5000	~4500																										
Pré-escolar	~2500	~2000	~1500																										
Perspetivas																													
<p>Tem-se observado, nos últimos 20 anos, uma aposta consistente na requalificação do parque escolar público do concelho, sobretudo ao nível pré-escolar e ao nível do 1º Ciclo. Este esforço exerce uma forte atratividade na atração de crianças/alunos no pré-escolar e 1º ciclo, filhos de pais jovens, em idade ativa – e, frequentemente, à procura de uma habitação com mais quartos e mais área, que possa albergar uma família em crescimento, e que não conseguem sustentar dentro do concelho de Lisboa - pesando na escolha de muitos encarregados de educação de se mudar para outro concelho dentro da AML.</p> <p>Por outro lado, as boas condições escolares fazem a diferença na decisão entre colocar os filhos na escola em Lisboa (área de trabalho) e na Amadora (área de residência). Pode concorrer ainda para a atração de população escolar residente fora do concelho, onde muitas vezes os estabelecimentos de pré-escolar e 1º ciclo estão sobrelotados, reforçando uma nova centralidade da Amadora dentro da AML. A localização do concelho, na proximidade a Lisboa (maior polo de emprego regional), e as excelentes acessibilidades que possui, proporcionam aos pais a possibilidade de deixarem as suas crianças nos equipamentos localizados nos nós/locais de trajeto dos seus movimentos pendulares (casa-trabalho).</p> <p>Ao nível do 2º e 3º Ciclo, as escolas públicas do concelho têm observado um decréscimo contínuo no número de alunos desde 2007, e um crescimento ligeiro na proporção de alunos no ensino privado. As escolas públicas com 2º e 3º ciclos têm uma avaliação de utilização geral menos positiva (27% dos equipamentos, e 20% dos transportes escolares, são considerados deficientes). No entanto, o decréscimo do número de alunos, sobretudo ao nível do 3º ciclo, pode estar relacionado com questões demográficas e/ou com questões pendulares de família, independentes das infraestruturas escolares.</p> <p>Por fim, as escolas no ensino secundário da Amadora perderam quase continuamente alunos entre 2009 e 2023, quer no ensino público, quer no ensino privado. No entanto, esta contração pode ser justificada por questões demográficas, ou até por dinâmicas pendulares das famílias residentes – os alunos do ensino secundário têm maior autonomia e facilidade na sua mobilidade, e têm mais preocupação com a qualidade do ensino (relevante para a entrada no ensino superior), e podem, por isso, sentir maior disposição para procurar escolas em Lisboa (ou Oeiras), pelo que a deslocação de alunos para as escolas da capital poderá manter-se nos próximos anos. Um dado interessante é que, segundo os dados do inquérito realizado, em 2023/24, 22% dos alunos residiam fora do concelho (35% em algumas escolas), sugerindo que há</p>																													

alguma preferência dos alunos pelas escolas secundárias do concelho da Amadora, em relação às escolas dos concelhos vizinhos.

Degradação do parque escolar

Tendência evolutiva

Nos últimos anos, o Município tem vindo a apostar de forma regular e consistente na requalificação do parque escolar à sua responsabilidade, sendo que os níveis pré-escolar e de 1º ciclo são os que mais têm beneficiado com este esforço. Ao nível pré-escolar realizaram-se, nos últimos 20 anos, intervenções/reabilitações em 20 das 31 instituições do concelho, e ao nível do 1º Ciclo requalificaram-se 20 das 29 escolas públicas do concelho desde o ano de 2000.

Observam-se situações de envelhecimento do parque escolar (degradação dos edifícios escolares), sobretudo no 2º e 3º ciclo (onde o programa de intervenção ainda é recente e incompleto) e no ensino secundário, muitas vezes coexistindo com reduções na procura escolar (degradação do edificado e imagem desqualificada concorre para uma menor atratividade e procura dos alunos/famílias).

A degradação baseia-se em 3 dimensões-chave: redução do número de alunos, subocupação do espaço escolar e deficiente estado de conservação do edificado.

Segundo as respostas aos inquéritos realizados, os espaços exteriores parecem verificar alguma degradação em todos os níveis de ensino, e um nível de degradação consideravelmente superior ao dos respetivos edifícios.

Perspetivas

Esta política deverá ser reforçada nos próximos anos, estando em curso ou planeadas diversas intervenções que concorrem para responder aos principais desafios e constrangimentos detetados, sobretudo ao nível do pré-escolar e ao nível do 1º ciclo, que, segundo o inquérito realizado, têm hoje, em conjunto, 90% dos edifícios em estado bom ou razoável. Estes são também os níveis de ensino que têm observado maior crescimento do número de alunos matriculados.

Já ao nível do ensino de 2º e 3º Ciclo e secundário, tem existido também uma preocupação da autarquia em requalificar o seu parque escolar público – entre as 15 escolas do concelho com este nível de ensino, 6 tiveram requalificações desde 2020. Apesar do esforço empregue na requalificação do parque escolar a este nível por parte da autarquia, estas escolas ainda representam uma exigência para um parque escolar da Amadora que se quer completo e cuidado, e deverão ser encetados esforços para ponderação/priorização deste tipo de intervenções no âmbito das negociações/reprogramações dos apoios financeiros comunitários (programas operacionais do Portugal 2030, medida "Escolas Novas ou Renovadas" do PRR).

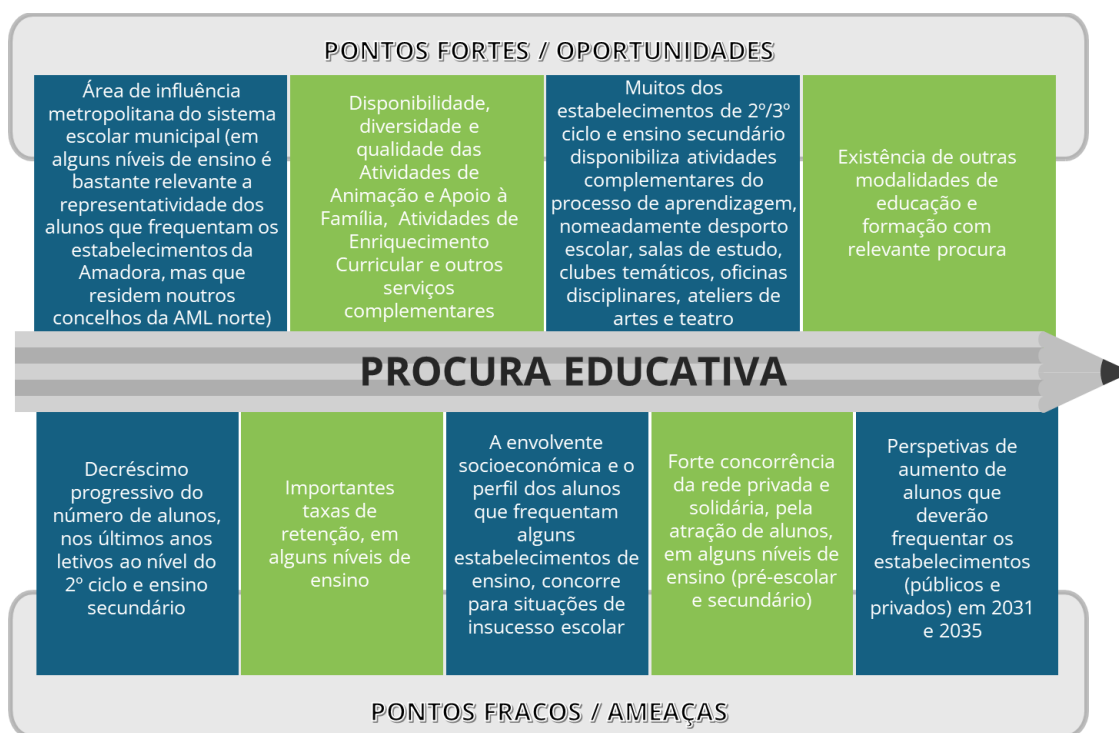
9.3.3. Perspetivas de evolução demográfica e da população escolar

Perspetivas

O exercício de cenarização realizado (projeção demográfica concelhia e inter-freguesias, num cenário tendencial e num cenário expansionista moderado), concluiu que a população no concelho de Amadora em 2031, situar-se-á entre os 169.463 habitantes e os 172.146 habitantes. Num cenário tendencial, que acompanhe as propensões e fenómenos demográficos registados na segunda década do milénio, prevê-se um ligeiro decréscimo populacional de 1,4% face a 2021, enquanto num cenário voluntarista expansionista, que responda à política de desenvolvimento municipal vertida na Revisão do Plano Diretor Municipal, se registará um acréscimo na ordem dos 0,4%.

Com base no exercício de projeção da população escolar, por nível de ensino, estabelecendo uma comparação entre a população presente atualmente no Sistema Educativo em cada um dos níveis de ensino, e os cenários criados para 2031 e 2035, a principal ilação será que no futuro o número de alunos potencialmente a frequentar o Sistema Educativo será superior, em todos os níveis de ensino.

Figura 108 – Matriz-Síntese da procura educativa



Fonte Equipa técnica.

Figura 109 – Matriz-Síntese da Oferta educativa

PONTOS FORTES / OPORTUNIDADES

Cobertura homogénea do território concelhio, para todos os níveis de ensino
Existência de escolas de referência e de qualidade reconhecida por alunos e pais
Intervenções de reabilitação do edificado e espaços exteriores, em muitos dos estabelecimentos da rede pública, nos últimos 20 anos, com especial incidência ao nível do pré-escolar e 1º ciclo (iniciativa municipal) e secundário (iniciativa Estatal)
Crescente aposta municipal na valorização e qualificação física e funcional dos equipamentos à sua responsabilidade (JI e EB 1º ciclo)
Evolução positiva dos consumos energéticos, resultante da progressiva adoção de medidas de eficiência energética
Pratica enraizada de cedência de espaços à comunidade, reforçando as relações de proximidade e envolvimento/potenciação de parcerias, bem como o reconhecimento dos equipamentos como espaços-âncora de integração, vivência e notoriedade da Comunidade Local
Oferta profissional diversificada e ajustada às necessidades do mercado de trabalho e às ambições / gostos da procura



PONTOS FRACOS / AMEAÇAS

Reduzido número de intervenções de reabilitação do parque escolar do 2º e 3º ciclo
Em todos os níveis, existem equipamentos que carecem de intervenções de requalificação, face às atuais debilidades no seu estado de conservação, contribuindo para a depreciação da sua imagem e atratividade
Muitos estabelecimentos continuam sem adotar medidas, práticas e comportamentos para uma redução global do consumo energético
Muitos estabelecimentos carecem de espaços e equipamentos desportivos e lúdico-recreativos
Reduzido número de espaços com escala para grandes eventos e atividades culturais (auditórios)

Fonte Equipa técnica.

(página propositadamente deixada em branco)

10. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

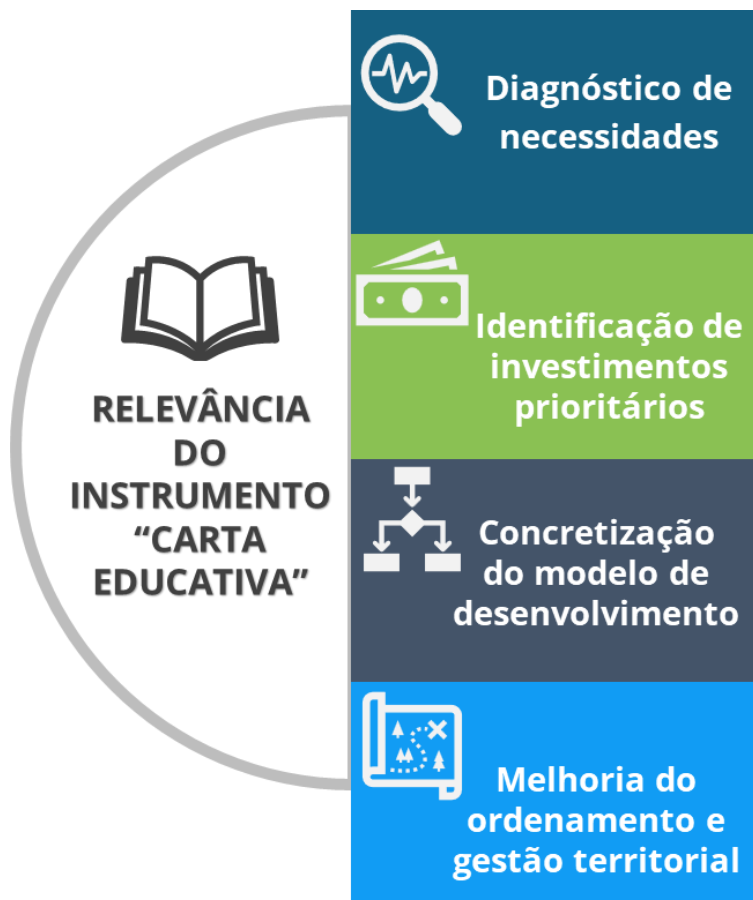
10.1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

10.1.1. Equipamentos escolares: instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos

Atualmente, o desenvolvimento integrado e sustentável constitui um dos principais objetivos e desafios, seja ao nível nacional, seja, sobretudo, ao nível local. Os equipamentos coletivos desempenham um papel relevante na medida em que contribuem para a qualificação do quadro de vida das populações em domínios considerados estratégicos para a prossecução do desenvolvimento integrado. A educação assume-se como um dos principais domínios estruturadores desse processo de desenvolvimento.

Atuando como plataformas de sustentação das políticas públicas, assumem outra relevância instrumental conferida pelos impactes que têm no território e no quotidiano dos cidadãos. Assim, os equipamentos coletivos constituem a um tempo, instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos, e, num segundo tempo, formas de estruturação do sistema urbano, influenciando na afirmação de centralidades e no protagonismo funcional dos espaços, contribuindo para um correto ordenamento do território, a diferentes escalas.

Figura 110 – Relevância do instrumento



Fonte: Equipa técnica

Neste contexto, o exercício de programação e planeamento de equipamentos escolares assume uma dupla relevância:

- A um tempo, diagnosticando as necessidades quantitativas e qualitativas e identificando os investimentos que serão necessários realizar, de forma a suprir as necessidades atuais e futuras, no quadro de uma política de desenvolvimento integrado e sustentável, onde emerge a Educação com um papel aglutinador e central na prossecução de diversas políticas públicas;
- A outro tempo, contribuindo para o planeamento urbanístico e para a concretização de um modelo de desenvolvimento sustentável harmonioso, multidimensional, contemplado noutros instrumentos de ordenamento e gestão territorial, nomeadamente o Plano Diretor Municipal (PDM).

10.1.2. Equipamentos escolares: instrumentos de integração social

No Concelho da Amadora, a programação e planeamento dos equipamentos escolares reveste-se de uma importância elevada, dadas as especificidades que caracterizam este território, resultantes da sua inserção na Área Metropolitana de Lisboa, principal polo de emprego e de atratividade migrante. Este posicionamento regional, gera um conjunto de problemáticas, pressões demográficas e respostas que colocam importantes desafios à programação e planeamento dos equipamentos escolares. É o caso de fenómenos como:

- A pressão demográfica. O crescimento demográfico registado nos últimos anos, tem consolidado uma lógica de metropolização do concelho, reforçando-se a sua atratividade, sobretudo para as comunidades imigrantes, com impacte muito forte na procura escolar nos estabelecimentos existentes;
- A necessidade de assumir a Escola, enquanto estrutura de apoio e de acolhimento, enquanto elemento identitário e âncora da vivência e proximidade à Comunidade;
- A acentuada procura de respostas para ocupação das crianças fora do horário letivo, fruto da recomposição das estruturas familiares, de uma participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego e de uma pendularização (casa-emprego), com tempos de deslocação relevantes;
- A presença de população migrante com elevados défices de conhecimento da língua portuguesa, de integração social e económica, com potencial impacte nos resultados escolares (níveis de insucesso escolar);

Figura 111 – Desafios da programação



Fonte: Equipa técnica

10.1.3. A territorialidade da Rede Escolar

A partir da concertação dos desafios com que a Carta Educativa da Amadora se depara, foram definidos quatro grandes princípios de sustentação do padrão territorial da Rede:

- A prossecução de uma lógica de equidade, de modo que seja assegurada uma distribuição que possibilite a todas as crianças/jovens a igualdade de oportunidades no acesso à Escola;
- A prossecução de uma lógica de proximidade, uma vez que a distribuição espacial deverá garantir que as escolas (nos primeiros níveis: pré-escolar e 1º ciclo), em alguns territórios específicos, se localizem próximo das áreas de residência das crianças/jovens, privilegiando um quadro de vida local e evitando extensos movimentos pendulares;
- A preocupação em contribuir para a estruturação do território assente num modelo policêntrico, em que a localização/distribuição dos equipamentos permita reforçar as centralidades locais;
- O cumprimento dos princípios de racionalidade e eficiência, promovendo uma espacialização e afetação de recursos que maximize os resultados a gerar (melhorar o sucesso escolar, promover uma maior integração social, reforçar o protagonismo e atratividade de algumas centralidades).

Figura 112 – Padrão territorial da rede: Princípios



10.2. MATRIZ ESTRATÉGICA

10.2.1. Visão Estratégica

Considerando a situação atual da Rede Escolar no Concelho da Amadora, bem como os objetivos definidos para a Carta Educativa, a estratégia de intervenção visa:

- Orientar a ação municipal em termos de planeamento e ordenamento do território e de uma maior integração das políticas públicas, concedendo à Educação um papel central na prossecução do desenvolvimento integrado e sustentável do Concelho da Amadora;
- Orientar a ação municipal, sinalizando as orientações, necessidades e prioridades de investimento, na ótica da qualificação das condições físicas e humanas da oferta existente, melhorando as condições de aprendizagem e contribuindo para a melhoria global do sistema de ensino no concelho;
- Orientar a ação municipal, procurando estabelecer sinergias e desenvolver parcerias colaborativas à escala municipal e intermunicipal, que reforcem a atratividade regional, garantam ganhos de eficácia e eficiência multiescalar e permitam encontrar as melhores respostas para problemas e/ou necessidades transversais à Área Metropolitana de Lisboa.

Assim, a Estratégia de Intervenção desenhada pretende contribuir para a materialização de uma ambição para o concelho da Amadora, sintetizada na mensagem:

Figura 113 – Visão Estratégica



Fonte: Equipa técnica

10.2.2. Princípios e Objetivos Estratégicos

Conforme consagra o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, este deve ser o instrumento referencial de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho da Amadora, de acordo com as ofertas de educação a satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico do Concelho.

Trata-se assim de uma visão para a programação da rede de equipamentos educativos, que procura incorporar os princípios do planeamento estratégico ao setor da Educação. Neste sentido, trata-se por um lado de um produto, temporalmente concretizado, que procura consubstanciar a política educativa num dado território (o concelho da Amadora); por outro lado, que deve ser encarado como um processo, em permanente avaliação e atualização, no quadro das transformações territoriais e socioeconómicas do território municipal regional, assim como das próprias transformações da política educativa local e nacional (aspeto particularmente pertinente e atual, dado o contexto de transferência de competências e responsabilidades do Estado para os Municípios). Por conseguinte, pretende articular uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial.

Na vertente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos de qualidade, diferenciadores e diversificados, através do funcionamento em rede dos estabelecimentos (conceito de escola nuclear – sede - que inclui recursos físicos e humanos especializados). Neste contexto, surge como determinante, a necessidade de consolidação e afirmação dos Agrupamentos de Escolas, pela qualidade do ensino ministrado e pela diferenciação das ofertas disponibilizadas. Relativamente à vertente de ordenamento do território, a Revisão

da Carta deverá procurar responder às tendências de organização do território e à política de desenvolvimento multidimensional em curso, levando em consideração o sistema territorial e urbano existente ou a consolidar, bem como as dinâmicas evolutivas e linhas de intervenção que estruturam a política de emprego, de habitação, cultural, desportiva ou social no Concelho da Amadora.

Nesta perspetiva, as propostas de reconfiguração da rede educativa devem ser efetuadas de um modo relacional, entendendo os estabelecimentos de ensino como organizações que fazem parte de redes de equipamentos coletivos que procuram prestar um serviço de qualidade às populações. Assim, nenhum estabelecimento de educação ou ensino deverá ser considerado isoladamente, mas sim integrado em redes de equipamentos, concebidos como organizações integradas e integradoras, tanto no plano interno como no das relações com a comunidade.

Neste contexto, o Sistema de Ensino (rede pública), deverá pautar a sua atuação com base nos seguintes Princípios Estratégicos:

- Desenvolvimento harmonioso de uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar das crianças/jovens;
- Funcionamento articulado dos diversos serviços de apoio socioeducativo e sociocultural, contribuindo para a geração de polos e centralidades educativo-culturais que reforcem os processos de aprendizagem;
- Racionalização, rentabilização e melhoria da qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado, adequado às características da rede e às necessidades da procura;
- Facilitação dos contatos e trocas de experiência entre os diversos agentes educativos, reforçando as respostas/soluções integradas e de parceria, inclusive à escala sub-regional.

Figura 114 – Princípios estratégicos



Fonte: Equipa técnica

As escolas-sede, agentes nucleares nesta perspetiva, devem congregiar recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio, quer quanto a instalações quer quanto à dinamização pedagógica. Neste contexto, a Revisão da Carta Educativa deve contribuir para criar as condições mais favoráveis ao desenvolvimento destes centros de excelência e de competências educativas, bem como apontar caminhos para melhorar as condições para uma gestão mais eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

A Revisão da Carta Educativa da Amadora constitui um instrumento fundamental para sustentar a política educativa para o Concelho nos próximos anos, procurando dar uma visão territorializada a essa política (integrada, em estreita articulação com a política socioeconómica, de emprego, de habitação, cultural e desportiva), favorecendo um ensino de qualidade e pedagogicamente enriquecedor e, ao mesmo tempo, promovendo a qualificação do território, através do fortalecimento dos fatores estratégicos de competitividade do concelho, à escala sub-regional, bem como permitindo uma maior integração da comunidade migrante e das jovens famílias que escolhem o Concelho como local de residência.

Este referencial estratégico estrutura-se numa multiplicidade de Objetivos Estratégicos, que devem sustentar o quadro operacional associado à Revisão da Carta Educativa:

- Melhorar os níveis de educação e formação escolar, através de um ensino de qualidade diferenciador, consagrando o ensino secundário como referencial mínimo em termos de qualificação;
- Potenciar os meios e recursos disponíveis, procurando sinergias e complementaridades e assumindo os espaços escolares enquanto verdadeiras centralidades e polos educativo-culturais;
- Reforçar as capacidades pedagógicas dos estabelecimentos e a disponibilidade de recursos humanos (não docentes) que integram os diferentes Agrupamentos de Escolas, de modo a garantir uma gestão adequada dos espaços e de integração/acompanhamento dos alunos;

- Reforçar a componente profissionalizante da formação de recursos humanos, através da rede de escolas existentes (incluindo à escala sub-regional) e de uma oferta formativa adequada e ajustada ao mercado de trabalho;
- Promover um maior apetrechamento técnico-pedagógico dos diferentes estabelecimentos de ensino, nomeadamente em termos tecnológicos, e fomentar iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade;
- Requalificar o parque escolar, de forma a promover uma melhoria das condições de vivência escolar e uma progressão positiva dos resultados escolares;
- Melhorar as condições e qualidade de ensino, reforçando a atratividade e diversificando as soluções de aprendizagem, com especial atenção às comunidades migrantes;
- Criar as condições para garantir o acesso de todos à educação e à formação, como dimensão central de coesão social;
- Instaurar o regime de funcionamento normalizado em todos os estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e densificação da rede oferta pré-escolar;
- Reforçar a projeção e protagonismo do Concelho da Amadora no território metropolitano (Área Metropolitana de Lisboa), através de uma oferta diferenciadora e especializada, permitindo ganhos de visibilidade e notoriedade fomentadores de uma maior atratividade e procura escolar;
- Desenvolver programas e projetos de combate ao abandono, absentismo, saídas antecipadas e insucesso escolar.

Os últimos inquéritos realizados pela OCDE revelam que cerca de 20% dos alunos com 15 anos de idade testados (PISA) têm uma compreensão insuficiente do que leem e uma proporção ainda maior possui competência insuficiente em matemática. Estes valores demonstram que em muitas das regiões da UE (incluindo no Alentejo), ainda existem grandes dificuldades na aprendizagem de competências básicas, bem como de iliteracia científica. Por outro lado, dos problemas apontados pelos Diretores de Agrupamento, emerge a persistência de algum insucesso escolar dos alunos (sobretudo menor rendimento às disciplinas de Matemática e, em menor escala, de Português; grandes dificuldades de aprendizagem/compreensão da língua portuguesa, por uma parte importante da comunidade migrante). Neste contexto, estimular o interesse pela matemática, pelas ciências e pelas tecnologias desde uma idade precoce, de modo a aumentar o número de estudantes que frequentam cursos nessas áreas, bem como aumentar o interesse pela língua materna, devem ser igualmente objetivos a prosseguir.

Acresce que, nos últimos anos, o alargamento do horário de funcionamento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e do pré-escolar, foi uma dimensão importante para apoiar as famílias e promover uma maior conciliação entre a vida profissional e familiar. As atividades extracurriculares de carácter lúdico-didático representam um papel central no desenvolvimento das crianças, devendo ser reforçada a qualidade da oferta desse tipo de atividades. Assim, garantir a melhor ocupação dos tempos dedicados às atividades extracurriculares, deve também ser um objetivo estratégico a ter em conta no âmbito da ação educativa municipal.

É igualmente estruturante, tornar a aprendizagem mais atrativa para os jovens que estão no sistema de ensino, incentivando-os a prosseguir a sua formação para além da escolaridade obrigatória. A existência de repetências no percurso escolar, em muitos casos origina desmotivação e desinteresse pela escola/estudo e altera as expectativas face à mesma. Neste quadro, é fundamental desenvolver estratégias de aproximação aos alunos, de modo que a

frequência do ensino superior possa constituir uma meta após a finalização do 12.º ano, enfatizando a importância de progressão e conclusão de um curso no ensino superior para ter uma boa profissão, mais bem remunerada, e maior facilidade de ingresso no mercado de trabalho.

Finalmente, existem diversas outras orientações que devem ser prosseguidas e priorizadas, contribuindo para reforçar a aposta “infraestrutural”, dimensão central deste instrumento de planeamento, nomeadamente:

- Identificar e desenvolver novas competências essenciais à sociedade do conhecimento (aposta na dimensão digital/tecnológica) e harmonizá-las com as competências tradicionais;
- Generalizar e valorizar os bons Projetos Educativos;
- Melhorar a formação dos educadores e professores, através da formação contínua, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida;
- Reforçar a coesão interna dos Agrupamentos de Escolas;
- Garantir condições de segurança nas escolas e na sua envolvente;
- Reforçar a ação social;
- Reforçar as ligações com o mundo do trabalho, a investigação e a sociedade em geral;
- Valorizar a partilha intergeracional de experiências e de Conhecimentos;
- Reforçar a autonomia das escolas;
- Promover a criação de redes de instituições de educação e de formação a vários níveis, no contexto da aprendizagem ao longo da vida.

Com base na literatura internacional e nacional sobre as dimensões críticas e estruturadoras que devem ser tidas em conta na construção, afirmação e consolidação da Escola do Século XXI, (impreterivelmente mais ecológica, mais tecnológica, mais funcional) é possível identificar os aspetos-chave que, entre outros, concorram para esse desígnio e para os quais a Carta Educativa deve encontrar/prever e sugerir as melhores soluções.

Escola do século XXI: uma escola mais ecológica

As cidades devem desempenhar um papel central na redução das emissões de CO₂ e na luta contra as alterações climáticas. A transição para uma economia de baixo carbono atribui por isso um papel central às áreas urbanas, nomeadamente através da melhoria da eficiência energética dos equipamentos coletivos.

As medidas de eficiência energética e a utilização das energias renováveis têm vindo a ser lentamente adotadas, devido aos custos de investimento e à fraca relevância atribuída às vantagens económicas, ambientais, de saúde e de conforto que podiam resultar de melhores práticas em termos de eficiência energética.

Nos últimos anos, a administração pública tem desenvolvido um número significativo e diversificado de projetos com vista a diminuir a energia consumida na sua esfera de atuação, implementando normas obrigatórias para o aumento da eficiência energética dos edifícios e atribuindo incentivos à adoção de energias renováveis. Contudo,

persiste um défice estrutural muito acentuado nestes domínios. As intervenções executadas associavam-se sobretudo à instalação de sistemas solares térmicos em piscinas e recintos desportivos, à instalação de reguladores de fluxo como garante da melhoria de eficiência energética na iluminação pública e à substituição das fontes luminosas nos sistemas de controlo de tráfego e peões (tecnologia LED).

Empenhada num processo de mudança em prol da sustentabilidade ambiental, a Câmara Municipal da Amadora tem investido na redução dos consumos energéticos nos edifícios municipais com consumos mais elevados. A requalificação e modernização do parque escolar, continua a ser uma prioridade, criando melhores condições para toda a comunidade escolar e melhorando o desempenho energético nas escolas.

Os trabalhos realizados nos últimos anos contemplaram várias medidas como a substituição da iluminação existente por soluções LED mais eficientes, a alteração de caixilharias, envidraçados e a substituição de coberturas, a instalação de sistemas solares fotovoltaicos e de sistemas de monitorização do consumo de energia.

A alteração do paradigma energético, possibilitando o surgimento de soluções inovadoras, potenciadoras da eficiência energética e um maior empenho e esforço na redução do consumo de eletricidade, promovendo melhorias de eficiência energética e incrementando a produção de energias renováveis (aproveitamento do potencial solar em termos da produção de energias renováveis, nomeadamente a micro produção para autoconsumo), será decisiva para melhorar as condições de conforto térmico nas escolas e reduzir o seu consumo energético.

A antiguidade do edificado, associada aos importantes níveis de degradação que uma percentagem de edifícios apresenta, fazem com que a eficiência energética do edificado escolar seja globalmente baixa, assumindo-se a sua melhoria como uma prioridade de atuação municipal.

Assim, de modo a alterar os padrões de consumo energético na rede de equipamentos escolares, assim como reduzir os custos associados e incrementar o conforto térmico, pretende-se aumentar a eficiência energética e a produção para autoconsumo, contribuindo para a redução de despesa, para o uso eficiente de recursos, para a redução de emissões e para a alteração comportamental da comunidade escolar. A criação de uma Comunidade de Energia Renovável, à escala local, enquanto modelo de organização local de autoprodução de energia, poderá ser ponderada.

Escola do século XXI: uma escola mais tecnológica

O século XXI veio redefinir conceitos e reequacionar quais as condições para promover a qualidade da educação, do ensino e da aprendizagem.

Os ambientes educacionais estão cada vez mais focados nas Tecnologias da Informação, quer pelas possibilidades de ampliação do sentido de educação/aprendizagem, quer pelo novo quadro de exigência no processo de aprendizagem dos alunos, particularmente potenciado pelo contexto pandémico, quer ainda pela influência no desempenho dos alunos e na gestão do ambiente educativo.

As escolas estão a ser transformadas, dando espaço a novos mecanismos e formas de funcionamento, comunicação e relacionamento, conferindo primazia a ferramentas tecnológicas no processo de aprendizagem. Os processos de receção e adaptação às novas tecnologias, e a sua utilização enquanto ferramentas para dinamizar e potencializar a função ensino/aprendizagem é cada vez mais uma realidade.

Segundo alguns autores²⁸, a introdução das tecnologias em sala de aula (computadores portáteis, quadros interativos, manuais virtuais, ...), consideradas um recurso auxiliar na prática pedagógica do professor, deve ser acompanhada por uma metodologia adequada às necessidades dos alunos e gerida de maneira cuidada e ajustada ao processo ensino – aprendizagem. As possibilidades metodológicas que as tecnologias trazem para trabalhar os conteúdos a lecionar, através de atividades criativas, mais apelativas e interessantes para os alunos, estão a transformar a aprendizagem escolar. Mas não basta que a escola se aproprie dos recursos tecnológicos, dinamizando o processo de aprendizagem, sendo fundamental criar todas as condições de suporte a montante, nomeadamente em termos de redes (elétricas, de cobertura e velocidade de internet, ...).

Cada vez mais a tecnologia está presente nas escolas da Amadora e no processo de aprendizagem do aluno, seja pela disponibilização e uso de equipamentos tecnológicos, seja pelo desenvolvimento de projetos envolvendo educação e tecnologia. A prioridade, para além do reforço da aposta no hardware e software (recursos das TIC), passará por garantir as condições de operação dos meios virtuais/tecnológicos disponíveis.

Destaque-se ainda a Academia STEAM, um projeto da Iscte-Meta Digital, financiado pelo PRR, que aposta num ensino multidisciplinar das Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática (STEAM), no ensino básico e secundário. Os Agrupamentos de Escolas Fernando Namora e José Cardos Pires, participam na Academia. Assim, através de recursos educativos digitais, como computadores, óculos de realidade virtual e impressoras 3D os estudantes e docentes do Agrupamento de Escolas Cardoso Pires e do Agrupamento de Escolas Fernando Namora encontram-se a desenvolver projetos inovadores nos seus Laboratórios STEAM. Dos projetos aprovados destacam-se: Sistema Solar, Viagens Virtuais e Robótica, do AE José Cardoso Pires e Arte Cinética, App Match2Learn e Estudo Sangue, do Agrupamento de Escolas Fernando Namora.

Escola do século XXI: uma escola mais funcional

Atualmente, existe uma cultura audiovisual eletrónica que se tem generalizado, que proporciona aos jovens informações, valores, saberes e outros modos de ler e perceber o conhecimento. Contudo, esta realidade, tem também vindo a gerar, progressivamente, uma diminuição acentuada do tempo dedicado à brincadeira, à prática desportiva e à própria apetência para sair da sala de aula e utilizar espaços formais ou informais de recreio. Assim, os períodos de recreio têm de ter soluções que não sejam padronizadas ou aborrecidas, mas desafiantes. O analfabetismo motor, o comprometimento do desenvolvimento físico e cognitivo deve evitar-se, pelo que a disponibilização de respostas lúdico-desportivas na maior parte dos estabelecimentos escolares é fundamental para a formação de crianças saudáveis e funcionais.

²⁸ Ribeiro da Silva, José (2016) – A utilização das Nova TIC em contexto de sala de aula; Carvalho, Patrícia (2014) – A comunicação no processo de ensino aprendizagem.

(página propositadamente deixada em branco)

11. PROGRAMA DE AÇÃO

O aumento dos fluxos migratórios para o concelho da Amadora, aliado à dinâmica urbanística em curso, terá um impacto estrutural na procura educativa em todos os níveis de ensino. Este crescimento, tanto demográfico como urbano, coloca uma pressão acrescida sobre a atual rede escolar, exigindo uma resposta planeada, faseada e robusta. Para assegurar a capacidade de resposta com eficácia, equidade e sem ruturas no funcionamento do sistema educativo, torna-se indispensável aumentar de forma consistente o parque escolar, antecipando as necessidades futuras e evitando soluções reativas que comprometam a qualidade do serviço público de educação.

Em paralelo com o aumento da capacidade instalada, impõe-se um esforço continuado de modernização da rede educativa, quer ao nível das infraestruturas físicas, quer das condições pedagógicas e funcionais dos equipamentos. A criação de escolas modernas, flexíveis e tecnologicamente qualificadas é essencial para responder a novas exigências educativas, a perfis socioculturais cada vez mais diversos e a modelos pedagógicos mais integradores. Esta modernização é igualmente determinante para garantir ambientes de aprendizagem seguros, inclusivos e adaptados às atuais necessidades das crianças e jovens.

A ampliação da rede pública de educação pré-escolar assume, neste contexto, um carácter particularmente crítico. Apesar dos avanços recentes, designadamente com a gratuidade das creches no âmbito do programa “Creche Feliz”, subsiste um desfasamento significativo na transição entre a creche e o pré-escolar público, não estando ainda assegurada a universalização da entrada aos 3 anos. Em vários territórios do concelho, a rede pública apenas dá resposta aos 4 e/ou 5 anos, o que cria descontinuidades no percurso educativo, dificulta a conciliação da vida familiar e profissional e penaliza, sobretudo, as famílias mais vulneráveis. O reforço da oferta pública neste segmento é, por isso, fundamental para garantir continuidade, equidade e estabilidade no sistema educativo local.

Por outro lado, em alguns territórios da Amadora, é crítica a necessidade de criar equipamentos educativos diferenciadores, atrativos e de elevada qualidade. A existência de escolas modernas, bem localizadas e com projetos educativos sólidos é um fator determinante para evitar a saída de crianças e jovens para outros concelhos e, simultaneamente, para posicionar a Amadora como uma alternativa educativa credível e competitiva face a municípios vizinhos, como Lisboa, Odivelas ou Oeiras. Esta capacidade de atração é estratégica não apenas do ponto de vista educativo, mas também em termos de coesão territorial e de afirmação do concelho no contexto metropolitano.

Assim, o reforço, a modernização e a diferenciação da rede educativa devem ser entendidos como pilares centrais de uma estratégia integrada de desenvolvimento urbano e social da Amadora. Investir numa rede escolar mais ampla, mais qualificada e mais equilibrada territorialmente é investir na integração das populações, na retenção de talento, na igualdade de oportunidades e na construção de um território mais atrativo, resiliente e inclusivo a médio e longo prazo.

11.1. ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

As conclusões e análises anteriores à rede escolar, permitiram evidenciar, em termos gerais, a progressiva desadequação do parque escolar instalado, face à procura existente e potencial. Por outro lado, demonstrou-se a existência de escolas que, pelo seu estado de conservação, não dispõem/oferecem as condições adequadas para garantir os padrões de qualidade que devem reger a Escola Pública.

Estes são os principais desafios do processo de Revisão da Carta Educativa, mas este surge também como uma oportunidade para reforçar a função e vocação educativa dos equipamentos escolares, conferindo-lhes outras

valências e respostas complementares que potenciem a sua centralidade enquanto polos educativo-culturais estruturantes do concelho e, sobretudo, das comunidades onde se inserem. Nesta perspetiva, cada vez mais deverão procurar-se soluções que assegurem ambientes escolares abertos, que promovam o sucesso escolar e a inclusão social, nomeadamente a integração de migrantes, e que permitam reforçar os fatores diferenciadores da oferta pública, tornando-a mais atrativa e competitiva, seja à escala local, seja metropolitana.

Uma atuação pensada e concertada, com ambição e impacto, deve ultrapassar as fronteiras da Educação e integrar-se numa visão mais ampla de desenvolvimento harmonioso e sustentado do concelho e da sua afirmação à escala metropolitana.

Num contexto de maiores responsabilidades do Município da Amadora na prossecução desta política pública, importa também que este referencial suporte a tomada de decisão e de priorização de investimentos, e que, em última análise, confira um enquadramento às principais intervenções estruturantes a realizar no âmbito dos instrumentos europeus de apoio financeiro. Acresce que no acordo setorial de compromisso entre o governo e a ANMP²⁹, para a descentralização nos domínios da educação e da saúde, está contemplado um mapa de escolas prioritárias a reabilitar. Deste mapa constam 4 escolas a necessitar de reabilitação urgente (P2) e 3 a necessitar de reabilitação prioritária (P3) no concelho da Amadora: Escola Básica Prof. Pedro d'Orey da Cunha, Damaia (P2); Escola Básica D. Francisco Manuel Melo, Venteira (P2), Escola Secundária Fernando Namora (P2), Escola Secundária Almeida Garrett, Alfragide (P3), Escola Secundária da Amadora (P2), Escola Básica e Secundária de Mães d'Água, Falagueira (P3), Escola Básica de Alfozinhos (P3). Sublinhe-se que nos últimos anos, foram sendo realizadas intervenções nas sedes de Agrupamento (pinturas, espaços exteriores, painéis, caixilharias, retirada do amianto/fibrocimento, ...), pelo Município, com recurso às diversas fontes de financiamento disponíveis (Portugal 2020, PRR, Portugal 2030). Não obstante, em diversos destes estabelecimentos, continua a ser necessário realizar intervenções, com maior ou menos escala.

Releva ainda que dada a ambição da matriz estratégica delineada é fundamental gerar um quadro de resposta muito abrangente e multidimensional, o que concorrerá para um período de execução com um horizonte alargado (uma década). Não obstante, considera-se determinante a definição de um referencial de elevada abrangência, participado e consensualizado com os principais atores da Comunidade Educativa, que mesmo num cenário de difícil antecipação das fontes de financiamento disponíveis e da exiguidade de recursos financeiros passíveis de mobilização (nacionais e europeus), reflita o quadro de prioridades a prosseguir e as intervenções estruturantes a executar (e complementares), para a melhoria e para a diferenciação do sistema educativo municipal.

Neste contexto, as propostas de reordenamento da Rede, sustentam-se em 4 Eixos de Intervenção e num conjunto amplo de objetivos operacionais, que estruturam as intervenções a executar:

- Eixo I - Requalificar/ampliar o parque escolar instalado;
- Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino;
- Eixo III - Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos;
- Eixo IV - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior.

²⁹ 22 de julho de 2022

11.2. EIXO I – REQUALIFICAR/AMPLIAR O PARQUE ESCOLAR INSTALADO

Este eixo estratégico pretende dar continuidade, por um lado, à consolidação do conceito de centro/núcleo escolar, promovendo/consolidando a capacidade de oferta integrada, por outro lado, dando resposta e procurando resolver alguns problemas existentes na rede, nomeadamente resultantes das deficitárias condições infraestruturais de alguns estabelecimentos, da incapacidade de resposta do parque instalado à evolução da procura em alguns territórios, da necessidade de continuar a assegurar o regime de funcionamento normalizado em todos os estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e da necessidade de reforçar e densificar a rede de oferta pública pré-escolar.

As intervenções a desenvolver neste eixo estratégico contemplam cinco linhas de atuação fundamentais:

- Medida 1.1. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo;
- Medida 1.2. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: 2º, 3º ciclo e Secundário;
- Medida 1.3. Programa municipal de modernização e manutenção do parque escolar (PMPE+Amadora);
- Medida 1.4. Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (PMED+Amadora);
- Medida 1.5. Programa municipal de melhoria da eficiência energética no parque escolar (PMEE+Amadora).

MEDIDA I.1. CRIAÇÃO DE NOVAS SALAS/ESPACOS LETIVOS E DE APOIO: PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO

A educação pré-escolar, assumida enquanto primeira etapa do processo educativo e progressivamente reconhecida como uma fase importante para garantir o gosto pelo ensino e pelo futuro sucesso escolar, é uma prioridade nacional e municipal. Essa prioridade confere uma importância acrescida ao investimento dos poderes públicos na ampliação da rede, de modo a garantir a universalidade da educação pré-escolar às crianças desde os três anos.

Atualmente, a rede pública de educação pré-escolar no concelho ainda não apresenta uma densificação da oferta que permita responder de forma efetiva a este desafio (não obstante os avanços importantes realizados nos últimos anos), pelo que a ampliação do número de salas é determinante.

Por outro lado, nos últimos anos, em função da participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego, da recomposição das estruturas familiares (filhos a cargo de um único elemento parental), de uma maior pressão do mercado de trabalho (horários mais extensos, menor flexibilidade das entidades empregadoras, ...) e do aumento dos movimentos pendulares, por razões laborais, com impacto nos elevados tempos de deslocação (bacias de emprego alargadas), as famílias confrontam-se com maiores dificuldades no apoio e na ocupação das crianças fora do período letivo. Neste contexto, tem vindo a acentuar-se a procura dos pais por soluções, em condições de qualidade, que permitam prolongar a estadia das crianças nos espacos escolares. Em parte, a presença da rede privada e da rede solidária como resposta à educação pré-escolar, resulta também dessa capacidade de oferecer condições adequadas/ajustadas às necessidades em causa.

A rede pública pode e deve reforçar as suas condições, melhorando a qualidade da oferta, tornando-a diferenciadora e atrativa. Assim, alguns estabelecimentos deverão ponderar, em função da evolução da procura, a possibilidade de aproveitar/rentabilizar salas/espacos que permitam desenvolver com maior qualidade as atividades de animação e apoio à família. No caso do 1º ciclo, dada a necessidade de um maior apoio educativo para alunos com dificuldades de aprendizagem e para o desenvolvimento, com qualidade, das atividades de

enriquecimento curricular, importa igualmente ponderar, em função da evolução da procura, a possibilidade de destinar salas/espços específicos para esses serviços/atividades.

Para além do reforço e densificação da rede de pré-escolar é fundamental assegurar que, no 1.º ciclo do ensino básico, não existirão regimes de funcionamento duplo no concelho face à evolução da procura em alguns territórios (bastante impactantes nos processos de aprendizagem e limitadores da qualidade do ensino ministrado).

Anualmente, deverá ser efetuada uma leitura global da rede e da procura existente, por alguns estabelecimentos (no âmbito do exercício de monitorização e avaliação regular da Carta), de modo a ponderar a possibilidade/sustentabilidade de ampliação e/ou adaptação de alguns estabelecimentos. Não obstante, podem ser sinalizadas diversas intervenções a realizar no curto prazo, na rede de educação pré-escolar, assumidas como estruturantes e prioritárias no contexto de ampliação e qualificação da rede, nomeadamente:

- Conversão da EB Artur Bual (1º ciclo) para EB Artur Bual (JI+1º Ciclo), contemplando 2 salas para JI;
- Conversão da EB Artur Martinho Simões (1º ciclo) em EB Artur Martinho Simões (JI+ 1º Ciclo, com creche), contemplando 8 salas (4 salas de JI, duas de creche e uma de berçário);
- Criação do JI/Creche Alto da Mira, com 3 salas de berçário, 4 salas de creche e 2 salas de JI;
- Criação da Creche/JI Atalaia (3 salas de JI);
- Criação da nova EB Falagueira (EB1/JI/Creche), contemplando 2 salas de JI;
- Criação da nova EB Santa Filomena (EB1/JI), contemplando 2 salas de JI;
- Criação da nova EB Brandoa Norte (EB1/JI), contemplando 2 salas de JI;
- Criação de novo JI nas proximidades da EB Alice Vieira (6 salas; atualmente a EB tem 3);
- Ampliação da EB Alfragide: novo bloco (1 sala JI).

A estas devem ser acrescentadas outras 5 salas em equipamentos já existentes, cuja concretização deverá ocorrer ainda no primeiro semestre do ano de 2026, nomeadamente: uma sala de pré-escolar no JI Cova da Moura, no JI Cerrado da Bica e na EB Maria Irene Lopes de Azevedo e duas salas na EB Alto do Moinho (uma iniciou atividade letiva no dia 12 de janeiro de 2026, com 18 alunos).

Neste quadro, no total, a proposta contempla a criação de 27 salas de jardim-de-infância, permitindo garantir, nos próximos anos, a universalidade da educação pré-escolar às crianças desde os três anos e contribuindo para reforçar a atratividade e diferenciação do Concelho, à escala metropolitana, bem como melhorar a qualidade de vida e conciliação da vida pessoal e profissional, a quem nem vive e trabalha na Amadora.

Também ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, existem constrangimentos a ultrapassar, nomeadamente reforçar a oferta de 1.º ciclo em territórios em processo de acelerado crescimento demográfico e da população escolar, melhorar as condições e espaços de apoio às aprendizagens, sendo necessário priorizar um conjunto de intervenções, nomeadamente:

- Criação da EB Serra de Carnaxide (EB123/JI/Creche) - construção faseada, começando por EB/JI/ (8 salas de 1.º ciclo + 3 salas de JI) com Creche (2 salas de berçário + 4 salas de creche), com possibilidade de evolução para EB1/2/3 (15 salas de 2º e 3º ciclo);
- Criação da nova EB Falagueira (EB1/JI/Creche), contemplando 4 salas 1.º ciclo;
- Criação da nova EB Santa Filomena (EB1/JI), contemplando 4 salas 1.º ciclo;
- Criação da nova EB Brandoa Norte (EB1/JI), contemplando 4 salas 1.º ciclo;
- Ampliação da EB Alfragide: novo bloco (1 sala 1.º ciclo);
- EB e Secundária Mães de Água: Fase A: Integração do 1.º ciclo (4 salas 1.º ciclo)
Fase B: Com a construção da nova Escola Secundária de Alfofnelos a ES Mães d'Água será alvo de reabilitação/adaptação (creche/JI/1.º ciclo)
- Requalificação da EB Alice Vieira (adaptar as 3 salas de JI para 1.º ciclo).
- Ampliação EB Artur Martinho Simões (EB1/JI), contemplando 2 salas 1.º ciclo.

Assim, no total, a proposta contempla a criação de 30 salas para o 1.º ciclo do ensino básico, permitindo garantir, nos próximos anos, a densificação da oferta em áreas de importante pressão demográfica (atual e perspetivada) e redimensionar os equipamentos para uma melhor e mais qualificada resposta às necessidades de um ensino e aprendizagem diferenciador e inovador.

As fichas seguintes sistematizam a proposta de intervenção, contemplando uma breve memória descritiva e diversa informação relevante. As estimativas de custo apresentadas resultam de um exercício de *benchmarking* e da análise do histórico recente de intervenções similares devendo, por isso, ser entendidas como valores indicativos e não como orçamentos fechados. Importa sublinhar que estas estimativas estão sujeitas a um elevado grau de incerteza, num contexto particularmente volátil do setor da construção, marcado pela subida significativa dos custos de materiais e da mão de obra, bem como por constrangimentos nas cadeias de abastecimento e impactos indiretos de tensões geopolíticas recentes. Acresce que a forte pressão sobre o setor, resultante da concentração de investimento público e dos prazos exigentes associados a instrumentos como o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), tem contribuído para um aquecimento do mercado e para o aumento dos preços base das empreitadas. Neste quadro, os valores observados nas últimas adjudicações, que em parte servem de base ao exercício realizado, tendem a refletir condições excecionais, nomeadamente a existência de financiamentos a 100% e referenciais de preço mais elevados (custos-padrão), definidos para mitigar o risco de concursos desertos e assegurar a execução célere dos investimentos, podendo assim traduzir níveis de custo inflacionados face a um cenário de mercado mais estabilizado.

Quadro 66 – Ficha de Ação: Conversão da EB Artur Bual (1º ciclo) para EB Artur Bual (JI+1º Ciclo)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Conversão da EB Artur Bual (1º ciclo) para EB Artur Bual (JI+1º Ciclo)					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar				
Localização:	Falagueira/Venda Nova				
Promotores:	Câmara Municipal de Amadora				
Tipologia:	Ampliação de estabelecimento de ensino (2 salas para JI)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em ampliar o equipamento, permitindo reforçar e qualificar a oferta de pré-escolar neste território.</p> <p>Assim, pretende-se com a presente ação ampliar a EB Artur Bual, com duas salas de pré-escolar e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar, reforçar a oferta de pré-escolar e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa, ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo.</p> <p>Neste quadro, procura-se melhorar a capacidade de resposta do parque escolar instalado neste território e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação e modernização do parque escolar, e disponibilizando oferta de pré-escolar, contribuindo para o processo de aprendizagem sequencial e para a qualidade do ensino ministrado.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla a ampliação do equipamento (duas salas de pré-escolar). A ampliação deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e, se possível, à microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão das salas de atividades deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de aprendizagem e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
X	X				
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			1.400		

Fonte: Equipa técnica

Quadro 67 – Ficha de Ação: Conversão da EB Artur Martinho Simões (1º ciclo) em EB Artur Martinho Simões (JI+ 1º Ciclo, com creche)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Conversão da EB Artur Martinho Simões (1º ciclo) em EB Artur Martinho Simões (JI+ 1º Ciclo, com creche)					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar				
Localização:	Mina d' Água				
Promotores:	Câmara Municipal de Amadora				
Tipologia:	Ampliação de estabelecimento de ensino (4 salas)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em ampliar o equipamento, permitindo reforçar e qualificar a oferta de pré-escolar e 1.º ciclo neste território.</p> <p>Assim, pretende-se com a presente ação ampliar a EB Artur Martinho Simões, com quatro salas de pré-escolar (e 2 salas de 1.º ciclo) e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar, reforçar a oferta de pré-escolar e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa, ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo.</p> <p>Neste quadro, procura-se melhorar a capacidade de resposta do parque escolar instalado neste território e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação e modernização do parque escolar, e disponibilizando oferta de pré-escolar, contribuindo para o processo de aprendizagem sequencial e para a qualidade do ensino ministrado. O equipamento terá a valência creche.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla a ampliação do equipamento (quatro salas de pré-escolar; acrescem duas de 1.º ciclo). A ampliação deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e, se possível, à microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão das salas de atividades deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de aprendizagem e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas. O equipamento terá ainda a valência creche.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
X	X				
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			7.300 (dos quais 1.400 creche)		

Fonte: Equipa técnica

Quadro 68 – Ficha de Ação: Criação da Creche/JI Alto da Mira (JI, com creche e berçário)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Criação da Creche/JI Alto da Mira					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar				
Localização:	Mina de Água (Alto da Mira)				
Promotores:	Câmara Municipal da Amadora				
Tipologia:	Criação de um novo estabelecimento (3 salas JI, 2 salas de berçário, 4 salas de creche)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em construir um novo equipamento no Alto da Mira, com 3 salas de pré-escolar (acrescem salas para berçário e creche) e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar (existente e potencial), reforçar a oferta de pré-escolar neste território, e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa local, ao nível do ensino pré-escolar e 1-ª infância. Com a abertura deste equipamento será encerrado o Jardim de Infância de A-da-Beja, que se encontra em deficiente estado de conservação.</p> <p>Neste quadro, procura-se ampliar a capacidade de resposta do parque escolar instalado na freguesia da Mina d'Água e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação e modernização do parque escolar e, deste modo, melhorar o processo de aprendizagem e a qualidade do ensino ministrado neste território.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla a construção de um novo equipamento (3 salas de pré-escolar, 2 salas de berçário e 4 salas de creche), de raiz, no Alto da Mira, cujas características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escala local. A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo. Com a abertura deste equipamento, será encerrado o JI de A-da-Beja.</p> <p>A dimensão das salas deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas.</p> <p>Nos espaços exteriores envolventes, promover-se-á a criação de espaços ajardinados e de espaços para a prática desportiva e lúdico-recreativos.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
	X	X			
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			7.400 (dos quais 2.200 creche)		

Fonte: Equipa técnica

Quadro 69 – Ficha de Ação: Criação da Creche/JI da Atalaia

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Criação da Creche/JI da Atalaia					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar				
Localização:	Águas Livres (Atalaia)				
Promotores:	Câmara Municipal da Amadora				
Tipologia:	Criação de um novo estabelecimento (3 salas JI, duas de creche e uma de berçário)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em construir um novo equipamento na urbanização da Atalaia, na freguesia de Água Livres, com 3 salas de pré-escolar (acresce duas salas para creche e uma sala de berçário) e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar (existente e potencial), reforçar a oferta de pré-escolar neste território, e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa local.</p> <p>Neste quadro, procura-se ampliar a capacidade de resposta do parque escolar instalado na freguesia de Águas Livres e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação do parque escolar e, deste modo, melhorar o processo de aprendizagem sequencial.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla a construção de um novo equipamento (3 salas de pré-escolar, 2 salas de creche e uma de berçário), de raiz, na urbanização da Atalaia, cujas características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escala local. A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão das salas deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de aprendizagem e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas.</p> <p>Nos espaços exteriores envolventes, promover-se-á a criação de espaços ajardinados e de espaços para a prática desportiva e lúdico-recreativos.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
	X	X			
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			5.600		

Fonte: Equipa técnica

Quadro 70 – Ficha de Ação: Integração do 1.º ciclo na EB e Secundária Mães de Água (Fase 1)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Integração do 1.º ciclo na EB e Secundária Mães de Água (Fase 1)					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	1.º Ciclo de Ensino Básico				
Localização:	Falagueira (Falagueira/Venda Nova)				
Promotores:	Câmara Municipal da Amadora				
Tipologia:	Adaptação de estabelecimento de ensino (4 salas 1.º Ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em adaptar/reabilitar o equipamento, permitindo reforçar e qualificar a oferta de 1º ciclo neste território. A Escola Básica e Secundária Mães d'Água será alvo de reabilitação/ adaptação, nesta 1ª Fase, para permitir acolher o 1º Ciclo (4 salas).</p> <p>Assim, pretende-se com a presente ação adaptar a EB e Secundária Mães d'Água, para lecionar o 1º ciclo em quatro salas e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar, reforçar a oferta de 1º ciclo e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa. Numa segunda fase, com a construção da nova Escola Secundária de Alornelos, a EB e Secundária Mães d'Água poderá vir a ter a valência de pré-escolar (e creche), para além dos 1º, 2º e 3º ciclos (passando o ensino secundário, exclusivamente, para a nova escola secundária)</p> <p>Neste quadro, procura-se melhorar a capacidade de resposta do parque escolar instalado neste território e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação e modernização do parque escolar, e disponibilizando oferta de 1º ciclo, contribuindo para o processo de aprendizagem sequencial e para a qualidade do ensino ministrado.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla a adaptação do equipamento (4 salas para 1º ciclo), garantindo elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios.</p> <p>A dimensão das salas para a componente letiva deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
X	X	X			
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			800		

Fonte: Equipa técnica

Quadro 71 – Ficha de Ação: Reabilitação/ampliação da EB e Secundária Mães de Água (Fase 2)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Reabilitação/ampliação da EB e Secundária Mães de Água (Fase 2)					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico				
Localização:	Falagueira (Falagueira/Venda Nova)				
Promotores:	Câmara Municipal da Amadora				
Tipologia:	Adaptação de estabelecimento de ensino (2 salas creche; 3 salas JI; 4 salas 1.º Ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em adaptar/reabilitar o equipamento, permitindo reforçar e qualificar a oferta de pré-escolar (e creche) neste território. A Escola Básica e Secundária Mães d'Água será alvo de reabilitação/adaptação, nesta 2ª Fase, com o acréscimo de 3 salas de pré-escolar, duas salas de creche (e as 4 salas de 1º ciclo, adaptadas na 1.ª fase).</p> <p>Assim, pretende-se com a presente ação adaptar a EB e Secundária Mães d'Água, com três salas de pré-escolar e 4 de 1º ciclo e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar, reforçar a oferta e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa.</p> <p>Com a construção da nova Escola Secundária de Alfofnelos, a EB e Secundária Mães d'Água deixará de ter ensino secundário, passando a sua oferta formativa a englobar o ensino pré-escolar e os diversos níveis do ensino básico, para além da valência creche (2 salas).</p> <p>Neste quadro, procura-se melhorar a capacidade de resposta do parque escolar instalado neste território e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação e modernização do parque escolar, e disponibilizando oferta de pré-escolar e 1.º ciclo, contribuindo para o processo de aprendizagem sequencial e para a qualidade do ensino ministrado.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla a adaptação do equipamento (3 salas de pré-escolar e mais 4 salas de 1º Ciclo do ensino básico), garantindo elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e, se possível, à microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão das salas para a componente letiva deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas. O equipamento terá duas novas salas para a valência creche.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
		X	X	X	
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			1.600		

Fonte: Equipa técnica

Quadro 72 – Ficha de Ação: Criação da EB de Santa Filomena (EB1/JI)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Criação da EB de Santa Filomena (EB1/JI)					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar, 1º ciclo do ensino básico				
Localização:	Serra das Brancas (Mina de Água)				
Promotores:	Câmara Municipal da Amadora				
Tipologia:	Criação de estabelecimento (2 salas JI+ 4 salas de 1º ciclo);				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em construir um novo equipamento na urbanização Serra das Brancas, na freguesia de Mina d'Água, com 2 salas de pré-escolar e 4 salas de 1º Ciclo e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar (existente e potencial), reforçar a oferta de pré-escolar neste território, e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa local, ao nível do ensino pré-escolar e do 1º Ciclo.</p> <p>Neste quadro, procura-se ampliar a capacidade de resposta do parque escolar instalado na freguesia de Mina d'Água e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação do parque escolar e, deste modo, melhorar o processo de aprendizagem e a qualidade do ensino ministrado neste território.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla a construção de um novo equipamento (2 salas de pré-escolar, 4 salas de 1º ciclo), de raiz, na urbanização Serra das Brancas, cujas características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escala local. A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão das salas deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas.</p> <p>Nos espaços exteriores envolventes, promover-se-á a criação de espaços ajardinados e de espaços para a prática desportiva e lúdico-recreativos.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
		X	X	X	
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			3.000		

Fonte: Equipa técnica

Quadro 73 – Ficha de Ação: Criação da nova EB Falagueira (EB1/JI/Creche)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Criação da nova EB Falagueira (EB1/JI/Creche)					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar, 1º ciclo do ensino básico				
Localização:	Falagueira / Venda Nova				
Promotores:	Câmara Municipal da Amadora				
Tipologia:	Criação de estabelecimento (2 salas JI+ 4 salas de 1º Ciclo + duas salas de creche + uma sala de berçário)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em construir um novo equipamento na Falagueira, na freguesia de Falagueira / Venda Nova, com 2 salas de pré-escolar, 4 salas de 1º Ciclo (e duas salas para creche e uma de berçário) e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar (existente e potencial), reforçar a oferta de pré-escolar e 1º ciclo neste território, e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa local.</p> <p>Neste quadro, procura-se ampliar a capacidade de resposta do parque escolar instalado na freguesia de Falagueira/Venda Nova e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação do parque escolar e, deste modo, melhorar o processo de aprendizagem e a qualidade do ensino ministrado neste território.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla a construção de um novo equipamento (2 salas de pré-escolar, 4 salas de 1º ciclo, a que acresce duas salas de creche e uma sala de berçário), de raiz, na Falagueira, cujas características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escala local. A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão das salas deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas.</p> <p>Nos espaços exteriores envolventes, promover-se-á a criação de espaços ajardinados e de espaços para a prática desportiva e lúdico-recreativos.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
		X	X	X	
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			4.500		

Fonte: Equipa técnica

Quadro 74 – Ficha de Ação: Criação da EB Brandoa Norte (EB1+JI)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Criação da EB Brandoa Norte (JI+1º Ciclo)					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar, 1º ciclo do ensino básico				
Localização:	Casal do Castelo/Brandoa (Encosta do Sol)				
Promotores:	Câmara Municipal da Amadora				
Tipologia:	Criação de estabelecimento (2 salas JI+ 4 salas 1.º Ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em construir um novo equipamento no Casal do Castelo, na localidade da Brandoa, com 2 salas de pré-escolar, 4 salas de 1º Ciclo e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar (existente e potencial), reforçar a oferta de pré-escolar e 1º ciclo neste território, e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa local.</p> <p>Neste quadro, procura-se ampliar a capacidade de resposta do parque escolar instalado na freguesia da Encosta do Sol e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação do parque escolar e, deste modo, melhorar o processo de aprendizagem e a qualidade do ensino ministrado neste território.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla a construção de um novo equipamento (2 salas de pré-escolar e 4 salas de 1º ciclo), de raiz, no Casal do Castelo, cujas características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escala local. A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão das salas deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas.</p> <p>Nos espaços exteriores envolventes, promover-se-á a criação de espaços ajardinados e de espaços para a prática desportiva e lúdico-recreativos.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
		X	X	X	
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			3.000		

Fonte: Equipa técnica

Quadro 75 – Ficha de Ação: Criação da EB da Serra de Carnaxide (Fase 1)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Criação da EB da Serra de Carnaxide (EB123/JI/Creche) – Fase 1 (EB1/JI/creche)					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar, 1º ciclo do ensino básico (Fase 1) + 2º e 3º Ciclo (Fase 2)				
Localização:	Serra de Carnaxide (Venteira)				
Promotores:	Câmara Municipal da Amadora				
Tipologia:	Criação de estabelecimento (3 salas JI, 8 salas de 1º ciclo) e (2 salas de berçário + 4 salas de creche) (Fase 1) + 15 salas de 2º e 3º ciclo (Fase 2)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto é a construção de um novo equipamento educativo na Serra de Carnaxide, contemplando, numa fase inicial (Fase 1), as valências de pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, integrando igualmente berçário e creche. Numa segunda fase, está prevista a ampliação do equipamento, de forma a incluir os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.</p> <p>Na Fase 1, o equipamento será constituído por 3 salas de pré-escolar e 8 salas de 1.º ciclo, complementadas por 2 salas de berçário e 4 salas de creche. Esta intervenção visa dar resposta à pressão demográfica e à procura escolar existente e potencial, reforçando a oferta educativa de pré-escolar e 1.º ciclo neste território e contribuindo para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem da comunidade educativa local.</p> <p>Neste contexto, o projeto pretende ampliar a capacidade de resposta do parque escolar instalado na freguesia da Venteira, elevando simultaneamente a qualidade do serviço educativo prestado. A expansão do parque escolar constitui, assim, um fator determinante para a melhoria do processo de aprendizagem e para o aumento da qualidade do ensino ministrado neste território.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação prevê a construção faseada de um novo equipamento educativo, iniciando-se com a implementação de uma EB1/JI, composta por 8 salas do 1.º ciclo e 3 salas de jardim de infância, integrando ainda a valência de creche, com 2 salas de berçário e 4 salas de creche. Numa segunda fase, está prevista a possibilidade de evolução para EBI, com a construção de 15 salas destinadas ao 2.º e 3.º ciclos.</p> <p>A intervenção contempla a edificação de raiz, na Serra de Carnaxide, de um total de 11 salas de pré-escolar e 1.º ciclo, bem como 6 salas de creche e berçário, com características construtivas e de inserção na malha urbana que confirmam ao equipamento um carácter atrativo e diferenciador à escala local.</p> <p>O projeto deverá assegurar elevados níveis de conforto ambiental, com especial enfoque na eficiência térmica e energética dos edifícios, bem como na incorporação de soluções de microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão e organização das salas serão adequadas à criação de espaços de ensino e trabalho de elevada qualidade, garantindo simultaneamente excelentes condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e infraestruturas tecnológicas e da cobertura da rede de internet.</p> <p>Nos espaços exteriores envolventes, será promovida a criação de áreas ajardinadas, bem como de espaços destinados à prática desportiva e a atividades lúdico-recreativas.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
	X	X	X		
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			8.000		

Fonte: Equipa técnica

Quadro 76 – Ficha de Ação: Ampliação da EB de Alfragide

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Ampliação da EB de Alfragide (novo bloco)					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar, 1º ciclo do ensino básico				
Localização:	Alfragide				
Promotores:	Câmara Municipal da Amadora				
Tipologia:	Ampliação de estabelecimento (1 sala JI, 1 sala de 1º ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto é a ampliação do equipamento existente, através da criação de duas novas salas, permitindo reforçar e qualificar a oferta educativa de pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico neste território. Neste âmbito, a presente ação prevê a ampliação da EB de Alfragide, com a construção de uma sala de pré-escolar e uma sala de 1.º ciclo, de forma a responder à pressão demográfica e à procura escolar, reforçar a oferta de educação pré-escolar e melhorar as condições de ensino e aprendizagem da comunidade educativa ao nível destes ciclos de ensino.</p> <p>Neste contexto, pretende-se aumentar a capacidade de resposta do parque escolar instalado e elevar a qualidade do serviço educativo prestado, através da ampliação e modernização das infraestruturas escolares, e pela disponibilização de uma oferta estruturada de educação pré-escolar, contribuindo para a melhoria dos processos de aprendizagem e para o aumento da qualidade do ensino ministrado.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação consiste na ampliação do equipamento existente, mediante a construção de uma sala de pré-escolar e de uma sala de 1.º ciclo do ensino básico. A intervenção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental, privilegiando soluções que promovam a eficiência térmica e energética dos edifícios.</p> <p>A dimensão, organização e funcionalidade das salas deverão assegurar espaços de ensino e de trabalho de elevada qualidade. Em simultâneo, deverão ser garantidas condições de excelência ao nível da infraestrutura elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e da cobertura da rede de internet, contribuindo para a modernização e plena funcionalidade do equipamento educativo.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
X	X				
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			1.200		

Fonte: Equipa técnica

Quadro 77 – Ficha de Ação: Requalificação/adaptação da EB Alice Vieira

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Requalificação da EB Alice Vieira					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar, 1º ciclo do ensino básico				
Localização:	Buraca (Águas Livres)				
Promotores:	Câmara Municipal da Amadora				
Tipologia:	Adaptação de estabelecimento (3 salas de 1º ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em requalificar/adaptar o equipamento, aproveitando as 3 salas de JI para 1º Ciclo (construção de um novo JI com 6 salas, nas proximidades), permitindo reforçar e qualificar a oferta de 1.º ciclo do ensino básico neste território.</p> <p>Assim, pretende-se com a presente ação requalificar/adaptar a EB Alice Vieira, convertendo 3 salas do JI para o 1.º ciclo e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa, ao nível do 1.º ciclo.</p> <p>Neste quadro, procura-se melhorar a capacidade de resposta do parque escolar instalado neste território e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação e modernização do parque escolar, e aumentando a oferta de 1º ciclo, contribuindo para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla a adaptação do equipamento (converter/requalificar 3 salas de JI para 1.º ciclo). A adaptação deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios.</p> <p>A dimensão das salas para a componente letiva deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
X	X	X			
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			350		

Fonte: Equipa técnica

MEDIDA I.2. CRIAÇÃO DE NOVAS SALAS/ESPAÇOS LETIVOS E DE APOIO: 2.º, 3.º CICLO E SECUNDÁRIO

Conforme referido anteriormente, em alguns territórios da Amadora é crítica a necessidade de criar equipamentos educativos diferenciadores, atrativos e de elevada qualidade, nomeadamente nos níveis superiores (2.º, 3.º ciclo e secundário). A existência de escolas modernas, bem localizadas e com projetos educativos sólidos é um fator determinante para evitar a saída de crianças e jovens para outros concelhos e, simultaneamente, em termos de coesão territorial e de afirmação do concelho no contexto metropolitano.

Releve-se um caso em particular. A criação de novos equipamentos na Serra de Carnaxide (uma escola com 1.º, 2.º e 3.º ciclo e uma escola secundária) justifica-se, em primeiro lugar, pela dinâmica urbanística em curso neste território, marcada pela concretização de novos loteamentos e empreendimentos habitacionais dirigidos predominantemente a estratos socioeconómicos médios e médio-elevados. Esta evolução traduz-se num aumento expectável da população residente, em particular de famílias jovens, com impacto direto e sustentado na procura por respostas educativas de qualidade, nomeadamente ao nível do ensino secundário. A inexistência de uma resposta local adequada poderá agravar desequilíbrios futuros entre oferta e procura e comprometer a capacidade de planeamento integrado da rede escolar do concelho.

Em segundo lugar, a atual ausência de uma oferta pública de ensino secundário na Serra de Carnaxide tem vindo a originar a saída sistemática de alunos para concelhos vizinhos, designadamente Oeiras e Lisboa, onde existem equipamentos mais próximos, modernos ou percecionados como mais atrativos. Este fenómeno contribui para a perda de população escolar, enfraquece a coesão territorial e reduz a capacidade do concelho da Amadora afirmar uma rede educativa pública completa e competitiva. A criação de uma escola secundária neste território permitiria inverter esta tendência, reforçando a atratividade do sistema educativo local e reduzindo a dependência face a ofertas externas.

Acresce que a instalação de uma nova Escola Básica Integrada (EB 1/2/3) na Serra de Carnaxide torna particularmente relevante assegurar a continuidade dos percursos educativos das crianças e jovens no próprio território e no concelho da Amadora. A transição para a atual escola sede do Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves pode constituir, para muitas famílias, um fator de rutura ou de barreira social, quer pela distância, quer pela perceção de descontinuidade territorial e simbólica. A criação de uma escola secundária de proximidade contribuiria para mitigar estes efeitos, promovendo percursos educativos mais coerentes, estáveis e socialmente integradores.

Por fim, a nova escola secundária (ES Serra de Carnaxide) deverá assumir-se como um equipamento de referência, diferenciado e atrativo, não apenas ao serviço da população residente, mas também capaz de captar alunos de concelhos vizinhos. Um projeto educativo inovador, associado a infraestruturas modernas, qualificadas e bem integradas no território, permitiria posicionar a Serra de Carnaxide como um polo educativo relevante à escala metropolitana. Esta opção reforça a competitividade do concelho da Amadora, valoriza o investimento público em educação e contribui para uma estratégia de desenvolvimento territorial assente na qualidade, na equidade e na atratividade da rede educativa pública.

A criação de um novo equipamento educativo 2º e 3º ciclo no Casal da Mira (EB Casal da Mira), e de uma ES em Alfovelos (ES Alfovelos) vem dar resposta às necessidades emergentes e perspetivadas nestes territórios, bem como a uma perspetiva de reforço da sua área de influência para territórios vizinhos.

Importa ainda sinalizar que alguns estabelecimentos com 2º e 3º ciclo e/ou ensino secundário apresentam necessidade de um maior número de salas para a componente letiva, seja pela procura atualmente existente, seja pela necessidade de compatibilizar um amplo conjunto de atividades e projetos de apoio à aprendizagem, com espaços letivos. Acresce que para os estabelecimentos que não foram alvo de intervenção nos últimos anos e

carecem de processos de requalificação significativa, deverá ser ponderada no âmbito da eventual execução desses processos, a ampliação/reformulação dos espaços de modo a responder às necessidades atualmente existentes.

Quadro 78 – Ficha de Ação: Criação da Escola Básica Casal da Mira (EB2/3)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Criação da Escola Básica Casal da Mira (EB2/3)					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico				
Localização:	Casal da Mira				
Promotores:	Câmara Municipal da Amadora				
Tipologia:	Criação de um novo estabelecimento (16 salas para o 2.º e 3.º ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto é a criação de um novo equipamento educativo no Casal da Mira, composto por 16 salas destinadas ao 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. Esta intervenção visa responder à procura escolar existente neste território, reforçar a oferta educativa e melhorar as condições de ensino e aprendizagem da comunidade educativa local ao nível destes ciclos de ensino, bem como reforçar o posicionamento da amadora à escala metropolitana, através de uma maior atratividade do seu parque escolar.</p> <p>A concretização do projeto permitirá a criação de um novo polo de oferta de 2.º e 3.º ciclos, contribuindo para a redução das deslocações dos alunos residentes na zona norte do concelho (ou mesmo a sua saída para equipamentos localizados no concelho de Odivelas). A área de influência da escola deverá assumir uma dimensão intermunicipal.</p> <p>Neste contexto, o projeto pretende ampliar e qualificar a capacidade de resposta educativa neste território, bem como elevar a qualidade do serviço educativo prestado, através da expansão e modernização do parque escolar, contribuindo para a melhoria dos processos de aprendizagem e para o aumento da qualidade do ensino ministrado.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla a construção de um novo equipamento, uma EB de 2º e 3º Ciclo (16 salas do 2.º e 3.º ciclo), de raiz, no Casal da Mira, cujas características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escala local. A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
		X	X	X	
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			6.000		

Fonte: Equipa técnica

Quadro 79 – Ficha de Ação: Criação da EB da Serra de Carnaxide (Fase 2)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Criação da EB Serra de Carnaxide (EB123/JI/Creche) – Fase 2 – (EB2/3 ciclo)					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	2º e 3º Ciclo do ensino básico				
Localização:	Serra de Carnaxide (Venteira)				
Promotores:	Câmara Municipal da Amadora				
Tipologia:	Criação de estabelecimento (15 salas de 2º e 3º ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto é a construção de um novo equipamento educativo na Serra de Carnaxide, contemplando, numa fase inicial (Fase 1), as valências de pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, integrando igualmente berçário e creche. Numa segunda fase, está prevista a ampliação do equipamento, de forma a incluir os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.</p> <p>A Fase 1, envolve a construção de um equipamento constituído por 3 salas de pré-escolar e 8 salas de 1.º ciclo, complementadas por 2 salas de berçário e 4 salas de creche. Nesta Fase serão construídas 15 salas de 2º e 3º Ciclo.</p> <p>Esta intervenção visa dar resposta à pressão demográfica e à procura escolar existente e potencial, reforçando a oferta educativa desde o pré-escolar ao 3º ciclo do ensino básico neste território e contribuindo para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem da comunidade educativa local.</p> <p>Neste contexto, o projeto pretende ampliar a capacidade de resposta do parque escolar instalado na freguesia da Venteira, elevando simultaneamente a qualidade do serviço educativo prestado. A expansão do parque escolar constitui, assim, um fator determinante para a melhoria do processo de aprendizagem e para o aumento da qualidade do ensino ministrado neste território.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação prevê a construção faseada de um novo equipamento educativo, iniciando-se com a implementação de uma EB/JI, composta por 8 salas do 1.º ciclo e 3 salas de jardim de infância, integrando ainda uma valência de creche, com 2 salas de berçário e 4 salas de creche. A intervenção contempla a edificação de raiz, na Serra de Carnaxide, de um total de 11 salas de pré-escolar e 1.º ciclo, bem como 6 salas de creche e berçário, com características construtivas e de inserção na malha urbana que confirmam ao equipamento um carácter atrativo e diferenciador à escala local.</p> <p>Nesta fase, está prevista a possibilidade de evolução para EBI, com a construção de 15 salas destinadas ao 2.º e 3.º ciclos.</p> <p>O projeto deverá assegurar elevados níveis de conforto ambiental, com especial enfoque na eficiência térmica e energética dos edifícios, bem como na incorporação de soluções de microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão e organização das salas serão adequadas à criação de espaços de ensino e trabalho de elevada qualidade, garantindo simultaneamente excelentes condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e infraestruturas tecnológicas e da cobertura da rede de internet.</p> <p>Nos espaços exteriores envolventes, será promovida a criação de áreas ajardinadas, bem como de espaços destinados à prática desportiva e a atividades lúdico-recreativas.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
	X	X	X		
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			5.000		

Fonte: Equipa técnica

Quadro 80 – Ficha de Ação: Criação da Escola Secundária de Alfornelos

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Criação da Escola Secundária de Alfornelos					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino secundário				
Localização:	Alfornelos (Encosta do Sol)				
Promotores:	Câmara Municipal da Amadora				
Tipologia:	Criação de novo estabelecimento (20 salas)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto é a construção de um novo equipamento educativo em Alfornelos, dedicado ao ensino secundário (20 salas).</p> <p>Esta intervenção visa dar resposta à pressão demográfica e à procura escolar existente e potencial, reforçando a oferta educativa deste nível de ensino, neste território e contribuindo para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem da comunidade educativa local.</p> <p>Neste contexto, o projeto pretende ampliar a capacidade de resposta do parque escolar instalado na freguesia da Encosta do Sol, elevando simultaneamente a qualidade do serviço educativo prestado. A expansão do parque escolar constitui, assim, um fator determinante para a melhoria do processo de aprendizagem e para o aumento da qualidade do ensino ministrado neste território.</p> <p>A abertura deste equipamento realiza-se em simultâneo com a cessação do ensino secundário na EB e Secundária Mães d' Água.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação prevê a construção de um novo equipamento educativo, para ministrar o ensino secundário. A intervenção contempla a edificação de raiz, em Alfornelos (em frente à atual EB 2/3), de um total de 20 salas de 10º ao 12º ano, com características construtivas e de inserção na malha urbana (nova urbanização) que confirmam ao equipamento um carácter atrativo e diferenciador à escala local.</p> <p>O projeto deverá assegurar elevados níveis de conforto ambiental, com especial enfoque na eficiência térmica e energética dos edifícios, bem como na incorporação de soluções de microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão e organização das salas serão adequadas à criação de espaços de ensino e trabalho de elevada qualidade, garantindo simultaneamente excelentes condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e infraestruturas tecnológicas e da cobertura da rede de internet.</p> <p>Nos espaços exteriores envolventes, será promovida a criação de áreas ajardinadas, bem como de espaços destinados à prática desportiva e a atividades lúdico-recreativas.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
	X	X	X		
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			8.000		

Fonte: Equipa técnica

Quadro 81 – Ficha de Ação: Criação da Escola Secundária da Serra de Carnaxide

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Criação da Escola Secundária da Serra de Carnaxide					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino secundário				
Localização:	Serra de Carnaxide (Venteira)				
Promotores:	Câmara Municipal da Amadora				
Tipologia:	Criação de novo estabelecimento (20 salas)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>O principal objetivo do projeto é a construção de um novo equipamento educativo na Serra de Carnaxide, dedicado ao ensino secundário (20 salas).</p> <p>Esta intervenção visa dar resposta à pressão demográfica e à procura escolar existente e potencial, reforçando a oferta educativa deste nível de ensino, neste território e contribuindo para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem da comunidade educativa local.</p> <p>Neste contexto, o projeto pretende ampliar a capacidade de resposta do parque escolar instalado na Serra de Carnaxide, elevando simultaneamente a qualidade do serviço educativo prestado. A expansão do parque escolar constitui, assim, um fator determinante para a melhoria do processo de aprendizagem e para o aumento da qualidade do ensino ministrado neste território.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação prevê a construção de um novo equipamento educativo, para ministrar o ensino secundário. A intervenção contempla a edificação de raiz, na Serra de Carnaxide de um total de 20 salas de 10º ao 12º ano, com características construtivas e de inserção na malha urbana (nova urbanização) que confirmam ao equipamento um carácter atrativo e diferenciador à escala local.</p> <p>O projeto deverá assegurar elevados níveis de conforto ambiental, com especial enfoque na eficiência térmica e energética dos edifícios, bem como na incorporação de soluções de microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão e organização das salas serão adequadas à criação de espaços de ensino e trabalho de elevada qualidade, garantindo simultaneamente excelentes condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e infraestruturas tecnológicas e da cobertura da rede de internet.</p> <p>Nos espaços exteriores envolventes, será promovida a criação de áreas ajardinadas, bem como de espaços destinados à prática desportiva e a atividades lúdico-recreativas.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
		X	X	X	
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			8.000		

Fonte: Equipa técnica

MEDIDA 1.3. PROGRAMA MUNICIPAL DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE ESCOLAR (PMPE+ AMADORA)

Sempre que possível, em articulação entre o Município da Amadora, os Agrupamentos de Escolas e as Juntas de Freguesia, deve prever-se um conjunto de intervenções, essenciais à obtenção de uma rede de equipamentos educativos eficaz e de qualidade. Trata-se de intervenções que procuram, fundamentalmente, intervir na rede de estabelecimentos de ensino existentes, designadamente no que se refere à sua requalificação e modernização. As intervenções a realizar centram-se em diversos domínios de intervenção, tais como a remodelação de infraestruturas de água, esgotos e eletricidade, a melhoria das coberturas, a pintura de edifícios, a requalificação dos espaços interiores, exteriores e de lazer, entre outras.

Neste quadro, o Município deverá criar um “programa de modernização e manutenção do parque escolar” que permita, em função da capacidade financeira existente e da premência dos constrangimentos a resolver, garantir uma resposta adequada, atempada e eficaz.

Em relação aos equipamentos da responsabilidade da Parque Escolar, assinale-se também a necessidade que seja garantida a sua permanente manutenção e modernização, contribuindo para a elevada qualidade geral do parque escolar instalado no concelho.

Quadro 82 – Ficha de Ação: Programa Municipal de Modernização e Manutenção do Parque Escolar (JI e 1º ciclo)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO	
Programa municipal de modernização e manutenção do parque escolar (JI e 1º ciclo)	
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO	
Níveis de Ensino:	Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares
Promotores:	Câmara Municipal da Amadora
Tipologia:	Requalificação e modernização (Jardins-de-Infância e 1º ciclo)
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO	
<p>Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possam dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para as crianças do pré-escolar e para os alunos do 1º ciclo do ensino básico.</p> <p>Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através de diversas intervenções de qualificação e modernização do parque escolar, nomeadamente nos estabelecimentos onde existem fortes constrangimentos, impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.</p>	
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO	
<p>A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais nos edifícios, designadamente no que se refere à reabilitação das suas coberturas, paredes, instalação elétrica. De igual modo, nos processos de reabilitação a realizar deverá prever-se o reforço estrutural com vista à melhoria do desempenho sísmico dos edifícios.</p> <p>Em todos os estabelecimentos deverão ser efetuadas intervenções associadas ao reforço da capacidade das redes (elétrica, internet, ...).</p> <p>Em volume anexo, avaliam-se, por equipamento escolar, de forma qualitativa, uma multiplicidade de itens associados ao edificado e diferentes espaços/equipamentos presentes no perímetro escolar. Essa avaliação, sinaliza os principais constrangimentos e debilidades infraestruturais que deverão se ultrapassadas através dos projetos de requalificação e modernização a desenvolver, em cada equipamento.</p>	

Sublinhe-se que, sempre que possível, a requalificação dos espaços deve ter em perspetiva não apenas a sua utilização letiva, mas também enquanto espaços centrais para o desenvolvimento de ofertas complementares (AEC, CAF, centro de estudos, ...).

PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
X	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			3.000		

Fonte: Equipa técnica

Quadro 83 – Ficha de Ação: Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2º, 3º ciclo e secundário)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO	
Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2º, 3º ciclo e secundário)	
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO	
Níveis de Ensino:	2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares
Promotores:	Câmara Municipal da Amadora
Tipologia:	Requalificação e modernização (2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário)
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO	
<p>Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possam dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para os alunos do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário. Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através de diversas intervenções de qualificação e modernização do parque escolar, nomeadamente nos estabelecimentos onde existem fortes constrangimentos, impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.</p>	
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO	
<p>A ação contempla intervenções fundamentais nos edifícios, designadamente no que se refere à melhoria das infraestruturas, intervenções de reabilitação do edificado e substituição de pavimentos. Em todos os estabelecimentos deverão ser efetuadas intervenções associadas ao reforço da capacidade das redes (elétrica, internet, ...) e de ampliação/densificação do número de tomadas por sala, para carregamento de bateria dos computadores. De igual modo, nos processos de reabilitação a realizar deverá prever-se o reforço estrutural com vista à melhoria do desempenho sísmico dos edifícios.</p> <p>Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta a curto prazo, destacam-se, no que se refere ao 2º, 3º ciclo e ensino secundário, os estabelecimentos que integram o mapa de equipamentos escolares de intervenção prioritária, acordada entre a ANMP e o ME. Deste mapa constam 4 escolas a necessitar de reabilitação urgente (P2) e 3 a necessitar de reabilitação prioritária (P3) no concelho da Amadora: Escola Básica Prof. Pedro d'Orey da Cunha, Damaia (P2); Escola Básica D. Francisco Manuel Melo, Venteira (P2), Escola Secundária Fernando Namora (P2), Escola Secundária Almeida Garrett, Alfragide (P3), Escola Secundária da Amadora (P2), Escola Básica e Secundária de Mães d'Água, Falagueira (P3), Escola Básica de Alfofnelos (P3). Esta última já se encontra em processo de reabilitação (2025/2026). Também a Escola Secundária da Amadora, também já se encontra em processo de reabilitação/modernização (biblioteca, espaço multiatividades, ...). Assinale-se ainda, como referido anteriormente, que ao longo dos últimos anos foram sendo realizadas intervenções em algumas dimensões, em função do aproveitamento dos instrumentos de financiamento europeu (Portugal 2020, PRR, Portugal 2030).</p> <p>Em função do grau de maturidade atual dos projetos de intervenção, pode-se estabelecer como hierarquia de prioridades: 1. Requalificação da Escola Básica de Alfofnelos (2/3); 2. Requalificação e modernização da Escola Secundária da Amadora; 3. Requalificação e modernização da Escola Básica D. Francisco Manuel de Melo; 4.</p>	

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2º, 3º ciclo e secundário)					
Requalificação e modernização da Escola Secundária Mães d' Água; 5. Requalificação e modernização da Escola Básica Almeida Garrett.					
Em volume anexo, avaliam-se, por equipamento escolar, de forma qualitativa, uma multiplicidade de itens associados ao edificado e diferentes espaços/equipamentos presentes no perímetro escolar. Essa avaliação, sinaliza os principais constrangimentos e debilidades infraestruturais que deverão se ultrapassadas através dos projetos de requalificação e modernização a desenvolver, em cada equipamento.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
X	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			35.000		

MEDIDA I.4. PROGRAMA MUNICIPAL DE REFORÇO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO DESPORTIVO E LÚDICO – RECREIO (PMED+AMADORA)

A ausência ou a necessidade de requalificação dos espaços exteriores, sem condições para a prática de atividades lúdicas e desportivas e metodologias de maior sucesso, destaca-se como uma das principais prioridades assumidas pelos Diretores dos Agrupamentos de Escolas.

Por outro lado, é fundamental melhorar os níveis de educação e formação escolar, através de um ensino de qualidade e diferenciador, assumindo os espaços escolares enquanto verdadeiras centralidades e polos educativo-culturais, onde as atividades lúdicas e desportivas contribuem para a melhoria das condições de vivência escolar e para a diversificação das soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto.

Nos últimos anos, o Município tem desenvolvido um esforço acrescido no desenvolvimento/modernização do parque desportivo em alguns estabelecimentos escolares, nomeadamente ao nível de pavilhões desportivos, campos multidesportivos e relvados sintéticos.

Desde 2015, foram construídos os pavilhões desportivos (com dimensões superiores a 36mts x 18mts) da Escola Básica Almeida Garret e da Escola Básica Cardoso Lopes. Relativamente aos campos de relva sintética (com dimensões oficiais para a prática de futebol 7/9), quer a Escola Básica Miguel Torga, quer a Escola Secundária Fernando Namora possuem estas instalações desportivas (outras 8 escolas possuem também campos de relva sintético, mas com dimensões inferiores às oficiais para a prática de futebol 7/9), evidenciando a aposta recente na qualificação do parque escolar desportivo, realizada pelo Município. Contudo, ainda persistem constrangimentos e insuficiências críticas em alguns Agrupamentos Escolares. Neste quadro, a criação de um "Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio" (PMED+Amadora) é determinante.

Quadro 84 – Ficha de Ação: Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (parque escolar dos JI e 1º ciclo)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (parque escolar dos JI e 1º ciclo)					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico				
Localização:	Estabelecimentos escolares				
Promotores:	Câmara Municipal da Amadora				
Tipologia:	Reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico (Jardins-de-Infância e 1º ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possam dispor de boas condições de aprendizagem e de estada do perímetro escolar, sobretudo reforçando as condições de vivência escolar e diversificando as soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. Os períodos fora do contexto de sala de aula, sobretudo lúdicos, recreativos e desportivos devem ser valorizados, garantindo melhores condições às crianças/ao alunos para usufruírem dos mesmos</p> <p>Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, reforçando os meios e equipamentos disponíveis no perímetro escolar.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais no perímetro escolar, designadamente no que se refere à modernização/requalificação de recreios e campos de jogos, devendo igualmente contemplar a cobertura arbórea dos espaços exteriores.</p> <p>Em volume anexo, avaliam-se, por equipamento escolar, de forma qualitativa, uma multiplicidade de itens associados aos diferentes espaços/equipamentos lúdico-recreativos e desportivos presentes no perímetro escolar (ou a sua inexistência). Essa avaliação, sinaliza os principais constrangimentos e debilidades que deverão se ultrapassadas através dos projetos de requalificação, modernização e reforço dos espaços lúdicos-recreativos e desportivos.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
X	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			2.500		

Fonte: Equipa técnica

Sublinhe-se que a necessidade de qualificação e modernização dos equipamentos desportivos é igualmente fundamental no 2º, 3º ciclo e no ensino secundário, seja como resposta às necessidades dos alunos dos estabelecimentos, seja como espaços de apoio à sociedade (fora do período escolar). Neste quadro, deverão priorizar-se algumas intervenções, a realizar com a brevidade possível e em função da capacidade de investimento do Município, que respondam a este desafio. Em volume anexo, avaliam-se, por equipamento escolar, de forma qualitativa, uma multiplicidade de itens associados aos diferentes espaços/equipamentos lúdico-recreativos e desportivos presentes no perímetro escolar (ou a sua inexistência). Essa avaliação, sinaliza os principais constrangimentos e debilidades que deverão ser ultrapassadas através dos projetos de requalificação, modernização e reforço dos espaços lúdicos-recreativos e desportivos.

MEDIDA 1.5. PROGRAMA DE MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO PARQUE ESCOLAR (PMEE+ AMADORA)

Dos principais problemas e desafios do parque escolar existente, emerge a insuficiente qualidade em termos de conforto térmico, gerada, em parte, pelas próprias limitações construtivas do mesmo. Neste contexto, para os estabelecimentos onde se preveem ampliações e/ou requalificações, deverão ser igualmente contempladas soluções adequadas, privilegiando o próprio processo construtivo (adequado em termos técnicos e ambientais), prevendo, entre outras medidas, paredes e vidros duplos, isolamento térmico de paredes e da cobertura, orientação solar, ventilação e caixilharia ecotérmica.

A melhoria do conforto térmico aliada a uma maior eficiência energética, contribuirá para a redução da fatura energética e para uma maior qualidade da prática educativa. Neste quadro, as intervenções a desenvolver deverão conjugar dois tipos de ações: i) reabilitação térmica dos edifícios (substituição da caixilharia e dos vidros, requalificação da cobertura e respetivos isolamentos e instalação de sistemas de painéis solares); ii) instalação de sistemas de climatização (aquecimento central e sistemas de ar condicionado eficientes).

Por outro lado, é importante fomentar a produção de energias renováveis (aproveitamento do potencial solar em termos da produção de energias renováveis). A criação de uma Comunidade de Energia Renovável, à escala local, enquanto modelo de organização local de autoprodução de energia poderá ser ponderada.

Esta dimensão deve merecer sobretudo atenção no âmbito dos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, nomeadamente naqueles onde as condições de conforto térmico são mais débeis e onde a eficiência energética é menor (com impacto significativo na fatura energética). Sublinhe-se que no inquérito realizado, se apontou para uma evolução neutra (estabilização do consumo energético) na maioria destas escolas. Em muitas escolas não foram adotadas quaisquer medidas específicas de aumento da eficiência nos últimos anos, o que concorre para uma faturação elevada em termos de consumo energético.

Neste quadro, deverão priorizar-se intervenções centradas na colocação de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas destes estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, a realizar com a brevidade possível e em função da capacidade de investimento do Município.

Quadro 85 – Ficha de Ação: Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar (PMEE+Amadora)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO	
Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar	
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO	
Níveis de Ensino:	Educação Pré-Escolar, 1.º ciclo, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário
Localização:	Estabelecimentos escolares
Promotores:	Câmara Municipal da Amadora
Tipologia:	Eficiência Energética (JI, 1.º, 2.º e 3 ciclo, ensino secundário)
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO	
<p>Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possa dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para os alunos, sobretudo ao nível do 2.º e 3.º ciclo e secundário.</p> <p>As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às</p>	

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar					
questões de eficiência térmica/ energética dos edifícios, de modo a melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais, na dimensão da eficiência energética. Primeiramente, pretende-se desenvolver um conjunto de intervenções nos edifícios, salientando-se que, na maioria dos casos, as janelas necessitarão de uma nova caixilharia ecotérmica, com vidros duplos, devendo as paredes exteriores beneficiar de intervenções de isolamento exteriores com sistemas “ETICS”.</p> <p>Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se intervenções centradas na colocação de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas, em todas as escolas, que ainda não as possuam.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2026	2027	2028	2029	2030	2031-2035
X	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			2.500		

Fonte: Equipa técnica

11.3. EIXO II - MELHORAR AS CONDIÇÕES E QUALIDADE DE ENSINO

A promoção de uma educação de qualidade e inclusiva, bem como a valorização do ensino como vetor fundamental para manter a coesão social e territorial e ser motor de inovação e desenvolvimento sustentável, são dimensões centrais da estratégia a prosseguir no concelho.

Uma educação e um ensino de elevada qualidade, para todos, permitirá dotar as crianças/jovens dos conhecimentos, das capacidades e das atitudes necessárias para prosperarem e para assegurarem a resiliência económica e a prosperidade social do concelho e do país. O reforço da atratividade das soluções de aprendizagem e das condições e qualidade da educação especial, bem como a criação de um contexto favorável ao desenvolvimento de um ensino inovador, diferenciador, adaptado às novas tecnologias e necessidades/motivações das crianças/jovens é decisivo para a prossecução desta ambiciosa estratégia.

MEDIDA II.1. REFORÇO DA ATRATIVIDADE E DIVERSIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES DE APRENDIZAGEM

O diagnóstico revelou constrangimentos significativos, nomeadamente a elevada procura e a consequente sobreocupação de espaços no perímetro escolar para atividades letivas, em muitos estabelecimentos, muitas vezes aliada a uma conservação deficiente do edificado, condicionadora da sua comodidade e limitadora do desenvolvimento de outras atividades complementares.

Acresce que, dada a importância da escola enquanto elemento identitário e de integração das comunidades residentes e migrantes, deverão ser qualificadas e reforçadas as condições do ensino e aprendizagens ministradas, afirmando a escola como espaço de vivência, mais apelativa e reconhecida por alunos e encarregados de educação.

Neste quadro, o reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem, passa pela criação/ponderação de soluções inovadoras para aproveitamento e adaptação de alguns estabelecimentos concorrendo para o desenvolvimento de múltiplas atividades e para a consolidação dos clubes (e sua progressiva ampliação). Sublinhe-se que atualmente, diversos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, já disponibilizam inúmeros serviços, relevando uma notável diversidade, possibilitando assim abranger os múltiplos interesses e motivações dos alunos. Não obstante, é importante que a maioria dos estabelecimentos possam disponibilizar espaços específicos, com boas condições e bem apetrechados, que permitam o desenvolvimento de forma mais estruturada, qualificada e modernizada, de clubes de teatro e de expressão dramática, de clubes de artes, de clubes de ciência e de física, de clubes de línguas e de escrita criativa, bem como de outras metodologias que podem e devem ser desenvolvidas dentro das salas de aula.

Esta orientação materializa-se em diversas linhas orientadoras de atuação/intervenção a privilegiar:

- Repensar o espaço escolar, potenciando a sua função e vocação multidimensional (reforçar as respostas/soluções/atividades complementares de aprendizagem);
- Projetar a escola como espaço-âncora da Comunidade;
- Fomentar a integração e inclusão de populações migrantes;
- Reforçar a atratividade/visibilidade da Escola;
- Reforçar e expandir o ensino artístico.

Assim, os estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, deverão assumir-se como verdadeiros polos/centralidades educativo-culturais, acarinhando e desenvolvendo projetos, atividades e iniciativas complementares de aprendizagem, que concorram para a prossecução destas linhas orientadoras de atuação.

A arte assume-se como uma das principais formas de expressão cultural da sociedade. Sendo uma manifestação comunicativa, a música desperta e desenvolve nos alunos uma linguagem artística, para atuarem na sociedade, e, simultaneamente, concorre para o reforço das competências, da concentração e dos interesses complementares aos contextos normalizados de aprendizagem/memorização. Neste quadro, o reforço e expansão do ensino artístico é fundamental. Deverão ser dados passos significativos de modo que algumas entidades (pe. Conservatório Nacional) possam desenvolver as suas atividades no Concelho, nomeadamente viabilizando o ensino articulado-artístico, de modo a garantir uma resposta eficaz à procura existente.

Por outro lado, a existência de salas e espaços específicos de apoio aos alunos migrantes nas escolas da Amadora é um fator determinante para promover a inclusão educativa e o sucesso escolar num concelho marcado por uma forte diversidade cultural e linguística. Estes espaços permitem criar respostas pedagógicas ajustadas às necessidades dos alunos recém-chegados, assegurando condições adequadas para a aprendizagem do Português Língua Não Materna (PLNM) e para a integração progressiva no currículo regular. Ao proporcionar um ambiente estruturado, acolhedor e pedagogicamente orientado, as escolas conseguem reduzir as dificuldades iniciais de comunicação, prevenir situações de exclusão e promover uma participação mais ativa dos alunos migrantes na vida escolar.

Para além da dimensão linguística, estes espaços podem assumir também um papel fundamental no apoio psicossocial e na mediação intercultural, contribuindo para uma integração mais harmoniosa dos alunos e das suas famílias na comunidade educativa. O domínio da língua portuguesa é uma condição essencial para o acesso ao conhecimento, para o desenvolvimento das competências académicas e para a construção de percursos educativos bem-sucedidos; por isso, investir em salas de PLNM e em equipas técnicas especializadas é investir na equidade e na coesão social. No contexto da Amadora, esta aposta reforça a capacidade de a escola pública responder à diversidade, valorizar a interculturalidade e assegurar que todos os alunos, independentemente da sua origem, dispõem de oportunidades reais para aprender, progredir e concluir os seus percursos educativos com sucesso.

MEDIDA II.2. REFORÇO DAS CONDIÇÕES E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, DIFERENCIADORA E MAIS BEM-ADAPTADA ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DOS CENTROS DE APOIO ÀS APRENDIZAGENS

A criação e/ou reforço dos centros de apoio às aprendizagens, com elevada qualidade e que disponibilizem as melhores condições às crianças, promovendo a sua integração e aprendizagem especializada, concorre para a obtenção de melhores resultados e reforça o sentimento de segurança dos pais/família relativamente à igualdade de oportunidades dos seus educandos. Deverá ser sempre valorizada, a prossecução de respostas e adequação à diversidade das necessidades e potencialidades de todos os alunos, nomeadamente através de um incremento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.

A organização de um conjunto integrado de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, em que os pais e encarregados de educação assumem um papel importante no processo educativo e sucesso escolar dos filhos, a necessidade de apoio e acompanhamento especializado (muitas vezes individualizado), implica o reforço das condições físicas e humanas disponibilizadas nos equipamentos escolares. Neste contexto, alguns equipamentos escolares que possuem unidades de referência devem melhorar as condições de resposta às necessidades de grupos específicos.

Para além da criação de equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva, deverão ser melhoradas as condições disponibilizadas pelos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º CEB e secundário.

Na maioria das unidades especializadas é prioritária a criação de espaços de acompanhamento especializado e o reforço das equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva.

MEDIDA II.3. APETRECHAMENTO COM MOBILIÁRIO E MATERIAL DIDÁTICO, DE QUALIDADE E DIFERENCIADOR

O mobiliário e material didático utilizado pelos alunos deve ser adequado à sua função e dimensionado de acordo com o grupo etário respetivo. Nas escolas que disponibilizam ensino secundário, as ações devem incidir na componente laboratorial, facilitando o ensino experimental das ciências (Laboratórios de Física, Química, Biologia, Geologia e Informática). Nos estabelecimentos com 2º e 3º ciclos há, sobretudo, que dotar as salas específicas de melhores e mais diversificados equipamentos.

Nos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico a prioridade deverá ser para a manutenção do reapetrechamento de mobiliário (realizado regularmente pela autarquia nos últimos anos) e para o reapetrechamento de material didático. É importante dar continuidade ao percurso e à prioridade que tem vindo a ser assumida pelo Município, de assegurar a aquisição e disponibilização de mobiliário mais versátil, fomentador de ambientes escolares diferenciados, ao permitir diferentes configurações das salas de aula, sem grande esforço.

A dotação/modernização dos estabelecimentos de ensino de material informático atualizado, pelo Ministério da Educação (computadores, projetores, quadros interativos, ...), bem como garantir a cobertura e o acesso livre à rede

WiFi, pelo Município, deverão ser dimensões a priorizar, permitindo desenvolver metodologias de ensino de maior qualidade e diferenciadoras. Ou seja, não basta que a escola se aproprie dos recursos tecnológicos. É fundamental criar todas as condições de suporte a montante, nomeadamente em termos de redes (redes elétricas, várias tomadas em todas as salas, cobertura de internet com qualidade/velocidade, ...).

MEDIDA II.4. DIVERSIFICAR E DIFERENCIAR A OFERTA PROFISSIONAL E QUALIFICAR AS CONDIÇÕES DE ENSINO

A densa e excelente oferta de ensino profissional existente no concelho assume-se como um importante fator de atração de alunos. Cada vez mais, uma parte significativa dos alunos que concluem o 9º ano nas escolas da Amadora e muitos alunos dos concelhos vizinhos, optam por ingressar no ensino profissional.

Para além da importância de desenvolver um modelo de articulação entre as várias entidades e escolas, garantindo a complementaridade e diversidade de ofertas, quer para responder às necessidades do mercado, quer às expectativas e anseios dos jovens, é fundamental continuar a reforçar as condições e a qualificação dos estabelecimentos.

A oferta profissional deverá ser reforçada, melhorando a sua qualidade e diferenciação, indo ao encontro dos interesses dos alunos, mas também das necessidades da base económica local. A criação de novas áreas de especialização, a complementaridade e estreita articulação entre as entidades gestoras/escolas, é determinante para esta estratégia de diferenciação e afirmação concelhia.

A criação pelo Estado de condições de maior estabilidade ao financiamento da oferta profissional, por exemplo através do recurso a programas plurianuais de financiamento (associado ao mérito dos seus projetos educativos) e o estabelecimento de dinâmicas de cooperação das escolas com os parceiros sociais e os conselhos empresariais locais/regionais será determinante.

Será também importante criar uma plataforma de promoção e articulação das ofertas de ensino profissional (permanentemente atualizada). Esta plataforma terá 4 objetivos centrais: 1. funcionar como um fórum, congregando as diversas entidades com ofertas de ensino profissional (públicas e privadas), que permita responder a alguns problemas (sobreposição de ofertas, falta de complementaridade entre os cursos e áreas; áreas de futuro “a descobrir”); 2. funcionar como um observatório do mercado de trabalho local/regional (identificar as necessidades do mercado e como adaptar a oferta a estas necessidades e às expectativas e perfis dos jovens); 3. Fomentar a colaboração entre escolas e agentes económicos/sociais (estagiários, participação nas atividades letivas/formativas,...); 4. promover ações regulares de divulgação e apresentação da oferta formativa existente.

É igualmente relevante realizar semestralmente um “open day” do ensino profissional. Para além da meritória iniciativa anual desenvolvida pelo Município (Feira de Educação e Formação), este dia será dedicado à discussão das oportunidades que o ensino profissional proporciona, à apresentação da oferta formativa existente, à apresentação de empresas, ao testemunho de antigos alunos, entre outras iniciativas.

11.4. EIXO III - MELHORAR AS CONDIÇÕES DE GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

MEDIDA III.1 CONSOLIDAÇÃO DA BOLSA MUNICIPAL DE RESERVA DE RECURSOS HUMANOS (CENTRALIZAÇÃO CIRÚRGICA DOS RECURSOS) PARA PARTILHA ENTRE ESTRUTURAS (EDUCAÇÃO INCLUSIVA, TÉCNICOS DE SECRETARIA, ...)

A consolidação da Bolsa Municipal de Reserva de Recursos Humanos constitui uma medida estratégica para reforçar a qualidade da resposta educativa e garantir maior equidade no acesso aos apoios necessários. Num contexto em que a escola pública se deve afirmar pela sua capacidade de inclusão, de diferenciação e de excelência, a adequação

dos recursos humanos não docentes assume um papel determinante. A existência de técnicos e auxiliares em número suficiente (e, sobretudo, distribuídos de forma ajustada) contribui diretamente para o bom funcionamento das escolas, para a melhoria do ambiente educativo e para um acompanhamento mais próximo e eficaz dos alunos. Acresce que uma maior mobilidade desses recursos intra-agrupamento e, cirurgicamente, intra-concelho, garantirá uma gestão mais adequada dos espaços e de integração/accompanhamento dos alunos, bem como uma maior eficiência e qualidade nos serviços especializados prestados nos AE.

A consolidação do processo de centralização dos recursos na autarquia, garantindo uma reserva permanente disponível em caso de necessidades pontuais, permite uma gestão mais racional e cirúrgica das necessidades identificadas pelos Agrupamentos, promovendo maior rapidez na resposta a situações imprevistas e evitando assimetrias entre escolas do concelho. Uma articulação regular e de proximidade com os Diretores dos Agrupamentos favorecerá uma leitura mais fina das realidades locais, possibilitando decisões sustentadas e alinhadas com as prioridades educativas. Desta forma, esta bolsa municipal deve funcionar como um instrumento de planeamento e de otimização, capaz de reforçar a eficiência dos serviços e a qualidade do apoio prestado às comunidades educativas.

Os contratos a estabelecer com os auxiliares de ação educativa devem assegurar níveis acrescidos de flexibilidade, permitindo não só uma melhor gestão interna dentro de cada agrupamento, mas também, quando necessário, a mobilidade entre diferentes agrupamentos do concelho (não comprometendo os rácios estabelecidos na Lei). Esta abordagem favorecerá uma utilização mais inteligente dos recursos disponíveis, garantindo que as escolas conseguem responder a picos de necessidade, substituições urgentes ou projetos específicos, sem comprometer a continuidade e a estabilidade do serviço educativo.

Por outro lado, a previsível externalização dos serviços de limpeza representa uma oportunidade para recentrar os auxiliares nas funções pedagógicas e de acompanhamento que lhes estão destinadas. Libertando estes profissionais de tarefas que podem ser asseguradas por via contratual externa, reforça-se a sua disponibilidade para apoiar alunos e docentes, colaborar na promoção de ambientes escolares seguros e inclusivos e contribuir para uma resposta educativa mais próxima e humanizada. Neste quadro, esta medida não só promove uma maior eficácia organizacional, como também valoriza o papel dos profissionais que diariamente sustentam o funcionamento das escolas.

MEDIDA III.2 CRIAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA DE DOCENTES

Atualmente, o elevado custo da habitação na Área Metropolitana de Lisboa (incluindo na Amadora) é um dos principais fatores de dificuldade na atração e na fixação de professores, afetando diretamente a estabilidade do corpo docente e, conseqüentemente, a qualidade do ensino. Mesmo considerando as recentes medidas de apoio direto do Estado aos docentes destinadas a mitigar os encargos com a habitação, a pressão do mercado imobiliário continua a tornar pouco acessível o arrendamento para muitos profissionais deslocados. Neste contexto, a criação de uma residência para docentes na Amadora surge como uma resposta estruturante, capaz de reduzir barreiras à mobilidade, de diluir a dificuldade de contratação em algumas áreas disciplinares, e de tornar o concelho mais competitivo na captação de professores.

Para além de facilitar a fixação de docentes, uma residência dedicada contribuirá para uma maior continuidade pedagógica, evitando a rotatividade frequente associada às dificuldades habitacionais (elevada rotatividade entre docentes prejudicando a continuidade dos projetos educativos escolares). A estabilidade das equipas educativas é um fator determinante para o sucesso escolar, para a consolidação de projetos educativos e para o fortalecimento das relações entre a escola, os alunos e a comunidade. Ao garantir condições de alojamento dignas e acessíveis, o Município demonstra um forte compromisso com a valorização dos profissionais de educação e com a criação de um ambiente propício ao exercício das suas funções.

Acresce que esta medida representa também um investimento estratégico no futuro do sistema educativo local. Ao apoiar os professores num dos seus maiores desafios (o acesso à habitação) a Amadora reforça a sua imagem como um território que cuida dos seus profissionais e que aposta na qualidade da escola pública. Esta iniciativa poderá ainda gerar efeitos positivos na coesão territorial e social, ao atrair e reter talento qualificado, contribuindo para uma rede educativa mais estável, mais resiliente e mais preparada para responder às exigências atuais e futuras.

11.5. EIXO IV - REFORÇAR A LIGAÇÃO À COMUNIDADE, FOMENTANDO SOLUÇÕES DE ABERTURA DAS ESCOLAS AO EXTERIOR

É cada vez mais consensual a necessidade de se promover a abertura das escolas ao exterior e fomentar a sua integração nas comunidades locais. Dotar os agentes da comunidade educativa de uma efetiva capacidade de intervenção e de acompanhamento regular das atividades dos estabelecimentos escolares é fundamental.

As parcerias e os processos colaborativos devem ser potenciados e valorizados, sempre numa perspetiva de melhoria contínua dos contextos de aprendizagens e de um melhor e maior conhecimento sobre as problemáticas e oportunidades com que se confronta a comunidade educativa, apoiando tomadas de decisão informadas seja na sua resolução seja no seu eficaz aproveitamento.

MEDIDA IV.1 PROJETOS E INICIATIVAS QUE CONCORRAM PARA UMA MAIOR VALORIZAÇÃO DA ESCOLA NA COMUNIDADE

A cedência de salas/espços à comunidade exterior é uma prática que deve ser incentivada. Não obstante os protocolos existentes entre as escolas e outros atores locais, nomeadamente a autarquia, existe ainda uma ampla margem de progressão. Neste quadro, com a execução do “Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio” e, sobretudo, com a requalificação/modernização/concretização de espaços desportivos, será possível disponibilizar a diversas entidades estes equipamentos (protocolar a utilização), contribuindo para uma maior valorização e abertura das escolas à Comunidade. A amplitude desta estratégia deverá ser devidamente ponderada, caso a caso, em função da possibilidade de assegurar a disponibilidade de recursos humanos fora do período letivo (para a abertura dos espaços, segurança, limpeza...) e o acesso autónomo aos mesmos.

Concomitantemente, assumindo que as escolas representam o elemento identitário e integrador das vivências locais, deverão fomentar-se iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade. A promoção de projetos, atividades e iniciativas de trabalho cooperativo, colaborativo e participativo, contribuirão para uma maior valorização da escola e reforçarão o sentimento de pertença à comunidade.

Destaque para a necessidade de criar um auditório em algumas escolas, nomeadamente nas sedes dos Agrupamentos de Escolas (atualmente, em algumas escolas, as atividades iniciativas de abertura à Comunidade são desenvolvidas sobretudo em espaços adaptados, sem condições de grande conforto, o que condiciona a vinda da comunidade às escolas). Estes auditórios são fundamentais para disponibilizar novas valências, novos espaços que permitam acolher iniciativas com maior dimensão, incluindo de matriz cultura e artística.

Em algumas escolas-sede de Agrupamento importa igualmente melhorar as condições de estada coberta dos alunos fora do contexto de sala de aula. A construção de salas de alunos de maior dimensão ou de salas polivalentes é fundamental para garantir que, por exemplo, em períodos de precipitação significativa possam concentrar-se num espaço amplo e com boas condições de estada.

MEDIDA IV.2 PARCERIAS E PROJETOS COLABORATIVOS COM ENTIDADES DO CONCELHO QUE PERMITAM FOMENTAR A LIGAÇÃO ÀS PROFISSÕES E ÀS COMPETÊNCIAS DO FUTURO

O desenvolvimento das competências do futuro, como a criatividade, o pensamento crítico, a inovação, implica que os estudantes possam ter acesso a contextos de aprendizagem que não se esgotam nos contextos de sala de aula. Uma maior proximidade ao contexto de inovação e de investigação, permite o desenvolvimento de competências e perfis de estudantes mais empreendedores.

A criação de parcerias estratégicas com instituições e empresas sedeadas no concelho da Amadora assume-se como um importante instrumento a dinamizar. As iniciativas colaborativas, o estabelecimento de parcerias entre escolas básicas, secundárias e profissionais, empresas e centros de investigação que gerem contextos de inovação, de empreendedorismo, de aprofundamento de metodologias de ensino deverão ser priorizadas.

11.6. QUADRO-SÍNTESE DE FINANCIAMENTO

Quadro 86 – Síntese de Financiamento do Programa de Ação

Eixo	Medida	Estimativa de investimento (X 1.000 €)
Eixo I Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	Medida 1.1. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo	44.150
	Medida 1.2. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: 2º, 3º ciclo e Secundário	27.000
	Medida 1.3. Programa Municipal de modernização e manutenção do parque escolar (PMPE+Amadora)	38.000
	Medida 1.4. Programa de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (PMED+Amadora)	2.500
	Medida 1.5. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar (PMEE+Amadora)	2.500
Eixo II Melhorar as condições e qualidade de ensino	Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem	500
	Medida II.2. Reforço das condições e qualidade da educação especial, diferenciadora e mais bem-adaptada às necessidades específicas dos centros de apoio às aprendizagens	800
	Medida II.3. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador	800
	Medida II.4. Diversificar e diferenciar a oferta profissional e qualificar as condições de ensino	800
Eixo III Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos	Medida III.1 Consolidação de bolsa municipal de reserva de recursos humanos (centralização cirúrgica dos recursos) para partilha entre estruturas (educação inclusiva, técnicos de secretaria, ...)	-
	Medida III.2 Criação de uma residência de docentes	1.200
Eixo IV Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	Medida IV.1 Projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade	1.200
	Medida IV.2 Parcerias e Projetos Colaborativos com Entidades do Concelho que permitam fomentar a ligação às profissões e às competências do Futuro	100
Total de investimento (estimativa)		119.550

Fonte: Equipa técnica

Num contexto de colaboração e proximidade do Estado Português com o Município da Amadora é fundamental que os diversos instrumentos de financiamento europeus e nacionais, garantam a exequibilidade financeira das principais intervenções estruturantes a realizar.

Dada a ambição em presença, num quadro de resposta muito abrangente e multidimensional (face à multiplicidade das necessidades e à complexidade das novas soluções a desenvolver) o período de execução da Carta Educativa deverá estender-se para o médio e longo prazo, superando a presente década e os instrumentos de apoio atualmente disponíveis (Plano de Recuperação e Resiliência, Portugal 2030, Empréstimos do Banco Europeu de Investimento, ...). Afigura-se, contudo, determinante a adoção de um referencial de elevada abrangência e horizonte de execução alargado, focado nas múltiplas componentes e dimensões estruturantes para a Comunidade Educativa, mesmo num cenário de difícil antecipação das fontes de financiamento disponíveis e da exiguidade de recursos financeiros passíveis de mobilização (nacionais e europeus). Neste quadro, face à dependência de fontes de financiamento (nacionais ou europeias) para a execução da esmagadora maioria das intervenções delineadas (potencialmente condicionadoras do ritmo e período de execução da Carta) é fundamental que os principais *stakeholders* (Município, Juntas de Freguesia, ...) se empenhem na sensibilização dos decisores para a importância de criar/adaptar instrumentos de apoio financeiro que permitam enquadrar as intervenções preconizadas.

O quadro seguinte sinaliza o cronograma geral de execução da Carta Educativa, no curto prazo.

Quadro 87 – Cronograma de Execução do Programa de Ação

Eixo	Medida	Projeto	Cronograma de Execução					
			2026	2027	2028	2029	2030	2031 - 2035
Eixo I Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	Medida 1.1. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: pré-escolar e 1.º ciclo	Conversão da EB Artur Bual (EB1) em EB Artur Bual (JI+EB1)	X	X				
		Conversão da EB Artur Martinho Simões (1.º ciclo) em EB Artur Martinho Simões (JI+EB1, com creche)	X	X				
		Criação do JI/Creche Alto da Mira		X	X			
		Criação da Creche/JI Atalaia		X	X			
		Criação da nova EB Falagueira (EB1/JI/Creche)			X	X	X	
		Criação da nova EB Santa Filomena (EB1+JI)			X	X	X	
		Criação da nova EB Brandoa Norte (EB1+JI)			X	X	X	
		Criação de novo JI nas proximidades da EB Alice Vieira	X	X	X			
		Ampliação da EB Alfragide: novo bloco	X	X				
		Criação da EB Serra de Carnaxide (EB123/JI/Creche) – Fase 1		X	X	X		
		EB e Secundária Mães de Água: Fase A: Integração do 1.º ciclo	X	X	X			
		EB e Secundária Mães de Água: Fase B: reabilitação/adaptação (creche/JI/1.º ciclo)			X	X	X	
		Requalificação da EB Alice Vieira (adaptar as 3 salas de JI para 1.º ciclo)	X	X	X			
		Medida 1.2. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: 2.º, 3.º ciclo e Secundário	Criação da Escola Básica 2/3 Casal da Mira			X	X	X
	Criação da EB Serra de Carnaxide (EB123/JI/Creche) – Fase 2 – (2/3 ciclo)			X	X	X		
	Criação da ES de Alforneiros			X	X	X		
	Criação da ES da Serra de Carnaxide				X	X	X	
	Medida 1.3. Programa Municipal de modernização e manutenção do parque escolar (PMPE+ Amadora)	Programa municipal de modernização e manutenção do parque escolar (JI e 1.º ciclo)	X	X	X	X	X	X
		Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2.º, 3.º ciclo e secundário)	X	X	X	X	X	X
	Medida 1.4. Programa de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (PMED+Amadora)	Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (parque escolar dos JI e 1.º ciclo)	X	X	X	X	X	X
		Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (parque escolar 2.º e 3.º ciclo e ensino secundário)	X	X	X	X	X	X
	Medida 1.5. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar (PMEE+Amadora)	Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar	X	X	X	X	X	X
		Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem	X	X	X	X	X	X

Eixo	Medida	Projeto	Cronograma de Execução					
			2026	2027	2028	2029	2030	2031 - 2035
Eixo II Melhorar as condições e qualidade de ensino	Medida II.2. Reforço das condições e qualidade da educação especial, diferenciadora e mais bem-adaptada às necessidades específicas dos centros de apoio às aprendizagens		X	X	X	X	X	X
	Medida II.3. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador		X	X	X	X	X	X
	Medida II.4. Diversificar e diferenciar a oferta profissional e qualificar as condições de ensino		X	X	X	X	X	X
Eixo III Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos	Medida III.1 Consolidação de bolsa municipal de reserva de recursos humanos (centralização cirúrgica dos recursos) para partilha entre estruturas (educação inclusiva, técnicos de secretaria, ...)		X	X	X	X	X	X
	Medida III.2 Criação de uma residência de docentes		X	X	X			
Eixo IV Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	Medida IV.1 Projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade		X	X	X	X	X	X
	Medida IV.2 Parcerias e Projetos Colaborativos com Entidades do Concelho que permitam fomentar a ligação às profissões e às competências do Futuro		X	X	X	X	X	X

Fonte: Equipa técnica

12. MODELO DE MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

12.1. UM CONTEXTO DE PARTIDA

Para além da sua dimensão de planeamento e ordenamento, a Carta Educativa do Município da Amadora (Revisão) é um instrumento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado (2035/2036, 10 anos letivos). Tendo em conta o quadro temporal alargado, não poderá ser assumida como um documento “fechado”, devendo ser ponderado por todos os atores e agentes educativos como um instrumento flexível, cuja complexidade e multidimensionalidade de variáveis e pressupostos em presença, poderão levar a reajustamentos no futuro para uma resposta eficaz, adequada e atempada a novos enquadramentos: reorientações do sistema educativo, novo contexto de responsabilidades e competências municipais, disponibilidade financeira, dinâmicas demográficas, económicas, sociais, entre outras.

Esta perspetiva e abordagem têm assumido uma relevância e protagonismo crescente nos últimos anos, face às mudanças aceleradas observadas nas sociedades mais avançadas, sobretudo resultado da emergência de contextos demográficos recessivos e da necessidade de readaptar/reaproveitar espaços para novas funções e usos. Como refere Guy Odie (Conselheiro do Programa sobre as construções escolares da OCDE): “Ainda que seja importante implantar os equipamentos num bom lugar, a experiência mostra que esse lugar não será bom para sempre (...). A localização de um edifício escolar nunca está definitivamente correta; ela depende de um processo permanente de reimplantação ou de transformação que responde à evolução da coletividade”.

Neste quadro, a implementação da Carta Educativa do Município de Amadora (Revisão) deve contemplar um adequado processo de monitorização e avaliação, de forma a estabelecerem-se as necessárias inflexões e reorientações, de acordo com as novas dinâmicas do território e novas orientações do sistema educativo. Este processo de monitorização e avaliação deve ser efetuado com a mobilização dos diversos agentes envolvidos no próprio sistema educativo local, com ênfase para o Conselho Municipal de Educação. O papel ativo e empreendedor, sobretudo dos diretores de agrupamento de escolas e da autarquia, é fundamental para garantir a eficácia do processo e para que os resultados sejam consequentes na tomada de decisões informadas.

Este exercício será tanto mais útil e relevante para uma resposta adequada e atempada às necessidades da rede e para se procederem a reajustamentos na Carta Educativa, quanto melhores os instrumentos criados para o desenvolvimento do processo. Assim, simultaneamente, importa criar um sistema adequado de monitorização e avaliação que inclua uma bateria de indicadores, que permita efetuar a validação das opções tomadas, bateria essa que deve incluir uma vertente macro (indicadores de contextualização) e uma vertente micro (indicadores de acompanhamento, nomeadamente sustentados na relação entre a oferta e a procura).

O principal objetivo passa por dotar o Conselho Municipal de Educação de um quadro de indicadores de monitorização e avaliação que permita efetuar um acompanhamento regular da execução da Carta Educativa. Assim, mais do que identificar uma lista exaustiva de indicadores, importa criar um sistema de monitorização composto por um conjunto pertinente de indicadores e por um quadro claro e exequível de rotinas de recolha, tratamento e organização da informação. Neste contexto, foram sobretudo adotados indicadores cuja recolha sistemática de informação possa ser executada pelo Município e Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias não Agrupadas. Por outro lado, a organização temporal das rotinas de recolha de informação prevê uma periodicidade realista, ajustada às dinâmicas desta política pública e às carências de recursos e de meios técnicos que possam afetar estas tarefas.

Conforme refere Édio Martins (Departamento de Avaliação Prospetiva e Planeamento – Ministério da Educação): “O processo de monitorização/ avaliação da Carta Educativa permitirá uma permanente e continuada aferição da clarividência e eficácia das propostas formuladas, para que seja possível a deteção precoce de eventuais

desajustamentos e que atempadamente se configurem as soluções mais adequadas. A monitorização é, assim, a continuidade natural da Carta Educativa e a sustentação ao longo de anos subsequentes dos conteúdos da mesma é um dos seus aspetos essenciais”.

12.2. ÂMBITO

A par do reforço e sofisticação das políticas públicas, tem vindo a registar-se um crescimento da importância dos processos de monitorização das mesmas, nomeadamente no acompanhamento dos planos, programas e das ações que as corporizam. A UE tem dado um forte contributo para este processo, nomeadamente por via da Política de Coesão, a qual permitiu a consolidação de conceitos e de metodologias de monitorização e a generalização das práticas de avaliação suportadas em sistemas de indicadores.

A estruturação dos sistemas de monitorização suporta-se, em geral, em três questões de partida:

- O que monitorizar?
- Como monitorizar?
- Para quem monitorizar?

Paralelamente, a crescente necessidade de aumentar a eficácia e a eficiência da intervenção pública, exigiu o desenvolvimento de sistemas de monitorização que permitam sistematizar a informação relativa à execução das políticas públicas, com a finalidade de conhecer os resultados alcançados, apoiar os processos de tomada de decisão e de planeamento estratégico e suportar a prestação de contas, a mobilização dos parceiros e a sensibilização das sociedades.

Neste quadro, são reconhecidas importantes vantagens na adoção de sistemas de monitorização, nomeadamente:

- Verificar se a ação pública responde às necessidades e ao quadro de prioridades;
- Melhorar a eficácia e a eficiência das intervenções públicas;
- Aumentar a transparência na utilização dos recursos públicos;
- Fomentar a ação dos diversos parceiros.

A construção dos sistemas relaciona-se com alguns critérios-chave, aos quais se articulam diferentes tipos de indicadores:

- Relevância – critério que verifica a adequação dos objetivos do instrumento em relação aos problemas e necessidades do domínio em análise;
- Eficácia – critério que reporta em que medida os objetivos definidos estão a ser atingidos;
- Eficiência – critério que procura verificar a importância dos resultados/efeitos conseguidos em relação aos recursos mobilizados;

- Utilidade – critério que julga os efeitos obtidos em relação às necessidades e problemas de partida (como os efeitos alteram a realidade contextual);
- Sustentabilidade – critério que proporciona uma reflexão sobre a duração da utilidade.

As funções de monitorização previstas neste instrumento (Carta Educativa), visam assegurar o seu regular acompanhamento, nomeadamente em cinco dimensões chave:

- Conhecer o grau de concretização e a pertinência/atualidade das propostas;
- Apreciar o desempenho da Carta, identificando as dimensões em que este se revele um sucesso/insucesso;
- Avaliar a conformidade entre os objetivos estratégicos da política pública municipal e os resultados/efeitos obtidos com a implementação da Carta;
- Avaliar a adequação das propostas da Carta face a novas dinâmicas territoriais e orientações setoriais;
- Garantir, anualmente, um forte alinhamento e adequação da rede à procura existente.

Assim, o processo de Monitorização e Avaliação deverá dispor de um sistema de indicadores que avalie e monitorize a eficácia da Carta Educativa (Revisão), através da verificação regular das ações planeadas e da apreciação das dinâmicas territoriais e setoriais em curso, que possam suscitar reajustamentos e reorientações.

Os diversos indicadores produzidos/a produzir, sustentados em múltiplas fontes de informação, são vetores fundamentais neste processo e garantem uma abrangência e alcance superior ao próprio instrumento (Carta), contribuindo para informar, com maior rigor e profundidade, o desempenho da política pública no âmbito da Educação e da sua ligação/articulação com outras dimensões centrais das políticas públicas.

12.3. MODELO DE MONITORIZAÇÃO

A monitorização caracteriza-se por uma observação sistemática da ação, de forma a acompanhar as mudanças verificadas ao longo de um dado período, permitindo oferecer um quadro atualizado sobre o grau de cumprimento dos objetivos que justificam determinada intervenção. A função de monitorizar assume assim uma importância fundamental para alcançar uma maior eficácia na execução das políticas públicas, ou seja, uma melhor adequação destas à sua finalidade.

O exercício da monitorização pressupõe não apenas a recolha regular de dados, mas também o seu tratamento e análise, com vista à incorporação dessa informação no processo de planeamento e apoio informado do agente decisor. Assim, um programa de monitorização devidamente estruturado providencia um processo contínuo de avaliação crítica de resultados.

Os modelos conceituais que suportam os programas de monitorização (a título de exemplo apontem-se os desenvolvidos por Batista e Silva et al, 2009; US Forest Service, 2010) têm por base, fundamentalmente, o objetivo de acompanhar a implementação dos Instrumentos/Planos/Programas/da política pública e avaliar os efeitos associados à sua concretização recorrendo a duas tipologias de indicadores:

- Indicadores de resultado/contextualização – cujo objetivo passa por apreciar o grau de concretização dos objetivos definidos e do contributo para as metas. Estes são indicadores de contexto, que se revelem coerentes com os objetivos da política pública;
- Indicadores de realização – têm como principal objetivo avaliar o grau de concretização do Instrumento/Plano/Programa. A sua função é de acompanhar a execução ao nível estratégico e operacional (indicadores criados a partir da análise do Instrumento/Plano/Programa estando associados a cada uma das ações previstas). Estes são indicadores particularmente relevantes para a(s) entidade(s) responsável pela implementação, procurando assinalar o grau de concretização das ações plasmas no Instrumento/Plano/Programa.

Dado que o Programa de Monitorização deve ser um instrumento eficaz de monitorização da Carta Educativa e dos seus efeitos, os indicadores selecionados deverão cumprir três critérios essenciais:

- Avaliação – permitem efetuar uma apreciação contínua da Carta, do que vai ocorrendo/sendo executado (avaliação sistemática de resultados face aos objetivos) e do grau de concretização das metas preconizadas;
- Relevância – permitem efetuar uma clara associação com as principais questões estratégicas (objetivos estratégicos da Carta Educativa) e concorrem para uma maior facilidade de comunicação da informação;
- Exequibilidade – permitem proceder à recolha de informação de forma simplificada, pouco onerosa e facilmente operacionalizável, em termos de obtenção, processamento e análise. As funções fundamentais deverão ser: simplificar, quantificar e comunicar.

A coerência e integração do processo de monitorização é fundamental para garantir a sua eficácia. Neste quadro, é significativa a adoção de uma arquitetura “verticalizada”, que assume como ponto de partida os Eixos estruturantes da Carta Educativa e cujos indicadores de monitorização (de realização), provêm e/ou têm por base de suporte, diversas fontes de informação. Por outro lado, é fundamental que este sistema esteja integrado (seja compatível ou aí esteja alojado) numa plataforma municipal mais abrangente, que permita a partilha de informação e o acesso e cruzamento com variáveis-chave para uma melhor compreensão das causas/dinâmicas em curso noutras dimensões de política municipal, determinantes para o bom cumprimento/exercício da Carta Educativa.

A gestão da monitorização da Carta Educativa da Amadora deve ser da responsabilidade de uma estrutura organizativa que tenha uma visão simultaneamente global sobre o sistema educativo e todo o território regional e, em particular, que tenha em consideração a realidade local específica. A mobilização do Conselho Municipal de Educação será fundamental neste processo.

O Município da Amadora, nomeadamente o Departamento de Educação e Desenvolvimento Social, entidade “líder” no processo de monitorização da Carta Educativa, deverá por um lado, articular todos os seus serviços/departamentos, de modo a “alimentar” de forma regular a plataforma com informação relevante e por outro, deverá estabelecer parcerias com diversas entidades intervenientes, nomeadamente com os elementos do Conselho Municipal de Educação, com vista a angariar informação necessária à elaboração e verificação dos indicadores, segundo a periodicidade estabelecida.

12.4. METODOLOGIA DE RECOLHA, TRATAMENTO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A implementação da Carta Educativa da Amadora (Revisão) deverá estar suportada num encadeado regular de procedimentos que permitam:

- Assegurar a recolha de dados e informação, que sirvam de base à construção dos indicadores;
- Proceder ao tratamento da informação com destaque para a elaboração de outros indicadores complementares (sobretudo de resultado);
- Assegurar a produção de outputs, ou seja, de produção de conteúdos para formatos de divulgação.

Para o sucesso do processo de recolha de informação, afigura-se determinante assinalar responsabilidades, momentos-chave e tarefas a desenvolver.

Relativamente aos indicadores de realização e resultado, a estrutura do sistema de monitorização deverá ser definida, por um lado, com base na capacidade de compilação de informação de base que permita, posteriormente, calcular indicadores diretamente associados à execução da Carta Educativa. Por outro lado, em função de outras bases de dados internas do Município é fundamental garantir mecanismos de articulação (construção de indicadores de resultado/contextualização).

Na recolha dos indicadores de realização, importa num primeiro momento que o Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS), nomeadamente a Divisão de Intervenção Educativa (DIE), da Câmara Municipal da Amadora (CMA) defina uma ficha-modelo a disponibilizar aos parceiros, apontando orientações metodológicas e uma primeira aproximação aos indicadores de realização a disponibilizar. A informação deverá ser disponibilizada anualmente. No caso das ações a desenvolver pelo DEDS/DIE/CMA, deverá criar-se uma bateria alargada de indicadores específicos de projeto, uniforme para intervenções similares, que permita uma rápida e fácil compilação pelos serviços.

A recolha da informação de base aos indicadores de resultado deverá ser feita anualmente. Este processo deverá ser efetuado a partir dos seguintes procedimentos:

- A recolha a partir de informação própria – alguns dos indicadores estão suportados em informação sistematizada pelo DEDS/DIE e que resulta da execução de intervenções da sua responsabilidade ou de entidades parceiras (Ministério da Educação/Dgest, ...);
- A recolha a partir de outras fontes de informação, nomeadamente de informação integrada nas bases de dados municipais ou sistematizada em publicações do INE – alguns indicadores estão suportados em informação a compilar e disponibilizar por outros serviços/departamento ou por fontes oficiais que produzem/sistematizam informação relevante.

Assim, o processo compreende três fases essenciais: Recolha/ Tratamento/Organização da Informação, Elaboração de Instrumentos de Ação e Avaliação dos Resultados.

12.4.1. Recolha/ Tratamento/Organização da Informação

O conteúdo dos instrumentos de monitorização da Carta Educativa da Amadora deve, naturalmente, estar ajustado à metodologia e ao conteúdo da Carta Educativa. Por conseguinte, estes devem contemplar os seguintes domínios: i) Envolvente Territorial (transformações demográficas e socioeconómicas); ii) Oferta e Procura de Ensino; iii) Propostas de Intervenção.

Relativamente aos indicadores de contextualização, apontam-se alguns exemplos como base de partida, para a criação de uma bateria alargada de indicadores:

Quadro 88 - Indicadores de Contexto (Plano de Monitorização)

Indicadores de contexto	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
<ul style="list-style-type: none"> - População residente no Concelho, nas freguesias e à subsecção estatística - Taxa de crescimento natural e da taxa de crescimento efetivo - Taxa bruta de natalidade - Saldo natural e saldo migratório - População imigrante 	Anual	DEDS/DIE (parceria/protocolo com o INE)
<ul style="list-style-type: none"> - Número de desempregados inscritos no centro de emprego da Amadora 	Semestral	DEDS/DIE (parceria/protocolo com o IEFP)
<ul style="list-style-type: none"> - Alunos matriculados no ensino pré-escolar, por escola e agrupamento - Alunos matriculados no ensino básico (por ciclo), por escola e agrupamento - Alunos matriculados no ensino secundário, por escola e agrupamento - Alunos residentes em Amadora inscritos, por escola ou agrupamento - Alunos com necessidades educativas especiais, por escola e agrupamento - Salas de atividade ocupadas (com turma) - Taxa de retenção e desistência, por escola e agrupamento - Recursos humanos, por categoria, escola e agrupamento 	Anual	DEDS/DIE / Agrupamentos de Escolas

Fonte: Equipa técnica

O processo de recolha dos indicadores de realização (propostas de intervenção) encontra-se sistematizado no quadro seguinte (exemplificação).

Quadro 89 – Indicadores de Realização (Plano de Monitorização)

Eixo	Indicador de realização	Meta	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
Eixo I Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	N.º de novas salas/espços letivos e de apoio criadas (JI)	27	Anual	DEDS/DIE
	N.º de novas salas/espços letivos e de apoio criadas (1.º ciclo)	30	Anual	DEDS/DIE
	N.º de escolas construídas (JI/1.º ciclo)	4	Anual	DEDS/DIE
	N.º de escolas construídas (2.º e 3.º ciclo e secundário)	4	Anual	DEDS/DIE
	N.º de escolas alvo de intervenções de modernização e manutenção (2.º, 3.º ciclo e secundário)	7	Anual	DEDS/DIE
	N.º de equipamentos de apoio desportivo e lúdicos executados (JI e 1.º ciclo)	10	Anual	DEDS/DIE
	N.º de escolas alvo de intervenções de melhoria da eficiência energética (2.º, 3.º ciclo e secundário)	15	Anual	DEDS/DIE
Eixo II Melhorar as condições e qualidade de ensino	N.º de escolas alvo de intervenções de ampliação/qualificação (salas de educação especial)	5	Anual	DEDS/DIE
	N.º de espaços específicos de apoio à Comunidade Migrante	5	Anual	DEDS/DIE
Eixo III Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos	Bolsa municipal de reserva de recrutamento operacionalizada	1	Anual	DEDS/DIE
	Residência de docentes	1	Anual	DEDS/DIE
Eixo IV Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	N.º de intervenções executadas (auditórios/salas de alunos)	5	Anual	DEDS/DIE

Fonte: Equipa técnica

Com base nas parcerias a estabelecer entre o Município e as restantes entidades intervenientes, deverá criar-se um mecanismo expedito de envio-receção anual da ficha-síntese de apoio ao cálculo dos indicadores que compõem o Sistema de Monitorização.

O mecanismo que vá reunir os procedimentos a adotar, deverá ter na génese a possibilidade de aceder e depositar informação (ficha), numa base de dados central, simplificada, a criar pelo DEDS/DIE com esse objetivo. Deverá ainda prever-se que os processos de atualização da base de dados central sejam dinâmicos e automáticos.

Com base na informação constante na ficha, o DEDS/DIE deverá, num primeiro momento, sistematizar e analisar, de modo agregado, os diversos indicadores de realização produzidos e disponibilizados pelas restantes entidades.

Num segundo momento, com base em informação complementar, igualmente disponibilizada nas fichas, deverá definir e calcular uma bateria de indicadores de resultado. Concomitantemente, o DEDES/DIE deverá compilar e sistematizar a informação associada às intervenções em que se assume como entidade-executora (semestralmente), gerando indicadores suscetíveis de integração e coerentes com os produzidos/disponibilizados pelas restantes entidades.

12.4.2. Instrumentos de Ação

Os indicadores de resultado e de realização constantes da base de dado deverão ser assim utilizados sob diversas formas para produzir informação analítica acessível a todos.

Anualmente, o DEDES/DIE, dispondo de toda a informação em causa, procederá ao seu tratamento e análise, produzindo conteúdos específicos. Com base na informação recolhida e organizada procede-se à elaboração de pequenos planos de ação (anuais), que permitam definir objetivos e recursos a utilizar anualmente, que deverão ir ao encontro das linhas de orientação da Carta Educativa ou que, em alguns casos, impliquem a sua reformulação. Este documento de base, será o suporte principal para a disponibilização de informação através de outras ferramentas (website, ...).

12.4.3. Avaliação dos Resultados e disseminação da informação

No final de cada ano letivo (ou, eventualmente, de dois em dois anos letivos) deverão ser produzidos pequenos relatórios de avaliação da própria Carta Educativa (Revisão) e dos Instrumentos de ação, que poderão levar à mobilização de novos recursos (físicos, humanos ou institucionais) e a ajustamentos estratégicos considerados pertinentes.

A divulgação da informação sistematizada assume grande importância, com vista a criar uma cultura de avaliação, relativamente à Educação no Concelho. Esta informação deverá ser disponibilizada periodicamente a todas as entidades e atores responsáveis pela concretização da política pública nesta dimensão.

Os relatórios de monitorização e avaliação, irão informar a produção de Boletins de Monitorização Anual, que serão o instrumento principal de suporte aos conteúdos a disponibilizar nas diversas ferramentas de divulgação. Em termos de outros outputs, deverão ser equacionadas diversas formas de partilha da informação (ferramentas de comunicação): boletins, *flyers*, *website*, newsletters online.

Quadro 90 – Ferramentas de Comunicação: formas e regularidade de apresentação da informação-chave

Ferramenta de Comunicação	Tipo de Informação	Forma de Apresentação	Regularidade
Boletim de Monitorização	<ul style="list-style-type: none"> – Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na execução da Carta Educativa e na política pública; – Documento essencialmente gráfico e sustentado nos indicadores de realização, que permita oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa. 	<p>Em papel</p> <p>A disponibilizar nas instalações do Município e em eventos/iniciativas específicas associadas à Educação</p>	Anual

Ferramenta de Comunicação	Tipo de Informação	Forma de Apresentação	Regularidade
Brochuras e Flyers	<ul style="list-style-type: none"> – Apresentação das principais conclusões, com especial relevo para os indicadores de resultado, com recurso a infografia apropriada e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa; – Disponibilização de indicadores, que estarão suportados no tratamento da informação e em conteúdos dinâmicos. 		Anual
Website CMA	<ul style="list-style-type: none"> – Síntese analítica da evolução das principais realizações e resultados, verificadas na Carta Educativa e na política pública; – Disponibilização de infografia apropriada e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa. 	<p>Online</p> <p>A disponibilizar nas ferramentas <i>online</i> existentes/a criar (separador a alojar no website/conteúdos específicos da newsletter)</p>	Semestral
Newsletters online	<ul style="list-style-type: none"> – Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na Carta Educativa e na política pública; – Conteúdos essencialmente gráficos, que permitam oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa. 		Semestral

Fonte: Equipa técnica

(página propositadamente deixada em branco)

Anexos

A. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

A.1. Documentação europeia e nacional

- Acordo de Parceria Portugal 2020
- Carta Educativa da Amadora, 2007
- Carta das Cidades Educadoras
- Conselho europeu, de março de 2001
- Departamento de Avaliação Prospetiva e Planeamento – Ministério da Educação
- Estratégia Europa 2020
- Estratégia AML 2030, 2020
- Estratégia Portugal 2030
- Europa 2020: Recomendações específicas para Portugal
- Europa 2020: Indicadores macroeconómicos
- EUROSTAT
- Guião para a elaboração das Cartas Educativas, DGEEC, DGEstE; IGeFE, maio de 2021
- Iniciativas Emblemáticas da Estratégia Europa 2020
- Modelos de Monitorização, Batista e Silva et al, 2009; US Forest Service, 2010
- Plano de Ação “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), 2008 e 2018
- Programa Nacional de Reformas (PNR)
- Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020
- Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030
- Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023
- Programa do XXIII Governo Constitucional 2022-2026
- Programa Aproximar Educação, 2015
- Programa TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária)
- Projetos educativos dos Agrupamentos de Escolas da Amadora
- Protocolos de Colaboração entre o Município, os Agrupamentos de Escolas e as Associações de Pais e Encarregados de Educação
- Rede das Cidades de Aprendizagem da UNESCO
- Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras
- Reflexões desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Educação, 2016
- Relatórios da Revisão do PDM Amadora
- Resolução das Nações Unidas “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, 2015
- A utilização das Nova TIC em contexto de sala de aula; José Ribeiro da Silva, 2016
- A comunicação no processo de ensino aprendizagem. Patrícia Carvalho, 2014

A.2. Legislação

- Constituição da República Portuguesa
- Contrato n.º 550/2015, de 28 de julho
- Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho
- Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro
- Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro
- Despacho n.º 37/P/2017, de 6 novembro (CM Amadora)
- Despacho n.º 71/P/2021, de 17 de Dezembro (CM Amadora)
- Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)
- Lei n.º 159/99, de 14 de setembro
- Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro
- Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar
- Portaria n.º 116/2025/1, de 17 de março

A.3. Informação quantitativa

- Carta Social do MTSSS: indicadores da rede privada e solidária de pré-escolar
- CM da Amadora
- INE: indicadores demográficos, sociais e educativos
- Inquérito a todos os estabelecimentos educativos da rede pública
- OCDE: indicadores para a educação e formação

A.5. Websites

- <http://www.dgeec.medu.pt>
- https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/sdg_04_10/default/table?lang=en
- <https://infocursos.medu.pt/>
- <https://www.dges.gov.pt/guias/inddist.asp?dist=15>
- <https://www.cm-amadora.pt/pt/>
- <https://gustaveeiffel.pt/>
- <https://www.estc.ipl.pt/>



CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.

Rua Fernando Namora, 46 A

1600-454 Lisboa - Portugal

Telefone: + 351 217 121 240

Email: geral@cedru.com

URL: www.cedru.com | www.facebook.com/cedru.pt

Estudo:

Carta Educativa da Amadora

Documento:

Relatório Final

Data:

30 de janeiro de 2026